

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA 2- POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

KELLY ROCHA DE MATOS VASCONCELOS

PARQUES INFANTIS NO AMAZONAS: 1940-1996

MANAUS-AM

2018

KELLY ROCHA DE MATOS VASCONCELOS

PARQUES INFANTIS NO AMAZONAS: 1940-1996

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Trabalho realizado com o apoio da CAPES.

MANAUS-AM

2018

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

	Vasconcelos, Kelly Rocha de Matos
V331 p	Parques Infantis no Amazonas: 1940 a 1996 / Kelly Rocha de Matos Vasconcelos. 2018 233 f.: il. color; 31 cm.
	Orientadora: Prof. ^a Dr. ^a Pérsida da Silva Ribeiro Miki Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas.
	1. Amazonas. 2. Parque Infantil. 3. Criança. 4. História da Educação Infantil. I. Miki, Pérsida da Silva Ribeiro II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

KELLY ROCHA DE MATOS VASCONCELOS

PARQUES INFANTIS NO AMAZONAS: 1940-1996

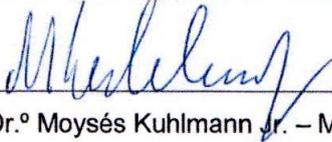
Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em: Manaus/AM, 28 de setembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

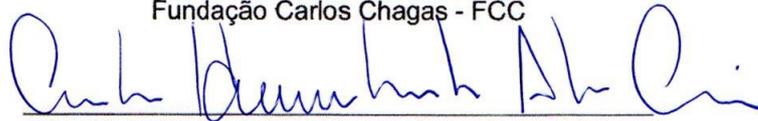


Prof.^a Dr.^a Párisda Ribeiro da Silva Miki – Orientadora e Presidente
Programa de Pós-Graduação em Educação - Faculdade de Educação –
Universidade Federal do Amazonas - UFAM



Prof.^o Dr.^o Moysés Kuhlmann Jr. – Membro Examinador
Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Católica de Santos
– UNISANTOS

Fundação Carlos Chagas - FCC



Prof.^o Dr.^o Carlos Humberto Alves Corrêa – Membro Examinador
Faculdade de Educação – Universidade Federal do Amazonas - UFAM

A montanha

Eu vou seguir uma luz lá no alto

Eu vou ouvir uma voz que me
chama

Eu vou subir a montanha e ficar
Bem mais perto de Deus e rezar

Eu vou gritar para o mundo me ouvir
e acompanhar

Toda a minha escalada e ajudar
A mostrar como é
O meu grito de amor e de fé

Eu vou pedir que as estrelas não
parem de brilhar

E as crianças não deixem de sorrir
E que os homens jamais
Se esqueçam de agradecer

Por isso eu digo
Obrigado, Senhor, por mais um dia
Obrigado, Senhor, que eu posso ver
Que seria de mim
Sem a fé que eu tenho em Você?

Por mais que eu sofra
Obrigado, Senhor, mesmo que eu
chore

Obrigado, Senhor, por eu saber
Que tudo isso me mostra
O caminho que leva a Você

Mais uma vez

Obrigado, Senhor, por outro dia
Obrigado, Senhor, que o sol nasceu

Obrigado, Senhor
Agradeço, obrigado, Senhor

Por isso eu digo
Obrigado, Senhor, pelas estrelas
Obrigado, Senhor, pelo sorriso
Obrigado, Senhor
Agradeço, obrigado, Senhor

Mais uma vez
Obrigado, Senhor, por um novo dia
Obrigado, Senhor, pela esperança
Obrigado, Senhor
Agradeço, obrigado, Senhor

Por isso eu digo
Obrigado, Senhor, pelo sorriso
Obrigado, senhor, pelo perdão
Obrigado, Senhor
Agradeço, obrigado, Senhor

Mais uma vez
Obrigado, senhor, pela natureza
Obrigado, Senhor, por tudo isso
Obrigado, Senhor
Agradeço, obrigado, Senhor

Roberto Carlos

DEDICO aos meus pais Suelle da Rocha e Francisco Humberto Alves de Matos por terem me educado com muito amor, dedicação e incentivo, e por me ajudarem a cuidar dos meus filhos para que eu pudesse fazer este trabalho;

Ao meu esposo Hesber Vasconcelos Batista pelo incentivo, carinho, compreensão e apoio;

Aos meus filhos Kamilly e Henrique de Matos Vasconcelos por serem minha inspiração diária e motivo das minhas alegrias e realizações.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os amigos e familiares que me ajudaram e incentivaram ao longo da minha vida escolar e acadêmica, em especial: minhas tias Arlete Matos (em memória), Lucimar Nascimento e Suecy Rocha, minha madrinha Ana Gladys Aleixo e minhas amigas Vanessa Paiva e Graça Freire.

Aos professores doutores da Universidade Federal do Amazonas, por todas as lições e colaborações, principalmente: Wagner Paiva, Arlene Nogueira, Carlos Humberto, Sílvia Conde, Michelle Bissoli, Nadia Falcão e Arminda Mourão.

Aos membros da Banca de Qualificação: Prof.^o Dr.^o Moisés Kuhlmann Jr. e Prof.^a Dr.^a Fabiane Maia Garcia, por todas as contribuições e pela atenção com o nosso trabalho.

À Secretaria Municipal de Educação pela liberação para a realização do curso de Mestrado, por meio do “Programa Qualifica”, em especial à Secretária Municipal de Educação Kátia Schweickardt, à assessora pedagógica do Programa Qualifica Aldrey Noronha, ao gerente administrativo da Divisão Distrital da Zona Leste 2 Mário Martins e a gestora Andréa Vale da Silva.

A todos os meus colegas da turma de mestrado em especial às prezadas amigas: Maria Izânia, Lilianny Carvalho e Vannessa Ribeiro por compartilharem das minhas angústias e se importarem nos momentos difíceis.

Ao Instituto Durando Duarte a às historiadoras: Viviane Tavares e Marlúcia Bentes pela paciência e auxílio na pesquisa documental.

Ao professor Robério Braga, presidente da Academia Amazonense de Letras, pela atenção e por dedicar seu tempo na leitura e em contribuições para o texto.

Ao Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, nas pessoas da Prof.^a Dr.^a Marilene Corrêa da Silva Freitas, Presidente e membra da Academia Amazonense de Letras, e do historiador José Geraldo Xavier dos Anjos, secretário geral e membro da Academia Amazonense de Letras, pela permissão para pesquisa, pelas indicações de fontes, atenção e colaboração, pelas contribuições, acolhida e por cederem o espaço para a defesa.

Ao historiador Abrahim Baze, diretor do Museu da Rede Amazônica, secretário adjunto do IGHA e membro da Academia Amazonense de Letras, e a bibliotecária Barrizes Mafra por todo o carinho, atenção e contribuições com o trabalho.

Ao Prof.^o Dr.^o Luís Balkar de Sá Peixoto Pinheiro pelo carinho e disponibilização das edições da revista Sintonia.

Ao escritor Sérgio Cardoso, membro da Academia Amazonense de Letras, e ao historiador Prof.^o Dr.^o Otony Mesquita pelos esclarecimentos, indicação de fontes e atenção.

Ao historiador Roberto Mendonça pela disposição e acompanhamento na busca de documentos e fontes.

À bibliotecária do Museu Amazônico, Rosângela Martins, e aos funcionários das bibliotecas do Centro Cultural dos Povos da Amazônia, Samuel Silva, Beatriz Alves e Danilo Ribeiro, pela atenção e indicação de fontes.

À Sr.^a Maria do Carmo, diretora do Educandário Gustavo Capanema, pela receptividade, atenção e interesse em fornecer os documentos existentes na instituição.

Às senhoras Abgail (Arquidiocese de Manaus) à assessora Pedagógica Liette Mendonça da Silva (SEMED), pela preocupação, disponibilidade e interesse em contribuir com a pesquisa.

Agradeço profundamente ao membro externo da Banca de Defesa: Prof.^o Dr.^o Moysés Kuhlmann Jr., docente da UNISANTOS e pesquisador Sênior da Fundação Carlos Chagas, pelas valiosas produções que fundamentaram este trabalho, por toda a generosidade e atenção para com o trabalho.

Minha eterna gratidão ao Prof. Dr.^o Carlos Humberto Alves Correa pela sensibilidade, atenção e zelo para com o trabalho, pelas suas generosas contribuições e por todo o carinho e amizade.

Finalmente, meus agradecimentos especiais à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Pérsida da Silva Ribeiro Miki por me conduzir tão bem neste trabalho, compartilhando de minhas angústias, se alegrando com as conquistas e me incentivando a acreditar no meu potencial. Muito obrigada por ser uma inspiração e referência para mim!

RESUMO

O objetivo deste estudo é compreender os aspectos históricos dos Parques Infantis (PIs) no Estado do Amazonas. A pesquisa é vinculada à linha 2: Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional e apresenta caráter original, uma vez que a escassez de pesquisas historiográficas no campo da educação infantil no Amazonas ainda é uma realidade. A história social e cultural fundamenta esta pesquisa, que corresponde ao período de 1940 a 1996. Para isto, identificou-se as relações entre a existência de PIs no Amazonas com as influências dos cenários local, nacional e mundial. Por meio da pesquisa documental, foram manuseados em torno de 2.786 documentos, de onde foram selecionados 178, utilizados como fontes para o estudo. Em 1940 o prefeito Antônio Botelho Maia cria em Manaus o Serviço Municipal de Parques Infantis e inicia a construção do primeiro Parque Infantil: o Parque 10 de novembro, inaugurado em 1943, em seguida inaugura-se o Parque Infantil Ribeiro Júnior, em 1944. Estes Parques apresentam algumas características iniciais em comum quanto às suas finalidades: oferecer lazer à criança pobre por meio de atividades desportivas/ recreativas (não formais), cuja proposta inicial foi a de atendimento social, por meio do trabalho desenvolvido pelo Juiz André Araújo no Juizado de Menores da Capital. Nas décadas, posteriores as configurações destes espaços foram se transformando, denominando-se Parques Infantis os aparelhos montados em praças na capital e no interior, pelos administradores municipais e estaduais, localizados próximos a escolas ou igrejas. Existiu ainda uma terceira versão para “Parque Infantil”, a de aparelhos inaugurados em internatos para menores infratores e crianças pobres “desvalidas”, onde, além do recreio, eram realizados os eventos escolares. Com isto, considera-se a possibilidade de contribuição do trabalho para os estudos sobre a educação infantil, em âmbitos local e nacional.

Palavras-chave: Amazonas, Parque Infantil, Criança, História da Educação Infantil.

ABSTRACT

The objective of this study is to understand the historical aspects of the Children's Parks (PIs) in the State of Amazonas. The research is linked to line 2: Public Policies and Regional Development and presents original characteristics, since the scarcity of historiographic research in the field of early childhood education in the Amazon continues to be a reality. The social and cultural history is the research, whose theme is the period from 1940 to 1996. For this, we identified the relations between PIs and the Amazon as influences of the local, national and world scenarios. Through documentary research, around 2,786 documents were handled, from which 178 were selected, the tools for the study. In 1940, the mayor Antônio Botelho Maia created the Municipal Service of Children's Parks in Manaus and started the construction of the first Children's Park: Parque 10 de Novembro, inaugurated in 1943, then was inaugurated the Parque Infantil Ribeiro Júnior, in 1944. These parks have some characteristics were launched in conjunction with its purposes: to offer recreation to the child through sports / recreation activities (without graduation), with its initial proposal of social service, through the work developed by Judge André Araújo in the Juvenile Court of the Capital. In the decades, later the configurations of these spaces were being transformed, denominating Infantile Parks the apparatuses mounted in squares in the capital and in the interior, by the municipal and state administrators, located next to schools or churches. There was also a third version for the "Children's Park", an internship event for offenders and "devalued" poor children, where, in addition to the playground, school events were held. With this, consider a possibility of work for the studies on the education of children, in local and national scopes.

Keywords: Amazonas, Children's Park, Child, History of Early Childhood Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pesquisa nos Diários Oficiais no IDD.....	49
Figura 2 - Páginas do Diário Oficial do Amazonas desgastadas pelo tempo.....	49
Figura 3 - Prédio do Arquivo Público do Estado do Amazonas.....	50
Figura 4 - Aspectos dos Diários Oficiais do Arquivo Público do AM.....	50
Figura 5 - Página do Jornal do Comércio.....	51
Figura 6 - Faixada do prédio e sala de pesquisa do IGHA.....	51
Figura 7 - Pesquisa na Biblioteca Pública do Amazonas.....	52
Figura 8 - Aspectos organizacionais do acervo de Jornais da BPAM.....	52
Figura 9 - Capa do Diário Oficial.....	53
Figura 10 - Máquina Linotipo em exposição no Museu da Rede Amazônica.....	54
Figura 11 - Pls inaugurados em Manaus.....	55
Figura 12 - Pls inaugurados nos municípios do Amazonas.....	56
Figura 13 - Palácio da Justiça, 1930.....	57
Figura 14 - Medição do crânio de um menino no Juizado de Menores.....	57
Figura 15 - Juiz André Araújo atendendo uma criança no Juizado de Menores.....	58
Figura 16 - Meninos internados no Instituto Melo Matos.....	58
Figura 17 - Publicação semanal do Juizado de Menores.....	96
Figura 18 - Capa da Revista Sintonia.....	97
Figura 19 - Piscina do Parque Dez de Novembro.....	97
Figura 20 - Notícia de inauguração do Parque Dez de Novembro.....	98
Figura 21 - Placa de Inauguração do Parque Dez de Novembro.....	99
Figura 22 - Vista panorâmica do Parque Dez de Novembro.....	99
Figura 23 - Garotos utilizando o tobogã no Parque Dez de Novembro.....	100
Figura 24 - Parque Dez de Novembro: um sonho tornado realidade.....	100
Figura 25 - Matéria sobre o Velódromo Álvaro Maia.....	101
Figura 26 - Notícia sobre o Velódromo Álvaro Maia.....	101
Figura 27 - Vista aérea do Velódromo Álvaro Maia.....	102
Figura 28 - Prédio da Escola Premonitória Bom Pastor.....	159
Figura 29 - Penitenciária de Manaus.....	159
Figura 30 - “Colônia Agro-Escolar Melo Matos”.....	160
Figura 31 - Prédio do Instituto Maria Madalena.....	160
Figura 32 - Artes de Maria Madalena.....	161
Figura 33 - Mostra de Arte- Instituto Maria Madalena.....	161
Figura 34 - Prédio onde funcionou o Instituto Maria Madalena.....	162
Figura 35 - Internos da Escola Melo Matos.....	162
Figura 36 - Exercícios físicos no Educandário Gustavo Capanema.....	163
Figura 37 - Exposição de trabalhos no Educandário Gustavo Capanema.....	163
Figura 38 - Publicação sobre o Educandário Gustavo Capanema.....	164
Figura 39 - <i>Folder</i> sobre o Educandário Gustavo Capanema. (1988 - 1989).....	165
Figura 40 - Crianças do Gustavo Capanema.....	165
Figura 41 - Educandário Gustavo Capanema atualmente.....	166
Figura 42 - Ruínas do Educandário Gustavo Capanema.....	166
Figura 43 - Fachada da Casa da Criança.....	167
Figura 44 - Aparelhos do Parque Infantil.....	167
Figura 45 - Recreação na Casa da Criança.....	168
Figura 46 - Apresentações na Casa da Criança.....	168
Figura 47 - Eventos cívicos e religiosos.....	169

Figura 48 - Oficinas.....	169
Figura 49 - Aspectos da rotina da Casa da Criança.....	170
Figura 50 - Casa da Criança atualmente.....	170
Figura 51 - Grupo de escoteiros do Sesc-Manaus.....	171
Figura 52 - Lobinho despedindo-se de seu chefe.....	171
Figura 53 - O lobinho salta a cerca que divide a alcateia e a tropa escoteira.....	172
Figura 54 - O novo escoteiro cumprimenta seus companheiros de tropa.....	172
Figura 55 - Atividade de Recreação Infantil no SESC da cidade de Manaus.....	173
Figura 56 - Parque Infantil Janguinho.....	173
Figura 57 - Atual Praça da Bandeira Branca.....	173
Figura 58 - Parque Infantil Janguinho, Praça Heliodoro Balbi.....	174
Figura 59 - Praça Heliodoro Balbi atualmente.....	174
Figura 60 - Vista aérea do Parque Dez de Novembro: 1950.....	175
Figura 61 - Vista aérea da Paróquia Nossa Senhora da Conceição.....	175
Figura 62 - Aparelhos do Parque Infantil D. João de Souza Lima.....	176
Figura 63 - Inauguração do Parque Infantil D. João de Souza Lima.....	176
Figura 64 - Reforma do Parque no final da década de 70.....	177
Figura 65 - Vista da entrada do Parque Infantil Dom Basílio Pereira.....	177
Figura 66 - Inauguração do Parque Infantil de Itacoatiara.....	178
Figura 67 - Parque Infantil de Urucurituba.....	178
Figura 68 - Parque Infantil Amizade.....	179
Figura 69 - Reabertura do Parque Dez.....	179
Figura 70 - Piscina do balneário é criadouro de mosquitos.....	180
Figura 71 - Ruínas do antigo balneário do Parque Dez.....	180

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	18
PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS DETERMINANTES PARA A EXISTÊNCIA DE UM SERVIÇO DE PARQUES INFANTIS NO AMAZONAS	18
1.1 Ponto de partida: do encontro com os Parques Infantis ao percurso metodológico escolhido para a realização do estudo.....	18
1.2 Em busca de indícios, vestígios e provas: aspectos da pesquisa documental no Amazonas.....	25
1.3 A infância da criança pobre no Amazonas: higiene, saúde e educação.....	38
CAPÍTULO II	59
OS MOTIVOS POLÍTICOS QUE DERAM ORIGEM AO SERVIÇO DE PARQUES INFANTIS NO AMAZONAS	59
2.1 As políticas para a infância no início do século XX.....	59
2.2 Os parques infantis e a realidade amazônica.....	70
2.3 As primeiras inaugurações: Parque Dez de Novembro e Parque Infantil Ribeiro Júnior.....	80
CAPÍTULO III	103
AS CONSEQUÊNCIAS DA EXISTÊNCIA DE PARQUES INFANTIS PARA A EDUCAÇÃO DA SOCIEDADE AMAZONENSE	103
3.1 Os Parques Infantis nas Instituições de amparo social.....	103
3.1.1 Instituto Melo Matos e Escola Bom Pastor/Instituto Maria Madalena.....	103
3.1.2 Educandário Gustavo Capanema.....	116
3.1.3 Casa da Criança.....	124
3.2 A propagação dos Parques Infantis pela cidade de Manaus.....	126
3.2.1 A recreação infantil em Manaus.....	127
3.2.2 Os PIs em Manaus: inaugurações, reformas e reinaugurações...	135
3.2.3 Parque Infantil Dom João de Souza Lima/ Dom Basílio Pereira...	142
3.3 Os Parques Infantis no Amazonas: 1960 a 1996.....	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
FONTES	185
PERIÓDICOS	187
REFERÊNCIAS	194
SITES E BLOGS	202
APÊNDICES	203
APÊNDICE A- ÍNDICES DOS DIÁRIOS OFICIAIS DO AMAZONAS	204
APÊNDICE B – ÍNDICES DO JORNAL DO COMÉRCIO	214

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa sobre a história dos Parques Infantis no Amazonas caminha pelos espaços voltados para a infância pobre. A temática, que sempre foi marginalizada na historiografia da educação, se apresenta relevante pelos movimentos historiográficos atuais. A infância, vista como uma condição da criança está atraindo o interesse dos pesquisadores, como afirma Balsera:

Em las três últimas décadas escribir sobre la infancia en la historia o sobre la historia de la infancia há sido um tema que estaba de moda (Bardet, 2003; Becchi y Julia, 1998; Fass, 2004 y 2006; Padilla y otros, 2008; [...]) Parece haber existido como una especie de ajustes de cuentas no solo con la historia, sino con la experiencia pessoal de los adultos, y también un encuentro con los niños y niñas de otros mundos y de otras épocas. Esta explosión historiográfica también tiene que ver mucho con el contexto em ele que se há producido, marcado por unas décadas donde la situación de vulnerabilidade de la infancia se há hecho más visible ¹ (2015, p. 8).

O trabalho pretende revelar aspectos da origem e propagação dos PIs no Amazonas e suas relações com as políticas nacionais e internacionais, a partir da perspectiva da história social e cultural.

Buscamos uma compreensão não apenas da existência dos parques infantis, mas das relações políticas, sociais e culturais existentes em torno dos PIs como política pública, no período delimitado para isso, de 1940 a 1996. Portanto, não se trata de um trabalho *educêntrico*.²

A pesquisa em história vem apresentando novas possibilidades com o surgimento da Escola dos *Annales*, onde historiadores como Lucien Febvre e Marc Bloch propuseram temas inovadores à época como o “[...] da história regional, que privilegia o pequeno país ou o campo provincial e institui as massas anônimas como

¹ Nas três últimas décadas escrever sobre a infância ou sobre a história da infância tem sido um tema que estava na moda (Bardet, 2003; Becchi e Julia, 1998; Fass, 2004 e 2006; Padilla e outros, 2008; [...]) Parece haver existido uma espécie de ajuste de contas não apenas com a história, mas com a experiência pessoal dos adultos, e também um encontro com os meninos e meninas de outros mundos e de outras épocas. Esta explosão historiográfica também tem muito a ver com o contexto em que se há produzido, marcado por umas décadas onde a situação de vulnerabilidade da infância tornou-se mais visível.

² O educentrismo, “desconsidera o conjunto das relações sociais em que se produzem os fenômenos educacionais. A palavra educentrismo significaria compreender as questões da educação como se fossem produzidas internamente à educação, mesmo que para relacioná-las aos demais aspectos sociais.” (KUHLMANN Jr., 2006, p. 8).

heróis da história e se esforça em elucidar as diferenças de tempo.” (REIS, 2000, p. 62).

Nossos estudos se fundamentam em especial na 3ª fase do movimento dos Annalles, quando a partir da década de 1970 houve “um rompimento com a preocupação com a totalidade do social, da história total, como postulava o projeto original dos Annalles³. Passa-se a pesquisar sobre novos temas como: mulheres, crianças, famílias, entre outros.” (AZEVEDO; STAMATTO, 2010, p. 82).

Além da ampliação quanto às possibilidades de investigação, também houve uma ampliação quanto aos tipos de fontes utilizadas nas produções historiográficas, quando impressos como jornais e revistas passaram a ter sua relevância considerada (DE LUCA, 2005).

A partir do encontro, organização e problematização das fontes, conseguimos vislumbrar o caminho que seria percorrido a fim de compreender a realidade estudada. Estes estágios iniciais da pesquisa, provocaram sensações como: euforia, angústia, desconforto e medo, como elucidada Miki (2016, p. 144):

A inquietude está em delinear cientificamente o lugar da História, e conseqüentemente o da História da Educação, sem aprisionamento às racionalidades da lógica da física, da filosofia, da antropologia, envoltas em uma ortodoxia de abstração e comprovação de hipóteses e enunciados fechados.

A confirmação de uma hipótese geralmente nos desperta sentimentos de alegria frente à descoberta de um documento, que, em uma referência análoga, seria como encontrar uma valiosa peça de um quebra-cabeça que nunca se completa, conseguindo-se no máximo uma “representação” da realidade estudada, em virtude do distanciamento que o tempo estabelece entre o pesquisador e seu objeto (CERTEAU, 1982)

Em nosso primeiro capítulo titulado “*Pressupostos históricos determinantes para a existência de Parques Infantis no Amazonas*”, buscamos reconstituir o cenário referente ao período demarcado para a pesquisa e os principais fatos históricos que favoreceram a criação de Parques Infantis no Amazonas, bem como revelar o percurso metodológico que nos levou a essa conclusão.

³ Revista de história fundada por Febvre e Bloch em 1929 na Universidade de Estrasburgo e que passou por três gerações: A primeira geração correspondeu ao período de 1929 a 1946, a segunda de 1946 a 1968 e a terceira de 1968 até os nossos dias (BURKE, 1997; REIS, 2000).

Este capítulo foi dividido em três segmentos. No primeiro segmento, *“Ponto de partida: do encontro com o objeto Parques Infantis ao percurso metodológico escolhido para a realização do estudo”*, apresentamos as primeiras ocorrências de parques infantis na literatura e a metodologia escolhida para esta pesquisa.

Observa-se que “a proteção à infância é o motor que a partir do final do século XIX impulsiona em todo o mundo ocidental a criação de uma série de associações e instituições para cuidar da criança [...]” o que nos indica os motivos da existência dos Parques Infantis no Brasil (KUHLMANN Jr., 2002, p. 464).

No segundo segmento do primeiro capítulo, *“Em busca de indícios, vestígios e provas: aspectos da pesquisa documental no Amazonas”*, demonstramos o percorrer da investigação, as dificuldades enfrentadas e o referencial que norteou a pesquisa por meio, principalmente, dos impressos no Amazonas.

Considera-se aqui a educação no tocante ao contexto social no qual está inserida, compreendendo que ela só pode ser substancialmente explicada quando relacionada a fatores sociais, culturais, políticos e econômicos (CARVALHO; ARAÚJO; GONÇALVES NETO, 2002).

No terceiro segmento do primeiro capítulo, *“A infância da criança pobre no Amazonas: higiene, saúde e educação”*, apresentamos os resultados da pesquisa nos Diários Oficiais do Amazonas, entre os anos de 1936 e 1950, em busca de indícios da existência dos Parques Infantis, por meio dos serviços públicos oferecidos para a criança desvalida e as principais dificuldades enfrentadas: doenças, delinquência e analfabetismo.

O segundo capítulo: *“Os motivos políticos que deram origem ao serviço de Parques Infantis no Amazonas”*, foi dividido em três segmentos. No primeiro segmento, *“As políticas para a infância no início do século XX”*, trazemos a concepção de infância encontrada no início do século XX, os primeiros congressos e políticas voltadas para a criança, e suas relações em âmbito local, nacional e internacional.

O cenário político e o ato de criação do Serviço Municipal de Parques Infantis em Manaus são apresentados no segundo segmento, *“Os Parques Infantis e a realidade amazônica”*, assim como os investimentos realizados pelos governantes para a construção dos primeiros Parques Infantis.

Os periódicos oficiais e não oficiais, fontes principais da pesquisa, nos possibilitaram a construção do terceiro e último segmento, *“As primeiras*

inaugurações: Parque Dez de Novembro e Parque Infantil Ribeiro Júnior”, onde se apresenta como aconteceram estas inaugurações, em que contexto, e o uso destes espaços até o final da década de 1940.

No terceiro capítulo intitulado *“As consequências da existência de PIs para a educação da sociedade Amazonense”,* expõe-se as sucessivas inaugurações que ocorreram entre as décadas de 1940 a 1990, as configurações destes PIs e sua relação com a educação.

No primeiro segmento *“Os Parques Infantis nas Instituições de amparo social”* apresentamos as relações entre os Parques Infantis, o Juizado de Menores e a Igreja Católica, e algumas atividades educativas realizadas nestas instituições durante as décadas de 1940 a 1990, organizados em 3 subitens: *“Instituto Melo Matos e Escola Bom Pastor/ Instituto Maria Madalena”, “Educandário Gustavo Capanema” e “Casa da Criança”.*

No segundo segmento *“A propagação dos Parques Infantis pela cidade de Manaus”,* discorreremos sobre as inaugurações dos Parques Infantis em praças públicas entre as décadas de 1950 a 1960, organizados em 3 subitens: *“A recreação infantil em Manaus”, “Os PIs em Manaus: inaugurações reformas e reinaugurações” e “Parque Infantil Dom João de Souza Lima/ Dom Basílio Pereira”.*

No terceiro segmento *“Os Parques Infantis no Amazonas: 1960 a 1996”,* discorreremos sobre as inaugurações desses espaços em vários municípios do estado, apresentando as diversas configurações que os Parques Infantis tomaram no Amazonas com o passar do tempo de seus governos. Tendo em vista estes aspectos, procuramos contextualizar os Parques infantis (PI ou PIs) no cenário local, nacional e internacional.

CAPÍTULO I

PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS DETERMINANTES PARA A EXISTÊNCIA DE UM SERVIÇO DE PARQUES INFANTIS NO AMAZONAS

1.1 Ponto de partida: do encontro com os Parques Infantis ao percurso metodológico escolhido para a realização do estudo

Esta pesquisa tem por objetivo geral compreender os aspectos históricos dos Parques Infantis no estado no Amazonas, de 1940 a 1996, em âmbito local. Além disto, objetiva-se: contextualizar os pressupostos históricos determinantes para a existência de Parques Infantis no Amazonas, explicar os motivos políticos que deram origem à existência dos PIs e interpretar as consequências que esta existência teve para a educação da sociedade amazonense.

Inicialmente, o objeto de estudo do projeto seria os impactos que o êxodo dos nordestinos e sua educação teve para a educação no Amazonas no período de 1942 a 1945. No entanto, dois motivos foram cruciais para a escolha do objeto: o interesse pela educação infantil e a busca das ações educacionais no período investigado. Nos estudos exploratórios e sob orientação, após a leitura da tese de doutorado “Aspectos da educação infantil no estado do Amazonas: o curso infantil Froebel no Instituto Benjamin Constant e outros jardins de infância (1897-1933)”, (MIKI, 2014), imediatamente encantei-me pelo tema que, apesar de desafiador, despertou-me um sentimento de pertencimento e de plena identificação, o que me levou a realizar a escolha pelos Parques Infantis (PIs) como tema de estudo.

O interesse pelos estudos em história originou-se a partir da minha experiência preliminar na atuação como professora e, posteriormente, pedagoga na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental no ensino público. Tendo como predileção ministrar a disciplina de História, fiz uma especialização em Metodologia do Ensino da História, o que me permitiu ter “um olhar mais sensível” para o estudo/pesquisa sobre a história da educação.

Motivada pela vontade de aprender mais sobre as décadas de 1930 e 1940, identifiquei-me com o tema por ter tido uma infância muito pobre e não ter tido acesso a espaços educativos de lazer na infância, motivação ainda, por ter sangue mestiço

por parte materna: bisneta de nordestino, neta de cafuzo, seringueiro que perdeu a vida ainda jovem, morto por picada de cobra, trabalhando nos seringais do município de Carauari- Amazonas, realidade esta de muitas crianças pobres amazonenses.

Também por parte paterna ser bisneta de uma judia, cujos motivos que a trouxeram até o município de Manaquiri (Amazonas), interior do Amazonas, onde se casou com um amazonense, são desconhecidos. De acordo com relatos de meu pai, se sobrevivia ali por meio do plantio e colheita de juta e que os mais velhos não conversavam sobre o próprio passado com as crianças devido à criação ser muito rígida.

Finalmente, motivada pelo fato de meus antepassados e eu termos sofrido diretamente os impactos das políticas para o pobre no Amazonas, considero a importância de se registrar a nossa história, história da infância amazonense indígena, mestiça, operária, marginalizada e esquecida por um estado hegemônico que se apresenta como estado democrático de direito. Direito para quem?

Por isso, a temática é importante para a compreensão deste momento na história da educação e para a compreensão das relações de força descritas por Certeau (1998, p. 46):

[...] o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um "ambiente". Ele postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico.

Por este motivo, estudamos este momento significativo para a educação da sociedade amazonense, ensejando que contribua para enriquecer os estudos de acadêmicos, professores, alunos e da comunidade do estado em geral.

Outro ponto importante neste tema é a forma com que se permitiu a emergência de um Estado dominador com traços corporativos, que utilizava as políticas sociais como mecanismo de inserção da massa para implantar um projeto de nacionalização capitaneado pelo, então presidente, Getúlio Vargas.

Para o estudo sobre os PIs no Amazonas surgiram dificuldades advindas da escassez de literatura e das poucas informações nos registros iconográficos. No

entanto, as fontes existem, apesar de estarem dispersas em 10 espaços físicos: Instituto Durango Duarte (IDD), Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas (IGHA), bibliotecas Mário Ypiranga Monteiro e Arthur Reis (Povos da Amazônia), Museu Amazônico (MUSA), Biblioteca Pública do Estado do Amazonas (BPAM), Laboratório da História da Imprensa no Amazonas (LHIA), Educandário Gustavo Capanema, Museu da Fundação Rede Amazônica e Arquivo Público do Estado do Amazonas.

Em um levantamento preliminar nos sítios acadêmicos: www.biblioteca.ufam.edu.br, www.escholar.google.com.br, ao utilizarmos a expressão de busca Parque Infantil e Parques Infantis, 21 (vinte e um) trabalhos (teses e dissertações) tem como tema principal os Parques Infantis em algumas cidades do Brasil. Também pesquisamos na página da História da Educação e da Infância da Fundação Carlos Chagas⁴, onde encontramos documentos importantes, artigos e teses sobre os Pis de São Paulo, além de documentos primários sobre a História da Educação no Amazonas, frutos da Pesquisa de Doutorado da Prof^a Dr.^a Pérsida da Silva Ribeiro Miki (2014).

Ao pesquisar termos como Estado Novo, O Estado Novo no Amazonas e Antônio Botelho Maia, selecionamos 12 (doze) que tratam do período histórico brasileiro correspondente a esta pesquisa, dentre os quais 7 (sete) são sobre o cenário histórico e político na cidade de Manaus entre os anos de 1940 a 1996, e apenas um, destes sete últimos, cita brevemente o então prefeito Antônio Botelho Maia. O que nos instigou a compreender o motivo desta ausência de pesquisas com relação a esta figura política que governou a cidade no momento histórico da criação do primeiro Parque Infantil, sua motivação em informar às autoridades de que um Parque Infantil seria construído em Manaus, a confirmar a veracidade desta informação, e investigar a importância ou impacto para o contexto da época.

Outro aspecto que fomentou a presente pesquisa foi a escassez de investigações sobre os Parques Infantis na região norte do Brasil:

[...] observa-se uma carência de ampliações acerca de produções, especialmente sobre o contexto no qual os Parques Infantis estavam imersos, pois as produções acerca da história da educação infantil no Brasil pouco têm ampliado as regiões estudadas, para além de

⁴ Na página *História da Educação e da Infância* disponível no site da Fundação Carlos Chagas (<http://www.fcc.org.br/pesquisa/jsp/educacaoinfancia/index.jsp>).

referências exclusivas aos estados do sudeste e sul. Nota-se a raridade de estudos que elucidem esse passado na Região Norte e, em especial, no estado do Amazonas. Se por um lado, o estudo oferece um campo inédito e frutífero de investigação, por outro, apresenta os percalços de um caminhar investigativo, sem a garantia da existência de fontes históricas, assim como o risco da destruição dos seus suportes (MIKI; KUHLMANN Jr., 2011, p. 1-2).

Por isso, fez-se necessário pesquisar que criança estes espaços (Parques Infantis) visavam atender e que concepções de infância se defendia, examinando-se as políticas educacionais do período a partir de uma perspectiva social e cultural, com fundamentação na lógica histórica e no materialismo histórico (THOMPSON, 1981; BURKE, 2005).

Os estudos sobre os parques infantis se apresentam com diferentes explicações quanto a sua origem, Kuhlmann Jr. e Fernandes (2014) trazem uma classificação de Silva (2008) em duas vertentes: a de autores que atribuem a Mário de Andrade a influência direta na criação destes espaços (ABDANUR, 1992; FARIA, 1999; GOBBI, 2004); e a outra a dos que observam a influência de outros agentes e instituições (FILIZZOLA, 2002; SANTOS, 2005; GUEDES, 2006).

Miranda (1941) apresenta duas causas sobre a origem dos Parques Infantis no Brasil: “causa remota” e “causa próxima”. A primeira relacionada às ideias de Froebel, e a segunda “às condições político-sociais da Alemanha, após a Guerra Franco-Prussiana” (p. 4). Desde 1885 já existiam Parques Infantis em Berlim, que depois foram se propagando em vários países da Europa e da América (MIRANDA, 1941).

Na América já existia em Boston espaços recreativos para as crianças o que se consolidou com a “Playground Association of America” (PAA), em 1906 (GOMES, 2003).

No Brasil, em São Paulo, desde a década de 1920, existiam parques e espaços públicos destinados à recreação, atendimento médico e práticas de exercícios físicos da classe operária (DALBEN, 2016).

As ideias de Froebel influenciavam a educação de Manaus desde o ano de 1897, como apresentam os estudos de Miki (2014), com o curso infantil Froebel, que revela o interesse dos governantes Amazonenses em trazer para a região experiências importadas da Europa.

Christianne Luce Gomes, em sua tese de doutorado intitulada “Significados de recreação e lazer no Brasil: Reflexões a partir da análise de experiências institucionais

(1926-1964)”, apresenta o pioneirismo da prefeitura da cidade de Porto Alegre em implantar no ano de 1926, um serviço de recreação trazido dos Estados Unidos, pelo professor Frederico Guilherme Gaelzer, a partir de seus conhecimentos e experiências relacionados à Educação Física nas Associações Cristãs de Moços (ACMs). Por isto, Gaelzer defendeu a ideia da recreação no Brasil, onde “deveriam ser implantados, nos municípios brasileiros, ‘Jardins de recreio’, [...] ‘praças de desportos’ ou ‘praças de recreio’” (GOMES, 2003, p. 106).

Para isto, foram instaladas praças inspiradas nas existentes no Uruguai, e similares às vistas por Galzer nos EUA, onde eram realizadas atividades semelhantes às que se realizam nos parques alemães (GOMES, 2003).

Encontramos ainda em produções de André Dalben (2016) registros de outras formas de recreação e educação ao ar livre. Para Dalben, “o primeiro equipamento de recreação infantil de São Paulo, construído no Parque Dom Pedro II” teve sua inauguração no final de 1931, na gestão do prefeito Anhaia Mello (DALBEN, 2016, p. 18).

Em São Paulo, entre os anos de 1926 e 1931, Anhaia Mello juntamente com Fernando de Azevedo, Júlio de Mesquita Filho, Plínio Barreto, Antônio de Almeida Prado, elaboraram juntamente com outros indivíduos, um anteprojeto que, de acordo com Gomes “esboçava um sistema de Parques Infantis, restauração e publicação de documentos históricos, teatros e bibliotecas.” (GOMES, 2003, p. 167).

Em 1935 é criado o Departamento de Cultura e Recreação e Mário de Andrade⁵ é nomeado diretor do novo Departamento, tendo como Chefe da Divisão de Educação e Recreio Nicanor Miranda (GOMES, 2003).

Os Pls, nesta gestão, foram destinados aos filhos dos trabalhadores operariados, na idade de 03 a 12 anos, inspirado provavelmente no modelo de *kindergarten* froebeliano, onde as crianças tinham direito à recreação, jogo organizado e assistência médica, alimentação e higiene (FARIA, 1996).

Para Abdanur (1994), os parques infantis foram instituições não formais que, apesar de terem sido criados antes do Departamento de Cultura em São Paulo, foram organizados compondo uma relação de finalidades na gestão de Mário de Andrade

⁵ Mário Raul Moraes de Andrade foi diretor do Departamento de Cultura (DC) da prefeitura de São Paulo de 1935 a 1938, quando demitiu-se por oposição ao Estado Novo (ARANTES, 2005).

(1893-1945), após a sua nomeação pelo, então prefeito, Fábio Prado⁶, na publicação do ato nº 861 do Diário Oficial do estado de São Paulo, como diretor e chefe da Divisão de Expansão Cultural do novo Departamento do estado de São Paulo, no dia 30 de maio de 1935:

Os parques infantis da prefeitura de São Paulo foram destinados à recreação das crianças pobres da cidade, especialmente os filhos de operários. O primeiro a ser instalado foi o Parque Infantil Pedro II. Em seguida surgiram o Parque Infantil da Lapa e o do Ipiranga. Posteriormente, e por último, instalou-se o Parque Infantil de Santo Amaro. Até 1938, ano da saída de Mário de Andrade do Departamento de Cultura, estes foram os únicos em funcionamento na cidade. Muitos outros porém já estavam projetados. Seriam instalados “todos em bairro de trabalho ou de pobreza, imediações de escolas ou fábricas, enfim onde pudesse ser mais útil socialmente”. Além da recreação orientada por educadores, essas crianças recebiam nos parques assistência médica e dentária, educação sanitária e higiênica, roupas e alimentação (ABDANUR, 1994, p. 268).

Neste contexto, dentro das relações sociais e culturais nas quais os parques infantis se encontravam, há também o caráter recreativo da proposta dos parques infantis, um dos aspectos investigados.

O método histórico, fundamentado na história social e cultural, é o que melhor atende às necessidades da pesquisa, por meio da pesquisa documental, utilizando, primeiramente o levantamento documental necessário para realizar uma reflexão sobre os pressupostos históricos para a possível existência dos PIs no estado do Amazonas, e em um segundo momento, a organização, problematização, enfrentamento e estabelecimento de nexos entre as informações para a produção da narrativa histórica.

A “postura investigativa empírica das fontes documentais” fundamenta este trabalho e sua narrativa teve a preocupação com as crianças pobres, tidas como “sujeitos marginalizados⁷ pela história.” (MIKI; GUIMARÃES; FREITAS, 2016, p. 161).

⁶ Fábio da Silva Prado, prefeito do município de São Paulo entre 7 de setembro de 1934 a 31 de janeiro de 1938.

⁷ Sobre isto Hobsbawm (1983) esclarece que estes sujeitos são os pobres e desconhecidos, bem como suas vidas, condutas e sentimentos. Podemos citar aqui a exemplo a criança, a mulher, o pobre, o homossexual, o negro, o indígena, etc., sujeitos excluídos socialmente. Temas que não eram vistos na História Tradicional que estamos acostumados a ver em Livros Didáticos por exemplo, que narra os grandes acontecimentos políticos e econômicos e limita-se a retratar os grandes heróis (FENELON, 2000).

O documento, nessa perspectiva, é visto como “monumento”

[...], pois, independente da revolução documental e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1990, p. 545).

A busca por estes documentos aconteceu em acervos textuais, bibliotecas⁸ e arquivos públicos e privados⁹, físicos e virtuais.

Em um primeiro momento, a pesquisa consistiu na realização de um levantamento bibliográfico e documental que abordasse a hipótese da existência de Parques Infantis no estado do Amazonas, nos cenários social, político e cultural no Amazonas, no Brasil e no mundo para realizar a contextualização da problemática. Para isso, cumpriram-se as etapas de “iniciação, seleção, exploração, formulação, coleta e apresentação” dos dados produzidos na pesquisa (KULTHAU, 1991, p. 367).

Este processo de articulação e diálogo contínuo entre a práxis e a abstração foi possível, por meio de hipóteses e evidências. A relevância do diálogo entre o ser e a consciência social produz o saber “dialético do conhecimento histórico”. O conhecimento tratado como produto ao ser julgado pode ser validado ou confirmado em uma "dialética do conhecimento histórico" (THOMPSON, 1981).

Tendo em vista que a infância das crianças pobres ainda é considerada como um tema marginalizado, a perspectiva aqui tratada foi a da história social e cultural, alicerçada na lógica histórica:

Por “lógica histórica” entendo um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação etc., e a eliminar procedimentos auto confirmadores (“instâncias”, “ilustrações”). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo

⁸ Entende-se por acervo escrito, “estoques informacionais”, gêneros textuais e/ou suportes informacionais.”. A biblioteca organiza-os de forma lógica a fim de facilitar suas localizações para utilização (VALENTIM, 2010).

⁹ Ainda segundo Valentim (2010), os arquivos podem ser públicos ou privados, e podem ser encontrados tanto em acervos, como isolados.

conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado e a pesquisa empírica, do outro. O interrogador é a lógica histórica; o conteúdo da interrogação é uma hipótese (por exemplo, quanto à maneira pela qual os diferentes fenômenos agiram uns sobre os outros); o interrogado é a evidência, com suas propriedades determinadas (THOMPSON, 1981, p. 49).

Para este estudo, fundamentado no método histórico, é necessário compreender que “a história é relativa a um lugar e a um tempo” e que a partir das técnicas utilizadas pelo pesquisador na produção do discurso, seu trabalho sobre o material pesquisado é transformado em história (CERTEAU, 1982, p. 78).

A busca pelos documentos se deu em arquivos públicos e privados, onde conseguimos coletar edições os Diários Oficiais do Amazonas entre as décadas de 1940 e 1950, impressos do Jornal do Comércio de 1911 a 1998, edições da revista Sintonia, Mensagens, Exposições, Relatórios de Governo, livros e imagens produzidos no período pesquisado, vídeo reportagens e documentários, além de um *folder* encontrado no acervo de uma instituição e de páginas e recortes de outros jornais da época: O Jornal (AM), O Radical (AM), A Crítica (AM), Correio da Manhã (RJ) e Diário de Notícias (RJ).

Finalmente, diante do resultado da pesquisa documental, a dissertação foi elaborada mediante a análise e a problematização das fontes, após um trabalho minucioso de seriação, classificação e restauração desses restos de um passado, que permitiram a construção de nexos entre as informações e a produção da narrativa histórica do pesquisador (dissertação).

1.2 Em busca de indícios, vestígios e provas: aspectos da pesquisa documental no Amazonas

A problemática proposta na pesquisa é a da existência de Parques Infantis no estado do Amazonas, situada no campo de estudo das relações sociais e culturais entre as classes para as quais se destinava o serviço dos parques infantis: os filhos dos pobres, operários, os de baixo poder político-econômico, a população menos favorecida. Procurou-se verificar os motivos que levaram à existência desses espaços não formais, sendo, provavelmente, o principal deles, a “campanha patriótica nacional” (KUHLMANN Jr., 2002, p. 470).

Para isso, identificamos os pressupostos históricos determinantes para a existência de Parques Infantis no Amazonas, contextualizando as relações desses Parques com a educação e a sociedade amazonense.

O desafio consistiu em conseguir as fontes necessárias à compreensão da temática, pois apesar de ter sido mencionada a existência de um Parque Infantil na década de 1940 em Manaus¹⁰, havia a possibilidade do parque não ter existido com essa nomenclatura neste período, o que levantou novos problemas.

O fato de não haver nenhuma pesquisa anterior a esta acerca do tema nos levou a buscar por evidências que comprovassem a existência dos PIs no Amazonas.

A palavra evidência é usada por historiadores como Hobsbawm (1998) e Ginzburg (2002). Este, autor do paradigma indiciário¹¹, afirma que o trabalho do historiador se dá por meio de buscas por novas evidências que comprovem sua veracidade, o que não difere do pensamento daquele, ao enfatizar que nessas questões levantadas no decorrer da investigação, “os historiadores defendam o funcionamento de sua disciplina: a supremacia da evidência. Se os seus textos são ficções, como o são em certo sentido, constituindo-se de composições literárias, a matéria-prima dessas ficções são fatos verificáveis” (HOBBSAWM, 1998, p. 286-287).

Ao se realizar um levantamento preliminar, encontramos um indício, no documento de Nicanor Miranda¹², da existência de um Parque Infantil em Manaus, criado pelo prefeito Botelho Maia¹³. Com isso, teve-se como compromisso epistemológico tentar revelar o que estava oculto, silenciado há mais de sete décadas no Amazonas, levantando algumas possibilidades para o motivo deste silêncio.

Este silenciamento foi observado em documentos primários, jornais e diários oficiais, onde as notícias sobre os PIs aparecem na maioria das vezes limitadas apenas às inaugurações dos espaços com uma visível intencionalidade de divulgação política das ações realizadas por determinado governante, mas não foi observado de fato os relatos sobre as experiências das crianças.

¹⁰ Esta informação foi encontrada no documento de Nicanor Miranda ORIGEM E PROPAGAÇÃO DOS PARQUES INFANTIS, E PARQUES DE JOGOS, 1941, p. 22.

¹¹ Em um ensaio intitulado *Spie. Radici di un paradigma indiziario (Sinais: raízes de um paradigma indiciário)*, publicado na coletânea *Crisi della ragione*, organizada por Aldo Gargani, que saiu pela editora Einaudi no ano de 1979.

¹² Nicanor Miranda-chefe da Divisão de Ensino e Recreio, onde estavam alocados os PIs.(1941, p. 22).

¹³ Trata-se do documento ORIGEM E PROPAGAÇÃO DOS PARQUES INFANTIS, E PARQUES DE JOGOS, 1941, p. 22.

Esta ausência ou distorção de relatos das crianças foi verificada em produções historiográficas de outros países, como afirma Hsiung em seus estudos acerca da infância na China imperial, relatos estes que apareceram “incompletos na melhor e distorcidos na pior das hipóteses” (HSIUNG, 2005, p. 4).

Esta lacuna existente se constitui em um espaço em branco, que, citado por Chartier (1990), foi usado à luz da teoria da história, no intuito de “organizar o passado em função do presente”, fazendo o que Febvre (1985) chamou de função social da história.

Esta organização só foi possível mediante os documentos encontrados adormecidos em pastas, estantes, em depósitos de arquivos e em acervos virtuais. Trata-se de “letra morta”, as quais ninguém antes se “abalançou a sacudir a poeira desses velhos papéis.” (FEBVRE, 1985, p. 257-258).

Uma vez encontrados, estes documentos puderam ser revelados por meio da análise do pesquisador, uma vez que são os “vestígios ou indícios que permitem a reconstrução sempre submetida ao controle, das realidades que os produziram”, esclarecendo que:

A questão sugeriu durante muito tempo uma resposta de tipo filológico, ligando a verdade da escrita histórica ao correcto exercício da crítica documental ou ao devido manejo das técnicas de análise dos materiais históricos. Esse exercício ou esse manejo podem ser sujeitos a controle, verificando ou desqualificando, numa base inteiramente técnica, os enunciados históricos que produzem. Apoiada deste modo nos seus processos mais objectivos, a história pode, ao mesmo tempo, ser diferenciada da fábula ou da ficção e ser validada como reconstituição objectiva do passado conhecido através de indícios, isto é, da realidade reconhecida a partir dos seus vestígios (CHARTIER, 1990, p. 85).

Diante de indícios da existência de Parques Infantis no Amazonas (MIRANDA, 1941), começamos a nossa pesquisa documental nos Diários Oficiais do Estado do Amazonas disponíveis no acervo do Instituto Durango Duarte (IDD) ¹⁴.

¹⁴ O Instituto Durango Duarte é uma associação civil sem fins lucrativos e com fins não econômicos, inaugurada em 2016 com sede no bairro Parque Dez de Novembro- Site: www.idd.org.br. Soubemos do acervo de Diários Oficiais por meio da página https://www.facebook.com/pg/institutodd/posts/?ref=page_internal, por indicação da nossa colega de turma do curso de Mestrado em Educação Vannessa Ribeiro da Silva.

Nossa primeira visita se deu, após agendamento via telefone, em 28 de abril de 2017, onde fomos muito bem recepcionados e orientados por historiadoras que trabalham no local. Encontramos um arquivo físico extremamente organizado, em uma estante onde estavam arquivados os diários oficiais de 1890 a 2015 e por 4 horas pudemos examinar os documentos em uma sala climatizada e bastante confortável.

Os Diários Oficiais estavam organizados em ordem cronológica, em livros cuidadosamente encadernados em capa dura, na cor azul. Cada livro era composto por uma coleção de Diários Oficiais correspondentes ao período de três meses, e era devidamente identificado com letras grafadas na cor dourada, na lateral do livro, contendo as seguintes descrições como na sequência em exemplo: “Estado do Amazonas, Diário Oficial, Outubro a Dezembro, 1940”. Para manuseá-los fez-se necessário o uso de máscara e luvas no intuito de preservar os documentos e evitar uma possível contaminação do pesquisador (FIGURA 1, p. 49).

Apesar da maioria dos documentos estarem legíveis e bem conservados, havia marcas de água, de caneta e o manuseio das páginas que exigia cuidado e delicadeza devido à fragilidade do papel que pela ação do tempo e das condições de armazenamento, corria o risco de esfarelar ou rasgar. Em algumas páginas existiam trechos onde a tinta já havia desaparecido, dificultando ou impossibilitando a leitura (FIGURA 2, p. 49).

Entre os meses de abril e agosto de 2017, precisamos conciliar as pesquisas com as funções de pedagoga, em uma Creche, na Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED), desde o mês de outubro de 2016, até o dia 20 de julho de 2017, data de término do estágio probatório, cuja conclusão foi requisito para liberação da licença do Programa Qualifica da SEMED¹⁵.

Sendo assim, para analisar todos os Diários Oficiais correspondentes a um determinado ano, precisamos manusear 4 livros. Continuamos nossas pesquisas no local até o mês de março de 2018. Sendo que a partir do mês de outubro/2017 fomos comunicados de que o tempo disponível para a realização da pesquisa no IDD havia sido reduzido pela metade: Das 14 às 16 horas, às quintas e sextas-feiras.

Em março de 2018 não foi possível mais realizar a pesquisa no IDD devido a uma reforma que durou até a conclusão desta pesquisa. Em virtude deste imprevisto,

¹⁵ O Programa Qualifica, é destinado a capacitação em nível de pós-graduação “stricto sensu” para professores ou pedagogos efetivos da Secretaria Municipal de Educação de Manaus- Decreto nº 9.824 de 2 de dezembro de 2008 (PREFEITURA DE MANAUS, Diário Oficial, 2008).

concluimos a pesquisa nos Diários Oficiais no Arquivo Público do Amazonas¹⁶ (FIGURA 3, p. 50), em agosto de 2018, onde analisamos 465 documentos entre julho de 1943 e março de 1945, de onde foram selecionadas apenas 10 publicações relevantes para a conclusão dessa pesquisa.

Os Diários Oficiais no Arquivo Público do Amazonas estão encadernados em material de capa dura, organizados em ordem cronológica por um período correspondente a três meses, no entanto parece não haver um padrão quanto a cor da capa. Os documentos estão organizados em estantes, algumas encadernações trazem a identificação do conteúdo na lateral da capa, outras na parte frontal da capa, também foram encontrados materiais com a identificação escrita à pincel, além disso, foram observados documentos desgastados e parcialmente destruídos por cupins (FIGURA 4, p. 50).

Durante a pesquisa nos Diários Oficiais do Estado do Amazonas, foram manuseados 2549 Diários Oficiais correspondentes aos anos de 1937 a 1945 e selecionados 578 que traziam alguma informação relevante não apenas sobre os parques infantis, mas também sobre o que se considerou importante para a contextualização e compreensão das ideias e ações relevantes a respeito da criança, saúde e educação, principalmente.

Para isto, foi utilizada uma câmera de celular e um editor de imagem chamado *Microsoft Picture Manager 2010* para realizar ajustes nas imagens como brilho, cor e contraste.

Concomitante com a pesquisa no arquivo físico, iniciamos uma pesquisa virtual em 2 de julho de 2017, nas edições do Jornal do Comércio disponíveis *on-line* no *site* da Hemeroteca Nacional, que por meio do mecanismo de busca com as expressões: “Parques Infantis”, nos direcionou para 61 ocorrências, e “Parque Infantil”, tendo como resultado 186 ocorrências de um total de 139.385 páginas do Jornal do Comércio (AM), onde após 30 dias de pesquisa, conseguimos selecionar e organizar publicações do Jornal do Comércio, contendo as fontes que precisávamos para o trabalho.

¹⁶ Criado em 1897 e localizado à Rua Bernardo Ramos no Centro de Manaus desde o ano de 1947, onde se encontram todas as edições dos Diários Oficiais do Estado, registros da antiga chefatura de polícia e documentos sobre a construção do Teatro Amazonas. Descobrimos o acervo dos Diários Oficiais por meio de pesquisa digital no *site* www.servicos.sead.am.gov.br/arquivopublico e confirmação da informação com o historiador e pesquisador Geraldo dos Anjos.

Como não foi possível fazer o *download* das publicações no *site* da Hemeroteca Nacional, localizamos as edições que nos interessaram e fizemos o *download* no *site* do Jornal do Comércio. Contudo, esta pesquisa era demasiadamente lenta e trabalhosa, pois, ao encontrar a publicação, o *site* do Jornal do Comércio constantemente apresentava muitos erros e problemas no *login*, exigindo alguns minutos para autorizar um novo *login*, tornando a pesquisa muito enfadonha.

Tentamos novo método: ampliar as notícias e capturá-las em forma de imagens usando o programa Ferramenta de Captura do *Windows 7*, mas ainda precisávamos da página na íntegra, o que não era possível por meio da captura, pois para realizar o *print* da imagem completa, precisaríamos diminuir o *zoom*, o que impossibilitava a leitura do documento, uma vez que este processo compromete a qualidade da imagem.

Fomos então até o Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas- IGHA¹⁷, em busca das edições físicas jornal. As edições existentes no IGHA ficam em uma sala de acesso restrito, o pesquisador informa ao atendente as edições que precisa e o atendente busca a pasta onde as mesmas se encontram arquivadas. As pastas nas quais as publicações estão arquivadas são de plástico, na cor azul e estão etiquetadas na parte frontal com as seguintes informações: Jornal do Comércio, meses e ano entre parênteses, anos em algarismo romano e em algumas pastas havia a informação “{Sem condições de manuseio}”¹⁸. (FIGURA 5, p. 51).

No local também encontramos outros valiosos documentos, como Relatórios, Mensagens e Leis, além de livros dispostos em estantes, protegidas por vidro transparente, onde existem diversas pastas devidamente identificadas por ano e conteúdo, localizadas na sala de pesquisa (FIGURA 6, p. 51).

Após alguns meses, descobrimos a possibilidade de fazer o *download* das páginas do Jornal do Comércio (AM) em forma de imagem no *site* da Hemeroteca Nacional, clicando com o botão direito do mouse sobre o documento desejado, selecionando a opção “abrir imagem em uma nova guia”, e na nova guia clicar novamente com o botão direito e selecionar a opção “salvar imagem como...”, esta descoberta otimizou o tempo de pesquisa.

¹⁷ Situado à Rua Frei José dos Inocentes, nº 132 no Centro da cidade de Manaus – AM.

¹⁸ Tratam-se de documentos que esfarelam-se ou rasgam-se ao serem manuseados.

Também realizamos a pesquisa na *web* em *blogs* ou páginas no *facebook* que apresentavam imagens, mas que na maioria das vezes não apresentavam a fonte correta ou completa de determinado documento, ou apresentavam qualidade de imagem bastante inferior ou desfocada. Esta última situação também ocorreu em muitas edições digitalizadas na hemeroteca nacional, nas quais foram encontradas muitas figuras de difícil visualização, em estado praticamente impossível de serem analisadas. Por isto, munidos dos indicadores de localização: jornal, dia, mês, ano e página, buscamos no acervo de periódicos da Biblioteca Pública do Amazonas (BPAM) por estes documentos, na tentativa de localizá-los em suas versões físicas, tentativas estas que, apesar de algumas vezes frustradas, na maioria das vezes foram bem sucedidas (FIGURA 7, p. 52).

Os periódicos da BPAM estão organizados em pastas azuis, agrupados por nome e período correspondente a um ou dois meses. As pastas estão dispostas em prateleiras, devidamente identificadas pelos jornais e períodos correspondentes. No interior da pasta, verifica-se um índice com as identificações: jornal, ano, mês e com informações como número de páginas ou se a edição está completa ou incompleta. As edições estão organizadas, em sua maioria, em ordem cronológica (FIGURA 8, p. 52).

Este estudo foi fundamental para compreendermos como a ideia dos Parques Infantis era retratada para a sociedade Amazonense, tendo em vista que a imprensa “como força social que atua na produção da hegemonia, a todo o tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro.” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 259).

Conseguimos organizar os documentos coletados nos Diários Oficiais do Amazonas e no Jornal do Comércio no mês de agosto (2017) em pastas e construir índices, em tabelas no programa Excel, onde mapeamos todos os Parques Infantis inaugurados. Para isso, precisamos de dois *pen drives*, um computador, dois *notebooks* e conexão com internet de boa velocidade.

Os índices nos permitiram ter uma visão cronológica dos acontecimentos e a nos transportar do micro para o macro, estabelecendo nexos¹⁹ com a literatura,

¹⁹ Justino Pereira de Magalhães em sua obra *Tecendo Nexos* (2004), traz importantes reflexões acerca dos cuidados que se deve ter na narrativa dos documentos e na construção das relações entre o objeto de pesquisa e o contexto no qual o mesmo está inserido. (MAGALHÃES, 2004)

realizando articulações e problematizações com o todo, como elucidam as autoras Cruz e Peixoto (2007, p. 254):

Nestas últimas décadas perdemos definitivamente a inocência e incorporamos a perspectiva de que todo documento, e não só a imprensa, é também monumento, remetendo ao campo de subjetividade e da intencionalidade com o qual devemos lidar. Tais deslocamentos em relação às perspectivas teórico-metodológicas, - ao ampliar o universo das fontes históricas, e ao colocar a habilidade em lidar criticamente com as mesmas no centro da formação do professor/pesquisador de história, - vêm ganhando terreno [...]

Para construir o primeiro índice (APÊNDICE A, p. 204), primeiramente organizamos os Diários Oficiais do Estado do Amazonas em 8 pastas, o que permitiu identificar os documentos por ano, pasta, documento e assunto, que compuseram as colunas do índice.

Para a construção do outro índice (APÊNDICE B, p. 214) foram organizadas as páginas do Jornal do Comércio que estavam arquivados, em um total de 32 pastas identificadas com o nome ou local onde cada parque infantil foi inaugurado. Dessa, uma pasta identificada como “municípios” contendo 18 subpastas com o nome dos municípios do Amazonas onde foram inaugurados os parques infantis.

Nesse índice foram construídas 6 colunas com os seguintes títulos: ano, nome/pasta, localização, fontes/documento, inaugurado/doado/realizado por, informações relevantes. Assim o processo de busca pelos documentos foi realizado de forma rápida e eficaz, dinamizando os fichamentos e a construção da narrativa dos documentos encontrados, por meio da opção “localizar” no *Excel*.

Ressaltamos ainda que, sem a pesquisa nos Diários Oficiais do Amazonas e no Jornal do Comércio, muito provavelmente não conseguiríamos ter acesso a aspectos importantes para esta investigação, o que de fato reforça os “qualificativos” dos periódicos, a utilidade de periódicos na pesquisa em história como “manancial fértil para o conhecimento do passado”, “fonte de informação cotidiana” ou “material privilegiado para recuperação dos acontecimentos históricos.” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 253).

A Hemeroteca Nacional²⁰ foi uma ferramenta imprescindível, principalmente em se tratando do curso de mestrado, pois foi possível pinçar e reunir informações importantes em 120 publicações sobre os PIs, como: nomes, data de inauguração, atores participantes destas inaugurações, e outras informações que demandariam muito mais tempo para serem localizadas e reunidas se fossem utilizados apenas os documentos físicos.

Os impressos reunidos aqui, nos trouxeram a história da sociedade de Manaus e do Amazonas. De acordo com as autoras Cruz e Peixoto (2007), ultimamente os periódicos vem deixando de ser considerados como fontes duvidosas, e ganhando espaço no âmbito das pesquisas, sendo entendidos como documentos/monumentos.

A nosso ver, isto não anula o caráter duvidoso das notícias publicadas pela imprensa, mas nos coube estudo aprofundado sobre elas para que a análise não fosse meramente superficial. Para isso, nos debruçamos em análises e comparações com outros documentos e trabalhos realizados, zelando pelo compromisso com a máxima proximidade da verdade dos fatos, pois a verdade absoluta é praticamente impossível de ser retratada em se tratando de pesquisa histórica (CERTEAU, 1998).

A criticidade do historiador não pode restringir-se ao dado em si, vai muito além, é necessário compreender a fonte e o contexto no qual ela estaria inserida no espaço e no tempo estudado, observando “[...] como determinada publicação se constitui com força histórica ativa naquele momento [...]”, bem como sua finalidade (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 260).

Por isso, as autoras consideram que, ao se realizar um estudo sobre jornais e revistas, precisamos levar em consideração alguns aspectos como: identificação dos funcionários (proprietário, empregados), público alvo, anunciantes, preço, tiragem, formas e espaços de distribuição e circulação, periodicidade, condições técnicas e

²⁰ <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>, sugerida pela historiadora Viviane Tavares do Instituto Durango Duarte, que me orientou quanto à forma de realizar a pesquisa por meio de palavras-chaves. Na página inicial do *site* há três abas: pesquisa por periódico, pesquisa por período, pesquisa por local. Ao optar pela pesquisa por período, utilizada neste trabalho, selecionam-se as opções nos 3 primeiros campos: 1- Escolha um período, 2- Escolha um local, 3- Escolha um periódico, no campo 4 – Digite para pesquisar, digita-se a palavra chave e clica-se no botão “pesquisar”. Abre-se uma segunda página com os resultados apresentados em uma tabela com 4 colunas nomeadas com fonte na cor vermelha: Nome, Descrição, Ocorrências, Opções. Ao clicar sobre o acervo escolhido, abre-se uma nova janela com o resultado da primeira ocorrência pesquisada, selecionada em marcação verde no documento. Nesta página, é possível navegar pelos documentos “ocorrências”, nos botões “>>” para as próximas ocorrências ou “<<” para as anteriores, localizados na parte superior à direita da tela, ao lado do botão “pesquisar”. Também é possível navegar entre as páginas de cada documento utilizando-se os botões com setas de navegação localizadas na parte superior à esquerda da tela.

gráficas, relação com a política, entre outros. Foi o que buscamos realizar com as fontes encontradas, mediante o que nos foi possível encontrar.

A imprensa Oficial do estado do Amazonas existe desde 1892, cuja criação se deu no dia 31 de agosto por meio da Lei nº 01, no governo do engenheiro Eduardo Gonçalves Ribeiro²¹. O primeiro diretor foi o também engenheiro Armênio de Figueiredo, que coordenou a construção do prédio onde a Imprensa Oficial funcionaria: Avenida 7 de Setembro- no centro da cidade de Manaus.

Um ano após sua criação, circulava a primeira edição do Diário Oficial, em 15 de novembro de 1893, em Edição comemorativa pelo quarto aniversário da Proclamação da República, nos valores de 12\$00 réis anuais para a capital e 15\$00 anuais para o interior. Os três primeiros exemplares de inauguração, impressos em cetim, foram ofertados ao governador Eduardo Ribeiro, ao vice-governador, senhor Guilherme José Moreira- o Barão de Juruá, e ao Tenente Coronel Geografo de Castro e Silva- Comandante do 36º Batalhão de Infantaria (GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, 2018).

O Diário Oficial do estado do Amazonas tinha como objetivo a divulgação dos atos oficiais dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário em âmbito municipal, estadual e federal (GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, 2018).

Nas edições pesquisadas, encontramos uma redação descritiva, onde não apenas se apresentavam os atos e decretos, como também se detalhavam as atividades realizadas pelos órgãos e setores dos governos, apresentando dados quantitativos com tabelas e qualitativos com relatórios, fotografias e até mesmo *slogans* para a difusão do Estado Novo.

As informações, organizadas em três colunas, divulgavam diariamente as ações e despachos realizados pelo Governo do Estado, pela Prefeitura de Manaus, as atividades de fiscalização realizadas pela Diretoria de Higiene, os movimentos da tesouraria, as portarias, quadros de receitas dos municípios, relação de escolas e do quantitativo de matrículas realizadas no Estado, as notas dos alunos, o relação dos alunos que faltaram e até as punições aos alunos realizadas pela escola “Gymnasio Amazonense Pedro II”.

²¹ Governador do Amazonas de 02 de novembro de 1890 a 05 de maio de 1891 e de 27 de fevereiro de 1892 a 23/07/1896 (MESQUITA, 2005).

Além disso, também eram noticiados os eventos e viagens realizadas ou a serem realizados por membros importantes dos governos, o expediente da chefatura de polícia, o juízo de Menores e Acidentes, as estatísticas criminais, das ações e problemas enfrentados referentes à Saúde Pública, os Serviços Técnicos, os falecimentos, as ações do departamento de esportes, as ações da Assistência Social, as ações do Tribunal Regional de Justiça eleitoral do Amazonas e notícias sobre o Amazonas veiculadas em outros estados.

Nas edições pesquisadas não foi observado um número de páginas fixo, a quantidade variava entre 7 até mais de 100 páginas, em especial quando traziam figuras, balanços e relatórios anuais ou de todo um governo. Também não foram observados anúncios publicitários nas edições pesquisadas.

A exemplo, trazemos na figura 9 (p. 53) a capa da edição do Diário Oficial de 8 de julho de 1943 com a seguinte mensagem destacada em negrito no cabeçalho: **“CRIANÇA! – Coletando Borracha usada, reflètes o futuro, trabalhando na hora presente por um Brasil maior.”**

A mensagem propõe a reflexão sobre a que criança o governo está se dirigindo: a criança pobre, naturalizando o trabalho da mão de obra infantil nesse tipo de atividade, muito provavelmente em virtude da assinatura do acordo de Washington²² e da participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial.

O Jornal do Comércio foi fundado por Joaquim Rocha dos Santos e inaugurado em edifício próprio localizado na Avenida Eduardo Ribeiro, nº 11, no Centro de Manaus, onde funcionava sua redação e oficinas. Sua primeira circulação aconteceu em 02 de janeiro de 1904 (SOUZA, 2010).

O Jornal do Comércio passou por três fases: a primeira, da sua fundação à morte do seu fundador (1904 a 1906); a segunda, sob a direção do jornalista Alcides Bahia (1906-1908); e a terceira, sob a direção do jornalista Vicente Reis que teve seu início em 1908 e fim em 1943, quando vendeu o jornal para os “Diários Associados”, de Assis Chateaubriand (SOUZA, 2010).

²² Acordo realizado em março de 1942 entre o Brasil e Estados Unidos (EUA), após este entra na 2ª Guerra Mundial em 1941, onde o Brasil se comprometia em fornecer borracha aos EUA. “O acordo previa a venda de todo o superávit exportável de borracha crua do Brasil para os Estados Unidos por um preço fixo até 31 de dezembro de 1946. Os Estados Unidos também se comprometeram a subsidiar a migração de dezenas de milhares de nordestinos para a Amazônia, para extrair borracha.” (GARFIELD, 2009, p. 36).

De acordo com o artigo de Leno Barata Souza (2010), intitulado “Cultura Imprensa no Amazonas e a trajetória de um jornal centenário”, o Jornal do Comércio era considerado o “decano da imprensa local” e “um dos grandes símbolos do periodismo amazonense, cujas discussões nos permitem uma significativa amostra das tendências e características da cultura impressa no estado do Amazonas.” (2010, p. 106).

Freire (1990, p. 120), citado por Souza (2010), revela que o “‘layout’ do jornal nestes primeiros anos obedecia a uma regra de quatro páginas, no mínimo seis e no máximo oito colunas, as dimensões de 1904 a 1908, inalteradas (44X63).” (2010, p. 115). Contudo, Souza (2010) esclarece em nota de rodapé que o número de páginas poderia ser acrescido em datas especiais.

Quanto à organização, havia um costume de se iniciar as edições com as seguintes colunas, listadas como principais: “Indicações”, “Telegrammas”, e “Varias Noticias” (SOUZA, 2010, p. 115). Uma informação interessante era o fato de o Jornal se preocupar em trazer notícias do nordeste, e de países como Portugal, Espanha e Itália, tendo em vista o número de migrantes e imigrantes existente em Manaus.

Os cadernos eram abertos geralmente por “conjunto de artigos políticos, notas comerciais e noticiário nacional e internacional”. A segunda página do Jornal era habitualmente destinada a “Os editaes”, “Noticias Forenses”, “notas policiais, queixas populares, obituário, movimentação social (‘Theatros’ e ‘Sport’)” (SOUZA, 2010, p. 116).

As duas últimas páginas do Jornal do Comércio eram reservadas para “os reclames publicitários e demais notas comerciais”. O autor salienta a grande frequência com que os atos oficiais dos governos eram publicados no jornal, o que pode referenciá-lo como uma “espécie de Diário Oficial Paralelo”²³,

A partir de agosto de 1912, as folhas do Jornal do Comércio passam a ser impressas com mais qualidade e rapidez com a chegada das máquinas de linotipo (FIGURA 10, p. 54), importadas de Nova York, assim como passa a incorporar em suas edições notícias mais reveladoras das camadas mais pobres da sociedade:

Sem abandonar a costumeira sobriedade de suas edições, o olhar do jornal, porém, nesta terceira fase, volta-se para uma cidade cuja vida urbana enreda-se por teias sociais mais complexas e sinuosas

²³ Assim como Barbosa (1996, p. 58), descreveu o Jornal do Comércio do Rio de Janeiro.

animadas por cotidianos urbanos mais cruentos na forma de assassinatos, crimes passionais, escândalos sociais gatunagens, arbitrariedades policiais, enfim, vivências urbanas em suas várias matizes, vivificadas por uma gama de moradores, até então, pouco contemplados pela folha e que passam a figurar nesta, principalmente em meio a crônicas urbanas “menos nobres”, tanto no papel de vítimas e/ou prejudicados quanto no papel de algozes e/ou contraventores (SOUZA, 2010, p. 130-131).

Muito provavelmente, em virtude desta ampliação do arcabouço jornalístico do Jornal do Comércio, nós conseguimos ter acesso a fatos históricos que nos permitiram reconstituir importantes ações que permearam a existência dos Parques Infantis, bem como construir dois mapas, usando o *Microsoft Power Point*, com a localização desses parques e o ano de inauguração dos mesmos (FIGURAS 11 e 12, p. 55-56).

Nas edições pesquisadas observamos que a quantidade de páginas variava entre 4 e 16 páginas, e as informações sobre os Parques Infantis ocorriam principalmente na capa, e na última página, onde também se publicavam os anúncios, mas em outros espaços do jornal, em pequenas colunas que tratavam da agenda do govenador para aquele dia, por exemplo.

Além disto, as imagens trazidas tanto pelo Diário Oficial, como pelo Jornal do Comércio, nos permitiram um recorte da realidade pesquisada, para realizar a observação e a análise das informações trazidas pelos documentos com as informações fornecidas pelas figuras publicadas nestes documentos, tendo em vista que “toda fotografia tem sua origem a partir do desejo de um indivíduo que se viu motivado a congelar em imagem um aspecto dado do real, em determinado lugar e época.” (KOSSOY, 2001, p. 36). A motivação observada nas fontes encontradas foi meramente política.

A partir do estudo das imagens publicadas foi possível produzir uma interpretação dos documentos observados e construir a nossa narrativa dos fatos, levando em consideração a intencionalidade política descortinada nesses registros iconográficos, tendo em vista que a fotografia é “resultante da ação do homem, o fotógrafo, que em determinado espaço e tempo optou por um assunto especial e que, para seu devido registro, empregou os recursos oferecidos pela tecnologia” (KOSSOY, 2001, p. 37). Indivíduo, aqui compreendido, a serviço dos governantes.

Portanto, buscamos retratar a realidade pesquisada por meio de nossa narrativa histórica, na tentativa da realização de uma leitura deste passado estudado

(CERTEAU, 1982). Leitura, não apenas dos fatos em si, como também das estruturas nas quais eles se apoiam, prevenindo-nos dos perigos de nos tornarmos meros reprodutores/ narradores dos fatos.

1.3 A infância da criança pobre no Amazonas: higiene, saúde e educação

As fontes revelaram um papel predominante do Juizado de Menores que acompanhava as crianças pobres e que defendia a criação dos Parques Infantis em Manaus. O Juízo de Menores e Acidentes vigiava e promovia assistência moral e material aos menores²⁴ como pode ser observado neste expediente de nº 71, no Diário Oficial do Estado do Amazonas, de 19 de abril de 1937:

O Juizado de Direito de Menores, Accidentes, etc., da comarca desta capital, dentro das possibilidades do Estado e graças a dedicação do respectivo titular – doutor André Vidal de Araújo, que tem se desdobrado em atividade para bem desempenhar as suas árduas funções, vae, pouco a pouco, preenchendo os seus elevados objetivos, a prol da vigilancia e da assistência moral e material, devidas aos menores, especialmente abandonados, anormais e delinquentes. Tal assistência vem sendo igualmente prestada aos operários, victimas de accidentes no trabalho, sempre que a solicitam (p. 5).

O Juizado Privativo de Menores foi criado em 1935, sob a responsabilidade do juiz Dr. André Vidal de Araújo²⁵ e funcionava em uma sala no edifício Palácio da Justiça (FIGURA 13, p. 57) onde funcionavam também outros serviços públicos: Côrte de Appellação (sua secretaria e cartório) e o Instituto da Ordem dos Advogados.

Com atribuições corretivas e educacionais, o Juizado defendia um trabalho preventivo na infância, para ter-se um resultado positivo na vida adulta:

Não ignorais, por certo, a finalidade do Juízo de Menores nem a complexidade de suas atribuições corretivas e educacionais. O seu destino é, por assim dizer, a regeneração antecipada de destinos

²⁴ Classificava-se como menor as crianças e adolescentes (pobres) com até 18 anos de idade. Sobre isto, os estudos de Nina Rodrigues publicados pela primeira vez em 1894 no livro *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brazil* (1957), apresentam um histórico do pensamento dominante a respeito dos negros e mestiços, considerados inferiores e as ideias que influenciaram a legislação penal brasileira desde o Brasil Império até a República defendendo a Escola Penal Positivista em detrimento da Escola Penal Clássica.

²⁵ André Vidal de Araújo foi diretor do 1º Juizado de Menores do Estado do Amazonas entre os anos de 1935 a 1944.

humanos, o aplacamento ou a minoração dos conflitos interiores que mutilam precocemente homens e mulheres. Na atualidade, já se não discute mais a influência psicológica das impressões recebidas na infância sobre o resto da existência, através de uma sequencia a sim de causas e efeitos. Prova-o, tanto quanto a ciência, a experiência própria dos temperamentos sensíveis que, recapitulando-se com clarividência, tem confessado em largas paginas as semelhanças profundas entre a sua vida infantil e sua vida madura (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 03 de maio de 1937, p. 11).

O maior registro de atendimentos realizados em 1936 refere-se aos menores que foram medidos “antropometricamente”²⁶ e a entrega de menores aos pais ou responsáveis, indicando um alto índice de crianças recolhidas nas ruas (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 03 de maio de 1937 p. 11).

Esta prática de política de controle já existia em Manaus antes da existência do Juizado de Menores, como afirma Dias (2007) “Obedecendo ainda a esse esquema de controlar, foi criado, em 1905, um serviço de identificação antropométrica, meio mais rápido e eficaz de estabelecer a identidade dos reincidentes, criminosos e desertores.” (p. 132).

As figuras 14, 15 e 16 são de uma publicação do Diário Oficial em edição comemorativa pelo aniversário do Estado Novo, em 10 de novembro de 1942, onde são apresentadas várias ações desenvolvidas pelo Governo. Na figura 14 (p. 57) observa-se a fotografia de uma mulher vestida de preto, provavelmente enfermeira, medindo o crânio de um menor recolhido no Juizado de Menores, vestido de branco.

Os menores, considerados *vadios*²⁷, eram retirados das ruas por estarem participando de brincadeiras como *foot-ball*, brincando com bolinhas, papagaios de papel, fichas de pincho, ou portando baladeiras, canivetes, baralhos, figuras ou livros *imorais*, navalhas, facas de ponta. A maioria era amazonense, do sexo masculino, e eram recolhidos por motivo de “*vadiagens*” (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 3 de maio de 1937).

²⁶ O exame medindo a circunferência do crânio era resultado de estudos que reforçavam a inferioridade da raça negra, defendido por Rodrigues (1957).

²⁷ “SÃO VADIOS OS MENORES DE 18 ANOS

1- Que se mostrarem refratários a instrução;

2- Que fugirem ao trabalho sério e útil;

3- Os que vagarem pelas ruas e praças” (AMAZONAS, Juizado Privativo dos Menores, 24 de junho de 1940, p. 1).

Na figura 15 (p. 58) observamos o Juiz André Araújo na sua sala atendendo a uma criança, provavelmente do sexo feminino, nota-se que o Juiz está sentado olhando para a criança que está vestida com roupas brancas, encontrando-se ao lado direito do juiz, de pé, com a cabeça baixa e as mãos sob o canto da mesa, onde se observam livros e pilhas de papéis. À frente da mesa existe uma poltrona para dois lugares, na lateral direita uma mesa de centro e ao fundo está sentada uma senhora, provavelmente funcionária, rodeada de pilhas de papeis.

Quando os menores não eram devolvidos aos seus pais, eram internados em instituições como a “Escola Premunitória Bom Pastor”, internato para onde eram encaminhadas as meninas, e no “Instituto Melo Matos”, reformatório para os meninos.

A construção destes espaços era solicitada pelos chefes do Departamento de Justiça desde décadas anteriores, como expõe Dias,

Inicialmente, a polícia limita-se a retirá-los da rua e entregá-los ao juiz responsável. Este, por sua vez, envia-os para a casa dos pais, parentes ou famílias, mas o descaso dos responsáveis não os obrigando ao trabalho, faz com que voltem às ruas, fazendo com que as autoridades públicas passassem a ver o problema de outra forma. Assim, em nome da salvaguarda do futuro dos menores vadios, da sociedade e da pátria, é solicitada a criação de uma Escola Correccional, onde os meninos ficariam recolhidos, recebendo instrução literária, profissional e industrial, mas de preferência agrícola. Esta seria a forma de tirá-los da vadiagem, orientando-os para o futuro, despertando-lhes o amor ao trabalho (2007, p. 134).

A figura 16 (p. 58) retrata 19 crianças do sexo masculino, identificadas pela legenda como “menores recolhidos ao Instituto Melo Matos, onde se reformam”. Todos estão de cabelo curto, roupas brancas, as blusas de manga comprida e gola. As crianças estão organizadas em três fileiras, a primeira com 7 crianças, e as duas últimas com 6 em cada fileira. Um fato curioso é que todas as crianças pousaram em posição de sentido e apenas uma, a primeira na primeira fileira à direita da imagem, encontra-se aparentemente com os braços cruzados. A testa franzida de alguns sugere que os menores estavam de frente para o sol e alguns eram tão pequenos que as mangas das blusas cobriam suas mãos.

As fotografias reproduzidas nos Diários Oficiais do Amazonas retratam a intencionalidade da época, com cenas ensaiadas, a exemplo das vestes brancas, indicação de higiene e pureza, buscando assim uma avaliação positiva do público, pois:

A fotografia pública, associada à noção de documento, fornece visibilidade à experiência social de sujeitos históricos: por detrás e diante da câmera destaca-se, tanto como fonte, quanto objeto de estudo da história visual do poder e das culturas políticas. A fotografia pública, produzida por agências de produção da imagem, desempenha papel na elaboração da opinião pública - meios de comunicação, Estado, etc. Suporte de memória pública que registra, retém e projeta no tempo histórico, uma versão dos acontecimentos (MAUAD, 2015, p. 87-86).

Os registros imagéticos reproduzidos nestes periódicos foram registros “produzidos com uma finalidade documental” (KOSSOY, 2001, p. 48). Essa análise nos permite compreender o esforço impresso em divulgar amplamente o trabalho realizado pelo Juizado de Menores da época para que fosse reconhecido e recebesse investimentos como veremos no capítulo 2.

No âmbito educacional, o Decreto n.112, de 1º de fevereiro de 1937, instituía o Departamento de Educação e Cultura, quando o professor Themistocles Gadelha assumia as responsabilidades da antiga *Diretoria-Geral-da-Instrução-Pública* (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 03 de maio de 1937).

De acordo com o Diário Oficial de 03 de maio de 1937, na seção XI que se refere à Educação e Cultura, apresenta um resultado de uma pesquisa intitulada *Estudos Objetivos de Educação*, realizada pelo técnico Isaías Alves, que indica o Amazonas entre os quatro estados brasileiros com professores suficientes para alfabetizar crianças com idades entre 8 e 12 anos, em um plano de 20 anos de “perseverante trabalho” (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 1937).

O estudo revelava, todavia, que o estado do Amazonas necessitaria de um investimento relativo a 29% do orçamento destinado à educação previsto para o ano de 1934, o que correspondia a mais de três mil contos de réis, equivalentes à metade do valor arrecadado das contas públicas do Estado, para a construção e aparelhamento de pelo menos 911 escolas, a fim de atender a demanda de 81 por cento de meninos em idade escolar sem acesso à escola (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 03 de maio de 1937).

Entre os anos de 1932 a 1936, 297 professores foram diplomados na Escola Normal em Manaus. Desses, apenas 7 com formação Primária Elementar e 290 como normalistas.

Nos anos anteriores a 1932, foram admitidos 150 professores e esperava-se admitir ainda em torno de 300 professores, contudo considerava-se um retrocesso de dez anos desde a formatura desses profissionais, entre 18 a 20 anos de idade, até a nomeação aos 30, “idade em que se encontram casadas, distraídas por outras profissões e mesmo desambientadas da cultura aprendida” (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 03 de maio de 1937, p. 56).

Observa-se um planejamento para que todos os estados brasileiros tivessem acesso à educação:

No tocante à educação, a Constituição de Julho alongou a competência da União, quer como promotora direta de iniciativas, quer na sua qualidade de suprir as deficiências da administração local. O plano nacional de educação, ‘compreensivo do ensino em todos os graus’, e a ação supletiva e complementar, onde quer que se fizesse preciso, indicam claramente que o Ministério da Educação deve organizar-se para exercer uma influência em toda a República (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 03 de maio de 1937, p. 56).

Para reforçar a necessidade da intervenção nacional na causa educacional do Amazonas, reproduz-se o discurso do Ministro Gustavo Capanema durante a posse dos diretores do Departamento Nacional de Saúde e do Departamento Nacional de Educação onde ele reafirma o seu objetivo de:

[..] articular-se estreitamente com os governos estaduais e os particulares, afim de prestar-lhes cooperação e assistência, não só técnica como financeira. Para tornar possível esta ação nacional, a que procederá uma constante vigilância em torno das necessidades reais do país, no tocante ao ensino ou à saúde, foi que a citada reforma instituiu as delegacias federais de educação, e as de saúde, tantas quantas em regiões em que, para esse efeito, dividiu o território nacional (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 03 de maio de 1937, p. 56).

O documento informa que os estados: Amazonas, Acre e Pará compuseram a 2ª região, formando a maior extensão territorial do país e relata os problemas educacionais existentes no Estado:

No Amazonas, os núcleos movediços, os núcleos disseminados, em profissões diferentes, variantes com as vazantes e enchentes, com as

terras-firmes e várzeas²⁸, norteiam o estudioso para rumos mais práticos e positivos. A escola de emergência não resolveu plenamente as dificuldades.

São escolas de alfabetização primária, dirigidas por leigos que residam no local, sem cursos na Escola-Normal, e necessitam um programa rápido e prático, em que se apliquem iniciativas das “granjas escolares” paulistas, ou, para mais utilidade, de seringais-escolares.

[...] O Governo luta para conseguir a permanência de normalistas de Manáus nas vilas, nos povoados, nos lagos de pesca. Reconhece que lhes assiste razão nos mil motivos imaginados para a demora na capital, mas não pôde sacrificar o ensino e aspirações de caráter particular.

[...] Outro problema urgente é o da habitação para as professoras rurais, mesmo na segunda entrância. Em Fevereiro, no início do período escolar, não havia casas em certas vilas (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 03 de maio de 1937, p. 56).

O documento traz ainda, importante relato do professor Almeida Junior a respeito da educação no Brasil publicado no Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1935 a 1936, e reproduzido no Diário Oficial do Amazonas:

Quanto menor e mais atrasado o núcleo escolar, tanto maior a dependência em que fica a professora. A sala de aula é obtida por favor especialíssimo, e à custa da própria moça. Também o alojamento e a pensão. A condução tem que ser pleiteada. Tudo se arranja enquanto a professora é “persona grata”. De repente as coisas mudam. Há fazendeiros e administradores que consideram a professora uma empregada da fazenda, sob as ordens do dono e submetida à disciplina geral dos camaradas. Si desatender, está mal de sorte. Hoje, dá-se-lhe condução. Amanhã, chegadas as férias, que vá a pé, de malas às costas. Hoje, que coma a mesa da família. Amanhã, sob pretexto de que tem um parente doente, fecha-se-lhe a porta à cara.

[...] Na escola rural, a professora trabalha só. O inspetor vem de longe em longe, e tem pressa. Não há quem aprecie o esforço e estimule. As magníficas “missões técnicas e culturais”, que o México inspirou ao nosso Código de Educação, não pudemos por enquanto pô-las em prática (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 03 de maio de 1937, p. 57).

Para atender à demanda no Amazonas, foram construídos pavilhões de Madeira, em virtude da falta de verbas, inspirados em países com grandes recursos, a exemplo dos Estados Unidos, “contendo aposentos para professora, na estrada de

²⁸ Áreas inundáveis durante os meses de fevereiro a julho, em que o Rio Amazonas e seus afluentes tem um aumento no seu volume de água, este fenômeno é denominado de “cheia”.

Flores, bairros de Flores, Educandos, São Raimundo, Bombeamento, Curari, - e vão sendo erguidos outros em Janauacá, Autaz Miri, Atumã e Benjamin Constant.” Se bem conservados, estes pavilhões podem resistir por mais e vinte anos (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 03 de maio de 1937, p. 57).

Devido à benevolência, ou dificuldade de fiscalização por parte dos inspetores, dos sub-delegados, há professoras faltosas, há escolas de pouca frequência. Em outras, o inverso do quadro. Comovedora é a visita a certas escolas de emergência e rurais, onde se verifica a abnegação das mestras. Não se administra conscientemente no isolamento dos gabinetes, consultando ofícios e papeletas: impõe-se a observação visual para um juízo claro. Crianças alfabetizadas, em dupla fila dos barrancos à escola. Algumas venceram quilômetros nos caminhos em capoeiras e florestas, remaram horas contra as correntezas embanzeiradas. Têm mãos fortes, afeitas às labutas agrícolas e extrativas (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 03 de maio de 1937, p. 57).

Nas escolas de lagos e ribanceiras o horário precisava ser flexível em virtude das necessidades dos alunos de ajudar seus pais, quando as primeiras horas da manhã eram destinadas para a sementeira.

Outra época onde as crianças auxiliavam seus pais era a da safra de pesca, onde as últimas horas da tarde eram necessárias para a realização das salgas. “Justa se afigura a combinação do horário à atividade local em escolas florestais, em que harmonizam a alfabetização e a aprendizagem profissional.” (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 03 de maio de 1937, p. 57).

O Estado do Amazonas não dispunha de quantidade suficiente de escolas para atender a demanda de alunos, em especial às crianças na capital e nos municípios do interior. Na tentativa de solucionar o problema e levar a educação até os lugares mais longínquos foram criadas as *escolas de emergência*:

Na capital, em Itacoatiara, Parintins, Porto-Velho, Maués e outras cidades, os grupos são insuficientes para a afluência de alunos. Em Manaus, principalmente, a população infantil aumentou: pavilhões, aproveitamento de salões abandonados, colégios particulares não bastam.

Crescentes são as levas que buscam ensino profissional, ministrado na Escola de Aprendizes, pequena para o meio. A extinção da Escola de Aprendizes-Marinheiros, numa fronteira e com maior rede fluvial do mundo, desfalcou mais o Estado nesse particular.

[...] A dificuldade está em localizar escolas, por falta de meios financeiros, em tantos núcleos populosos que as solicitam, disseminados nos paranás e lagos amazônicos.

Há ansiedade, sede de instrução em todo interior, onde quer que um aglomerado labute na pesca ou na indústria florestal e os apelos nesse sentido são às dezenas, contendo assinaturas de genitores de quatro e mais filhos, que imploram escolas de emergência, - um dos raros apelos porfiam em erguer às autoridades. Na tentativa de resolver o problema, o governo interventorial creou, em 1931, as escolas de emergência, escolas de ocasião, como o termo bem significa, destinadas á alfabetização da população infantil do interior. A capital, melhor amparada, desnecessita de escolas de emergência. Devem incidir as nomeações em pessoas residentes na região da escola, acostumadas ao meio, ao sistema de habitação e alimentação, sem despesas de transporte, não compensadas pela gratificação mínima, durante oito meses.

Para atender aos pedidos dos prefeitos, aos abaixo assinados, é imprescindível maior verba, devendo ser criada a escola, depois de assegurada a compra, a instalação de funcionamento, e nomeado o professor por indicação da inspetoria regional de cada município (Mensagem, pag. 73) (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 03 de maio de 1937, p. 57-58).

O orçamento do ano de 1936 para o ano de 1937 destinado às escolas de emergência, foi reduzido de 243:000\$000 para 148:500\$000. No entanto A Lei n.120 de 1 de outubro de 1936 aumentou os vencimentos de 150\$000 para 165\$000 e estabeleceu a quantidade de apenas 100 escolas de emergência, o que impediu o funcionamento das demais. A escola deixaria de ser escola de emergência para se tornar escola rural após o período de 2 anos, mas não asseguraria os direitos aos professores leigos que poderiam ser substituídos por professores normalistas.

Alguns mourejaram interinamente oito, dez anos em tais escolas, em longa auto-preparação didática, e poderão perdê-las, pelo atual regulamento da instrução pública, a um simples requerimento de normalista. Esses professores leigos educaram os primeiros filhos de agricultores, assistiram o desenvolvimento das fazendas ou seringais, sofreram os primeiros embates, - e não é justo que o prêmio de tanto esforço seja a demissão sem fundamento, sob vigência de um regulamento que não préviu tais casos.

As futuras nomeações para novas escolas rurais deverão recair, entretanto, somente em normalistas (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 03 de maio de 1937, p. 58).

Em Relatório, o Professor Temistocles Gadelha, - Diretor geral do Departamento de Educação e Cultura, cita as dificuldades para resolver a situação da

educação no Amazonas, que além da financeira, se dá pela sua extensão territorial e pelo acesso, na grande maioria dos casos, exclusivamente fluvial, ocorrendo um distanciamento entre os grupos populacionais que nele habitam:

Embora o Estado esteja entre os vanguardeiros das unidades da Federação que mais contribuem para a instrução, - muito ainda mais precisamos fazer para a realização de tão magno problema. Basta meditarmos um pouco sobre a extensão territorial do Estado, o enorme labirinto que forma a rede hidrográfica, e a sua esparsa população (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 03 de maio de 1937, p. 58).

O Ensino Primário é oferecido de formas diferentes de acordo com o tipo de instituição. Nas escolas isoladas, existentes nas regiões de populações esparsas é oferecido o curso elementar, do primeiro ao terceiro ano já nos grupos escolares até o quinto ano (primeiro ano e segundo definitivo) onde há mais investimentos quanto ao ensino, por isso o rendimento educativo é considerado superior, de acordo com o Relatório de Temístocles Gadelha:

O governo do Estado tem procurado agrupar as escolas na Capital e em algumas cidades do interior. Além dos dezesseis grupos existentes em Manáos, há um em cada uma das cidades de Itacoatiara, Parintins, Manacapuru, Coarí, Humaitá e Porto-Velho, apresentando um total de vinte grupos. Esse número ainda está longe de atender às nossas necessidades. Precisamos instalar, pelo menos mais dois grupos em Manáos, e agrupar as escolas das cidades de Maués e Tefé e da Vila de Borba.

Além das organizações dos tipos de escolas enunciados, o Estado, disseminou pelo seu interior, para atender à situação das populações em constante mudança, as escolas de emergência, “escola de ocasião”, destinadas à alfabetização de milhares de brasileiros. A tentativa, pouco a pouco, se vai transformando numa promissora realidade.

[...] Em 1936 nas escolas pré-primárias e primárias mantidas pelo Estado, a matrícula foi de 34.129 crianças, distribuídas por 630 unidades escolares. A matrícula primária nas escolas municipais foi de 1.061 crianças e nos estabelecimentos particulares inscritos no Departamento de Educação e Cultura, de 2.194, subindo o total a 37.284. Pelos anexos verificamos que ano a ano aumenta o número de escolares. Possui o Estado 389 unidades escolares efetivas, assim distribuídas: 112 de primeira entrância (capital), 43 de segunda, 28 de terceira e 206 rurais. No decorrer do ano findo foram criadas 198 escolas de emergência e 43 sub-classes, dando um total de 630 unidades [...] (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 03 de maio de 1937, p. 59).

A Diretoria do Departamento de Educação e Cultura recebia bastante solicitações para criação de escolas, mas o número de abaixo assinados das populações ribeirinhas era bem mais expressivo.

Na capital, as escolas eram insuficientes. No interior, foi promovida uma campanha para realizar atividades que atraíssem as crianças, devido à baixa frequência das crianças nas escolas. Além disto, o chefe de polícia Dr. Ruy Araujo²⁹ determinou aos delegados e subdelegados policiais que “fizessem sentir a ação de suas autoridades junto aos pais refratários”.

De acordo ainda com Gadelha, outro fator que afastava as crianças da escola eram as doenças, como o paludismo, e a falta de investimento em moradia para os professores, principalmente na área rural:

A frequência média em 1934 foi de 26.863 escolares, em 1935 de 31.732 e em 1936 de 26.930. A frequência média em 1936 desceu, fato este que encontra justificativa no grande surto paludico que se alastrou pelo interior do Estado, ocasionando grande baixa na população infantil. Varias causas concorrem ainda pra entrar a marcha do ensino, destacando-se, entre outras: o prédio para funcionamento da escola e moradia do professor que é talvez o mais complexo problema da escola rural. Muito há contribuído para essa estagnação do ensino, de um lado a falta de dotações orçamentárias para tal fim, e de outro a falta de boa vontade dos fazendeiros e proprietários das regiões. A ela podemos adicionar o alheamento em que, geralmente, estiveram os Municipios, no tocante a instrução, esquecendo todos que a causa é do Brasil, é um problema nacional. Para início da solução do problema lembro a conveniência de haver um entendimento entre o Governo do Estado e o dos Municipios, de cuja ação, em conjunto, melhores resultados advirão para o ensino. A segunda causa, que constitue um problema sério, é o da formação do professor primário para a zona rural (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 03 de maio de 1937, p. 59).

Diante deste cenário, infere-se que a ideia de civilização disseminada no Brasil, relacionada aos conceitos de higiene, saúde e educação, caminhava em via de mão dupla.

Observamos que não havia investimento efetivo em saúde e educação no Amazonas, onde faltavam postos de saúde e escolas, ou quando havia, apresentavam carências de funcionamento.

²⁹ Ruy Araújo estava exercendo o cargo de Chefe de Polícia do Estado do Amazonas pela terceira vez, sendo esta a última, além de ser substituto do Interventor Federal por onze vezes (BITTENCOURT, 1973).

Diante da escassez de recursos financeiros, o estado adotava medidas paliativas, a exemplo da construção das escolas de emergência e de pavilhões de madeira para funcionarem como escolas. Mantendo-se a má remuneração, a falta de valorização e de investimento na formação do professor, especialmente no interior do estado.

Não havia escolas suficientes para todos, uma grande quantidade de menores era recolhida nas ruas, em sua grande maioria filhos de operários, por estar vagando pelas ruas, ou participando de atividades consideradas impróprias para a época, sem a companhia dos pais, que provavelmente estariam trabalhando.

Era necessário a criação de políticas que resolvessem a curto prazo os problemas com relação ao menor pobre, com objetivo de controlar o horário livre da criança desvalida.

Diante disto, os Parques Infantis poderiam ser locais onde essas crianças teriam acesso a uma educação não formal, à saúde e à prática recreativa, retirando-as das ruas, diminuindo assim, o quantitativo de crianças recolhidas pelo juizado, proporcionando-as um espaço seguro e prevenindo-as da ociosidade.



Figura 1. Pesquisa nos Diários Oficiais no IDD. Fonte: Própria (2016).

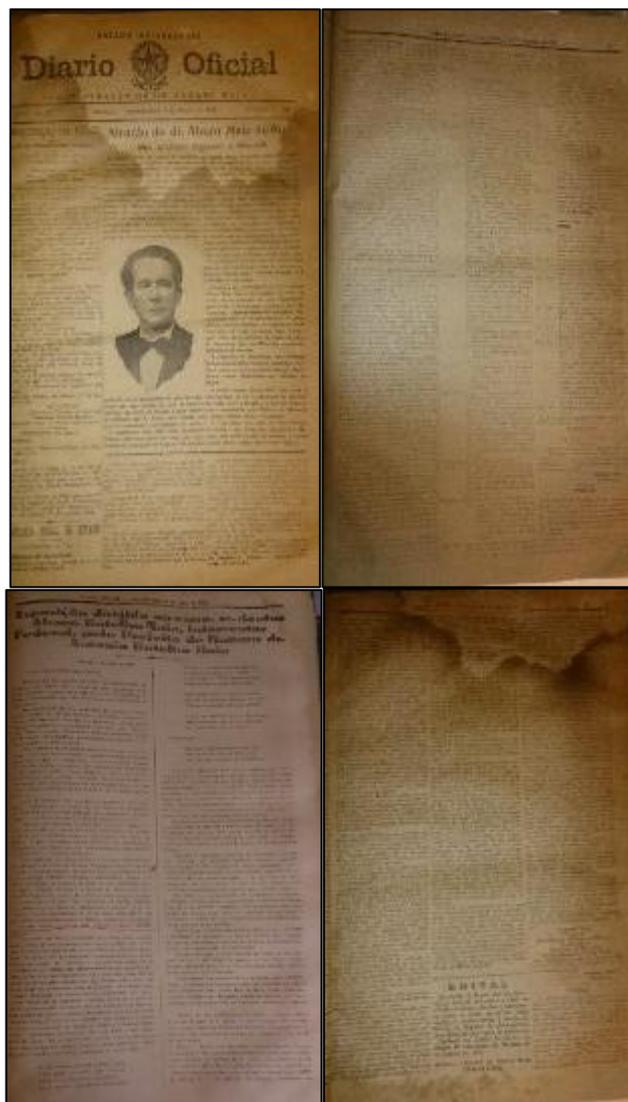


Figura 2. Páginas do Diário Oficial do Amazonas desgastadas pelo tempo. Fonte: Diário Oficial do Amazonas. Manaus, 1940-1942.



Figura 3. Prédio do Arquivo Público do Estado do Amazonas. Fonte: Própria (2018).



Figura 4. Aspectos dos Diários Oficiais do Arquivo Público do Estado do Amazonas. Fonte: Própria (2018).



Figura 5. Página do Jornal do Comércio. Fonte: Própria (2017).



Figura 6. Faixada do prédio e sala de pesquisa do IGHA. Fonte: Própria (2017).

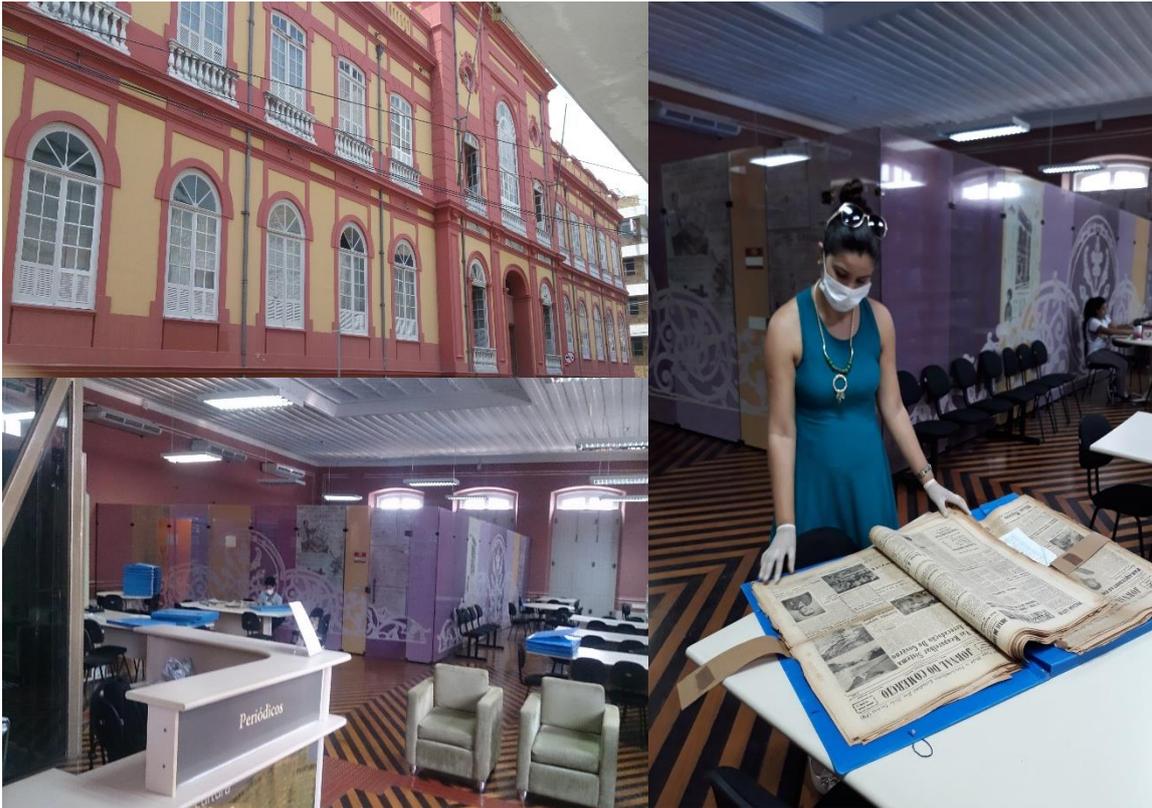


Figura 7. Pesquisa na Biblioteca Pública do Amazonas. Fonte: Própria (2018).

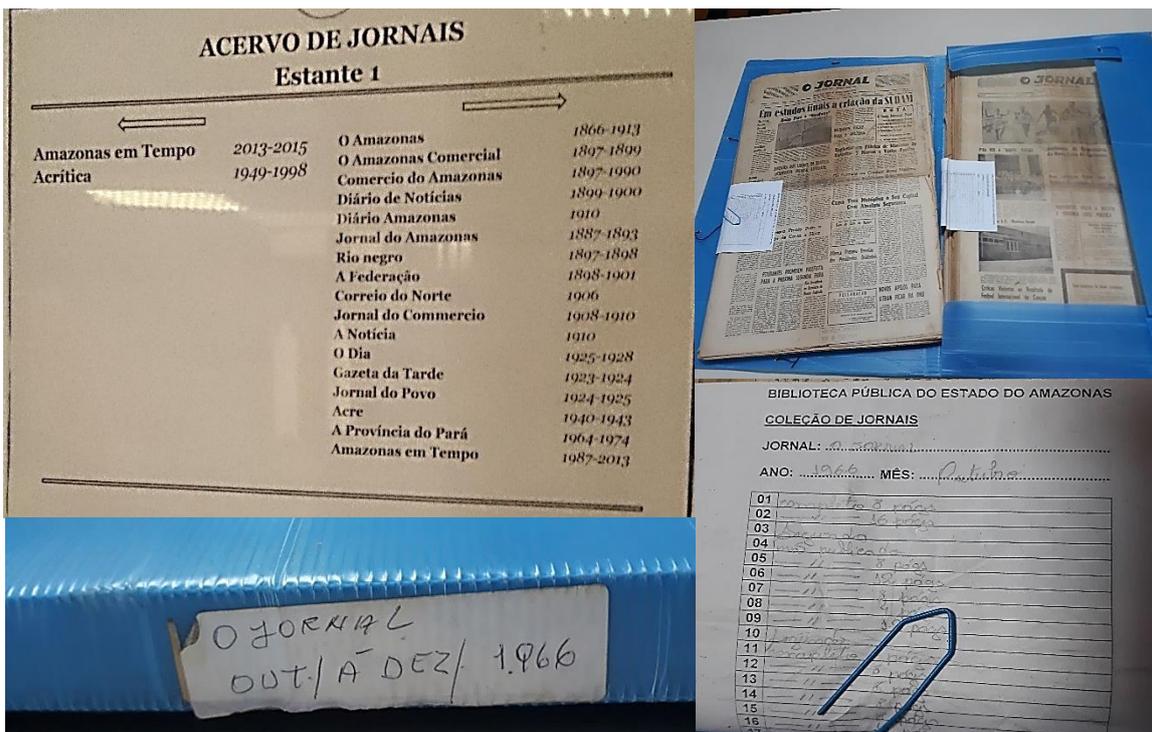


Figura 8. Aspectos organizacionais do acervo de Jornais da BPAM. Fonte: Própria (2018).

CRIANÇA! — Coletando Borracha usada, refletes o futuro, trabalhando na hora presente por um Brasil maior.

ESTADO DO AMAZONAS

Diário Oficial

ADMINISTRAÇÃO DO DR. ALVARO MAIA

Órgão editado pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda

ANO L

MANAUS — Quinta-feira, 8 de Julho de 1943

NÚMERO 14367

ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO

ACTOS DO INTERVENTOR FEDERAL

EXPEDIENTE DO DIA

DECRETOS

O Interventor Federal no Estado do Amazonas resolve:

PROMOVER

De acordo com o art. 1.º, do art. 32, do Decreto-Lei n.º 693, de 28 de Outubro de 1941, por 30 dias, o prazo para Inez Cândida da Cruz, nomeada por decreto de 4 de Junho último, do Distrito da Diocese dos Serenos, Teófilo, assumir o exercício de suas funções.

por 15 dias, o prazo para Fernando de Freitas Sousa, nomeado por Decreto de 30 de Maio último, para exercer o cargo de auxiliar de escola do Leprosário de Aldeia, sob a direção da Prof.ª Maria de Lepra, assumi o exercício do referido cargo.

DETERMINAR

O Dr. Djalma da Cunha Batista da comissão, que vinda exercendo como Capitão Militar da Força Policial do Estado, conforme requerido.

TORNAR SEM EFEITO

O Decreto de 21 de Maio último, que nomeou Francisco Montenegro de Sá para exercer, interinamente, como substituto, o cargo de servente do Colégio Estadual do Amazonas, visto não ter ocorrido a nomeação referida.

NOMEAR

Guaraci Nascimento Araújo para exercer, durante o corrente ano, a escola de emergência de Remate da Mata, no município de Benjamim Constant.

De acordo com o art. 1.º, item II, do Decreto-Lei n.º 584, de 28 de Outubro de 1941, Ofício Câmara para exercer o cargo de auxiliar de Laboratório do Dispensário da Lepra, sob a direção da Prof.ª Maria de Lepra.

Expedita Fernandes Barnhoi para exercer o cargo de enfermeira de 2.ª classe do Departamento de Saúde, que se acha vaga.

De acordo com o art. 1.º, item V, do Decreto-Lei n.º 693, de 28 de Outubro de 1941, nomear Cândida da Cruz para exercer, interinamente, como substituta o cargo de dentista do Departamento de Saúde, durante o impedimento do funcionário efetivo, Fernando Augusto Lima e Silva, que se encontra licenciado.

Raimundo Nogueira Theodoro para exercer, interinamente, como substituto, o cargo de servente do Colégio Estadual do Amazonas, durante o impedimento do funcionário efetivo, Francisco Antelmo Cavalcante.

De acordo com o art. 1.º, item IV, do Decreto-Lei n.º 693, de 28 de Outubro de 1941, nomear Brasil para exercer, interinamente, o cargo de promotor de justiça adjunto do Juízo de Moura, que se encontra vaga.

O médico Raimundo Nova Teófilo para exercer o cargo e posto de 1.ª Tenente Médico da Educação Física da Força Policial do Estado, durante o impedimento do titular.

efetivo, doutor Stella José dos Santos Lollato.

DETERMINAR

O Dr. José Pereira Gonzalez, médico licenciado de 2.º distrito, em licenças, para exercer o cargo de auxiliar, efetivo do Departamento de Saúde, durante o impedimento do funcionário efetivo, Dr. Alberto Corrêa da Silva.

EXONERAR

De acordo com o art. 58, letra B, do Decreto-Lei n.º 693, de 28 de Outubro de 1941, Ofício Câmara do cargo de enfermeira de 2.ª classe do Departamento de Saúde.

EXPEDIENTE DO DIA

Despachos do Interventor:

Leopoldino Calciano Napoleão de Mello, referido a 17-3-42. — A vista da informação, nada há que deferir.

Teram providências as notas de matrícula e demarcações dos lotes de terras denominadas Pató, no município de Manacapuru, e Caio Prado, no município de Manaus, requeridos respectivamente, por Antonio dos Santos Meireles e Helena Bezerra de Menezes.

SECRETARIA GERAL DO ESTADO

EXPEDIENTE DO DIA

Despachos do Secretário:

Luis Batista da Medeiros Costa, secretário tesoureiro do Colégio Estadual do Amazonas, solicitando licença para tratamento de saúde. — Ofício-se à Direção da Saúde.

Luizinha de Araújo Nery, conservadora dos Gabinetes de Física, Química e História Natural do Colégio Estadual do Amazonas, sãda ao Instituto de Educação, solicitando licença para tratamento de saúde. — Ofício-se à Direção da Saúde.

Marcos Venício Cavalcante, Sebastião Cavalcante, Francisco Maranhães Cavalcante e José Magalhães Cavalcante, respectivamente, requerendo por arrendamento as lotes de terras denominadas Laranjal, Costá 29, Costá 19 e Laranjal 29, situadas no município de Caruarú, e a designação do profissional Daniel Aguiar Junior para medi-las e demarcá-las. — Informe a Direção dos Serviços Técnicos (2 despachos idênticos).

Mário de Melo Bittencourt, promotor de justiça da comarca de Manacapuru, requerendo sejam seus vencimentos pagos pela coletoria de rendas daquela cidade. — A Direção da Secretaria para informar.

Hugo Trilane Bandeira Bezerra Faria, Raimundo M. Oliveira, Proprietário Franco Ribeiro, respectivamente, requerendo por arrendamento as lotes de terras denominadas Vidúia, 1740, 8, Antonio e Chibulzeiba, nos municípios de Barba (2) e Coari, e a designação do profissional Benedito Mahomed da Sousa para medi-las e demarcá-las. — Informe a Direção dos Serviços Técnicos (2 despachos idênticos).

Raimundo Rodrigues Colares, tendo exercido funções públicas no Estado desde 1934, requer sua aposentadoria. — A Direção da

Secretaria Geral

— Sociedade Amazônica de Agricultura, requerendo pagamento do dividendo da concessão que lhe foi concedida, entregando-se ao mês de Junho último. — Informe a Direção da Secretaria.

— Francisco do Nascimento Filho, requerendo por compra o lote de terras denominado "São Francisco", no município de Capim e a designação do profissional Francisco Pereira Ribeiro para medi-lo e demarcá-lo. — Informe a Direção dos Serviços Técnicos.

— José Rômulo Neves, referido a 5/3/42. — Designo o profissional indicado, de acordo com a informação.

— Nelson da Silva Braga, referido a 20/4/42. — A vista da informação, designo o profissional indicado.

— José Vieira Elias, funcionário municipal requerendo inscrição no concurso para o cargo de servente das diversas repartições do Estado.

— A Direção da Secretaria para informar. — The Mahans Tineway and Light Company, Limited, requerendo pagamento das importações de quinquilhões e açúcar e das despesas e encargos relativos (CFR 478.50) e ainda o oficial movimentos e vista e custos operários e vista contábil (CFR 24.813.20), provenientes de quota de previdência e da formação de corrente elétrica no Governo do Estado, em 1942-19 Junho p. findo. — Ao Sr. Fiscal para informar (2 despachos idênticos).

— Benedito Mahomed da Sousa, referido a 19-4-42. — A Procuradoria Fiscal do Estado.

— Antio de Medeiros e demarcações das lotes de terras denominadas São Sebastião, no município de Manacapuru, e Andorinha, no município de Itacoatiara, requeridos, respectivamente por José Sebastião da Lyra e Francisco Nogueira Pereira. — Publique-se edital de compra pelo preço legal (2 despachos idênticos).

— Leonor Carlos Miranda, Eugênia Belidário da Paiva, Guilherme Barbosa Lima, Raimundo Teles da Silva e Francisco Pedro de Melo, respectivamente, referidos em diversas datas. — Designo os profissionais indicados (2 despachos idênticos).

— Francisco Bento Lobo Pereira, Gilmar Aguiar Gomes, Ney Sales Machado, Manoel Barbosa Lima, Manoel Vieira dos Santos, Manoel Lara de Andrade, Deolinda Pereira de Souza, Raimundo da Silva Ribeiro, Melom Barbosa Lima, Genesio Herculeano de Oliveira, Raimundo Barbosa Lima, Gustavo Geraldo de Carvalho, Joaquim Lobo de Andrade, Avareo Imbiano Lima, Rosa de Macatubos Lago, Juliana de Magalhães Lago e Sebastião Borges Sales, respectivamente, referidos em diversas datas. — Designo o profissional indicado (11 despachos idênticos).

— Nemes Nunes Gomes, referido a 21/4/42. — A Direção da Saúde Pública.

— Antônio Lopes Barreto, referido a 1/5/42. — A vista das informações anteriores, nada há que deferir.

SERVIÇO DE PUBLICIDADE

Recebeu o Senhor Interventor Federal os seguintes ofícios:

"Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência a inclusa resolução número 67,

Figura 9. Capa do Diário Oficial.

Fonte: AMAZONAS. **Diário Oficial**. Quinta-feira, 8 de julho de 1943, ano L, número 14367. Estado Federal do Amazonas, p. 1.



Figura 10. Máquina Linotipo em exposição no Museu da Rede Amazônica.
Fonte: Própria (2018).

INDICAÇÕES DE PARQUES INFANTIS (PIs) INAUGURADOS NOS BAIRROS DA CIDADE DE MANAUS ENTRE OS ANOS DE 1943 E 1996. ¹

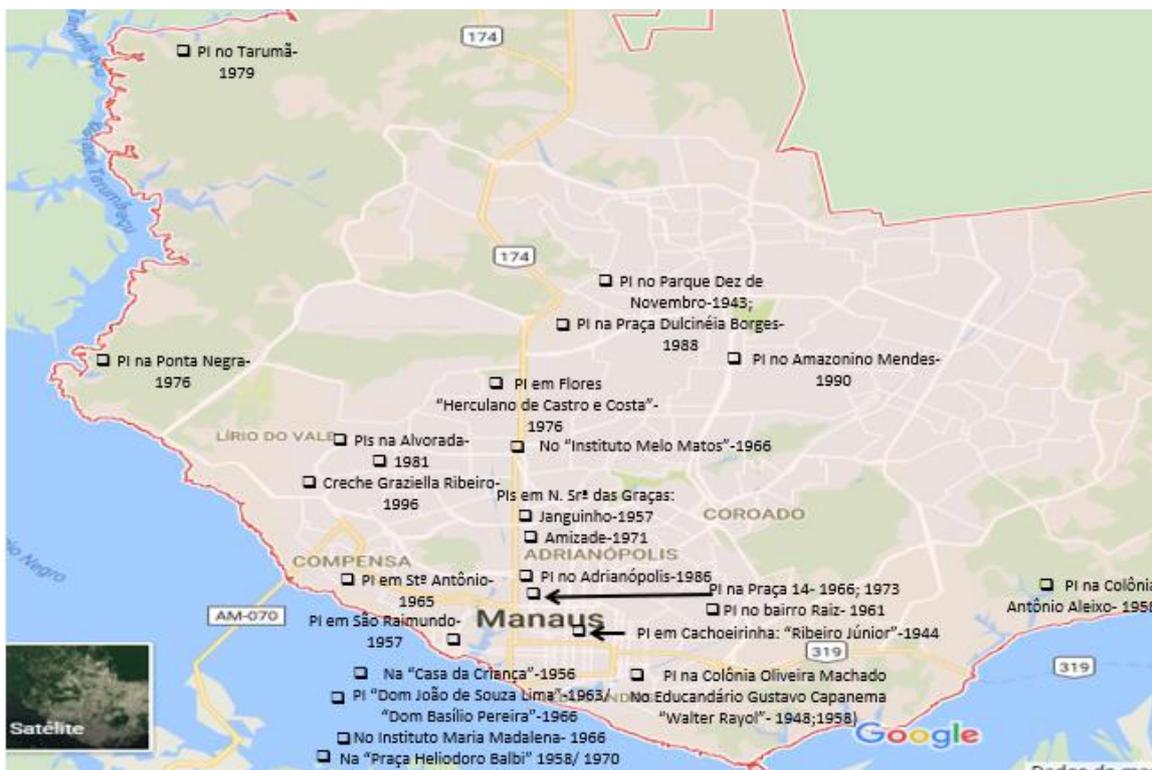


Figura 11. PIs inaugurados em Manaus (Elaboração própria). 2017.

1. Imagem de fundo capturada do Google Maps.

Fonte: JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, de 19 de abril de 1943, p. 7.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, de 06 de setembro de 1944, p. 4.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 6 de outubro de 1948, p. 2.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 13 de agosto de 1954, p. 4.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 14 de outubro de 1954, p. 3.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 22 de janeiro de 1956, p. 3.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 13 de abril de 1957, p. 1.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 22 de janeiro de 1958, p. 6.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 4 de fevereiro de 1958, p. 4.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 27 de janeiro de 1961, p. 1.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 22 de dezembro de 1963, p. 1.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 23 de setembro de 1965, p. 3.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 31 de março de 1966, p. 1.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 1 de abril de 1966, p. 1.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 02 de novembro de 1966, p. 8.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 28 de abril de 1970, p. 2.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 06 de outubro de 1971, p. 2.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 15 de dezembro de 1973, p. 3.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 7 de setembro de 1976, p. 3.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 14 de janeiro de 1979, p. 5.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 30 de outubro de 1979, p. 3.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 16 de junho de 1981, p. 4.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 19 de dezembro de 1986, p. 11.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 29 de março de 1988, p. 10.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 29 de novembro de 1990, p. 6.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 17 de maio de 1996, p. 1 e 7.

INDICAÇÕES DE PARQUES INFANTIS (PIs) INAUGURADOS NOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO AMAZONAS ENTRE OS ANOS DE 1946 E 1988. ¹

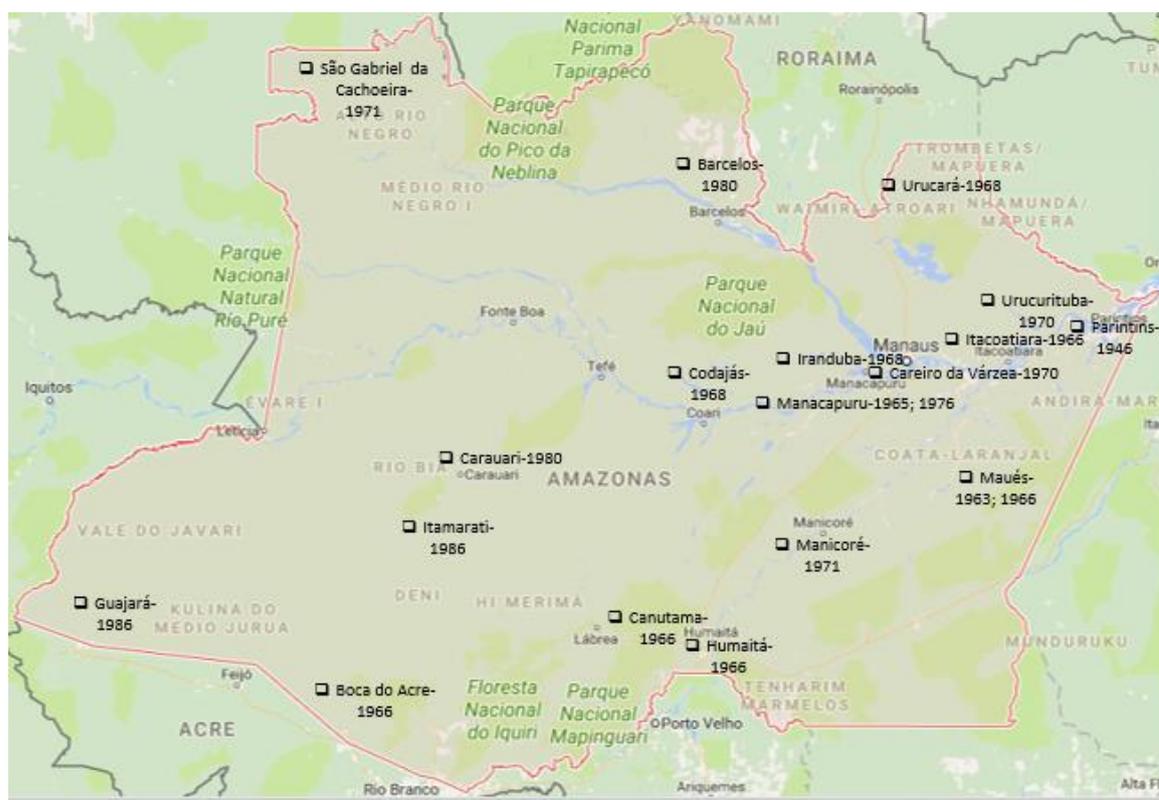


Figura 12. PIs inaugurados nos municípios do Amazonas (Elaboração própria). 2017.

1. Imagem de fundo capturada do Google Maps.

Fonte: JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 20 de junho de 1946, p. 5.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 20 de dezembro de 1963, p. 8.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 29 de dezembro de 1965, p. 1.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 21 de janeiro de 1966, p. 8.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 31 de março de 1966, p. 1.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 1 de maio de 1966, p. 8.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 7 de junho de 1966, p. 5.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 26 de agosto de 1966, p. 8.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 05 de abril de 1968, p. 8.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 20 de agosto de 1968, p. 8.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 24 de novembro de 1968, p. 1.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 13 de agosto de 1970, p. 6.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 27 de setembro de 1970, p. 9.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 12 de março de 1971, p. 2.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 30 de abril de 1971, p. 6.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 12 de fevereiro de 1976, p. 4.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 07 de maio de 1980, p. 5.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 25 de maio de 1980, p. 3.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 24 de março de 1986, p. 10.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 24 de março de 1987, p. 10.
 JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, 29 de março de 1988, p. 10.



Figura 13. Palácio da Justiça, 1930. “Registro do Palácio da Justiça tomado da Avenida Eduardo Ribeiro, vendo-se um bonde passando pela Rua 10 de Julho.”

Fonte: Fábio Augusto. Manaus de Antigamente. Cartão Postal, 1930. WorthPoint - Antiques, Arts and Collectibles. Disponível em:

<https://www.facebook.com/Manausdeantigamente/photos/a.454181297978667/1512981408765312/?type=3&theater>



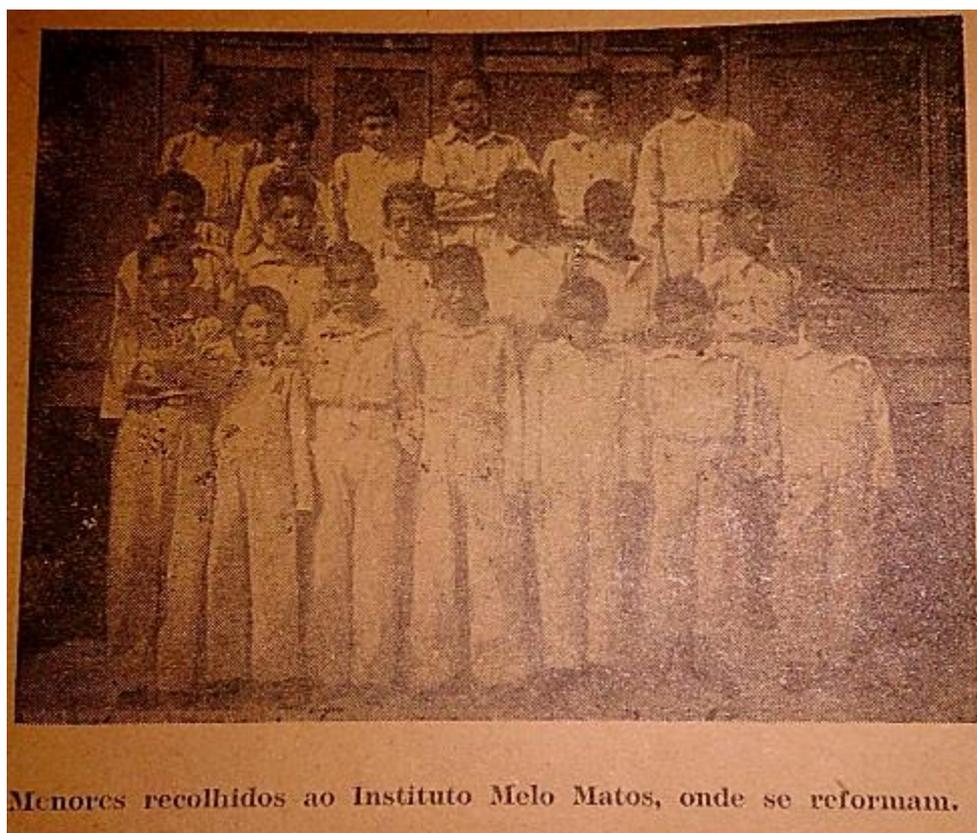
Figura 14. Medição do crânio de um menino no Juizado de Menores.

Fonte: AMAZONAS, Diário Oficial. Terça-feira, 10 de Novembro de 1942, ano XLIX, número 14169. Estado Federal do Amazonas, p. 8.



O Juiz ouve e atende, diariamente, a centenas de crianças.

Figura 15. Juiz André Araújo atendendo uma criança no .
Fonte: AMAZONAS, Diário Oficial. Terça-feira, 10 de Novembro de 1942, ano XLIX, número 14169.
Estado Federal do Amazonas, p. 8.



Menores recolhidos ao Instituto Melo Matos, onde se reformam.

Figura 16. Meninos internados no Instituto Melo Matos.
Fonte: AMAZONAS, Diário Oficial. Terça-feira, 10 de Novembro de 1942, ano XLIX, número 14169.
Estado Federal do Amazonas, p. 8.

CAPÍTULO II

OS MOTIVOS POLÍTICOS QUE DERAM ORIGEM AO SERVIÇO DE PARQUES INFANTIS NO AMAZONAS

2.1 As políticas para a infância no início do século XX

Nas primeiras décadas do século XX, o pensamento dominante era o de que o progresso de uma nação estava associado ao conceito de civilização, que deveria ultrapassar os muros escolares, principalmente para os filhos das classes subalternas (KUHLMANN Jr., 2010).

Defendia-se a mudança no cenário educacional brasileiro que, até o final do século XIX, apresentava livros estrangeiros onde não se estudavam os conceitos de nação e civismo, por exemplo, afirmando que o problema da educação, ou ausência dela, influenciava diretamente nas eleições (VERÍSSIMO, 1906).

Além disto, devido à falta de uma educação nacional e cívica, a população não costumava comemorar com entusiasmo as datas tidas como importantes como o Dia da Independência, predominando as comemorações religiosas por exemplo. Era necessário desenvolver no brasileiro o sentimento de nacionalidade por meio da educação física, moral e intelectual para se ter uma educação nacional de fato que solucionasse os principais problemas da sociedade brasileira (VERÍSSIMO, 1906).

A preocupação com a infância eclodiu em uma série de congressos internacionais e nacionais para se discutir as estratégias que se desenhariam e que deveriam ser executadas pelos governos de forma piramidal. Dentre eles se podem citar os Congressos Americanos da Criança, que ocorreram a partir de 1916 e o CBPI, Congresso Brasileiro de Proteção à Infância. (KUHLMANN Jr., 2002).

Começaram a se intensificar no cenário educacional brasileiro, políticas voltadas para a assistência à infância, e em 1922 aconteceu o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, onde foram abordados assuntos referentes à criança e suas relações com a família, a sociedade e o Estado, e sob aspectos sociais, médicos, pedagógicos e higiênicos, sendo este último dirigido, em especial, para as camadas populares, no intuito de estabelecer normas quanto ao comportamento, por meio de medidas preventivas. Estas políticas de proteção à infância eram criadas e a

educação surge “como um fator estruturante da sociedade ‘moderna’” (KUHLMANN Jr., 2000; 2002, p. 465).

Os estudos inspirados em Ariés, por exemplo, afirmam que o “desabrochar do sentimento de infância” se deu no final do século XIX. Já De Mause disserta sobre os modos de relação para com a infância de forma linear desde a antiguidade e que, no período estudado aqui, poderíamos dizer que estaria entre o quinto e o sexto modo: da relação de *Socialização* e da relação de *Apoio, Colaboração ou Amparo* (KUHLMANN Jr., 2010, p. 20).

Esta linearidade nas teses destes autores, embora inegavelmente relevantes para estudos no campo da história da infância, nos levam à reflexão sobre a importância de se considerar os aspectos sociais e culturais que interferem diretamente na concepção de infância de cada região, à classe social e, ou à constituição do núcleo familiar e que pode não estar atrelada à idade cronológica:

Mesmo em abordagens que tomam a infância em sua referência etimológica, como os sem-voz, sugerindo uma certa identidade com as perspectivas da história vista de baixo, a história dos vencidos, essa visão monolítica permanece e mantém um preconceito em relação às classes subalternas, desconsiderando a sua presença no interior das relações sociais. KUHLMANN Jr., 2010, p. 23).

A infância, no sentido cronológico do desenvolvimento humano (0 a 18 anos), em especial a pobre, passa a ser objeto de preocupação das políticas públicas, num contexto educacional onde o civismo e o patriotismo passam então a ser ensinados nas instituições educacionais, como afirma Vaz (2006, p. 40):

A mídia exibia com louvor os estudantes em desfiles, buscando sempre ressaltar a questão pátria. As datas comemorativas foram inseridas no calendário escolar, bem como o ensino da História pátria, que tinham o intuito de propagar os acontecimentos vigentes na época, assim como promover a formação cívica dessas crianças, fazendo com que a escola se transformasse em modelo de conduta, amor e sacrifício patriótico (Apud RIBEIRO; ALVES, 2012, p. 2).

O objetivo pertencente à política dos Parques Infantis no Brasil era de ocupar as crianças e adolescentes com atividades diversificadas, durante o período em que não estavam na escola (KUHLMANN Jr., 2000; 2002).

Com a criação de algumas políticas como Primeiro Juízo de Menores, em 1924 e o primeiro código de menores em 1927³⁰, foram consolidadas leis de assistência e de proteção aos menores de 18 anos, vistos como abandonados e delinquentes:

O “menor”, como categoria de hierarquização social, era o personagem social que abarcava uma ampla gama de substantivos e adjetivos diversos – “crianças desvalidas”, “miniaturas facínoras”, etc. – atribuídas na prática policial e jurídica àqueles indivíduos definidos legalmente em situação de menoridade. Como uma vasta bibliografia sobre o assunto tem destacado, o “menor” era definido, primordialmente, em torno de sua situação de subordinação social pela pobreza (SCHUCH, 2005, p. 59).

Pode-se dizer que era uma das várias estratégias do governo em prol da unidade nacional que se deu pós crise 1929, e de lutas por mais direitos na década de 30, cercado com ideais iluministas, a exemplo da Revolução Constitucionalista de 1932.³¹

Além da incorporação do civismo e patriotismo, tendo como uma das estratégias a ampla divulgação de desfiles cívicos e a inclusão das datas comemorativas no calendário nacional, a ideia de “sociedade evoluída” estava vinculada ao higienismo e à urbanização. De acordo com Kuhlmann Jr. (2002) “a saúde e a educação se entrelaçam nas propostas de tal modo que se tornam mutuamente subordinadas no propósito de construir as bases da nação moderna e ordeira” (p. 474) e “as escolas primárias precisaram de médicos professores de Biocultura prática e de higiene” (p. 475).

Higiene, psicologia e pedagogia caminhavam juntas na educação, e as mães eram consideradas ignorantes sobre a correta criação de seus filhos, por isso, deveriam confiar-lhes a educação ao Estado:

³⁰ “O Código de Menores de 1927 é considerado um marco no que tange à legislação infanto-juvenil. Este ordenamento jurídico completa as discussões que vinham sendo realizadas em nível internacional, sobretudo nos Congressos Pan-americanos da Criança, e na sociedade brasileira nas primeiras décadas do século XX.” (AREND, 2010, p. 353).

³¹ A Revolução Constitucionalista de 1932 eclodiu devido ao fato de Vargas não atender às reivindicações da sociedade de São Paulo, encabeçados por fazendeiros paulistas que se viram prejudicados após a Revolução de 1930. Também participaram da Revolução, profissionais liberais, estudantes universitários e comerciários, que reivindicavam, dentre outras coisas, eleições para presidente e a construção de uma nova constituição. Devido à forte repressão policial, quatro estudantes foram mortos e suas iniciais, MMDC (Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo) foram o símbolo da revolução (RIBEIRO; ALVES, 2012).

Presente na memória “Da proteção moral à infância”, de Mário de Alcântara Vilhena, laureado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro [...]. As conclusões enfeixam um conjunto de propostas para a infância, desde o seu nascimento, envolvendo: a propaganda da amamentação materna, o exame das amas-de-leite e um curso higiênico-moral para elas, a criação da cadeira de deontologia profissional nas Escolas Normais e a vigilância sobre os professores. Propunha ainda acabar com os cortiços (“medida higiênica, eugênica e moral”), a proibição de crianças desocupadas nas ruas e a fundação de jardins-de-infância e de centros de educação física, “onde as crianças possam brincar, cultivando sua saúde e evitando os maus ensinamentos da rua” “Em vez de educar as crianças no regime do cinema, dos espetáculos licenciosos, poderão os pais educá-los nos desportos, nas provas de resistência e no exercício da força de vontade. Sobre os desportos convém notar a inconveniência da bicicleta, que incita pestíferos ambientes do cinema, teatros, convém levá-los para as excursões nas montanhas, por longas caminhadas.” (KUHLMANN Jr., 2002, p. 490).

O ambiente escolar da época era considerado como um “prolongamento do lar, oficina do amor da pátria, da honra, da dignidade pessoal” (KUHLMANN Jr., 2002, p. 491). Os pais, mesmo de classes abastadas, não deveriam levar seus filhos para frequentarem lugares considerados nocivos, pois incentivavam a pornografia e os comportamentos vistos como amorais. Quanto ao ensino, este deveria ser prático, seguido de ensinamentos morais, pois “a vida moral não seria possível sem um mínimo de educação. O direito à vida da criança seria o direito de ser educada, para que fosse possível lhe exigir deveres.” (KUHLMANN Jr., 2002, p. 422).

As concepções de formação de uma geração civil, nos princípios higienistas e de eugenia vigoravam para as crianças escolarizadas e se estendiam para as crianças das classes subalternas que, após a escola, devido ao trabalho fabril de seus pais, ficavam nas ruas. Para o Estado havia a necessidade de uma instituição que continuasse os ditames da formação da nação brasileira. A idealização dos PIs serviria a esse propósito de educar para a cidadania e sua propagação, de acordo com Nicanor Miranda (1941), aconteceu de norte a sul do Brasil.

Os PIs no Brasil apresentam elementos contraditórios: se o Estado Novo voltava-se para a formação civil e militar das crianças, nos Parques Infantis “o tempo livre poderia ser preenchido com diversas atividades recreativas consideradas saudáveis [...], pois, ao mesmo tempo em que esses elementos poderiam representar formas de controle e vigilância sobre a população, poderiam criar, também, a

possibilidade de novas formas de uso voltadas para a subversão da ordem estabelecida.” (GOMES, 2003, p. 34).

Para Nicanor Miranda, então chefe de Educação e Recreio do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo:

Educar a infância para um lazer correto, para que as horas de folga do futuro cidadão-trabalhador-soldado sejam empregadas em atividades saudáveis, higiênicas e de “grande alcance moral”; “afastar” as crianças do seu meio social e moral, ou seja, de sua família, do seu bairro, do seu território, construindo uma alternativa aos “vícios e à criminalidade” dos bairros operários; manter o lazer sob controle e coordenação do Estado, para assim garantir sua adequação; conduzir as crianças a um estreito convívio entre classes diferentes, expressando o ideal de uma sociedade concebida como corpo, harmônica e coesa (MIRANDA, 1941, p. 172-173).

Dentro de uma política de municipalização, os PIs se caracterizaram por aspectos educacionais de uma experiência não escolar em que a criança teve acesso também à cultura e à saúde e era estimulada a construir uma identidade patriota.

Esses parques, de acordo com Reis, “contribuíram para ‘relativizar’ as análises que enfocavam apenas os aspectos disciplinadores das instituições de atendimento à infância, no início do século XX, mostrando que existem outras possibilidades de significado da infância” (2001, p. 97).

Com a criação dos Parques Infantis no Brasil, os filhos dos trabalhadores operários, tinham um espaço alternativo para frequentar, além da escola regular, pois se constituíam em instituições não formais, onde as crianças recebiam cuidados higiênicos, de saúde, de disciplina do corpo, e de civismo, além do acesso à educação e à cultura, onde o aprendizado da cultura, do folclore, funcionava como um elemento propulsor do sentimento de identidade nacional:

[...] um processo de conhecimento, como fonte de nacionalidade e modernização, como essência de brasilidade. O resgate das tradições populares permitia a unificação da nação através de uma continuidade entre o popular e o erudito, sem que isso fosse apenas uma forma de inculcar amor às coisas nacionais, um conteúdo a ser ensinado (REIS, 2001, p. 99).

A educação de origem froebeliana oferecida para a criança da classe trabalhadora nos parques infantis também tinha caráter lúdico e se constituiu em avanço significativo, pois oportunizou as crianças o acesso a direitos como saúde, educação e cultura (REIS, 2001).

Também foi criado o Ministério da Educação e da Saúde Pública, em 1930, por intermédio do Decreto nº 10.402. Com isso, os filhos dos trabalhadores também passam a ter direito à Educação, “principalmente nos grandes centros urbanos, mostrando-se como um elemento de organização social e modernização da sociedade brasileira, sob o impulso da política de desenvolvimento industrial implementada durante o governo Getúlio Vargas.” (REIS, 2001, p. 95-96).

São criados alguns programas de atendimento à infância, visando, dentre outras coisas, o reforço do patriotismo. Isto se deve principalmente ao processo de industrialização, onde as mulheres, necessitando trabalhar nas indústrias, não dispunham de tempo para educarem seus filhos, preferindo essas instituições a deixá-los nas ruas, onde poderiam se tornar criminosos em potencial.

Reis (2001, p. 94) afirma que “essa crescente política de assistência à infância, baseada tanto num modelo médico-sanitário quanto numa visão psicologizante do trabalho educativo, favoreceu a difusão de uma concepção abstrata de infância a partir desse período.” Configurando-se então, um momento significativo em que o Governo volta os olhos para a infância e para os conceitos subjetivos a sua configuração.

Outros órgãos criados foram o Serviço de Assistência a Menores - SAM, criado em 1941, “responsável pelas crianças abandonadas e menores infratores, e órgãos internacionais como: o Fundo das Nações Unidas para a infância UNICEF/1948 e a Organização Mundial de Educação Pré-Escolar OMEP/1948.” (REIS, 2001, p. 96).

No Amazonas, a Política dos Parques Infantis surge vinculada ao Juizado de Menores da capital, durante o Estado Novo, em 1940. Por isto, faz-se necessário um estudo a respeito do conceito de “menor” da época. O termo “menor” foi encontrado nas fontes, se referindo tanto aos meninos quanto às meninas com idades inferiores ou iguais a 18 anos, como verificamos no relatório feito pelo Juiz André Araújo, intitulado “Organização de Assistência e Serviço Social do Amazonas”:

A exploração do trabalho das mulheres e dos menores nas fábricas de beneficiamento de castanha, é um dos sintomas dos nossos males sociais. Mulheres pré-tuberculosas, crianças anêmicas, impaludadas, verminóticas, entre 14 e 18 anos, são arrastadas para aqueles

ambientes nocivos, impróprios e, alí, se encaminham para a morte ou para a prostituição. [...]
A prostituição clandestina de menores e mulheres é também outro mal que tem originado grandes desgraças à sociedade (AMAZONAS, 1941, p. 12 e 13).

Em outro relatório referente aos anos 1944 e 1945, observamos também a expressão “menores recolhidas”, se referindo às meninas recolhidas pelo Juizado (QUADRO 1, p. 102).

Em 1941 é criado em Manaus o Departamento de Serviço Social, anexo ao Departamento de Educação e Cultura, dirigido pelo Juiz André Araújo, cabendo a este departamento o Serviço de Assistência e Proteção aos Menores, serviço este que se estenderia aos demais municípios dentro das seguintes orientações expostas no projeto de organização de Assistência Social e Serviço Social do estado do Amazonas:

Art.44 – Os prefeitos municipais abrirão no interior do Estado verbas orçamentárias para o auxílio a êsses serviços.

Art.45 – O Governo do Estado fornecerá elementos de ajuda para que se incremente nos municípios a obra de assistência social.

Art. 46 – Cada Município deverá ter sua obra assistencial promovida por sua comissão, com a colaboração do povo, comércio, indústria e classes laboriosas.

Art. 47 – As comissões elegerão, entre si, seu presidente, secretário e tesoureiro e poderão criar tantas sub-comissões quantas forem necessárias.

Art.48 – Cada comissão poderá ter seu regulamento próprio, desde que seja o mesmo aprovado pelo Conselho Técnico de Assistência e Serviço Social do Amazonas, com sede na Capital (AMAZONAS, 1941, p. 36).

Observava-se na imprensa uma preocupação com a infância abandonada, especialmente pelo Juizado de Menores, de responsabilidade do Juiz André Vidal de Araújo, que semanalmente publicava uma página intitulada “Conselho de Assistência e Proteção aos Menores”, com os *slogans* “Tudo pelo menino” e “Temos, no Brasil, necessidade de crear estabelecimentos adequados para menores”. Essa publicação vinha na última página do Diário Oficial do Amazonas, onde se lia orientações para a

criação da criança, relatórios realizados pelo Juizado Privativo dos menores³², ideias circulantes sobre a infância na época em nível internacional e até elogios recebidos de outros órgãos nacionais como o Departamento Nacional da Criança, pelo trabalho divulgado pelo Juizado do Amazonas (AMAZONAS, Juizado Privativo dos Menores, 30 de setembro de 1940, p. 1).

Esse semanário, de página única, apresentava seus artigos organizados em três colunas, com veiculação anexa ao Diário Oficial do Amazonas, refletia as ideias circulantes à época, como por exemplo o risco de morte por sufocamento quando a criança dorme junto com os adultos, a necessidade de haver brinquedos para cada idade, como se dá o aprendizado da criança, instruções de como se deve criar os filhos ou alimentá-los.

A edição do dia 9 de fevereiro de 1943, por exemplo, trazia um artigo intitulado “Como os antigos viam as Crianças”, o qual apresentava informações e trechos do “Tratado da Educação Física dos Meninos, para uso da Nação Portuguesa”, documento de 1791 cujo autor era um médico (Dr. Francisco de Almeida), destacando a importância da puericultura³³, trazendo em suma a importância do sono, do exercício físico, da necessidade de vestir adequadamente as crianças e controlar as “paixões” na primeira idade (a cólera e o temor) (FIGURA 17, p. 96).

Interessante o fato de que após 152 anos, este documento de origem portuguesa seja divulgado no Amazonas, traduzindo esta preocupação com a questão dos cuidados para com a criança. Dias, nos seus estudos sobre o projeto de modernização da cidade de Manaus, revela que desde 1890 esta preocupação com a “diferenciação social que se impõe a Manaus, a preservação do natural e o seu sentido até cultural são ignorados pelos projetos de higiene, que procuram elaborar as justificativas necessárias à prática de controle social.” (DIAS, 2007, p. 50).

A preocupação de André Araújo com os cuidados infantis pode ser observada quando ele patrocina o “Concurso de Graça e Robustez”, promovido pela Revista

³² O Juizado Privativo de Menores foi criado pela Lei n.18, de 21 de Setembro de 1935 na capital do estado do Amazonas, e instalado no dia 1º de outubro do mesmo ano (AMAZONAS, Juizado Privativo dos Menores, 18 de novembro de 1940, p. 1).

³³ A puericultura era uma concepção educacional, classificada no Brasil pelo médico baiano Alfredo Ferreira Magalhães em: preventiva ou profilática (educação voltada para a higiene, a moralidade, controle da natalidade e aperfeiçoamento da raça), e a puericultura definitiva (objetivando os desenvolvimentos moral, do corpo, da mente e do intelecto da criança desde o útero até os 14 anos de idade) (KUHLMANN Jr. 2000).

Sintonia³⁴ (1941), que teria dois vencedores, nascidos na “ERA DO BRASIL NOVO, isto é, desde a classe de 1930”. (SINTONIA, nº 11. Manaus, jan. de 1941, p. 10).

A capa da Revista (FIGURA 18. p. 97), trazia o nome do concurso “GRAÇA E ROBUSTEZ” acima da fotografia do rosto e uma parte do busto de uma menina caucasiana de olhos claros, cabelos curtos e bem penteados, feitos em cachos e com um laço acima da cabeça. O olhar da criança está dirigido para algum ponto fixo ao lado direito da câmera, como se ela estivesse contemplando algo, a criança aparece apoiando o seu queixo sob a mão esquerda, com semblante sereno vestindo uma roupa clara de mangas curtas, gola e botão.

Em legenda os dizeres “SHIRLEY TEMPLE É GRACIOSA, mas não é Amazonense. Veremos qual será a mais linda e robusta criança amazonense, da Era do Brasil Novo!” (SINTONIA, nº 11. Manaus, jan. 1941, p.1).

Para o título de “Robustez”, os candidatos deveriam ter até 5 anos completos e para o de “Graça”, as crianças deveriam ter entre 5 e 10 anos completos. A divulgação dos vencedores seria no dia 12 de outubro em comemoração ao Dia da Criança, em

³⁴ A Revista Sintonia foi criada pelo telegrafista Rigoberto Costa, na cidade de Manaus, em 1939, e circulou até o ano de 1954, pelo valor de 1\$5 (mil e 500 réis), tendo com um dos objetivos de divulgar a “Amazônia para o Brasil” (MENDONÇA, 2015). Esta revista se constituiu em outra fonte interessante com qual nos deparamos no decorrer da pesquisa realizada no Instituto Durango Duarte, por meio da historiadora Marlúcia Bentes, então funcionária do local, que muito nos auxiliou no trabalho com as fontes, onde nos foram disponibilizadas 15 edições digitalizadas correspondentes aos anos de 1939 a 1942 (1ª FASE), em busca das edições restantes da 1ª fase, e das edições da 2ª fase da revista, entramos em contato com o prof. Drº Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro e recebemos gentilmente todas as cópias da 1ª fase da revista em CD disponíveis no Laboratório da História da Imprensa no Amazonas (LHIA), localizado no prédio Arthur Cezar Ferreira Reis, na UFAM. A 2ª fase foi encontrada na Biblioteca Pública do Estado do Amazonas, localizada à rua Barroso no Centro de Manaus, as edições estavam impressas e reunidas em encadernação única organizada em ordem decrescente no acervo do setor “obras raras”.

A periodicidade inicial da revista seria mensal, contudo não conseguia manter esta regularidade devido à algumas dificuldades sendo uma delas a falta de papéis para impressão e o fato de as máquinas para impressão serem alugadas. Apresentava-se como *Revista dos telegrafistas do Amazonas*, tinha geralmente entre 20 e 30 páginas, com publicações que destacavam as políticas do Estado Novo e de seus governantes e de acordo com Mendonça (2015), circulava em outros estados do Brasil. Também trazia muitas propagandas entre as matérias (até mesmo na capa), artigos que tratavam de assuntos variados em seu conteúdo: política, poema, esportes, variedade e informações em geral, tudo acompanhado de ilustrações e/ou fotografias, o que nos indica uma intenção de se atingir um público alvo diversificado. Um dos aspectos interessantes era o fato da revista noticiar as informações e fotografias dos profissionais recém-formados pela Escola Normal do Amazonas: professoras, bacharéis, dentistas farmacêuticos, etc. Outro fato significativo era o espaço para as publicações referentes às crianças, em geral pertencentes à alta sociedade, com imagens das mesmas, por vezes até na capa, parabenizando pela passagem de um evento como aniversário, batizado ou nascimento, por exemplo. Em 1939 estas publicações foram vistas na coluna *Sintonia Social* e a partir de 1940 ganhou espaço próprio na coluna *Sintonia Infantil*.

seção solene presidida pelo Dr. André Araújo que iria premiar os vencedores. Dentre as premiações estariam:

Matrículas e cursos gratuitos em alguns estabelecimentos desta capital, medalhas de ouro e prata, livros instrutivos e recreativos, bicicleta, bolas de foot-ball e outros aparelhos de esportes, ampliações fotográficas, brinquedos, etc., cuja relação e nomes dos ofertantes, publicaremos oportunamente. Além desses prêmios, outros em dinheiro, num total de 3:000\$000, conforme discriminação que faremos no próximo número, estando mais ou menos certo que o 1.º Premio será de 1:000\$000 (SINTONIA, nº 11, Manaus, jan. 1941, p. 10).

As inscrições só poderiam ser feitas mediante apresentação da carteira de identidade dos candidatos expedida gratuitamente pelo Juizado de Menores. O critério para eleger o vencedor do concurso de “Robustez” era pelas medidas antropométricas das crianças, realizadas em dias específicos por diferentes especialistas e de forma gratuita no juizado de menores, por isto os candidatos do interior só poderiam participar do concurso se fossem trazidos à capital para realizar as “medições”. Com relação ao concurso de “Graça”, a avaliação seria realizada por meio de fotografias em tamanho postal, enviadas à redação da revista, contendo as seguintes informações:

[...] nome, data de nascimento e filiação da criança, à parte, em envelope fechado, levando-se em conta, a harmonia de traços fisionômicos e a originalidade da fotografia, influenciando também a inteligência e o desenvolvimento físico comprovadas em ligeiro desfile ante a comissão de julgamento (SINTONIA, nº 11, Manaus, jan. 1941, p. 11).

As inscrições eram pagas, e deveriam ser realizadas na Gerência da revista Sintonia, à rua Joaquim Sarmiento, nº 78, não havendo limites de criança por família, com os seguintes valores para não assinantes:

INSCRIÇÃO de um filho.....	20\$000
• Dois filhos	30\$000
• 3 •	35\$000
• 4 •	40\$000
• 5 •	45\$000

- 6 ou mais filhos..... 50\$000
(SINTONIA, nº 11, Manaus, jan. 1941, p. 11).

Para assinantes da revista o valor por criança era de 5\$000 e inscrevendo 6 ou mais crianças, pagaria 30\$000. As crianças pobres, sob a proteção do Juizado de Menores, também poderiam se inscrever no concurso, por meio da autorização do Dr. André Araújo.

Somente os assinantes da revista poderiam votar, mediante o pagamento do valor de 2\$000. Além do pagamento da quantia, deveria ser datilografado o nome completo da criança, a assinatura do assinante e o número da ficha, tudo por extenso.

Os valores arrecadados custeariam as despesas do concurso, “revertendo o liquido em benefício do Pequeno Vendedor de Jornal, para cujo necessário controle, o Sr. Doutor André de Araújo, designará um fiscal, junto a nossa gerencia” (SINTONIA, nº 11, Manaus, jan. 1941, p. 11).

No entanto, não foi encontrada nenhuma divulgação dos vencedores ou da premiação do concurso na edição do mês de outubro de 1941, como prometido, tampouco nas edições posteriores.

As políticas públicas para a infância Amazonense estavam atreladas às políticas nacionais que visavam controlar os problemas sociais vigentes, utilizando-se para isto principalmente do serviço social por meio do Juizado de Menores, que teve papel significativo no controle e divulgação destas políticas, em especial, no que tange à infância e a necessidade de criação dos Parques Infantis como espaços de prevenção à delinquência e à ociosidade.

Contudo, infere-se que em virtude da falta de investimento e planejamento dos governantes, levando em consideração as características geográficas, sociais e culturais do Amazonas, estas políticas não atenderam plenamente à infância pobre que continuou marginalizada e carente de atendimentos básicos e essenciais de saúde, educação e lazer.

Por isso a relevância da compreensão dos serviços públicos voltados para a criança, como foram os Parques Infantis, na tentativa de retratar a história da educação do Amazonas, ainda carente de investigações.

2.2 Os parques infantis e a realidade amazônica

A criação do serviço municipal de Parques Infantis no Amazonas estava relacionada às influências principalmente da América e, especificamente no Brasil, à política nacional de assistência e proteção à criança e aos adolescentes desfavorecidos economicamente, que em sua maioria, eram filhos de operários. Este Serviço de Parques Infantis foi criado no estado durante o período conhecido como Estado Novo, que vigorou entre 1937 a 1945. O objetivo era o de ocupar o tempo livre de crianças e adolescentes pobres com atividades diversificadas, durante o período em que não estavam na escola.

Os Parques Infantis no Amazonas começaram a ser inaugurados na década de 1940. Até então, os serviços de assistência à infância no Estado, eram realizados pela *Directoria de Hygiene* até o final da década de 1930. Nestes serviços eram realizadas visitas de uma parteira que, quando necessário, encaminhava a criança ao Hospital da Casa Fajardo. Além disto, também havia assistência odontológica como extrações e curativos. (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 19 de abril de 1937).

O Amazonas, então dividido em 19 *distritos*, combatia o paludismo (malária) que assolava as populações trabalhadoras, realizando expedições médicas aos lugares infestados, pelos municípios do interior, com postos fiscais itinerantes, ambulâncias, médicos e enfermeiros.

Em Manaus, entre os anos de 1936 a 1937 os atendimentos eram realizados no Centro de Saúde, com grande movimento, e possibilidade do número de atendimentos ser maior, se todas as dependências estivessem em funcionamento (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 19 de abril de 1937).

O Centro de saúde oferecia serviços de higiene escolar, com vacinações, inspeção, banho ultra-violeta e medicações. Também oferecia serviço de higiene pré-natal, higiene infantil, tratamento de tuberculose, sífilis e moléstias venéreas, paludismo, verminose e tratamento com o dentista, este último com maioria de atendimentos às crianças. Além disto, as “moléstias da pele” eram tratadas no Dispensário Oswaldo Cruz, onde verificamos registros de crianças diagnosticadas com lepra e dermatose (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 19 de abril de 1937).

Além do Centro de saúde havia sete Postos de Saúde localizados em diversos bairros da capital. Em Manaus dentre os bairros considerados pobres estavam:

“Cachoeirinha, Educandos, São Raymundo, Giráo, Boulervár Amazonas e outros menos povoados”, cuja população sofria principalmente com a malária (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 19 de abril de 1937).

No final da década de 1930, o estado do Amazonas era governado por Álvaro Maia³⁵ que em 1º de fevereiro de 1937, por meio do Decreto n.112, instituía o Departamento de Educação e Cultura, sendo nomeado para o cargo de diretor o professor Themistocles Gadelha³⁶ que assume as responsabilidades da antiga *Diretoria-Geral-da-Instrução-Pública* (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 3 de maio de 1937, p 55).

A falta de investimento em saúde e educação no Amazonas por vezes era descrita em publicações de outros estados brasileiros, como podemos observar nesta publicação do jornal “A manhã”, da cidade do Rio de Janeiro, no dia 15 de janeiro de 1942, reproduzida no Diário Oficial do Amazonas com o título “Imigração e Colonização”:

[...] o principal problema Amazônico é da falta do braço trabalhador. Escassíssima é a sua população, insuficiente para tirar da terra ferraz, das suas imensas florestas, dos seus seringais intermináveis, todas as riquezas que encerram.
Como remediar semelhante falta?
Pela imigração.
Mas como esta não é possível contar, conforme muito bem acentuou, em memorial endereçado ao sr. Presidente da República, a Associação Comercial de Manaus, dadas as características da região, sem condições apreciáveis de habitabilidade, desprovida de assistência médica e educacional e onde a produção a realizar oferece frequentes síncope de preços, que tornam inapetecível qualquer aventura imigratória[...] (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 24 de janeiro de 1942, p. 2).

Este processo de colonização do Amazonas vinha ocorrendo desde 1852, quando a Administração Pública encarregava-se de “investir em propaganda, atraindo a atenção de possíveis investidores” ou de pessoas que desejassem migrar ou emigrar para o estado (DIAS, 2007, p. 35).

³⁵ Álvaro Botelho Maia (1893-1969) governou o estado do Amazonas de 1930 a 1931, de 1935 a 1937 e de 1937 a 1945 (BITTENCOURT, 1973).

³⁶ Themistocles Gadelha foi diretor da Escola Normal do Amazonas em 1935, nomeado diretor da Instrução Pública em 1936 quando em 1937 assume oficialmente o cargo. Em 1938 é descrito na imprensa como diretor de Educação e Cultura do Amazonas (O RADICAL, 1935; A BATALHA, 1936; REVISTA DA SEMANA, 1938).

Medidas de urgência deveriam ser tomadas para se combater a mortalidade infantil na Amazônia, que mantinha seus índices preocupantes na década de 1940, tendo em vista que a criança amazonense era portadora de características hereditárias de resistência ao clima da região, propícias para a realização de trabalhos manuais:

[...] É irrecusavelmente muito grande o coeficiente de natalidade, revelado pelas populações autóctones e, da mesma maneira, pelos [...] nordestinos.

Mas há um fator que tudo neutraliza: é a assombrosa mortalidade infantil, que impossibilita o crescimento normal da população.

Cumprido, desse modo, organizar uma obra temática e orientada da defesa da infância amazonense.

Será, ao sentir dos que meditam seriamente sobre o problema, a forma mais prática e objetiva de assegurar o povoamento daquelas plagas, além do mais por se tratar de elementos humanos detentores de qualidades hereditárias de resistência às tremendas contingências de clima.

De qualquer maneira, o problema do povoamento da Amazônia é essencial para o país e precisa ser resolvido quanto antes, senão pela imigração, ao menos pela defesa da vida à infância autóctone e por uma obra metódica na colonização racional (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 24 de janeiro de 1942, p. 2).

Além disto, em uma publicação intitulada “*A ociosidade e o furto na predelinquência de menores*”, André de Araújo ressalta a importância de se construir espaços onde o menor pudesse ocupar seu tempo livre, prevenindo assim que se tornasse um delinquente:

[...] O menor vigiado ordinariamente, não incorre em delito.

Converia, portanto, a criação de pequenos parques, de campos infantis para esporte, de uma biblioteca para crianças, o que não seria difícil nem caro para o Município ou para o Estado.

Bem organizadas, essas instituições, ele as convertem menores em bons cidadãos, quer pelo aspecto físico, quer mental e moral (AMAZONAS, Juízo Privativo dos Menores, 9 de junho de 1942, p. 1).

André Araújo também se inspirou em algumas experiências positivas em relação à redução da criminalidade em outros países como os EUA, Bélgica, Alemanha, Itália etc., e em outros estados brasileiros como São Paulo, Distrito Federal e Pernambuco. Por isto, as obras sociais teriam papel importante para atender aos intentos de civilidade e progresso do governo nacional:

Se formos hábeis e ao mesmo tempo intransigentes com a filúcia dos especuladores, poderemos prever uma nova era de prosperidade amazonense, para a qual, aliás, o governo do Sr. Getúlio Vargas tem contribuído com inúmeras medidas oficiais, não só no que diz respeito ao índice de vida do trabalhador do grande Estado do extremo norte, como também, às obras de amparo social que hão de transformar o Inferno Verde num formidável repositório de progressos nacionais (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 23 de janeiro de 1942, p. 5).³⁷

Para Sherer, André Araújo tinha uma utopia conservadora que se traduzia na “recuperação e na retificação da ordem social existente” o que se reafirmaria “nos marcos da institucionalização das práticas assistenciais no Amazonas”. (2016, p. 98).

Por isso, sua figura teve singular importância no movimento para construção de obras preventivas como os Parques Infantis que se convertiam em “estruturas de integração convencionais” que seriam “conscientemente elaboradas pelas autoridades” atendendo aos fatores de integração, que seria o de “controle do tempo livre da criança operária” (SCHMITT, 2005, p. 377).

Dois documentos da década de 1940 revelam a política governamental dos Pls relacionada ao estado do Amazonas. O primeiro de caráter nacional, que instigou essa investigação, de Nicanor Miranda, intitulado *Origem e Propagação dos Parques Infantis e Parques de Jogos* (1941), que informa que um Parque Infantil estaria sendo construído na cidade de Manaus, conforme um documento informativo encaminhado pelo prefeito de Manaus. Isso nos motivou a pesquisa no *Diário Oficial do Estado do Amazonas* a partir do ano de 1937, onde se encontrou na data de 19 de fevereiro de 1940 a comprovação da criação do Serviço de Parques Infantis na Prefeitura Municipal de Manaus.

A existência dos Pls no Amazonas (mencionada por Nicanor Miranda (1941), ao defender a proliferação dos Pls no Brasil), de acordo com o Diário Oficial do Estado do Amazonas (19/02/1940), trouxe o Ato de criação nº 135 do Serviço de Parques

³⁷ O presidente Getúlio Dorneles Vargas (1882-1954) esteve em Manaus no dia 10 outubro de 1940 proferindo o “Discurso do Rio Amazonas” sobre as lendas, os rios, o clima, elogiou o trabalho do Interventor Álvaro Maia e reforçou a necessidade de trabalhar pelo engrandecimento da pátria (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1942). O presidente também esteve nos Estados do Pará no Norte, do Maranhão e do Mato Grosso no Centro-Oeste, com o objetivo de garantir a defesa da unidade nacional por meio do povoamento e controle das populações destas regiões. Este projeto, foi denominado “Marcha para o Oeste”, em referência aos bandeirantes que desbravaram os sertões brasileiros (CASSIANO, 2002).

Infantis na cidade de Manaus/AM, feito pelo Prefeito Antônio Botelho Maia, vinculado ao Juizado de Menores da Capital. foi

Contudo, se já não havia investimento suficiente para espaços educativos formais que dirá então para os espaços não formais, como era o caso dos Parques Infantis, onde as crianças deveriam receber cuidados higiênicos, de saúde, de disciplina do corpo, além de noções de civismo:

O Engenheiro Agrônomo ANTONIO BOTELHO MAIA, Prefeito Municipal de Manaus, por nomeação legal, etc.
Considerando ser a assistência e proteção á infância um dos mais precípuos dos governos bem orientados;
Considerando que a civilização de um povo se mede pelo seu grau de cultura e pelas instituições de valor social que possui, para defesa de sua raça e amparo de seu povo; Considerando que os parques infantis são melhoramentos sociais que educam, assistem e medicam as crianças que neles se inscrevem;
Considerando que os parques infantis têm por objetivo proteger e educar, e, constituem uma instituição recomendada por todos os sociólogos, pedagogos, médicos e educadores contemporâneos;
RESOLVE: Art. 1º - Fica creado na Prefeitura Municipal de Manaus o SERVIÇO MUNICIPAL DE PARQUES INFANTIS [...] (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 19 de fevereiro de 1940, p. 3).

Esta publicação informa ainda que o serviço de Parques Infantis em Manaus teria o apoio do Juizado de Menores da capital, e que a sua direção deveria ser realizada por um profissional com formação em psicologia infantil ou pedagogia. No entanto, o trabalho não seria remunerado, e a prefeitura iria colaborar apenas com os materiais necessários à sua execução:

O Serviço de Parques Infantis no Amazonas agiria em colaboração com o trabalho de assistência e proteção aos menores, realizado pelo Juizado de Menores da cidade de Manaus, e seria dirigido por um profissional com habilitação em psicologia infantil ou pedagogia, porém sem remuneração. À prefeitura caberia o fornecimento de materiais como: livros de registro, fichários, aparelhos de antropometria, de cultura moral, intelectual e física. O local de instalação seria na zona conhecida como Mindú, onde já estaria em construção o Parque Municipal 10 de Novembro³⁸ (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 19 de fevereiro de 1940, p. 3).

³⁸ Os documentos oficiais da época se referem ao local como logradouro público, balneário, parque ou centro de esporte e de diversão pública, a área onde o Parque Dez foi construído é até então descrita como área, zona do Mindu ou Bairro do Mundu, devido ao nome do Igarapé ali existente. Em 1952 o Parque Dez de Novembro é encontrado como bairro na obra *Manaus: Ruas, fachadas e varandas* (ANDRADE, 1985, p. 194).

Em uma exposição realizada pelo interventor federal Álvaro Maia ao presidente Getúlio Vargas, correspondente ao período de outubro de 1939 a maio de 1940, informa-se que o Parque 10 de Novembro já estaria em via de conclusão, e que o local seria “destinado à cultura física da infância e da juventude, sem exclusão doutras finalidades recreativas puramente populares [...]” (AMAZONAS- Exposição 10/1939 – 05/1940, p. 41)³⁹.

Observa-se que a educação das crianças nos Parques Infantis era um elemento que constituía uma política governamental e não se limitava ao assistencialismo, pois, como espaço público, interferia na condição de vida dos seus atendidos, trazendo um projeto voltado para o universo infantil, e da recreação, apesar da intencionalidade de civilizar a criança.

A previsão de instalação do Pls na zona Mindu, no Parque Municipal 10 de Novembro, em construção em 1940, era justificada pela área ampla com jogos, campos e abrigos, com destinação aos “menores”, dentro de uma concepção médico-sanitarista, além do caráter civilizatório.

Em virtude da ampla divulgação dos Parques Infantis no Brasil e no mundo e dos graves problemas que assolavam a realidade amazonense, o prefeito de Manaus, Antônio Botelho Maia cria o serviço municipal de Parques Infantis em Manaus.

Para a construção do primeiro Parque Infantil no Estado, foi criado um Decreto-lei nº 139, de 31 de maio de 1940, abrindo crédito especial no orçamento vigente e que o parque infantil, seria construído como “parte integrante do parque de diversões e educação física ‘10 de novembro’⁴⁰, já em construção” (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 31 de maio de 1940, p. 4).

A finalidade eugênica dos Parques Infantis está explícita neste relatório de 1940 do prefeito Antônio Botelho Maia após sua exoneração⁴¹, a pedido, do cargo de prefeito de Manaus, dois meses após a criação do serviço de Parques Infantis, onde

³⁹ Este documento nos foi enviado por e-mail no dia 09/11/17 pela Gerência de Acervos Digitais da Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas (SEC), localizada Av. Silves, Centro Cultural dos Povos da Amazônia - Distrito Industrial I, Manaus – AM. Telefone: (092) 2125-5330, e-mail: acervodigitalsec@gmail.com, após levantamento realizado gentilmente pelo bibliotecário Samuel Silva, em resposta à uma solicitação de pesquisa que realizamos no dia 30 de out. de 2017, sugerida pela bibliotecária Beatriz Alves da biblioteca Mário Ypiranga Monteiro, localizada no mesmo prédio.

⁴⁰ O nome foi escolhido em homenagem ao Estado Novo, que tinha seu aniversário comemorado nas publicações oficiais do país na época.

⁴¹ A exoneração do prefeito Antônio Botelho Maia se deu “em virtude de ir assumir o cargo de fiscal do imposto do consumo em Recife, para onde fora promovido. Assumiria então a prefeitura Dr. Paulo de La Cruce Marinho, secretário da prefeitura (JORNAL DO COMÉRCIO, 09 de julho de 1940. p. 1).

o “Parque Dez de Novembro será um logradouro primordial ao repouso da população e à eugenia da nossa infância” (AMAZONAS, Diário Oficial, 31 de maio de 1940, p. 5).

Em discurso ocorrido às 15:30 de 8 de julho de 1940, no gabinete da prefeitura, durante a cerimônia de transmissão do cargo de prefeito ao Dr. Paula de La Cruce Marinho, Antônio Botelho Maia relata as ações realizadas por ele na sua administração, onde informa que um ramal de acesso às linhas de bonde para o Parque 10 estaria sendo concluído, e ainda:

Aspirando um futuro refulgente para nossa gleba e nossa gente, há em acabamento um grande estádio que servirá para a prática da eugenia pela cultura física da infância e juventude. No parque '10 de novembro', brevemente ligado ao âmbito urbano por linhas de elétricos e autos-onibus, nossos compatriotas, ao contato com as cristalinas da magnífica piscina, sob os raios tonificadores do sol e envolvidos pelas carícias do ar purificado pelo metabolismo das árvores, irão dentro em breve assimilar as energias vitais da natureza. [...] Em recente decreto preconizado pelo exmo. Senhor Presidente da República, o parque virá a ser o ponto de maior movimentação recreativa para os habitantes de Manaus. Sem montanhas, praias ou estações de veraneio, onde o homem que trabalha possa no fim de sua fatigante faina semanal repousar o cérebro e retemperar as forças, eu idealizei e estamos objetivando o logradouro que será um dos mais belos e mais singulares do Brasil. Há de haver quem duvide e até escarneça de meu empreendimento, principalmente aqueles indivíduos magistralmente definidos. [...] infância ditosa de hoje, juventude forte de amanhã. [...] O aparelho encomendado para o Parque Infantil já deve ter sido encomendado em Nova York (JORNAL DO COMÉRCIO, 9 de julho de 1940, p.1).

Este discurso do prefeito, também foi reproduzido na Revista Sintonia, na edição de julho de 1940 (p. 13 e 14), sobre o parque Dez de Novembro, evidenciando a preocupação em divulgar os andamentos dos trabalhos do Parque, que parece ter sido cuidadosamente planejado pelo prefeito, para que atendesse às expectativas do governo federal.

Em outra exposição dirigida ao presidente, informa-se que:

Quanto a obras municipais, prosseguem normalmente os serviços do “Parque 10 de Novembro”, destinado à cultura física, consoante o plano do ex-prefeito Antonio Maia. Acha-se quase terminada a construção da grande piscina, bem como a dos dois pavilhões em estilo marajoara, estando a concluir-se igualmente os trabalhos internos do “dancing” e esperando a Prefeitura o material destinado

nos exercícios ginásticos (AMAZONAS- Exposição 05/1940 – 05/1941, p. 73).⁴²

No entanto, neste documento⁴³ datado em 17 de julho de 1943, intitulado “Situação da Educação Física nos Estados, segundo as respostas do Questionário de 1941”, Lourenço Filho, então diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, apresenta ao ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, dentre outros 5 itens organizados da letra “a” até a letra “g”, nos interessando o item b: as informações sobre a educação física nas escolas primárias, e o item c: situação da educação física, nos estados, segundo as respostas do questionário de 1941.

De acordo com o documento, estas informações haviam sido solicitadas pelo próprio ministro Gustavo Capanema, e foi anunciado no aviso n. 411, com a data de 16 de julho de 1943.

O documento informa que nos Estados do Amazonas, Alagoas, Mato Grosso, Goiás e Acre não havia um serviço especial de Educação Física, constando que no Amazonas e Goiás a Educação Física era ministrada por professores de classe, descrito no documento como “comuns”. Há ainda a informação de que na Bahia também não havia PIs, mas existiam aparelhos destinados à recreação nos jardins dos bairros. Em Minas Gerais o Governo do Estado estaria prestando assistência para a construção de parques infantis e praças desportivas.

De acordo com o documento, havia Parques Infantis em: Pará (3 PIs), Maranhão (1 PI), Ceará (1 PI), Rio Grande do Norte (1 PI), Pernambuco (1 PI), Rio de Janeiro (1 PI), São Paulo (7 PIs na capital e cerca de outros 20 PIs no interior, mantidos pelas prefeituras), Paraná (17 PIs), Santa Catarina (25 campos para Educação Física), Distrito Federal (3 PIs) e no Rio Grande do Sul (50 PIs).

⁴² Acervo digital da SEC.

⁴³ Este documento foi localizado no acervo do *site* do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), no *site* <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>, na guia “busca avançada”, selecionamos a opção “Documentos de Arquivos-accessus”, em “escola 1 ou mais itens” selecionamos “Gustavo Capanema”, em “escolha o tipo de documento” selecionamos a opção “todos”, em “período de produção dos documentos” preenchemos os campos “ano” e “até” com 1938 e 1945, respectivamente e clicamos no botão “listar”, na janela secundária que se abre, em “procurar por”, inicialmente preenchemos com as expressões “parque infantil” e “parques infantis”, sem sucesso, então preenchemos com a palavra “Amazonas” e clicamos no botão “filtrar”, selecionamos a opção “Amazonas” que automaticamente aparece na janela inicial, e fechamos a janela secundária, clicamos no botão “executar a consulta”, clicamos sobre “documentos sobre as faculdades...” e clicamos em “ver documento”. Com o documento aberto, digitamos a expressão de busca “parque infantil” e clicamos no botão “pesquisar”, onde fomos direcionados para este documento contendo 10 ocorrências, iniciadas na página 157, de um total de 478 páginas.

No questionário aplicado ao Amazonas, seção XI, contendo 7 perguntas, da 73 a 79, não há identificação da pessoa que respondeu ao questionário. Em resposta à pergunta de número 77, sobre quais associações desportivas existentes e que modalidades de desportos eram praticadas foi dada a seguinte resposta:

Atlético Rio Negro Clube pratica: futebol,, voleibol, basquetebol, ping-pong e outros desportos; Olímpico Clube pratica: futebol, voleibol, basquetebol, e outros desportos; Nacional Futebol Clube pratica: futebol, voleibol e basquetebol; União Esportiva Luso Brasileira pratica futebol; Independencia Futebol Clube pratica futebol; Esparta Futebol Clube pratica futebol e voleibol, Tijuca Clube pratica: futebol, voleibol e basquetebol; Sul America e Esporte Clube, São Raimundo Esporte Clube, Princesa Izabel Futebol e Amazonas Futebol Clube, praticam exclusivamente futebol; Ping-pong Clube pratica ping-pong; Grêmio Náutico Portugal, Clube Amazonense de Regatas e Manaus Ruder Clube praticam o remo e outros desportos aquáticos (BRASIL, Ministério da Educação e Saúde, 1943, p. 11).

Na questão de número 78, sobre a existência, organização e local de funcionamento de praças desportivas e parques infantis, foi respondido que:

Existem praças esportivas, destinadas à prática de futebol, voleibol, basquetebol e piscinas para natação. Estão localizadas à Prça. General Osório, Estrada de Flores, rua Belem, na Vila Municipal, na Estrada Epaminondas e no Parque 10 de Novembro (BRASIL, Ministério da Educação e Saúde, 1943, p. 11).

E a última questão, de n. 79, sobre o valor que o estado dispunha para os desportos no ano de 1941, foi respondida que não havia sido direcionada nenhuma despesa, tendo em vista que as associações existentes eram particuladas e mantidas pelos seus associados.

No entanto, observamos nos demais documentos pesquisados, que houve investimento do Governo do estado do Amazonas direcionado para a construção do Parque Dez de Novembro e para a instalação de seus equipamentos, além do fato de que não foi observado em nenhum documento a denominação de “praça desportiva” para o espaço, nem para nenhum outro parque infantil inaugurado posteriormente a ele, e sim de “parque infantil” até a década de 40, “centro de esporte e recreação pública” e “balneário” nas décadas posteriores. Por isto, entende-se que no Parque

Dez de Novembro funcionou o primeiro Parque Infantil do Amazonas e o único com grande estrutura.

A partir dos documentos encontrados, observamos que entre 1943 a 1996 há registros de mais 16 Parques Infantis públicos inaugurados na cidade de Manaus e outros 17 em municípios do estado do Amazonas, e neles foram instalados aparelhos de recreação tais quais os observados em outras pesquisas sobre os Parques Infantis de outras regiões do país. Isto demonstra a força da política de Parques Infantis no Estado, que atravessou vários governos, ao longo de 53 anos, sendo, os PIs amplamente divulgados em todos eles.

É possível observar que as políticas públicas para a educação no Amazonas, ao mesmo tempo em que buscavam atender às reivindicações das classes populares, que lutavam por espaços educativos para seus filhos, não investiam efetivamente em saúde e educação, onde faltavam postos de saúde e escolas, e os que existiam, apresentavam carências de funcionamento.

Começou-se a investir em políticas sociais e na construção de espaços não formais alternativos, onde a criança operária teria acesso à educação, à saúde e à prática recreativa, retirando-as das ruas, diminuindo assim, o quantitativo de crianças recolhidas pelo juizado, proporcionando-lhes um espaço seguro e prevenindo a ociosidade.

Portanto, a grande força política imposta pelo Estado Nacional ao Amazonas, com a finalidade de garantir a defesa do território e a amplitude da capacidade de dominação deste e de seus ocupantes, utilizou principalmente a educação para controlar a grande massa populacional, considerada perigosa para os seus governantes, promovendo políticas de controle, transvertidas como educacionais e assistencialistas, a fim de que fossem bem aceitas pelo povo.

2.3 As primeiras inaugurações: Parque Dez de Novembro e Parque Infantil Ribeiro Júnior

Após a criação do Serviço Municipal de Parques Infantis em Manaus, por meio do ato nº 135 em 17 de fevereiro de 1940, de autoria do prefeito Antônio Botelho Maia, estes espaços ganharam mais evidência, passando a ser divulgada nos impressos a

necessidade de construções de espaços que oferecessem recreação à criança operária e carente:

No dia quatro de setembro próximo, às nove e meia, será feita a instalação, o juizado de menores, dos novos aparelhos de biometria, recém chegados, afim de que possa a justiça de menores controlar tecnicamente, os trabalhos de reeducação, bem como os exercícios físicos que serão levados a efeito, proximamente, no Parque Dez de Novembro, em face da criação dos serviços de parques infantis instituídos pelo prefeito (JORNAL DO COMÉRCIO, 31 de agosto de 1940, p. 1).

Observou-se ainda a existência de uma seção do Juizado de Menores no Parque Dez de Novembro, cujo encarregado seria Armando Janda, que, em uma ocorrência policial publicada no Jornal do Comércio em 05 de setembro de 1941 (p. 1), denunciou, por ordem do juiz de menores, um furto ao departamento daquele logradouro público dos seguintes bens: uma ambulância contendo em seu interior “seis chicaras, seis copos e diversos medicamentos, uma borracha, uma talha e um par de talher”, mas que todos os objetos haviam sido recuperados e o autor do delito localizado.

Em edição comemorativa do 5º aniversário do Estado Novo, o Diário Oficial trouxe alguns detalhes da construção do Parque Dez de Novembro, como uma das realizações da administração da prefeitura de Manaus entre 1935 e 1941, para a promoção da cultura física, contendo aparelhos de ginásticas e diversões:

Com o intuito de contribuir para a cultura física da infância e juventude foi iniciada em 1939 a construção de um grande parque, que recebeu posteriormente a denominação de “10 de NOVEMBRO”, à margem do igarapé do Mindú. Ocupando uma área de 50 hectares, constituída de terreno silico-argiloso e coberta por um admirável bosque natural[...] recortado por um igarapé de águas cristalinas e dista cinco quilômetros do centro urbano.[...] O igarapé está moldado à feição de piscina no sentido N.S.L.O., tendo o eixo L.O. cem metros de comprimento e o N.S. cinquenta e dois e meio metros por quinze de largura em toda a sua extensão.[...] Por entre o arvoredo estão construídos pavilhões em estilo japonês e marajoara e em local pitoresco do parque será instalado um Play-ground provido de aparelhos de ginástica e diversões para a petizada⁴⁴ (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 10 de novembro de 1942, p. 10-11).

⁴⁴ Petizada (Grafada na citação com S) é um termo comumente encontrado nas fontes, com o mesmo significado de criança ou menina.

Em 1940, O Juizado de Menores da Capital do Amazonas recebeu como doação para a Escola Melo Matos⁴⁵ do engenheiro Dr. Deodoro de Alcântara Freire, os terrenos do antigo Velódromo, localizado na Praça do Pobre Diabo⁴⁶, na antiga Avenida Santa Izabel no bairro da Cachoeirinha.

A partir de então se iniciou a construção de um Parque Infantil no local, segundo relata André Araújo, na publicação de 30 de setembro de 1940:

Os primeiros trabalhos já ali, vêm sendo feitos nesse sentido pelos pequenos correccionais da Escola “Melo Matos”, juntamente com alguns meninos do bairro da Cachoeirinha. E porque o Juizado disponha de verbas diminutas para levantar tão grande utilidade, justo é que todos acorram ao encontro dos pequenos desamparados e lhes proporcionem as alegrias que eles desejam e têm direito de gozar (AMAZONAS, Juízo Privativo dos Menores, 30 de setembro de 1940, p. 1).

Para a construção do Parque, o juizado recebeu uma doação no valor de cinco contos de réis dos senhores Filadelfo de Moraes e do professor Carlos Mesquita em nome da Comissão Pró-Monumento a Ribeiro Junior⁴⁷. Na ocasião, teria sido sugerido que o nome do local fosse “Parque Infantil Ribeiro Júnior”, a sugestão foi aceita pelo Dr. André Araújo.

No ano seguinte, em 10 de fevereiro de 1941, é publicada a portaria de nº 344, com a nomeação dos senhores José Nunes de Lima, Filadelpho Moraes, professor Carlos Mesquita e Doutor Deodoro de Alcântara Freire para organizarem o Parque Infantil Ribeiro Júnior, sob a presidência do Juiz André Araújo (AMAZONAS, Juízo Preventivo dos Menores, 10 de fevereiro de 1941).

Diante da aparente escassez de verbas públicas, o juizado de Menores costumava solicitar contribuições da sociedade manauense para a realização e manutenção de seus projetos: “Muitas tem sido as adesões recebidas, o que se

⁴⁵ O Instituto Melo Matos é a obra mais antiga do juizado de menores. Era um local onde os menores considerados delinquentes ou abandonados eram internados para que pudessem ser reeducados. No local eram oferecidas oficinas de “sapateiro, marceneiro, tipógrafo, encadernação e ferreiro” (AMAZONAS, Interventoria Federal no Estado do, 1944 p. 101).

⁴⁶ Em documentos de décadas anteriores o local também é mencionado como Praça Floriano Peixoto.

⁴⁷ O Major Alfredo Augusto Ribeiro Junior (1887-1938), então tenente, esteve à frente da Revolução de 1924 do Amazonas, chegando a assumir o governo por cerca de um mês, até ser preso em agosto de 1924. Em 1927 é solto e em 1934 é eleito deputado federal no Amazonas e em 1937 é ordenado para retornar ao exército, “Endeusado, freneticamente por muitos, e numerosas vezes infringente do código militar” (BITTENCOURT, 1973, p. 437).

verifica pelas respostas ao justo apelo da justiça de menores em que o comércio e o povo em geral se compromete a contribuir mensalmente com determinada quantia.” (AMAZONAS, Juízo Privativo dos Menores, 18 de fevereiro de 1941, p.1).

O documento também cita a existência de um “serviço de proteção aos menores, que realiza rigoroso controle entre os jovens frequentadores daquele logradouro público.” E que “- Em via de conclusão se acham as obras de construção do parque infantil ‘Ribeiro Júnior’. Dentro de pouco tempo aquele parque de diversões será entregue à petisada para ali realizar exercícios físicos e concentrações.” (AMAZONAS, Juízo Privativo dos Menores, 18 de fevereiro de 1941, p. 1).

Esta informação nos indica que, mesmo antes da inauguração do Parque Dez, em 1943, o local já era frequentado pela população e que já havia ali um trabalho de fiscalização, específica para os frequentadores (jovens) daquele ambiente, e realizado pelo juizado.

Neste ano, também foi criado o Serviço de Assistência Social do Estado do Amazonas por meio do Decreto-Lei nº 706, de 6 de novembro de 1941, anexo ao Juizado de Menores, e reconhecido pelo Interventor Federal em exercício Rui Araújo (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 07 de novembro de 1941, p. 2 e 3).

Observa-se uma diferença significativa com relação às verbas públicas destinadas para a construção destes primeiros parques. Em 29 de novembro de 1941 era publicado o Decreto-Lei nº. 717 a designação de despesas para o ano de 1942 e que orçava apenas a quantia de 6:000\$000 destinada ao custeio do Parque Infantil Ribeiro Júnior. Com relação ao Parque “10 de Novembro” estavam reservados os seguintes valores: 535:520\$000 para aquisição de materiais, de 35:520\$000 para pagamento de pessoal responsável pela conservação e pelos melhoramentos, e de 150:000\$000 para a construção do Parque (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 29 de novembro de 1941, p. 3, 36, 40).

Além disto, o boletim da contadoria da Diretoria Geral da Fazenda Pública do dia 25 de setembro de 1942 relata que foi entregue ao senhor Dr. Osmar Pedrosa, Juiz de Menores em exercício na época, um duodécimo do Parque Infantil Ribeiro Junior, no valor de 1:000\$000, o que evidencia um investimento inicial bem inferior para o Parque Ribeiro Júnior com relação ao Parque Dez de Novembro.

Em novembro de 1942, a revista Sintonia publicava uma imagem da piscina praticamente concluída, com seus degraus e uma parte em construção, com o que

possivelmente seriam pedras acumuladas em seus primeiros degraus. A imagem é apresentada na parte superior esquerda da página, abaixo dela mais outras duas imagens, com o título “Realizações do Governo Álvaro Maia”, com a legenda: “Parque Dez de Novembro’ lindo e aprazível recanto em cuja piscina de águas adoráveis, a nossa juventude gosar o contato da natureza vivificadora” (FIGURA 19, p. 97).

É possível que este registro seja do ano anterior, tendo em vista que a piscina do Parque Dez estaria concluída já no final do ano de 1941, e seria franqueada ao público no dia 1º de janeiro de 1942, de acordo com o departamento de turismo propaganda e urbanismo da prefeitura de Manaus (JORNAL DO COMÉRCIO, 31 de dezembro de 1941 p. 1).

No dia 19 de abril de 1943, em homenagem a data natalícia do presidente Getúlio Vargas, inaugurava-se às 15 horas, em uma tarde chuvosa, o Parque de recreação e exercícios físicos Dez de Novembro. O parque continha praça de educação física e recreio, playground, piscina, abrigos, bar dançante e a barraca do seringueiro. Na ocasião discursaram o então prefeito Antovila Vieira, o ex-prefeito Dr. Antônio Maia e o Dr. Deodoro Freire⁴⁸. Havia um grande número de expectadores e repórteres que cobriam o evento que contou com a presença do Interventor Álvaro Maia (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 20 de abril 1943; JORNAL DO COMÉRCIO, 18 de abril de 1943, p. 7).

O Jornal do Comércio publicava uma matéria de página inteira no Jornal do Comércio de 18 de abril de 1943, trazendo como olho da notícia os seguintes dizeres: “As datas da fundação do Estado Nacional e do natalício do benemérito presidente Vargas perpetuadas num sugestivo marco de civilização e progresso”, como é possível observar na Figura 20 (p. 98) (JORNAL DO COMÉRCIO, 18 de abril de 1943, p. 7).

⁴⁸ Deodoro D’Alcântara Freire foi um divulgador e incentivador da prática de esportes no Amazonas, participou de competições esportivas entre 1905 e 1910, foi um dos fundadores e diretor do *Velo Club Amazonense*, uma associação esportiva criada em 1909, e da revista *Correio esportivo* em 1910. Ainda em 1910 viajou para a Bélgica e, posteriormente para a França, para estudar engenharia, onde se especializou em Educação Física, sendo um dos primeiros professores de Educação Física no Brasil, além de ter sido diretor da Revista “O Correio Sportivo”; Em 1928 é nomeado o 1º Engenheiro eletricitista do governo do Amazonas, em função da criação dos serviços de eletricidade, também foi engenheiro e fiscal do governo, colunista do Jornal do Comércio, atleta, professor e de diretor do Velódromo Álvaro Maia (JORNAL DO COMÉRCIO, 03 de março de 1911; DEC. nº 215, 20/12/1928, MENSAGEM DO GOVERNO DO AMAZONAS, 1929, p. 93; JORNAL DO COMÉRCIO, 13 de maio de 1947, p. 6; JORNAL DO COMÉRCIO, 08 de julho de 1947, p. 4; JORNAL DO COMÉRCIO, 22 de agosto de 1947, p. 4; O METROPOLITANO, 15 de novembro de 1959, p. 7).

Este parque foi inaugurado na gestão do prefeito Antovila Vieira, que remeteu a autoria da iniciativa ao prefeito Botelho Maia, e continuado pelos prefeitos: doutores Paula Grana Marinho e Admar Turí. Com seu discurso, mencionando-se como “formidável iniciativa”, Antovila Vieira disse ainda que o Parque estava “fixado num programa da mais sadia brasilidade, como é o aperfeiçoamento físico da raça tão proclamado pelo estado novo [...] Com o pensamento dirigido para o robustecimento da raça pela cultura física da infância e juventude” (JORNAL DO COMÉRCIO, 18 de abril de 1943, p. 7; AMAZONAS- Exposição 05/1942 – 05/1943, p. 57).

Segundo o Jornal, mais de 4.000 pessoas prestigiaram a cerimônia inaugural, e após o discurso do então prefeito Antovilla Vieira, Antônio Maia discursou sugerindo a possibilidade da mudança do nome para Getúlio Vargas Filho⁴⁹. Após o discurso do engenheiro Deodoro Freire, houve o descerramento da placa comemorativa (FIGURA 21, p. 99) e o público teve acesso ao logradouro (JORNAL DO COMÉRCIO, 19 de abril de 1943, p. 4).

O Parque Dez de Novembro abrangia uma área de cinquenta hectares, com bosque natural, cortado por igarapé de águas cristalinas, cujo leito era formado por areia. Este igarapé foi aproveitado para uma grande piscina, onde foram construídos degraus e barragem onde se formava uma cachoeira pelo transbordamento das águas (FIGURA 22, p. 99).

Além dessa, havia outra piscina para as crianças, um *tobogam*, “*courts*” para *basket*, *tênis* e *wolleyball*, e um *playground*, iguais aos utilizados nos campos de recreio norte-americanos.

Os aparelhos de que é dotado o “play-ground”, tem capacidade para centenas de crianças, simultaneamente. Um dos aparelhos mais interessantes é um deslizador Racer Slider, constituído de uma ampla escada de acesso e duas secções de deslizamento anduladas, de 28 pés cada uma, e por onde no espaço de três horas, poderão experimentar a mesma emoção, 11.000 crianças. Acham-se também ali instalados aparelhos de Circular Climbs, passos gigantes, ondas giratórias, argolas, etc (JORNAL DO COMÉRCIO, 18 de abril de 1943, p. 7).

⁴⁹ O segundo filho de Getúlio Vargas, falecido em fevereiro de 1943, aos 23 anos, em decorrência de paralisia infantil. Foi esportista, jogador da seleção brasileira de futebol e presidente da Federação Paulista de Futebol (FPF).

Na figura 23 (p. 100) um grupo de mais ou menos 20 garotos e rapazes estão no tobogã, enquanto outros 5 estão em frente do equipamento, todos estão sem camisa, com shorts para banho, pousando para foto de inauguração do Parque Dez de Novembro.

Ainda, de acordo com a publicação, no Parque iriam funcionar secções de bar e orquestra, também iria ser inaugurada a Cabana do Seringueiro, sugerida pelo interventor do estado do Amazonas, Álvaro Maia, em homenagem aos soldados da borracha, o que pode caracterizar também uma preocupação do governo do estado com a realização de atividades culturais.

A programação contou com sobrevoo realizado por um piloto do Aero Clube, e provas de nado livre, quebra o pote, Pau de Sêbo e luta de Travesseiro e Pega o Porco, devido ao mau tempo não foram realizadas as provas de Voleibol e Basquetebol Gigante⁵⁰. (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 20 de abril de 1943).

Os resultados das provas desportivas de natação divulgados foram: “Natação - 1.500 metros, vencedor Peter Halsazz, do Clube do Remo; 100 metros, vencedor Mauro Barros, do Nautico Clube; 25 metros, vencedor Artur Soares do Olimpico Clube.” (JORNAL DO COMÉRCIO, 19 de Abril de 1943, p. 4).

A inauguração do parque foi noticiada pela revista Sintonia como “um sonho tornado realidade” (FIGURA 24, p. 100), local de virtude e encantamento que destinado à infância e juventude do nosso estado”, a matéria de página inteira trazia três fotografias, a primeira localizada na parte superior, com a vista panorâmica do Parque, acima da segunda imagem à direita da página, que registrava dez garotos brancos e negros, descritos na legenda como “atletas da nossa sociedade desportiva”, descalços, trajando apenas uma sunga de banho, nove deles subindo no tobogã e um aguardando sua vez enquanto olha para a câmara, e a última fotografia, na parte inferior esquerda da página, retratava cinco mulheres brancas, calçadas, trajando saias longas e camisas de manga curta, quatro delas sentadas provavelmente em um

⁵⁰ Basquetebol Gigante- É possível que seja uma referência às primeiras práticas do basquetebol, ocorridas em 1891 no estado de Massachusetts (EUA), como um esporte que pudesse ser praticado tanto em áreas abertas, no verão, como fechadas, no inverno. Nos primeiros jogos realizados ao ar livre, pendurava-se duas cestas de pêssegos em dois postes a três metros do chão, e utilizava-se uma câmara de ar de uma bola de futebol (soccer) como bola, para permitir que ela quicasse no solo (OLIVEIRA, 2012).

banco e uma em pé, todas pousando para a fotografia, descritas na legenda como “o nosso belo sexo”, entre as fotos a seguinte notícia:

Logradouro público cheio de virtude e encantamento: Virtude para os que buscam o esporte como fator de primeira plana para o preparo de uma raça sadia e forte. Encantamento para os que procuram refazer o espírito recreando-se ao contacto da natureza.

Foi inaugurado no Dia do Presidente e da Juventude Brasileira, sob os auspícios do prefeito Antovila Vieira.

Sonho máximo de Antonio Maia, seu creador, iniciador e animador perene. Obra grandiosa para a Juventude do Amazonas, a principio malsinada, combatida e que, hoje, se tornou uma sagração para o nome do seu idealizador- Antonio Maia.

É ali, que a infância e a Juventude de Manaus, ao contato vivificador da Natureza e ás carícias de suas deliciosas aguas, se torna sadia e forte para elevar bem ato o valor e dos destinos da Patria (SINTONIA, nº 35, Manaus, abr. 1943, p. 26).

Vale ressaltar, que esse parque foi instalado na periferia da cidade de Manaus, pois “a cidade não se estendia além da estrada do Parque 10, bem próxima à floresta” (SANTOS, 2005, p. 13570).⁵¹

Em 31 de agosto de 1943 é divulgado o Estatuto do “Centro Dez de Novembro”, fundado em 10/11/42, cujo presidente era o prefeito Antovila Rodrigues Mourão Vieira. A finalidade desta agremiação, que poderia “criar núcleos nas sedes e distritos municipais”, era de divulgar a Carta Magna de Dez de Novembro e os produtos regionais por todo o Amazonas por meio de “conferências, palestras e publicações”, promover festas cívicas, “difundir noções de higiene, saneamento e eugenia e intensificar a campanha em prol da alfabetização do povo” e “despertar, na juventude, o gosto pelo trabalho nos campos e nas oficinas, criando-lhes cursos de educação física” (AMAZONAS, Diário Oficial, 31 de agosto de 1943, p. 7).

As atividades realizadas no Parque Dez e divulgadas nos impressos foram: comemorações carnavalescas, *pic-nics* promovidos por escolas e igrejas, e a instalação de um posto de auto-falantes da rádio Baré⁵² em 31/12/1944 para transmissão de parte de sua programação (JORNAL DO COMÉRCIO, 1943-1944).

⁵¹ Atualmente Parque Dez é o nome do bairro que cresceu muito além dos limites do Parque, onde há um expressivo número de conjuntos habitacionais, grande atividade comercial e importante padrão econômico. A antiga estrada do Parque Dez é descrita posteriormente nos documentos como Rua Recife, atual Avenida Mário Ypiranga Monteiro.

⁵² Rádio fundada em 1939 por Lizardo Rodrigues, pertencendo em 1945 aos Diários Associados de Assis Chateaubriand. Durante o Estado Novo da Era Vargas, a “instrumentalização dos meios de

Em 1947 o prefeito Chaves Ribeiro anunciava a construção de dois *tobogans* de cimento armado, e a instalação de uma quadra de *volley* e *basket* no terreno localizado à entrada do “balneário”, para que “os aficionados pelo esporte possam ter seus momentos de diversão”. A reportagem informava ainda que o ambulatório, descrito como “bastante deficiente”, estaria sendo “devidamente aparelhado para atender os casos de urgência que ali se verificarem”, também iriam ser instalados postes de iluminação para facilitar o trabalho dos vigias durante a noite (JORNAL DO COMÉRCIO, 29 de junho de 1947, p. 10).

No mês seguinte, informava que a restauração da piscina do “balneário”, cujos frisos e a barragem estariam desgastados, seria realizada no mês de setembro, contudo, não foram encontrados nos impressos posteriores a divulgação da realização destas reformas.

Em 1948 frequentadores pediam providências, por meio de uma matéria no jornal, quanto aos frequentes furtos de pertences (canetas, relógios, carteiras com dinheiro, cordões de ouro, calçados e vestimentas) no local e até 1955 não foram encontradas publicações que revelassem atividades importantes no Parque Dez (JORNAL DO COMÉRCIO, 9 de junho de 1948).

Com relação ao Parque Infantil Ribeiro Júnior, não foram encontradas notícias de sua inauguração, e sim do velódromo existente em suas dependências, construído pelo engenheiro Deodoro Freire, inaugurado no dia 06 de setembro de 1944 a ser realizada às 20 horas como parte da programação de comemoração à Semana da Pátria (AMAZONAS, Diário Oficial, 2 de setembro de 1944; JORNAL DO COMÉRCIO, 06 de setembro de 1944).

O velódromo receberia o nome de “Álvaro Maia” que, de acordo com Wanderlan Santos Mota em seu livro *Espaços Públicos de Lazer em Manaus: O papel das políticas públicas*, “Era o local de maior festividade da cidade e ponto de encontro das classes sociais mais favorecidas.” (MOTA, 2008, p. 71-72).

Em uma reportagem intitulada “Velódromos no Brasil”, no jornal “Diário de Notícias” do Rio de Janeiro, informa que o velódromo começou a ser construído por Deodoro Freire, com a ajuda de amigos, em 1924 e apenas em 1944 foi concluída. A

comunicação de massa em operação no País, o Governo Federal motivou indiretamente a diversidade não só da programação das estações de rádio, mas também jornalística colocada em prática na época” (BAZE, 2011, p. 126).

construção do velódromo, de acordo com a matéria, se deu em virtude de uma promessa feita por Deodoro Freire aos ciclistas em praça pública, após a demolição do velódromo da empresa “Manaus Sport”, mais conhecido como Velódromo Amazonense, situado à praça Visconde do Rio Branco⁵³, no Bairro Cachoeirinha.⁵⁴ (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 15 de novembro de 1959, p. 59).

De fato, foi encontrado nos impressos em 1932 a existência de um Velódromo no local, ora mencionado como “Pobre Diabo”, ora como “Velódromo Amazonense”, além de um projeto, divulgado em 1937, para conceder 8 contos de réis ao Dr. Deodoro Freire, para que fosse construído um velódromo no local (JORNAL DO COMÉRCIO, 10 de dezembro de 1932; 1 de outubro de 1937).

O livro “Cachoeirinha” publicado em 1987 pela SECOM - Secretaria de Estado de Comunicação Social - informa ainda que o velódromo “tornou-se o único do País e o segundo da América do Sul” [...] “tinha 1.400 metros quadrados de área para patinação, tênis, boxe, basquetebol, voleibol e exercícios ao ar livre. A pista, magnificamente arquitetada por seu idealizador, tinha 225 metros e 35 graus de inclinação, além de possuir cabines, vestuários, banheiros, departamento médico, etc.”⁵⁵ (AMAZONAS, SECOM, 1987, p. 42).

Essa informação foi confirmada pelos impressos nas pesquisas sobre o velódromo nos periódicos nacionais. Em entrevista concedida por Deodoro Freire ao jornal “Correio da Manhã”⁵⁶, do Rio de Janeiro, foram publicadas duas matérias em março de 1949, sobre o Velódromo.

⁵³ Chamada ainda de Praça Barão do Rio Branco e Praça Rio Branco, localizava-se “entre a avenida Sete de Setembro e as ruas Duque de Caxias, Ajuricaba e Visconde de Porto Alegre”, onde atualmente funciona o prédio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) (DUARTE, 2009, p. 173; SOUZA, 2017).

⁵⁴ “Em 1905 surgiu o primeiro velódromo amazonense, o Manaus Sport, pista de 333m33 com inclinação de 25 graus, obra do dinâmico esportista José de Albuquerque Maranhão, que em 1906 mandou cimenta-la, transformando-a e confortável e modelar estabelecimento ciclístico. O Manaus Sport recebeu a visita de corredores nacionais como internacionais, tais como Kean, o campeão carioca do velódromo da rua do Lavradio; Recife, o rápido velocista pernambucano, Alcebiades Alves – campeão oficial do Pará, Pedro Maria Vasques, “Sprinter” português, o ás italiano Emílio Corda, e o famoso “pistard” francês Paris, do “Velódromo de la Seine” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1959, p. 59).

⁵⁵ O mesmo texto e informação foram encontrados no livro: Espaços públicos de lazer em Manaus: O papel das políticas públicas de Wanderlan Santos Mota (2008).

⁵⁶ O Jornal Correio da Manhã, lançado em 1901, estava dentre os mais importantes periódicos do Brasil, se opondo às forças políticas que prejudicassem os direitos da população, tendo seu fim em 1974 durante a Ditadura Militar.

A primeira matéria com o título “Façamos ressurgir o ciclismo sobre a pista”, localizada na página de esportes do jornal, apresenta uma fotografia panorâmica do Velódromo Álvaro Maia (FIGURA 25, p. 101). Abaixo, a legenda com as seguintes informações: “Velódromo Álvaro Maia, na Avenida Santa Izabel – Cachoeirinha – Manaus – (Recinto do Parque Infantil Ribeiro Júnior) - Estádio velocipédico e recreativo. O mais moderno estabelecimento no gênero em todo o Brasil [...]” (CORREIO DA MANHÃ, 13 de março de 1949, p. 19).

A segunda matéria apresenta em seu título a questão: “Quando teremos um velódromo nesta capital?” trazendo uma fotografia de ciclistas na pista do velódromo Álvaro Maia (FIGURA 26, p. 101) (CORREIO DA MANHÃ, 16 de março de 1949, p. 11).

Essas matérias foram apresentadas na reportagem exibida em 19/03/15, no programa “Bom dia Amazônia” da emissora de televisão “Rede Amazônica”, intitulada “Manaus foi a primeira cidade do Brasil a ter velódromo, mas perdeu espaço”, onde o empresário Francisco Bezerra, 84 anos, afilhado do engenheiro Deodoro Freire, lembra com saudosismo o antigo velódromo. De acordo com o relato de Francisco Bezerra, ele próprio teria auxiliado na construção do velódromo aos finais de semana, transportando concreto em um carrinho de mão. Ainda de acordo com o entrevistado, eles utilizavam bicicleta de sucata e até de roda de madeira para realizar as brincadeiras e torneios no espaço.

Na vista aérea do velódromo (FIGURA 27, p. 102), verifica-se que o recinto ocupava praticamente a metade do quarteirão do bairro Cachoeirinha. Por ser um bairro onde residiam muitos operários em virtude das fábricas ali existentes, em 1944 foi fundado no bairro da Cachoeirinha o Círculo Operário de Manaus que tinha por objetivo “prestar pequenos auxílios à classe operária de Manaus, uma vez que não existia previdência social”, e por meio de contribuições mensais, os operários tinham acesso ao lazer e de assistências odontológica, médica e funerária (AMAZONAS, SECOM, 1987, p. 42).

Foram encontrados registros de corridas ciclísticas, corridas de motocicletas e patins, luta livre e lutas de box ocorridas no velódromo, que era dirigido por Deodoro Freire, além de comícios, sendo o último, organizado pelo Governo do Estado, em

apoio ao candidato à presidência da República General Eurico Gaspar Dutra⁵⁷ (JORNAL DO COMÉRCIO, 1945 - 1947).

Em 1946 o PI Ribeiro Júnior passa por uma reforma, onde é descrito como “magnífica praça de esportes”, divulgando os trabalhos de pintura e revestimento de cal (caiações), além de construção de bancos circulares. Na ocasião é solicitado que anunciantes se disponham em investir no parque:

Estivemos em visita a magnífica praça de esportes da Cachoeirinha e ali assistimos a vários trabalhos em andamento, tais como pinturas e caiações, preparo do parque que está passando por uma reforma digna, retoque em toda a raia de corrida, construções dos bancos circulares das curvas Aliança Capitalização e Guaraná Baré bem como os serviços sanitários que este ano apresentarão uma iniciativa a altura de um estabelecimento que se destaca como único em todo o Brasil.

Pena é que não disponha de meios financeiros capazes a um serviço mais rápido, abrangendo outros setores, a direção do V.A.M. faria talvez um milagre aos afeiçoados do ciclismo uma obra modelar. Continua o pedido de anúncios no recinto do Parque (JORNAL DO COMÉRCIO, 14 de junho de 1946, p. 4).

Em 1947 o Jornal do Comércio divulgava a “Volta a evidência o ciclismo baré”, convidando a sociedade amazonense para a corrida ciclística beneficente aos cronistas esportivos de Manaus, que iria homenagear o governador do estado, Álvaro Maia, e as altas autoridades:

Sábado próximo o povo esportista de Manaus vai ter a oportunidade de assistir a um espetáculo empolgante, com a reabertura da temporada do pedal, no velódromo “Álvaro Maia”, na Cachoeirinha. 48 jovens irão preliar em lutas de fôlego e velocidade. Pelo que se tem assistido todas as noites dos treinos na majestosa pista do Parque Infantil “Ribeiro Junior”, podemos afirmar que o sucesso da esperada noitada será um fato indiscutível. Toda a raia cimentada está passando por total caiação, apresentando deslumbrante aspecto, em contraste com os ciclistas desfilam em embalagens esplêndidas, percorrendo as curvas em destaque que impressiona. [...]

Passando em revista o magnífico programa organizado, podemos declarar que nossos melhores “pistards”, “sprinters” e “Stayers” estarão presentes ao renhido embate de sábado próximo. O “record” de “Tamoyo” será duramente atacado por 6 corredores. Achamos um pouco difícil bater-se o ótimo tempo de 41 segundos, cronografado na

⁵⁷ Presidente do Brasil entre 1946 a 1951.

célebre noitada de 24 de novembro do ano passado, quando o rápido “crack” amazonense estabeleceu seu “record” num estilo brilhante. Todavia os atacantes prometem surpresas! A nota sensacional da noite, entretanto, será o reaparecimento do veterano campeão amazonense de ciclismo de 1905 e 1906 Stoessel, o construtor e diretor do velódromo. Após 42 anos em que brilhou no antigo velódromo da Praça Visconde de Rio Branco, vai apresentar-se à geração de hoje, com o fim mais de atender a pedidos de contemporâneos e fazer suas despedidas por ter que ausentar-se da sua terra em busca de tratamento de saúde. Irá o velho Stoessel enfrentar, segundo soubemos, o seu antigo competidor de pugnas, Lawson, (Nuno Cardoso), dois velhos amigos relembrando tempos passados! [...]

O primeiro páreo largará pontualmente às 20 horas sob o tiro de pistola do juiz Palma Lima (JORNAL DO COMÉRCIO, 15 de agosto de 1947, p. 4).

O sucesso do evento ocorrido no Parque Infantil Ribeiro Júnior foi noticiado com animação, e as corridas detalhadamente divulgadas, cotando com um expressivo número de espectadores, e citando a presença feminina na competição, contudo o grande destaque é voltado para os competidores masculinos, com seus pseudônimos, ressaltando-se ainda a presença dos militares na direção da competição:

Como era esperado, constituiu completo sucesso o comício ciclista de sábado passado, no Parque Infantil Ribeiro Junior. Numerosa assistência afluíu ao magnífico estádio da rua Santa Isabel, destacando-se o elemento feminino, cuja predileção pelo esporte do pedal se vem acentuando.

Destacadas autoridades estiveram presentes, notadamente o sr. Prefeito da capital, Chefe do Polícia, tendo-se feito representar o sr. Governador do Estado, pelo seu assistente militar. A direção técnica do torneio esteve a cargo do festejado esportman tenente Valdir Martins; a partida sob a pistola do tenente Palma Lima, atuando como diretores de corrida, os esportistas Humberto Boggio, José Genings e coordenação de Licurgo Cavalcante e Nei Raiol. [...] A pista que foi toda pintada de branco, apresentava uma vista deslumbrante e o desfile dos corredores sobre o cimento da raia debaixo de focos de luz potentes, dava a impressão dos grandes embates do “track” de Madson Square Garden nos “Six Days” de Nova Iorque. Podemos afirmar, foi um magnífico triunfo a noitada de sábado no velódromo do Parque Infantil Ribeiro Junior (JORNAL DO COMÉRCIO, 22 de agosto de 1947, p. 4).

As despedidas a Deodoro Freire também são descritas com muita emoção, onde foi presenciada sua última corrida com o pseudônimo de “Stoessel”, com seu amigo, e outrora concorrente na juventude, José Genings, após 42 anos desde a última corrida dos dois, onde foram muito aplaudidos:

Fazendo suas despedidas por ter de embarcar para o sul do país, o veterano campeão amazonense Stoessel (professor Deodoro Freire) fez um interessante match com o velho pedalista José Genings (Neófito) que em 1905 e 1906 foi na antiga pista da Praça Visconde do Rio Branco um dos temíveis adversários de Stoessel. Correram os dois azes veteranos num estilo invulgar e receberam prolongados aplausos da assistência pela bela luta que travaram. Ambos os “cracks” da velha guarda foram festivamente aclamados, tendo Stoessel abraçado seu velho companheiro, suspendendo-o três vezes numa prova de que a velha amizade que os une se solidificava naquele momento significativo, quando 42 anos mais tarde voltavam a preliar com o mesmo ardor e coragem. Antes de ser iniciado o “match”, o professor Deodoro Freire pronunciou ligeira oração ao microfone do radio local, dizendo de seu imenso prazer em ter podido, graças a Deus, voltar a correr e sobretudo na pista que construiu em 20 anos. Apresentou suas despedidas e augurou próspero futuro ao esporte do pedal, que merecia ser cultivado para que a juventude manauara aprendesse a correr para triunfar na vida. O estimado educador velocipédico J. Jenings, solicitado, disse também algumas palavras, exprimindo seu contentamento em ter podido ainda um dia preliar com seu velho amigo e colega Stoessel, com quem lutara tantas vezes em memoráveis corridas. Correu depois o décimo quarto páreo “Rádio Baré” triunfando o rápido Joe com Samba em segundo. [...] (JORNAL DO COMÉRCIO, 22 de agosto de 1947, p. 4).

Finalmente, a última corrida era anunciada, em narrativa empolgante e minuciosa, divulgados os vencedores, felicitando-se os organizadores do evento e ressaltando-se a importância de que outras festividades como estas fossem realizadas:

O último pareo “Imprensa Brasileira”, foi a batalha ciclista tomando parte 7 corredores. Foi uma prova das melhores da noite Garbosos e empolgantes desfilaram os rapazes 20 voltas num brio invulgar. Logo de início tombaram três concorrentes que logo se levantaram e prosseguiram a pugna. Várias alertas e fugas se verificaram, uma provocada por Colibri, o endiabrado “pistard”, outra por Ceta. Prova de fôlego deu por motivo a que alguns proliantes se fatigassem mas nem por isso diminuíram a energia entre todos que, numa tática melhoraram suas posições para a última volta, imprimindo uma movimentada luta que trouxe por muito tempo a assistência em vibração. Ao percorrer a última volta, ao som da sineta, o “colored” Peronio, que vinha desde o começo espreitando as intenções de seus adversários, fez uma furada espetacular de surpresa e deslocou todo o lote que tentou depois reaver terreno perdido porém infrutiferamente, pois o rápido “sprinter” distanciou os restantes entrando em segundo Uranio que deu o que fazer ao vencedor perdendo por pouco. Em terceiro chegou Relampago, bem colocado e Ceta em quarto lugar U V 31”.

E num ambiente de luz e alegria terminou a bela noite, cujo programa foi cumprido, à risca, estando assim de parabéns a União Ciclista Amazonense e Diretoria do Velódromo. Esperamos que novas

festas como a de sábado passado, se realizem, pois o povo não deixará de ir aplaudir o divertido esporte velocipedico que vem sendo compreendido e apreciado pela família esportista de Manaus (JORNAL DO COMÉRCIO, 22 de agosto de 1947, p. 4).

Em novembro de 1947 era anunciada a última competição ciclística no velódromo, que seria fechado ao público em 7 de dezembro, sendo reaberto em junho do ano seguinte:

Do programa de hoje consta do desafio de “Big” e “Seta”, dois perfeitos amadores do pugilismo regional. O “Pantera” enfrentará “Azamor”, um debutante de recursos. “Moroso”, o rápido motorista, atacará o “Record Dom Pedro de Orleans”, o qual foi instituído por “Mosquito” no tempo 5’6”. A cronografia estará a cargo do tenente Waldir Martins e do professor Mario Ipiranga. Os prêmios serão entregues: das finais do campeonato, pelos sns. Governador do Estado interino e Prefeito Municipal e os diplomas, pelo Presidente da F.A.D.A.

Os “bouquets” de flores serão ofertados pelas madrinhas dos vencedores, fazendo estes a volta de honra. Essas cerimônias serão fotografadas pelo “Foto-Técnico Aldo Archer Pinto”.

A cancha cimentada da pista foi preparada para um rendimento luminoso que causará uma agradável surpresa. As crianças terão entradas grátis (JORNAL DO COMÉRCIO, 30 de novembro de 1947, p. 3).

Na década de 1950 falece Deodoro Freire e o velódromo é vendido, infere-se que pelo fato do Governo do Amazonas se recusar em adquirir e manter o velódromo em virtude de uma provável escassez de verbas:

O Velódromo Álvaro Maia funcionou até 1949, ano em que foi corrido o último campeonato. Grande foi seu esplendor, pois vários campeonatos ciclísticos disputados e, e também foram várias as competições internacionais, tendo o velódromo a honra de ter mantido um recorde sul-americano, para os últimos 200 metros de mil, com 12,1s do extraordinário “Pistard” Pedro Freire, que superou o mantido naquela época por Clodomiro Cortoni, recorde infelizmente não oficializado por negligência da Federação Amazonense de Desportos Atléticos.

Com a morte do saudoso prof. Deodoro Freire, foi o Velódromo Álvaro Maia insistentemente oferecido ao governo do Estado, tendo então como governador o sr. Álvaro Maia, patrono do Velódromo, que apesar das facilidades apresentadas, rejeitou todas as propostas que lhe foram feitas. Nessa impossibilidade, foi o Velódromo vendido à firma “Benzecry”, que o matém sem funcionamento. A Câmara Estadual votou uma lei de desapropriação, de autoria do deputado Ney Rail, no

entanto até hoje não foi possível essa desapropriação, por falta de recursos financeiros do Estado. E está o colosso de pedra, esperando melhores dias (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 15 de novembro de 1959, p. 59).

Ao analisar a história da educação da infância no Amazonas observamos que “Por trás dessa história invertida, e ao mesmo tempo fragmentada- já que, fazendo-se pelos indícios, ela multiplica os pontos de observação-, também surgem os problemas materiais e a crise de consciência da sociedade em que se escreve.” (SCHIMITT, 2005, p. 352).

Por isso, constatamos que a inauguração destes espaços, com destinação inicial à criança operária e menores desvalidos⁵⁸, foi tomando outras configurações com o passar do tempo. Parece que estes espaços foram ocupados posteriormente por classes mais abastadas, o que levanta a questão das políticas públicas frente à garantia do acesso da criança pobre a atividades de lazer.

Voltar os olhos para a história social e cultural do Amazonas exige um olhar atento e uma busca minuciosa e exaustiva, em virtude da escassez de documentos e produções que estudem o passado do Estado e da cidade de Manaus. Cada documento encontrado se constituiu em uma peça de um quebra-cabeça na tentativa de se entrever resquícios de um fragmento temporal.

Isto nos permitiu realizar uma análise das inaugurações destes espaços de recreação e lazer que, propositalmente, ocorreram em datas significativas, promovendo e reforçando a estrutura do governo vigente: o que pode ser observado no primeiro parque, tanto na escolha do nome Parque Dez de Novembro, como na escolha da data de inauguração (o aniversário de Getúlio Vargas), como também no PI Ribeiro Júnior, mais conhecido como velódromo Álvaro Maia (então governador) inaugurado em comemoração à Semana da Pátria.

Não encontramos nenhuma evidência de que a intencionalidade inicial de uso do PI Ribeiro Júnior pelos internos da Escola Melo Matos ou da realização de

⁵⁸ Arend (2010) elucida que estes denominados desvalidos eram os “[...] ‘inválidos da Pátria’, as ‘moças pobres’, os mendigos, os cegos, os surdo-mudos, os ‘psicopatas’, os tuberculosos, os ‘morféticos’, os que necessitavam de ‘regeneração social’ e a infância (p. 347- 348).

atividades promovidas pelo juizado de menores, tenha se concretizado⁵⁹, nem tampouco em relação às atividades previstas no ato de Criação do Serviço Municipal de Parques Infantis em Manaus. Estas características nos revelam com clareza a intencionalidade política destes espaços e a concretização de um vínculo com a política do Estado Novo no Amazonas, que pode se configurar de maneira singular e distinta dos PIs no restante do país.

⁵⁹ Provavelmente, também, devido à saída do Juiz André Araújo, quando em 11 de agosto de 1944, é nomeado o Juiz Arnoldo Carpinteiro Peres, permanecendo no cargo até 1949 (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 17 de agosto de 1944).



Figura 17. Publicação semanal do Juizado de Menores. Fonte: AMAZONAS, Juízo Preventivo dos Menores. Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Terça-feira, 9 de fev. de 1943, ANO IV, número 159. Estado Federal do Amazonas, p. 1.



Figura 18. Capa da Revista Sintonia.
 Fonte: SINTONIA. Manaus: Ano I, n.º 5, Julho de 1940. Capa.

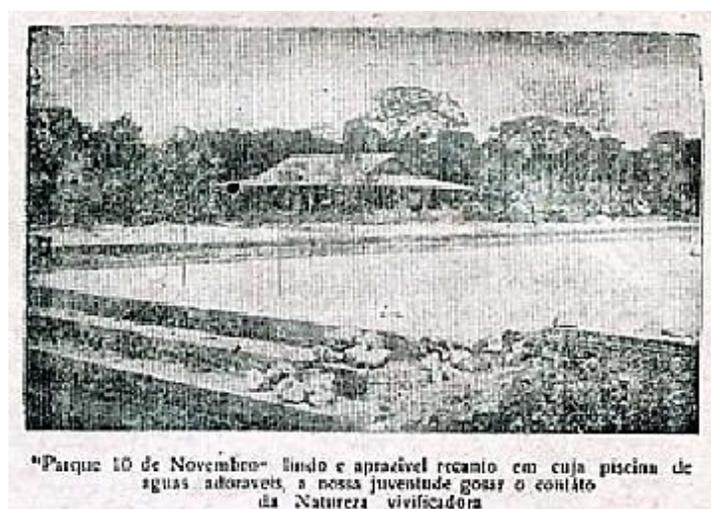


Figura 19. Piscina do Parque Dez de Novembro.
 Fonte: SINTONIA. Manaus: Ano IV, n.º 30, Novembro de 1942. p. 17.

PARQUE "DEZ DE NOVEMBRO"

Glorificando a data natalicia do Chefe da Nação, a Prefeitura de Manaus fará inaugurar, amanhã, o mais bello parque de recreação e exercicios fisicos do Norte do Brasil

Uma das mais importantes obras de urbanização da cidade de Manaus, o mais bello parque de recreação e exercicios fisicos do Norte do Brasil, será inaugurado amanhã, 19 de abril, pelo Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus. O parque, situado no bairro de São Francisco, tem uma área de 100 mil metros quadrados e será o maior parque de recreação da cidade. O projeto foi elaborado pelo Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus, e o Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus, e o Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus.

Uma das mais importantes obras de urbanização da cidade de Manaus, o mais bello parque de recreação e exercicios fisicos do Norte do Brasil, será inaugurado amanhã, 19 de abril, pelo Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus. O parque, situado no bairro de São Francisco, tem uma área de 100 mil metros quadrados e será o maior parque de recreação da cidade. O projeto foi elaborado pelo Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus, e o Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus, e o Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus.



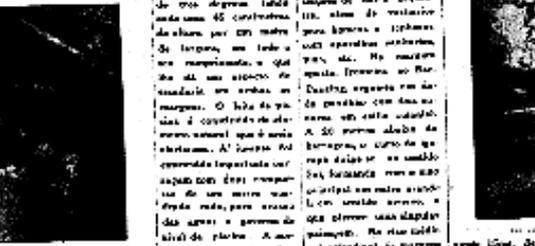
O parque, situado no bairro de São Francisco, tem uma área de 100 mil metros quadrados e será o maior parque de recreação da cidade. O projeto foi elaborado pelo Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus, e o Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus, e o Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus.

O parque, situado no bairro de São Francisco, tem uma área de 100 mil metros quadrados e será o maior parque de recreação da cidade. O projeto foi elaborado pelo Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus, e o Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus, e o Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus.

O parque, situado no bairro de São Francisco, tem uma área de 100 mil metros quadrados e será o maior parque de recreação da cidade. O projeto foi elaborado pelo Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus, e o Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus, e o Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus.



O parque, situado no bairro de São Francisco, tem uma área de 100 mil metros quadrados e será o maior parque de recreação da cidade. O projeto foi elaborado pelo Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus, e o Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus, e o Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus.



O parque, situado no bairro de São Francisco, tem uma área de 100 mil metros quadrados e será o maior parque de recreação da cidade. O projeto foi elaborado pelo Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus, e o Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus, e o Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus.



O parque, situado no bairro de São Francisco, tem uma área de 100 mil metros quadrados e será o maior parque de recreação da cidade. O projeto foi elaborado pelo Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus, e o Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus, e o Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus.



O parque, situado no bairro de São Francisco, tem uma área de 100 mil metros quadrados e será o maior parque de recreação da cidade. O projeto foi elaborado pelo Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus, e o Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus, e o Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus.



O parque, situado no bairro de São Francisco, tem uma área de 100 mil metros quadrados e será o maior parque de recreação da cidade. O projeto foi elaborado pelo Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus, e o Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus, e o Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus.



O parque, situado no bairro de São Francisco, tem uma área de 100 mil metros quadrados e será o maior parque de recreação da cidade. O projeto foi elaborado pelo Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus, e o Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus, e o Sr. Manoel de Mello, Prefeito Municipal de Manaus.

Figura 20. Notícia de inauguração do Parque Dez de Novembro. Fonte: JORNAL DO COMERCIO, Manaus, de 18 de abril de 1943, p.7.



Figura 21. Placa de Inauguração do Parque Dez de Novembro.

Fonte: MINDU: Ontem, hoje e a incerteza do amanhã. Direção/Produção: Rodrigo Ribeiro e Milena Vieiralves. 2011. (18m45s). Disponível em:

< <https://www.youtube.com/watch?v=AcWhVnngpi8> >. Acesso em: 28 fev. 2018. Acesso em: 10 de jan. 2018.



Figura 22. Vista panorâmica do Parque Dez de Novembro.

Fonte: RIBEIRO, Chaves Raimundo. **Álbum da Cidade de Manaus: 1848-1948** Cruz e Souza (org.). Manaus, Edições do Estado do Amazonas, 1948. (Livro produzido em comemoração ao 1º Centenário da Cidade de Manaus).



Figura 23. Garotos utilizando o tobogã no Parque Dez de Novembro.

Fontes: JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, de 19 de abril de 1943, p.7.

BLOGDOROCHA. A Inauguração do Balneario Parque Dez de Novembro. 2013. Disponível em: <http://jmartinsrocha.blogspot.com/2013/03/a-inauguracao-do-balneario-do-parque.html>.



Figura 24. Parque Dez de Novembro: um sonho tornado realidade

Fonte: SINTONIA. Manaus: Ano IV, n.º 35, abril de 1943. p. 26.



Figura 27. Vista aérea do Velódromo Álvaro Maia.

Fonte: Instituto Durango Duarte. 1956. Acervo: Moacyr Andrade. Disponível em: <http://idd.org.br/acervo/velodromo-alvaro-maia/>

ESTATÍSTICA DO JUIZO TUTELAR DE MENORES DE MANAUS (19/02/1944 - 31/03/1945)

Menores entregues a pessoas de responsabilidade mediante tutela	53
Menores retiradas de casas de prostitutas	6
Menores apreendidos por estarem em botequins	25
Menores internados do Instituto Melo Matos	143
Menores internados na Escola Premonitória do Bom Pastor	59
Menores beneficiados por pensões alimentícias assinadas em juízo	219
Pensões alimentícias assinadas em favor de menores abandonados	131
Autos de ação de alimentos	6
Autos de ação criminal sobre furto	1

Quadro 1. Quantidade de menores atendidos pelo Juizado de Menores do Amazonas- 1945.

Fonte: AMAZONAS. Estado do. **Relatório**. Manaus: Liv. Normalista. 1945. p.35. Anexo.

CAPÍTULO III

AS CONSEQUÊNCIAS DA EXISTÊNCIA DE PARQUES INFANTIS PARA A EDUCAÇÃO DA SOCIEDADE AMAZONENSE

3.1 Os Parques Infantis nas Instituições de amparo social

Algumas instituições tiveram papel importante com relação às políticas públicas de educação e de assistência social direcionadas a crianças e adolescentes, entre as décadas de 1940 a 1970. Em quatro delas há evidências da existência de PIs: A Escola Premonitória Bom Pastor/ Instituto Maria Madalena, o Instituto Melo Matos, o Educandário Gustavo Capanema e a Casa da Criança.

3.1.1 Instituto Melo Matos e Escola Bom Pastor/Instituto Maria Madalena

O Instituto Melo Matos⁶⁰, fundado como Secção, pelo Decreto 286 de 1939, era destinada à internação de menores considerados infratores ou delinquentes, onde recebiam educação moral, cívica e religiosa, inicialmente contendo apenas dois funcionários, cada um exercendo duas funções:

SECÇÃO “MELO MATOS”

Esta secção fundada em Setembro de 1939, de acordo com o Decreto n.º 286 do Exmo. Snr. Dr. Interventor Federal deste Estado, é destinada a receber os menores chamados delinquentes, que são matriculados sob o numero de ordem natural e durante um mês são observados pelo medico, professor e inspetor-vigilante, para o fim de se conhecer o caráter e as inclinações dos mesmos. Desde a data de sua fundação até a presente, foram registrados sessenta e cinco (65) menores, dos quais vinte e sete (27) já foram desligados, uns remetidos para suas casas e outros empregados, por se encontrarem já reeducados e capazes, portanto, para esse fim. Acham-se presentemente vinte e oito (28) recolhidos, que recebem educação cívica, moral e religiosa.

Conta atualmente esta Secção dois funcionários: um Inspetor-Vigilante, que também exerce as funções de professor e diretor da mesma e um guarda civil do Corpo de Segurança, como auxiliar do Inspetor-Vigilante e instrutor de ginástica e exercícios militares (AMAZONAS, Juizado Privativo de Menores, 1940, p. 45).

⁶⁰ José Cândido de Albuquerque Mello Mattos foi o primeiro juiz de menores do Brasil e da América latina.

Nesse período, foi criada a primeira escola de serviço social do Amazonas em 30/10/39, anexa ao Juizado de Menores, de responsabilidade do Juiz André Araújo, tendo sua utilidade pública reconhecida por ato do Interventor Federal em exercício, Rui Araújo em 1940:

DECRETO N.º 511 – DE 11 DE DEZEMBRO DE 1940

Considera de utilidade pública a Escola de Serviço Social, anexa ao Juízo de Menores

O Interventor Federal no Estado do Amazonas, usando das suas atribuições que lhe confere o art. 181 da Constituição Brasileira e tendo em vista a alínea 1.ª do art. 7º do decreto federal n. 1.202, de 8 de abril de 1939,

Considerando que todo o serviço de assistência social visa o reajustamento dos indivíduos e o equilíbrio das classes;

Considerando que, para esse trabalho urge a preparação de técnicos com estudos especializados,

DECRETA:

Art. 1.º - Fica considerada de utilidade pública a Escola de Serviço Social, anexa ao Juízo de Menores.

Ant. 2.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Rio Branco, em Manaus, 11 de dezembro de 1940.

RUI ARAUJO

Interventor Federal em exercício

Raimundo Nicolau da Silva

Secretário Geral do Estado, em exercício (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado do, 12 de dezembro de 1940, p. 3).

A preocupação com o horário livre da criança levou ainda o Juizado a criar a “sociedade recreativa de meninos”, onde as crianças que comparecessem ao Juizado e fizessem um cadastro, receberiam um cartão com os dizeres “Sociedade Recreativa de Menores”, “Este menino não póde ser preso por estar brincando”, este cartão era instrumento de controle do Juizado referente às brincadeiras realizadas pelos menores:

SOCIEDADE RECRETIVA DE MENINOS

Foi fundada, nesta cidade, pelo Dr. André Vidal de Araújo, a Sociedade Recreativa de meninos, que tem por fim congregar os meninos em idade de brincar nas ruas, geralmente tidos por vadios e perturbadores do sossego público, numa associação que venha controlar as brincadeiras do menor, pela determinação dos locais apropriados para tais atividades, tendo em vista as necessidades espontaneas que se manifestam na criança pelos divertimentos os quais não podem ser contrariados ou impedidos sem causar prejuízos ao seu desenvolvimento físico como espiritual. É de todos conhecidos os agrupamentos desordenados de menores, que se veem verificando nas vias públicas, das menos transitadas até as de maior

movimentação, num afan desordenado de se agitarem com os seus brinquedos prediletos, futebol, bolinha, papagaio, etc., principalmente este último, que causa sérios transtornos não só particulares como públicos, e que motivam constantes reclamações chegadas ao Juízo de Menores. Atendendo a isso é que foi fundada a Sociedade Recreativa de Meninos. Quanto ao caso dos maiores, que são constantemente surpreendidos nas ruas em promiscuidade com aqueles, nas mesmas diversões, muito mais perigosos porque, quase sempre audaciosos e impertinentes, é a Polícia que cumpre resolver.

Quanto às bases da sociedade que quiserem fazer parte da associação virão ao Juizado inscrever-se e receberão um cartão de associados, o qual traz no frontispício os dizeres: “Sociedade Recreativa de Menores”.

“Este menino não pôde ser preso, por estar brincando”.

ANDRE' ARAUJO”.

No cartão vão assinalados os setores desta cidade onde o menor, de posse do mesmo poderá brincar livremente, sem a preocupação de ser preso, em horário também marcado.

Expostas as bases e as finalidades da grande associação de menores que o Dr. André de Araujo acaba de criar nesta capital, tentando resolver o problema da brincadeira nas nossas vias públicas, o integro Juiz convida a toda a meninada de Manaus que deseje tomar parte na mesma, a comparecer ao Juízo de Menores, afim de ser registrado e receber o seu cartão.

(AMAZONAS, Juizado Privativo de Menores, 1941, p. 1).

No Instituto Melo Matos havia formação profissional para os internos por meio de cursos profissionalizantes, sendo que em 1942, os cursos de: “marcenaria, encadernação e tipografia”, também passaram a ser ministrados no local (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado do. 29 de janeiro de 1942, p. 4).

O premonitório Bom Pastor (FIGURA 28, p. 159), também criado pelo Dr. André Araújo, pelo Decreto n.º 426, de 17/05/40, foi inaugurado em 31 de maio de 1940, funcionando inicialmente no mesmo prédio da antiga Creche Alice de Sales, situada à rua Urucará, bairro Cachoeirinha, atendendo 18 meninas, órfãs ou desamparadas:

Conforme foi bastante divulgado pela imprensa local, efetuou-se no dia 31 de Maio ultimo a inauguração solene da Escola Premunitória do “Bom Pastor”, no edifício em que funcionou a extinta creche Alice Sales, especialmente adaptado para o novel estabelecimento.

Ao áto compareceram todas as autoridades, tendo-o abrilhantado com sua presença o Interventor Federal, dr. Álvaro Maia e seus auxiliares. Antes da inauguração foi rezada missa na capela da escola por D. Basílio Pereira, Bispo Diocesano.

O dr. André Araujo, Juiz de Menores, proferiu um discurso em que agradeceu eloquentemente a cooperação dos que, quer moral, quer materialmente, o ajudaram na fundação daquela casa de instrução, salientando, na sua oração, o apoio constante do Dr. Alvaro Maia ao seu empreendimento. [...]

A escola, já está em funcionamento com umas dezoito meninas, tendo, entretanto, capacidade para mais de quarenta (AMAZONAS, Juizado Privativo de Menores, 10 de junho de 1940, p. 1).

A Escola Premonitória Bom Pastor era o internato para onde iam as meninas, menores desamparadas, recolhidas pelo Juizado para receber educação moral e cristã, sendo descrito como o primeiro estabelecimento do norte do país:

Destinando-se a recolher e educar meninas ou moças desamparadas, evitando lhes o triste destino do vício, da ociosidade ou da deshonra, teremos nesse estabelecimento que a justiça de menores construiu com o apoio generoso do governo e do povo, o primeiro estabelecimento do gênero no norte do Brasil.

[...] a Escola Premunitoria oferece todos os requisitos indispensáveis á sua alta finalidade. Certo que não é, até porque não deve ser, uma casa luxuosa, requintando na elegância e no conforto. Mas é um abrigo tranquilo, amplo e hygienico, onde todos os elementos necessários á reeducação moral e chistã num ambiente de vida modesta e laboriosa. Dormitorios, salas de aula e trabalhos manuais, capella, refeitórios, salas de gymnastica e jardins, tudo faz da <Escola Premunitoria> uma verdadeira escola-domestica, que indiscutivelmente prestará os mais relevantes serviços á nossa terra. [...] (A TARDE, 30 de maio de 1940, p. 1).

Em 1943 o local foi transferido para à rua Silva Ramos, e no seu antigo prédio foi instalada a Escola de Serviço Social (AMAZONAS- Exposição. 05/1943-07/1944). Sendo que o local era dirigido pelas irmãs do Sagrado Coração de Maria, administrado pela Madre Maria Estefânia, funcionando sob “o regime de internato, ensinando pressas domésticas, primeiras letras e educação moral e cívica” (AMAZONAS- Relatório, 19/02/44 a 31/03/45, p. 8).

Além da existência de salas de ginástica, também foi verificada a instalação de um cinema no premonitório, com “um maquinário bom, bôa tela e que se vai prestar, esplendidamente, ás suas finalidades de educar as mocinhas daquele reformatório.” (AMAZONAS, Juizado Privativo de Menores, 04 de novembro de 1940, p. 1).

O trabalho realizado na Escola Bom Pastor era principalmente o da costura, e no Instituto Melo Matos: encadernação, sapataria e marcenaria, descritos na publicação do Juizado de 17 de março de 1942:

[...] O Instituto Melo Matos, onde há pouco foram inauguradas varias secções dotadas com requisitos para o ensino técnico-profissional, conta agora mesmo com um serviço amplíssimo de encadernação,

marcenaria, sapataria, sob a orientação de profissionais competentes, e que têm o mérito não só de conferir uma aprendizagem seguro aos meninos dali, como ainda o dos lucros revertidos em benefício daquela casa, tais as encomendas constantes que está recebendo de fora. Pelo seu lado, a Escola Premunitória desenvolve também uma intensa e proveitosa ação, principalmente no domínio da arte de costura, e acaba de satisfazer um extenso pedido de dúzias e mais dúzias de calções para a Fôrça Policial do Estado. Tudo indica, pois, que esses dois reformatórios, com estarem dotados de simples porem magníficos requisitos de centros reeducativos, breve constituirão ramos dos mais interessantes da pequena indústria do Estado, nos domínios das atividades referidas, [...].

(AMAZONAS, Juizado Privativo de Menores, 17 de março de 1942, p. 1).

A partir de 1947 a Escola Premonitória Bom Pastor passa a ser encontrada nos impressos como Instituto Maria Madalena, provavelmente por conta da Portaria de 22/12/45 que “cria” o Instituto Maria Madalena (SILVA, 2016, p. 89).

Na Mensagem de 1948, encontramos a existência das duas instituições: O Abrigo Feminino Maria Madalena, criado pelo então Juiz de Menores e anexo ao Instituto Melo Matos, e a Escola Bom Pastor. A mensagem informava que pela Lei n.º 71, de 17 de novembro de 1947, o Governo do Estado teria contratado a Arquidiocese para administrar a Escola (AMAZONAS – Mensagem, 1948).

Desde então, não foram mais encontradas ocorrências a respeito da Escola Bom Pastor, mas somente do Instituto Maria Madalena, como é o caso desta notícia que denunciava as condições críticas sob as quais o local estaria funcionando:

NO INSTITUTO “MARIA MADALENA”

Segundo constatamos, são verdadeiramente tremendas as condições desse abrigo correcional para meninas. Imagine-se uma casa de pequeno tamanho, com uma saleta mal-cheirosa, um dormitório onde 6 camas de madeira tosca se aglomeram, um banheiro e um W.C. indescritíveis, e um galpão esburacado e negro serve simultaneamente de refeitório e cosinha, e aí se terá um retrato perfeito do abrigo “Maria Madalena”. Funcionando anexo ao Instituto “Melo Matos” no prédio em que se aquartelou a Companhia de Brasília, possui atualmente o Abrigo, uma média de 15 mocinhas, todas vivendo em ambiente pesado de promiscuidade e acanhamento, formando dessa maneira terríveis complexos dentro de cada uma delas de modo que, mais tarde, quando devolvidas, pela força das circunstâncias ao seio da sociedade, levarão consigo a tara de terríveis vícios adquiridos no convívio angustioso de instalações visivelmente inadequadas (JORNAL DO COMÉRCIO, 14 de abril de 1948, p. 8).

Ainda na mesma publicação, intitulada “Instituições Infantis Mantidas pelo Governo: Garotos esfarrapados, de olheiras profundas, tristes e mal alimentados dormem em camas sem colchão e não têm cobertores para livrar do frio – O campo seria a solução”, denunciava-se a situação do Instituto Melo Matos:

Isto, porém, é o que se vê no Abrigo para meninas. No Instituto “Melo Matos” a situação é um pouco pior. Ali o numero de meninos é maior, pois que possui atualmente cerca de 30, e as acomodações embora um pouco mais espaçosas, são piores dos que as anteriormente citadas. As oficinas de sapataria e encadernação, não funcionam por falta de material. As camas, providas de colchões mal cheirosos, não possuem cobertas, de forma que, nas noites de frio, muito sofrem os garotos ali internados. A alimentação é minguada, sem nutrição adequada, e o Instituto não fornece peça alguma de roupa para as crianças. Tivemos ocasião de ver garotos esfarrapados, sem camisa, ostentando olheiras profundas, que recriminavam surdamente os responsáveis por essa situação aflitiva.

Não sabemos, porém, se lançar a culpa sobre o Juizado de Menores, ou se sobre o próprio governo, mas o fato é que pobres crianças estão passando necessidades, vivendo existências de reclusos, em prisões medievais.

Não é justo falar em amparo à infância, quando existem Instituições de menores nessas condições, atentando aos céus pela precariedade de recursos em que vivem, desviadas das suas finalidades. Os menores que para ali vão, em vez de regenerar-se, entrando no caminho reto da sociedade, pervertem-se em vícios escabrosos e inutilizam-se para o resto da vida (JORNAL DO COMÉRCIO, 14 de abril de 1948, p. 8).

Como solução, propunha-se que os internos de ambos os institutos fossem transferidos para um ambiente considerado mais adequado: o campo, local em que suas oficinas seriam melhor aparelhadas onde se tornariam “artífices e artesãos para o benefício da coletividade” (JORNAL DO COMÉRCIO, 14 de abril de 1948, p. 8).

Nos documentos analisados, estranhamente ou propositalmente não era descrito o local que abrigava o Instituto Melo Matos, mas infere-se que nos primeiros anos, o instituto funcionava na antiga penitenciária (FIGURA 29, p. 159),⁶¹ quando se analisa a afirmação de que “[...] o prédio onde ora se aloja é bem mais confortável que o antigo, isto é, do que a ala da penitenciária em que se encontrava até o advento da Interventoria Nogueira da Mata.” (AMAZONAS - Mensagem, 1948, p. 100). No entanto, a localização do Instituto não é descrita nesta mensagem, e não foi

⁶¹ Localizada na Av. 7 de setembro, nº 213, inaugurada em 19 de março de 1907 e desativada em 2017.

encontrada nas edições pesquisadas no Jornal do Comércio entre as décadas de 1930 e 1950.

Uma indicação de onde provavelmente o Instituto teria funcionado só foi encontrada em uma mensagem do Governo na década de 1950, publicada no Diário Oficial do Estado, onde se observou a informação de que o local teria funcionado em algum momento como departamento da penitenciária:

Foi construído, na administração LEOPOLDO NEVES, um edifício, na linha de Flôres, próximo ao Hospício EDUARDO RIBEIRO, destinado ao funcionamento da Escola MELO MATOS, ora um departamento da PENITENCIARIA, inaugurado, tomou o nome de LEOPOLDO PÉRES, em homenagem ao ilustre parlamentar amazonense já falecido (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 17 de março de 1952, p.19-20).

O Instituto Maria Madalena promovia mostras dos trabalhos produzidos nas oficinas a exemplo da “Exposição de trabalhos de artes industriais” realizada em 1948, como encerramento de um curso destinado às internas do Instituto Maria Madalena, o qual foi ministrado pela professora Lourdes de Moraes Buzaglo (JORNAL DO COMÉRCIO, 19 de dezembro de 1948, p. 8).

Em 1952 foi noticiado no Jornal Diário de Notícias (06/03/52) que o prédio do Maria Madalena estaria em ameaça de desabamento, e que as fortes chuvas estariam agravando esta situação. Parece que o local funcionou em situações precárias até 1955, pois Plínio Ramos Coelho⁶² também denuncia seu estado de precariedade:

Órgão destinado, por imperativo de diploma legal, à recuperação de menores abandonadas e delinquentes, do sexo feminino, o Instituto MARIA MADALENA se ressentiu, sob todos os aspectos, dos mais mínimos requisitos ao cumprimento das altruísticas e superiores finalidades a que se propõe.

Dependente da SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA no setor administrativo e, na esfera judiciária, do juízo de educação emendativa não é mais que um órgão a mais que inassiste a mocidade, constituindo-se, por isso, um vivo labéu contra os Governos anteriores. Faltam a esse Educandário técnica pedagógica especializada, instalações adequadas, dotações orçamentárias que bastem às suas necessidades reais, notando-se por igual, ausência completa de equipamento, no gerar má educação, má alimentação, desconforto e ociosidade.

⁶² Governador do Amazonas de 1955 a 31 a 1959 e de 1963 a 27 a junho de 1964, quando foi deposto pelo Golpe de 1964.

Esta Instituição funciona, pesa-se dizê-lo e o faço com tristeza e revolta, mas sem esconder a verdade. – como depósito de mças socialmente desajustadas e perdidas. Durante todos esses anos, a evolução de justiça social não influenciou para que o problema fosse estudado com atenção e carinho. As menores ali internadas não se beneficiam de qualquer trabalho recuperador e o lazer e o caldo de cultura para a proliferação de todos os vícios e taras.

Durante o ano de 1954 foram internadas nesse instituto 234 menores e desligadas 191, dali saídas sem quaisquer corrigendas, jogadas ao mundo sem o domínio ao menos de uma profissão útil, prendas domésticas que fossem.

Quanto ao prédio, encontramos-lo em péssimas condições Conservação, a exigir reparos imediatos e de grande vulto. Porque estivesse sob o risco de ruir, transmiti ordens à SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS, para, por intermédio de sua secção especializada, efetuar reparos e restaurar parte do edifício, [...].

Vale ressaltar, Senhores Deputados, que no meio de toda essa falência de homens e de princípios dos governos que passaram, a boa vontade e competência da administradora do MARIA MADALENA, Senhora CARLOTA REGIS DOS SANTOS, que, todavia, teve sua capacidade anulada pelas carências apontadas e pela criminosa apatia dos que governaram a nossa terra até 31 de janeiro último (AMAZONAS- Mensagem-1955, p. 31-32).

Por meio deste documento confirmamos a hipótese de que o Premonitório Bom Pastor havia se fundido com a Seção “Maria Madalena”, e que estaria precisando de atenção tanto na sua estrutura física quanto pedagógica:

[...] na situação presente, serve apenas para evitar que fiquem ao relento infelizes mocinhas alcançadas pela adversidade.

O prédio em que funciona o pretense Instituto, antigo <Bom Pastor>, necessita imediatos reparos, e seu quintal carece vedado por muro de alvenaria (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 15 de março de 1957, p. 26).

Em 1963 divulgava-se uma reforma e a construção de um recreio para as internas o que se concretizou após dois anos quando foi anunciado que a recuperação e a ampliação de seu prédio, situado à rua Silva Ramos, havia sido realizada, com reinauguração prevista para às 11 horas do dia 31 de dezembro de 1965 (JORNAL DO COMÉRCIO, 06/08/63; 30/12/65).

A intenção de se construir um PI vinculado à então Escola Matos já existia desde 1940, como podemos observar neste documento onde se informava uma doação ao Juizado dos terrenos do antigo Velódromo, que fora inaugurado em 1944 com o nome de Velódromo Álvaro Maia, como vimos no Capítulo anterior:

UM PARQUE PARA MENORES POBRES

O Juizado de Menores da Capital, que inegavelmente vem mantendo uma obra e alto esforço, sempre produzindo além daquilo que lhe permitem as verbas oficiais, acaba de enriquecer seu patrimônio com os terrenos do antigo Velódromo, gentilmente cedidos á Escola “Melo Matos” pelo dr. Deodoro de Alcantara Freire.

Aproveitando esses terrenos e os primeiros serviços que ali tinham sido realizados, há muitos anos, o dr. André Araujo decidiu levantar mais uma obra de assistência social preventiva, o Parque Infantil, onde as crianças pobres possam gozar dos divertimentos necessários a uma sadia formação (AMAZONAS, Juizado Privativo de Menores, 30 de setembro de 1940, p. 1)

No entanto, apenas em 1966 foi construído um Parque Infantil no Instituto Melo Matos, inaugurado às 8 horas de 31 de março, juntamente com novos pavilhões quando o local já estaria funcionando na estrada BR- 174, no Bairro de Flores.

Às 14h30 deste mesmo dia também foi entregue o PI do Instituto Maria Madalena, além de mais 3 outros Parques. Totalizando uma quantidade recorde de 5 parques infantis inaugurados em único dia. Essas inaugurações faziam parte do Programa Comemorativo do 2º Aniversário da Revolução Brasileira de 31 de março, no governo do Arthur Reis (JORNAL DO COMÉRCIO, 31 de março de 1966, p. 1).

A inauguração do Parque Infantil no Instituto Melo Matos também teve destaque em outra reportagem onde se descreve com detalhes as reformas realizadas e se entrevista um interno que, de acordo com a publicação, estaria agradecido ao Governador pela obra:

O Instituto Melo Matos, ganhou ontem mais um pavilhão, bem como um parque infantil. Expressando a gratidão dos meninos internados, falou o garoto João Bosco de Araujo, que na simplicidade de seu discurso, ressaltou os benefícios que o atual Govêrno tem levado áquele reformatório, tirando-o de uma situação de abandono, para elevá-lo a uma condição de uma instituição realmente capaz de proporcionar educação e orientação segura aos meninos desamparados. Com mais de cem internados, o Melo Matos oferece aos internos, boa alimentação, alojamentos limpos e confortáveis, assistência médica e dentária, além de diversões sadias (JORNAL DO COMÉRCIO, 1 de abril de 1966, p. 1).

A publicação do periódico “O Jornal” de 15 de novembro de 1966 traz uma imagem do prédio (FIGURA 30, p. 160), confirmando a sua localização na notícia e

informando a mudança de nomenclatura de Instituto para Colônia Agro Escolar Melo Matos:

O Governo Arthur Reis deu vida nova ao “Melo Matos”. De Instituto de correção de menores, sem condições mínimas para o exato cumprimento de missão para o qual foi criado, o “Melo Matos” foi transformado em colônia agro-escolar. A atual Administração promoveu a recuperação do prédio existente, situado no bairro de Flores, e foi além, construindo novos blocos, empreendendo quatro salas de aula, sala de reunião, cozinha, refeitório e sanitários. Realizou, também, pintura geral externa e interna (O JORNAL, 15 de novembro de 1966, p. 1).

Em 30 de outubro de 1966 o periódico “O Jornal” apresentava a vista frontal do prédio do Instituto Maria Madalena (FIGURA 31, p. 160), onde havia sido inaugurado o Parque Infantil, aqui encontrado como “recreio descoberto”, com a seguinte descrição: “Esta é a sede do instituto “Maria Madalena”, situada no centro da cidade, na rua Silva Ramos. O prédio foi totalmente reformado pelo Govêrno Arthur Reis, e construído um acréscimo para abrigar copa, cozinha, dispensa, grupo de sanitários, quartos e lavanderia. Houve, também a construção de um recreio descoberto, passeios e pintura geral externa e interna.” (O JORNAL, 30 de outubro de 1966, p. 1).

Infere-se que era exercida na Escola do Bom Pastor e no Instituto Melo Matos uma “pedagogia corretiva”, por meio de atividades educativas e recreativas acompanhadas pelo trabalho da Assistência Social, iniciado em 1940 e que perdura até a década de 1960:

Coube, ainda, ao Serviço Social, com a colaboração da Associação Profissional dos Assistentes Sociais de Manaus, elaborar e executar plano para o funcionamento da Colônia Agro-Escolar “Melo Matos” e do Instituto “Maria Madalena”, totalmente recuperados, ampliados e humanizados, material e socialmente, pelo poder público, dentro das novas técnicas modernas e dentro do novo sistema de Educação através da terapêutica ocupacional ou educacional-promocional (AMAZONAS- Mensagem, 1966, p. 71).

Ainda 1966, o Governo organizou uma programação comemorativa à Semana da Criança nas Instituições, a qual seria composta de palestras, exposições e um concurso de higiene infantil para crianças, contando com a colaboração e patrocínio de Ligas, Clubes e Centro, além da Nestlé e da Rádio Baré:

‘Semana da Criança será assinalada em Manaus com 6 festas de conagraçamento

Sob o patrocínio do Govêrno do Estado será realizada no período de 10 a 17 de outubro, a “Semana da Criança”, em nossa Capital. O Grupo de Trabalho para a organização do programa está constituído de representantes da Prefeitura Municipal de Manaus, Secretarias de Saúde e de Imprensa e Divulgação: Departamento Estadual de Maternidade e Infância, LBA., Campanha Educativa do Amazonas, Hospital Infantil “Dr. Fajardo”, Instituto “Melo Matos” e Instituto “Maria Madalena”, contando ainda com a valiosa cooperação da Liga de Defeza Contra a Lepra, Rotary Clube, Lions Clube, Centro Cáritas, Companhia Nestlé e Rádio Baré.

[...] O programa [...] constará de duas partes: Orientação, através de cartazes, faixas e palestras alusivas à criança e Educação com exposição de trabalhos didáticos no decorrer da “Semana da Criança” [...].

Haverá seis festas de conagraçamento, bem assim, um concurso de Higiene Infantil, tomando parte do mesmo as crianças inscritas nos lactários de DEMI.

No dia 12 de outubro será celebrada missa em ação de Graças, na Matriz Nossa Senhora da Conceição. [...] (JORNAL DO COMÉRCIO, 24 de setembro de 1966, p. 8).

Outra notícia encontrada, com o título “Primeira Dama patrocina amanhã Festa das Mães”, cujo conteúdo descrevia a programação que incluía uma festa no Instituto Maria Madalena em homenagem ao Dia das Mães, promovida pela primeira dama do Amazonas, Violeta de Mattos Areosa, com números de “canto, declamação e dramatização, interpretados pelas jovens ali internadas, sendo totalmente vitoriosa a comemoração” (JORNAL DO COMÉRCIO, 11 de maio de 1968, p. 1).

Outro evento realizado no local foi uma exposição dos trabalhos manuais realizados pelas internas, organizada pelas professoras e assistentes sociais. Esta mostra ocorreu durante o período natalino e contou com a participação da primeira dama:

ARTES MARIA DE MADALENA

Todos os trabalhos manuais realizados pelas meninas internas no Instituto Maria Madalena estão expostos no salão principal dêsse educandário desde ontem, quando a sra. Violeta Areosa ali esteve, fazendo a abertura de mostra Orientadas por um grupo de professoras especializadas e assistentes sociais, as menores realizaram verdadeiras obras de arte, que podem ser vistas pelo público durante o horário de funcionamento da mencionada escola. ” (JORNAL DO COMÉRCIO, 19 de dezembro de 1968, p. 1)

No conteúdo da publicação havia uma figura na qual observa-se 9 meninas, usando vestidos claros, sem mangas, de comprimento um pouco acima dos joelhos. Todas as meninas estão sentadas no chão, com as pernas levemente dobradas para um dos lados, com uma das mãos sob os joelhos e a outra no chão, atrás delas posam 4 mulheres entre assistente sociais e professoras, uma delas está com as mãos sob os ombros de um garoto, e a primeira dama Violeta Areosa (FIGURA 32, p. 161)

Outra exposição ocorreu na publicação de dezembro de 1971, (FIGURA 33, p. 161), onde verifica-se 4 alunas do Instituto usando vestidos claros, com manga curta e de comprimento até a altura dos joelhos, 3 em pé, ao redor de uma mesa manuseando seus trabalhos, e uma sentada em uma cadeira ao lado esquerdo da imagem. Ao lado direito há um painel onde estão penduradas várias bonecas produzidas pelas internas, abaixo as seguintes informações:

O Instituto Maria Madalena abriu ontem pela manhã a exposição de artes industriais das alunas do estabelecimento. A exposição é uma demonstração das habilidades das alunas e a venda do material exposto servirá para comprar o material a ser usado no próximo ano letivo. Há muito o que ver na exposição, como roupas para criança toalhas, peças de tapeçaria, permanecerá aberta até o dia de amanhã. O Maria Madalena funciona casa de correção para menores do sexo feminino e também recebe órfão ou menores que não possuem parente aqui e não podem voltar para o local de origem. Atualmente conta com 32 internas que variam em idade de 9 à 17 anos e que além de receberem o curso primário, aprendem alguns ofícios como corte e costura, bordado, manicure e penteado etc. (JORNAL DO COMÉRCIO, 18 de dezembro de 1971, p. 2).

Em novembro de 1972, informava-se que o Instituto iria ser “transferido para o hospital Darcy Vargas, onde são melhores as condições de comodidade destinadas a cumprir a finalidade de hospital de recuperação. No Darcy Vargas, as meninas poderão estudar e desenvolver aptidões para o trabalho, quer na arte industrial ou artesanal.” (JORNAL DO COMÉRCIO, 08 de novembro de 1972, p. 2).

Em 1974 o Instituto Maria Madalena já estaria funcionando na Chapada e estaria passando por novas obras de ampliação no governo estadual de João Walter, sendo encontrado em 1977 como “Escola Darcy Vargas” administrada agora pela Fundação Estadual do Bem Estar do Menor -FEBEM (JORNAL DO COMÉRCIO, 05 de março de 1977, p. 3).

O antigo prédio do Instituto Maria Madalena passou a ser sede da Empresa Amazonense de Turismo –EMAMTUR-, e suas edificações existem até hoje, como se observa na figura (34, p. 162).⁶³ Após a década de 1970 não foi encontrada nenhuma referência ao Instituto Maria Madalena.

Ambas as Escolas Melo Matos e Darcy Vargas passam a ser administradas pela FEBEM em 1976. Em 1978 observa-se a divulgação de uma solenidade de entrega de certificados a 40 menores que teriam realizado um curso de Patrulheiros promovido pela FEBEM:

O programa sócio-terapêutico desenvolvido pela FEBEM Amazonas conta com as unidades educacionais Melo Matos e Darcy Vargas [...] Na Escola Melo Matos, no bairro de Flores, 80 menores com problemas de conduta anti-social recebem, em regime de internato, uma orientação educacional integral com característica profissionalizante e outros meios de terapia educacional e ocupacional. O mesmo sucede na Escola Darcy Vargas, onde 60 meninas estão internadas (JORNAL DO COMÉRCIO, 30 de junho de 1978, p. 5).

Observa-se na Figura 35 (p. 162), 32 meninos, distribuídos em duas fileiras em forma de semicírculo, na fileira da frente contam-se 20 meninos menores e na fileira de trás 13 mais altos. Todos estão trajados com camisas de botão, gola e manga curta, de cor em tom claro, calças compridas e sapatos de cor escura, com a legenda “Primeira Turma de Patrulheiros do Amazonas” (JORNAL DO COMÉRCIO, 30 de junho de 1978, p. 5).

As últimas notícias encontradas sobre as Escola Darcy Vargas e Melo Matos datam de 1978, levantando a hipótese de terem desaparecido ou se transformado em outras instituições.

3.1.2 Educandário Gustavo Capanema

Inaugurado em 07 de fevereiro de 1942 o Preventório Gustavo Capanema era uma instituição em regime de internato para onde eram levados os filhos sadios dos

⁶³ O prédio encontra-se desgastado pelo tempo, e provavelmente passará por uma reforma, para que, de acordo com a placa informativa do local, que o identifica como propriedade do Governo do Amazonas- Secretaria de Cultura e onde está previsto o funcionamento do laboratório de arqueologia “Casa Bernardo Ramos”.

hansenianos⁶⁴ nascidos nos leprosários do Amazonas: Belizário Penna e Colônia Antônio Aleixo, de onde eram “tirados dos pais logo após o nascimento” (AMAZONAS, 2017⁶⁵; RIBEIRO, 2011; SCHWEICKARD; XEREZ, 2015, p. 1151).

A instituição foi criada em 06 de julho de 1939, após a realização de várias campanhas para arrecadar verbas para a construção do seu prédio (SCHWEICKARD; XEREZ, 2015), que foi inaugurado apenas em 07 de fevereiro de 1942 “[...] com a presença da senhora Eunice Weaver⁶⁶, benemérita na Campanha pela redenção dos filhos de hansenianos[...]” (AMAZONAS- Exposição. 05/43-07/44).

No artigo “A Hanseníase no Amazonas: política e institucionalização de uma doença”, informa-se que desde o ano de 1868 começou-se a se providenciar instituições para o combate da doença por meio de uma política de isolamento no Amazonas:

No Amazonas a política de isolamento dos doentes de hanseníase somente se efetivou com a inauguração da Leprosaria de Paricatuba, em dezembro de 1930. As instituições responsáveis pela execução da política contra a doença foram as seguintes: Umirisal (1868-1931); Linha do Tiro (século XIX-1930); Dispensário Oswaldo Cruz (1921-1950); Hospital-Colônia Belisário Penna – Leprosaria de Paricatuba (1931-1967); Colônia Antônio Aleixo (1942-1978); Fundação Alfredo da Matta (1950-dias atuais); Educandário Gustavo Capanema (1949-dias atuais) (SCHWEICKARD; XEREZ, 2015, p. 1146).

O preventório, foi inaugurado no Bairro Colônia Oliveira Machado, às margens do rio Negro, dispendo de uma escola de responsabilidade do Estado (AMAZONAS-Exposição. 05/43-07/44).

Inicialmente essas crianças eram levadas ao “pavilhão de desinfecção, onde permaneciam em quarentena, para avaliação da hanseníase.” Só após este período podiam conviver com as demais crianças do preventório, para evitar o contágio ou

⁶⁴ “A primeira instituição com a finalidade de receber as crianças retiradas dos pais com hanseníase logo após o nascimento foi a creche Alice Sales, criada em 1926, localizada no bairro da Cachoeirinha, no período da gestão do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Amazonas.”

⁶⁵“Decisão liminar determina a formação de banco genético com informações sobre famílias que sofreram violações aos direitos humanos decorrentes da política segregacionista do Estado Brasileiro entre 1920 e 1980”. O estado do Amazonas deve realizar um levantamento das famílias separadas entre os anos de 1920 e 1950 e A União entre os anos de 1950 e 1980, além do pagamento de 300 mil Reais por “dano moral coletivo” (AMAZONAS, 2017).

⁶⁶ Eunice Souza Gabi Weaver (1902-1969) fundou a Sociedade de Assistência aos Lázarus, o Educandário Carlos Chagas na cidade de Juiz de Fora e o Educandário Santa Maria (RJ). A partir do ano de 1935, com o incentivo de Getúlio Vargas, passa a divulgar pelo país a campanha da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázarus e Defesa Contra a Lepra.

uma possível transmissão da doença. Apesar desta separação dos menores “do foco contagiante” ser considerada uma “medida eficiente”, “os danos psicológicos e sociais para as crianças e as famílias foram imensuráveis.” (SCHWEICKARD; XEREZ, 2015, p. 1152).

Em 06 de outubro de 1948, como parte do “Programa da Semana da Criança”, houve a inauguração de um Parque Infantil na instituição, denominado Eunice Weaver:

Associando-se aos festejos da “Semana da Criança”, o Educandário “Gustavo Capanema”, notável instituição de amparo aos filhos dos hansenianos, mantida pela Sociedade Amazonense de Assistência aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra, organizou um interessante programa, a ser executado, durante aquela semana, constante do seguinte:

Dia 10 – 9 horas – Abertura da exposição dos trabalhos escolares: 9,30 – inauguração do Parque Infantil “Eunice Weaver”; 10 horas – demonstrações ou exercícios de educação física (JORNAL DO COMÉRCIO, 06 de outubro de 1948, p. 2).

A programação contava ainda com torneios de voleibol, futebol, corrida de saco, ovo na colher, corrida a distância, cabo de guerra, demonstração de exercícios físicos pelas crianças do Jardim da Infância, palestras e piqueniques (JORNAL DO COMÉRCIO, 06 de outubro de 1948).

Também foram verificadas exposições de trabalhos realizados pelos internos nesta instituição, como observa-se nesta publicação de 1950, cujo conteúdo ocupa metade de uma página, com as notícias organizadas em 8 colunas, ilustradas com 4 imagens. O título informa o evento como “Atestado eloquente de trabalho, dedicação e esforço”, como parte das comemorações da Semana da Criança, onde descreve o contentamento dos visitantes com o trabalho realizado:

Às 8,30 horas daquele dia, já se encontrando presentes o governador Julio de Carvalho Filho e sua exma. Esposa, dona Joana Madeira de Carvalho, o prefeito Raimundo Chaves Riveiro, D. Alberto, Bispo Diocesano, desembargador João Corrêa e filhas, major Palma Lima, ajudante de ordens do chefe do Executivo, dr. Donizetti Gondim e o sr. Helgino Almeida, sub-gerente da Cia. Nestlé de produtos alimentícios. [...] foi dado início a singela cerimônia, tendo os presentes se dirigido para o salão onde se encontrava instalada a exposição, e o governador Julio de Carvalho Filho, ao ali chegar, feito a abertura da fita simbólica que cerrava a porta (JORNAL DO COMÉRCIO, 15 de outubro de 1950, p. 5).

A exposição era composta por trabalhos escolares e agrícolas dos internos, destacando-se a macaxeira, diversas farinhas, beijus, tapioca, polvilho goma, verduras e legumes:

Sob uma vibrante salva de palmas da meninada presente, que irradiava satisfação e contentamento deram os visitantes entrada no recinto da exposição, onde se encontravam bem arrumados sobre mesas e nas paredes, os produtos oriundos dos trabalhos escolares e agrícolas da garotada do Educandário. Sobre as mesas anotamos trabalhos do 1º ano A, sob a responsabilidade da professora Nair Vieira de Medeiros Pinto; do 1º ano C, dirigido pela professora Hilda Francisca [...] do 3º ano, sob os cuidados da mestra Maria do Carmo Silva Fonseca e outros mais, onde se viam refletidos o apuro e a dedicação que as carinhosas educadoras dedicam aos meninos e meninas pobres que se encontram sob as suas vistas.

Na exposição dos trabalhos agrícolas, impressionou á todos, sobretudo, a variedade de produtos que a constituíam, desde viçosas macacheiras até bem nutridas mandiocas, além de farinha de diversas qualidades, goma, amido, beijus, tapiocas, polvilho, couve, alface, limões, tomates, maxixes, quiabos e uma quantidade variada e multiforme de legume bem tratados, que representavam alí, o melhor atestado e a melhor demonstração do quando se faz de assistência social naquele Educandário, e o quanto ele merece continuar sendo amparado pelos governantes e pelas pessoas de bom coração (JORNAL DO COMÉRCIO, 15 de outubro de 1950, p. 5).

Houve ainda demonstrações de exercícios físicos realizados por alunos do 1º ano no pátio externo da instituição, dirigidos pela professora Elizabeth Braga, com uma “vista esplendorosa para o rio Negro”. As crianças estão trajando um macacão de comprimento acima dos joelhos, no estilo “jardineira”⁶⁷, realizando uma “demonstração de ginástica rítmica, desenvolvendo com esmero e boa vontade, alguns minutos de exercício físicos.” (FIGURA 36, p. 163). A festa foi encerrada com apresentações artísticas realizadas pelos internos:

[...] Enquanto a meninada de todos os sexos e idades deliciava-se nos amplos refeitórios com uma merenda forte e sadia, os visitantes se dirigiram para o teatrinho “Eunice Weaver”, onde por varias crianças, de variadas idades, foi desenvolvido o seguinte programa artístico, sob as palmas elogiadas de quantos ali se achavam:

⁶⁷ Estes exercícios são similares aos verificados em outros estados brasileiros, a exemplo os encontrados na tese de Dalben, que apresenta na figura n. 25 de seu trabalho um registro da “Aula de ginástica na praia do Boqueirão em Santos”. (2009, p. 118).

- 1º) – Ginástica por um grupo de alunos do Jardim de Infancia;
- 2º) – Uma saudação por alguns alunos;
- 3º) – “Joésinho”, pelo aluno Waldomiro de Barros;
- 4 – “Meu Lirio”, pela aluna Maria K. de Souza;
- 5º) – “Cabecinha sem Juizo”, pela aluna Izaura Queiroz,
- 6º) – “Botãozinho de Rosa”, pela aluna Zeneide Costa;
- 7º) – “No meu Jardim” pela aluna Maria E. Souza;
- 8º) – “Hino Escolar”, pelos alunos do “Jardim de Infancia”;
- 9º) – Hino Nacional, por todos os alunos (JORNAL DO COMÉRCIO, 15 de outubro de 1950, p. 5).

Na figura 37 (p. 163), verifica-se o “Aspecto colhido logo após a inauguração dos trabalhos escolares, vendo-se os visitantes que compareceram ao Educandário, dentre eles o governador Julio de Carvalho Filho, o prefeito Raimundo Chaves Ribeiro e D. Alberto, Bispo Diocesano.” (JORNAL DO COMÉRCIO, 15 de outubro de 1950, p. 5).

Em 1951 uma reportagem da revista Sintonia ocupando uma página inteira, intitulada “Educandário Gustavo Capanema”, informa os aspectos do funcionamento do preventório, apresenta um histórico e ressaltava o trabalho desenvolvido na instituição:

Vem desenvolvendo relevante acção social, ininterruptamente, desde a instalação a 25 de Março de 1942, este estabelecimento entregue ao patrocínio da Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra. Dizer da importância desta obra é reviver as palavras mais sentidas e emocionais proferidas pelas mais insignes e geniais celebrações humanas. Há invocação divina nessa sublimidade de recuperação aos sãos dos filhos recém nascidos de casais de hansenianos recolhidos às “cidades isoladas”. E esta obra, no decurso destes nove anos, vem se acentuando numa prática meritória sob a supervisão do anjo da guarda da redenção de tantas crianças que ali têm acolhidas desde o nascimento aos 16 anos, D. Isabel Soares Nogueira, digna presidente da Sociedade. Perfaz o número de 716 o das crianças até o presente ali recebidas. De pais paupérrimos, ali concentram o lar e recebem educação condigna. Atualmente, estão abrigadas 218 crianças de ambos os sexos e de todas as idades. Para dar assistência a este pequeno exército álcacre dispõe o Preventório dos cuidados de suas amas, quatro guardiãs, doze professoras e dois técnicos. Facultativos especializados em pediatria, otorrinolaringologia e oftalmia acompanham o desenvolvimento dos internados. Sendo os cuidados voluntários imprescindíveis e constante alí a observação bucal, sendo atendidas prontamente todas as anomalias maxilares e cuidada a prevenção da cárie. E tudo resulta que, como está ali estabelecido o conforto e a higiene, a criança goza de excelente saúde que demonstra pelo aspecto físico e alegria estampa nos rostos juvenis, dando agradável impressão aos visitantes. [...] (SINTONIA, nº 51. Manaus, out. 1951, p.11).

A publicação informava que os internos aprendiam ofícios de jardinagem, agricultura, a criação de animais domésticos e aves. Além disto, produziam farinha, calçados, prendas domésticas e costura:

Os colegiais desconhecem a ociosidade. Logo iniciada a idade escolar frequentam o Jardim da Infância e após vem o curso primário. Pela utilidade de entregar as crianças à sociedade, aptas a uma vida sã e produtiva, ali se ministram conhecimentos de jardinagem, pequena agricultura, criação de animais domésticos e a avicultura. Observa-se um acentuado desenvolvimento, no exercício da criação de aves e no trato hortícola, com excelentes resultados.

Consignando a conveniência do ensino técnico-profissional, ali comprovada execução, é nos dado verificar a efetiva produção, no Estabelecimento, preparada na própria “Casa de Farinha” e os diversos modelos de calçados que saem da “Sapataria”. Às meninas, além dos labores agrícolas, são ensinadas prendas domésticas e trabalhos de agulha. Nas periódicas exposições, são mostrados os diversos labores que saem das mãos dos pequenos artífices e de onde se pode ajuizar de vistosa dignificação que constitui esta obra mantida na união do Sumo Bem. [...] (SINTONIA, nº 51. Manaus, out. 1951, p.11).

A reportagem apresenta três fotografias (FIGURA 38, p. 164): as duas localizadas na parte superior, alinhadas com o texto estão quase invisíveis, devido à ação do tempo, mas pode-se verificar que a primeira retrata várias pessoas pousando, como forma de registro de casamentos, provavelmente dos seus internos. Na segunda imagem, ao lado esquerdo da primeira, observa-se um pequeno grupo de crianças pousando para a foto e na terceira foto, localizada na parte inferior esquerda da página, observa-se um grupo de aproximadamente 19 crianças com diferentes idades trajando vestes claras, pousando para a fotografia em forma de semicírculo, com a legenda informando “um grupo de inteligentes garotos, na hora do recreio”.

Após dez anos, outra inauguração, mas que provavelmente seria uma reinauguração, de um Parque Infantil é encontrada na notícia sobre a primeira reunião do ano da Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, realizada no dia 30 de janeiro de 1958, onde a 1ª vice-presidente da Associação, senhora Leda Melo:

[...] convidou as presentes para assistirem à inauguração, no dia 31 do fluente, às 9 horas, no <<EDUCANDÁRIO GUSTAVO CAPANEMA>> do PARQUE INFANTIL <<WALTER RAYOL>>, em frente ao Jardim

da Infância, acrescentando que é extraordinária alegria das 255 crianças, ali internadas, por esse melhoramento, que será uma animadíssima festa. [...] (JORNAL DO COMÉRCIO, 4 de fevereiro de 1958, p. 4).

Nas décadas seguintes, foram observadas um número significativo de notícias referentes a promoções e eventos com o intuito de angariar verbas para a Instituição, bem como reportagens que denunciavam os problemas do local. A exemplo desta publicação do jornal “Diário do Amazonas”, que em 1986⁶⁸, após realizar um breve histórico do Educandário, informa os problemas enfrentados ali, destacando a poluição, tendo em vista a existência de indústrias, vizinhas ao local:

[...] A Colônia Oliveira Machado só tem um mini-colégio, “Murilo Braga”, que leciona o primário e funciona num pequeno pavilhão do “Gustavo Capanema”, mas escola mesmo de 1º e 2º Graus não existe. Quem estuda tem que fazê-lo no colégio de Educandos ou do centro da cidade.

AO “Gustavo Capanema” tem como presidente a Sra. Ruth Varella e como diretora, a Sra. Maria Celeste. O educandário funciona em sistema de internato às crianças reconhecidamente pobres e abandonadas, dando preferência para filhos de hansenianos da Colônia “Antônio Aleixo”. Atualmente conta com 80 crianças internas, além de 65 da creche que atende os filhos menores das mães que trabalham fora e não tem onde deixa-los (DIÁRIO DO AMAZONAS, 21 de abril de 1986, p. 6).

Naquele momento a instituição estaria precisando de doações, e atendia 80 menores e 65 crianças pequenas, com alimentação e assistência médica:

É mantido por doações municipal, estadual e federal, bem como de particulares. A Merenda Escolar da uma excelente parcela de colaboração, bem como as indústrias CCE, Gradiente, Moto Honda e outras. Atualmente está carente de colchões e lençóis, pois, os que já existem já estão rotos, rasgados, precisando serem trocados.

Maria, a administradora, disse que além do “Gustavo Capanema” precisar substituir os colchões e os lençóis das camas, se recebesse maior quantidade desse material teria condições de abrigar maior número de crianças.

⁶⁸ Este documento foi encontrado na própria instituição, disponibilizado para a pesquisa pela diretora Maria do Carmo Teixeira, que nos atendeu com muita atenção. O documento estava em uma pasta que continha recortes de jornais, convites, panfletos e relações. A grande maioria destes documentos estão sem indicação de fontes, ainda assim foram muito importantes para uma compreensão geral das dificuldades enfrentadas, em especial entre as décadas de 1980 a 1990.

Garantiu que os 80 menores ali internados e as 65 crianças da creche são bem tratadas e alimentadas convenientemente, possuindo assistência médica pela manhã e à tarde, mas não soube explicar a razão dos menores serem desnutridos já que ela diz que são bem alimentados e recebem toda assistência médica e medicamentosa. Disse apenas que “elas já chegaram aqui assim”.

O educandário tem uma equipe de funcionários que cuida das crianças internas e da creche. [...]

Fez denúncias contra a poluição provocada pela “Wagner”, garantindo que os médicos do “Gustavo Capanema” vivem medicando as crianças contra a intoxicação dos produtos químicos e assim mesmo estão sujeitas a envenenamentos (DIÁRIO DO AMAZONAS, 21 de abril de 1986, p. 6).

Contudo, ao entrevistar alguns internos, a reportagem denunciava ainda, os possíveis maus-tratos sofridos pelos alunos que incluía agressões físicas e alimentação precária:

Mas a parte um grupo de crianças internas disseram à “Força dos Bairros”, que são maltratadas no “Gustavo Capanema”. É bem verdade que comem todos os dias mas a quantidade e o valor nutritivo do alimento não é o suficiente para matar sua fome, não sabendo se por culpa da direção do educandário ou se é porque a quantidade de gêneros alimentícios que recebe é insuficiente para alimentar todo mundo convenientemente.

Disseram que quando não estão em aulas, estão trabalhando de inchada e terçado, limpando a área do “Gustavo Capanema” que é muito grande, “[...] um dia desses o homem estava tão enfurecido que, sem motivo algum, aplicou um soco no olho esquerdo da garota Ada Medéia. Aqui, por qualquer motivo, todo mundo apanha. Até as professoras batem na gente e dizem á presidente e á diretora que queríamos demolir o pavilhão e elas acreditam nas mentiras cabeludas”

As crianças acham que o Juizado de Menores deveria abrir um inquérito para ouvir todas as crianças, individualmente, afim de que ficasse informado que se passa no “Gustavo Capanema”. “Depois de conhecer os maltratos que nos são impingidos, é bem provável que fechasse o educandário. Mas isto é apenas um sonho. Autoridade alguma vai se importar com o sofrimento de filhos de hansenianos. Queremos ao menos que diante de nossas reclamações a direção do educandário não resolva nos expulsar e que não permita que continuemos apanhando por essas pessoas dotadas de psicologia, relações públicas e que saibam lidar com crianças, para que mais tarde o “Gustavo Capanema” não seja transformando em estrebaria”, disseram os menores.

Fora, na rua, todo mundo sabe que as crianças do educandário pegam pela Dona Edilene, da Rua Marechal Rondon que tem uma filha na creche, recebeu a reclamação da criança de que uma professora tinha batido nela. Icleide disse ter conhecimento de que as crianças estão com a saúde ameaçada devido a poluição da “Wagner”, que funciona bem ao lado. E quando queimam restos de madeiras, os meninos só

faltam morrer asfixiados. Apela para que as crianças não sejam maltratadas (DIÁRIO DO AMAZONAS, 21 de abril de 1986, p. 6).

Observou-se nos impressos inúmeras campanhas com o objetivo de arrecadação de verbas para a instituição, diversos eventos foram realizados sob a iniciativa do *Rotary Club*, *Lions Club*, de Ligas e artistas locais, além de doações realizadas por pessoas abastadas para manter em funcionamento a instituição. Muitas das vezes, apresentavam as imagens das crianças, provavelmente com a intenção de chamar a atenção da população da necessidade de se colaborar para mudar aquela realidade representada, o que pode ser observado neste *folder*, produzido pela *Rotary Club*, que trazia na capa uma ilustração da fauna e flora amazônicas (Vitória Régias e Araras), e a identificação “Rotary Club de Manaus- Sul” (ROTARY CLUB, 1988-1989)⁶⁹.

Na parte interna do documento, encontram-se 13 figuras 11 das crianças e 2 das instalações precárias, em todas as imagens há legendas em três idiomas: português, inglês e espanhol, respectivamente. No entanto a redação interna foi redigida em inglês. As figuras apresentam alguns momentos da rotina das crianças em condições de extrema precariedade, onde percebe-se que as figuras e legendas foram utilizadas como forma de sinalizar a urgência em se modificar aquela realidade (FIGURA 39, p. 165).

Em dezembro de 1992, foi encontrada uma reportagem das crianças da Instituição, que denuncia a situação do local, onde a própria direção solicita ajuda para realizar a reforma e de doações. Na figura 40 (p. 165) observa-se 8 crianças despidas, 6 delas enfileiradas e uma de cócoras, e outra escorada em uma porta, aguardando sua vez provavelmente para algum atendimento, a legenda da foto informava apenas “crianças carentes assistidas.” (A CRÍTICA, 11 de dezembro de 1992, p. 5).

O Educandário Gustavo Capanema (FIGURA 41, p. 166) existe até os dias de hoje no mesmo endereço, como instituição não-governamental, administrada pela Sociedade Eunice Weaver, sendo que desde 1976, quando se descobriu a cura da hanseníase, funciona como um internato para crianças carentes que atende os filhos de famílias que necessitam de amparo social, e até hoje conta com o doações e ações sociais para continuar realizando o seu trabalho (SAIBA... 2015). O prédio passou por

⁶⁹ Documento encontrado no acervo do Educandário Gustavo Capanema.

reformas, e ainda é possível encontrar as ruínas dos antigos pavilhões, mas não foram encontrados vestígios do parque no local. (FIGURA 42, p. 166).

3.1.3 Casa da Criança

A Casa da Criança⁷⁰ (FIGURA 43, p. 167), foi fundada em 1º de fevereiro de 1948 por Dom João da Matta Andrade Amaral e administrada até os dias atuais pela ordem católica Filhas da Caridade, atendendo, naquele momento, 60 crianças de ambos os sexos com até 7 anos de idade (CASA DA CRIANÇA, 2016)⁷¹. A notícia da inauguração do Parque Infantil na Casa da Criança foi divulgada na pequena coluna intitulada “Vida Católica”:

CASA DA CRIANÇA – Foi uma linda festa a da tarde de domingo, na Casa da Criança, quando foram inauguradas novas diversões no Parque Infantil. Depois da bênção ritual e de palavras de exortação de dom Alberto Ramos, o dr. Francisco de Oliveira Regis, delegado do SESI, congratulou-se com a Arquidiocese e as Filhas de Caridade por mais aquele notável melhoramento na importante instituição. Quatro crianças, filhas do dr. Regis, sr. Joaquim Cunha, sr. Otílio Faria, cortaram as fitas dos aparelhos inaugurados. A Rádio Baré colaborou transmitindo as varias fases da festa (JORNAL DO COMÉRCIO, 24 de janeiro de 1956, p. 3).

Por meio dos registros das imagens, disponíveis no acervo do Museu da Rede Amazônica⁷², observa-se a representação da realidade encontrada na década de 1950, permitindo uma observação de aspectos da rotina das crianças na década de 1950, como: o banho, a sesta e a alimentação, a interação das crianças com os

⁷⁰ Instituição Filantrópica conveniada com a SEMED, que atende crianças entre 2 e 5 anos de idade oriundas de classes “pobre e média baixa” de vários bairros de diferentes zonas de Manaus, existente até os dias de hoje na Rua Ramos Ferreira, n.º 1345, Centro (CARACTERIZAÇÃO DA OBRA ‘CASA DA CRIANÇA’ – HOJE, 2014, p. 2 – 7).

⁷¹ Documentário realizado para o programa “Documentos da Amazônia” o qual se propõe “[...] a examinar a forma de produção dos sistemas simbólicos culturais no desenvolvimento das populações que residem na região Amazônica.” (LINS, 2016, p. 15). O programa é semanal, exibido às 10h de domingo e reprisa durante vários horários no decorrer da semana, na emissora Amazon Sat, TV aberta na Região Norte, no canal 44. O documentário sobre a Casa da Criança foi dirigido e apresentado por Abraham Baze e produzido por Adailton Santos e Samuel Dorcey e está disponível na web, no canal Amazon Sat do *Youtube*, publicado <https://www.youtube.com/watch?v=JLJP2a4s7FA> (28 de setembro de 2016).

⁷² Situado à Praça Francisco Pereira da Silva, 149 - Crespo, próximo ao Centro Cultural Povos da Amazônia. Fundado e dirigido por Abraham Sena Baze (escritor, historiador, apresentador dos programas “Documentos da Amazônia” e “Literatura em Foco” no Amazon Sat, membro da Academia Amazonense de Letras e pesquisador há mais de 30 anos, com 15 obras publicadas).

aparelhos de recreação, festividades e eventos, realização de oficinas e apresentações realizadas pelas crianças.

Na figura 44 (p. 167), observa-se a estrutura física do Parque Inaugurado, onde verifica-se uma estrutura sustentada por barras de ferro com seis balanços afixados por correntes, dois escorregadores e duas gangorras, construídos provavelmente em madeira.

Há registros fotográficos do momento de recreação das crianças, utilizando estes aparelhos do Parque Infantil, sempre uniformizadas, da brincadeira de roda, e ainda de brinquedos confeccionados em madeira, como por exemplo carrinhos e cavalinhos (FIGURA 45, p. 168).⁷³

Assim como em outras instituições, verifica-se que ocorreram atividades alusivas às datas comemorativas como Dia da Criança, ou Dia das Mães, onde as crianças apresentavam números de ginástica, dança e música (FIGURA 46, p. 168). Além de eventos cívicos, e religiosos como desfiles em comemoração à Semana da Pátria, batizados e primeira comunhão (FIGURA 47, p. 169).

Assim como nos preventórios Maria Madalena, Melo Matos e Gustavo Capanema, as crianças da Casa da Criança também eram educadas para o ensino profissional, observando-se nos registros fotográficos que as crianças, mesmo muito pequenas, realizavam trabalhos agrícolas, plantando, regando e até manuseando enxadas. As meninas, todas de cabelos curtos, realizavam oficinas de artesanato e as suas mães cursos de arte culinária (FIGURA 48, p. 169)

Outro aspecto observado foram os registros da rotina destas crianças: na hora do banho, três meninos envoltos em toalhas pousam para a foto; no momento da alimentação no refeitório, as crianças estão sentadas com suas refeições apostas nas mesas, e as funcionárias em pé ao fundo, todos estão olhando para a câmera; no momento da sesta ao ar livre⁷⁴, e o registro de um atendimento médico, onde observa-se um menino despido, sob uma balança, duas outras crianças sentadas, aparentemente com pequenas toalhas envolvendo seus quadris, e um médico

⁷³ Um registro semelhante a este foi encontrado na produção de Dalben ao apresentar um grupo de meninas brincando em balanços em uma “Colônia de Férias em Campos do Jordão” (DALBEN, 2009, p. 87).

⁷⁴ Há um registro de um momento similar a este, da “Colônia Infantil de Santos”, referente ao ano de 1945, onde as crianças também aparecem em espreguiçadeiras organizadas em várias fileiras (DALBEN, 2009, p. 87).

sentado atrás de uma mesa, olhando para uma das crianças. Atrás verifica-se um armário contendo medicamentos em suas prateleiras (FIGURA 49, p. 170).

A Casa da Criança permanece em atividade até os dias de hoje, no mesmo endereço, atualmente como associação civil e religiosa de caráter educacional e de assistência social para crianças, administradas pelas irmãs Filha da Caridade, da ordem de São Vicente de Paula (GUIMARÃES, 2012, p. 54).

Existe um “parquinho” nas dependências do local, assim descrito no Histórico da Instituição, “onde as crianças brincam em horários determinados pela escola.” (CARACTERIZAÇÃO DA OBRA “CASA DA CRIANÇA” – HOJE, 2014, p. 3). No espaço de recreação existem vários aparelhos como: escorregadores, balanços, gangorras, construídos em madeira ou ferro, além de uma casinha e uma piscina (FIGURA 50, p. 170).

Há registros atuais de atividades realizadas no parque infantil da Casa da Criança, na reportagem intitulada “Criança esperança 2018 vai ajudar uma instituição em Manaus” de 18 de agosto de 2017, onde divulga-se, entre outras coisas, a parceria recente com o programa Criança Esperança da Rede Globo, o funcionamento atual da Instituição, além de informações como a colaboração mensal, de “valor simbólico” não informado, realizada pelos pais e que a Instituição conta com trabalhos voluntariados e doações.

3.2 A propagação dos Parques Infantis pela cidade de Manaus

Após as inaugurações do Parque Dez de Novembro e do Parque Infantil Ribeiro Júnior na década de 1940, foram observadas uma série de inaugurações de Parques Infantis na capital e em outros municípios do estado do Amazonas.

As notícias veiculadas acerca dos Parques nem sempre nos indicam exatamente quando eles foram inaugurados, por vezes, foram encontradas informações a respeito de verbas destinadas para a reforma ou a manutenção de um referido parque, da realização de eventos sociais nestes espaços, de promoções com o objetivo de arrecadar fundos para a construção de um determinado PI, ou até mesmo previsões de construções, algumas delas não concretizadas, o que veremos ao longo deste item.

3.2.1 A recreação infantil em Manaus

A relação dos Parques Infantis com a Assistência Social se reafirma ao longo das décadas seguintes a 1940, a exemplo da inauguração de um Parque Infantil no Serviço Social do Comércio (Sesc), situado à Avenida Joaquim Nabuco, no Centro de Manaus:

Uma realização expressiva: o Parque Infantil do SESC
Um trabalho digno de aplausos que será inaugurado hoje à tarde- A
ação do comerciante José Ribeiro Soares
..Continuam animados e educativos os festejos comemorativos da
Semana da Criança, em nosso Estado, cuja repercussão iniciou por
tomar conta do nosso mundo social, tal a originalidades das audições
levadas a efeito.
Hoje, às 17 horas, ainda em sequencia aos festejos, será inaugurado,
solenemente, o Parque Infantil do Sescqueano que funcionará ao lado
do Centro SESC-SENAC, à avenida Joaquim Nabuco. Esse ato será
revestido de grande brilhantismo, até porque s. ecvia. Revda. Dom
Alberto Gaudencio Ramos, Arcebispo Metropolitano de Manaus,
estará presente para benzer todas as instalações do novel
empreendimento, oportunidade que se ouvirá a palavra do sr. José
Ribeiro Soares, presidente do Conselho Regional do SESC.
Ao que fomos informados, representantes do Jardim da Infancia do
SESC, da Casa da Criança e “Visconde de Mauá” estarão presentes
ao ato, havendo a direção da Companhia Comercial Brasileira de
Produtos Alimentícios, fabricantes dos conhecidos produtos Nestlé,
numa gentileza benemérita, oferecido a distribuição de merenda para
a criançada presente.
Assim sendo, o SESC, através dos seus operosos diretores, em
Manaus, promove executa mais uma obra assistencial, sendo de se
esperar em futuro não muito além, o produto valioso da abnegação
(JORNAL DO COMÉRCIO, 13 de outubro de 1954, p. 4).

Em 1955, o SESC divulgava as inscrições para os seguintes cursos destinados ao público infantil: Jardim da Infância (4 a 6 anos) e trabalhos em madeira (meninos de 7 a 12 anos), além de outros cursos sem especificação de idade: arte culinária (às quintas-feiras no horário da tarde), salgadinhos (aos sábados à tarde) e corte-costura (as quartas-feiras no horário da noite) (JORNAL DO COMÉRCIO, 30 de janeiro de 1955, p. 2).

Em 14 de julho de 1955 (JORNAL DO COMÉRCIO, p. 2) o SESC convidava os comerciários e seus familiares para o 1º aniversário de sua fundação, programada

para iniciar às 16 horas daquele dia, tendo como programação uma exposição dos trabalhos e entrega dos certificados das alunas do curso de corte e costura, e encerramento às 17 horas com exibição de cinema para os filhos dos comerciários. As comemorações do 1º aniversário do SESC ocorreram também de 28 de agosto a 3 de setembro (JORNAL DO COMÉRCIO, 27 de agosto de 1955, p. 2).

Ao que parece, o Parque Infantil não funcionou muito tempo no local, pois no dia 21/02/1956 os classificados do Jornal do Comércio anunciavam o aluguel da sede do Sesc, situada à Avenida Joaquim Nabuco, nº 1304, e em 24/02/1956 (p. 1) o Jornal do Comércio informava aos leitores a mudança de endereço do SESC para a rua Quintino Bocaiúva, nº 149, esquina com a rua Marcílio Dias (altos). Em 6 de março de 1956, anunciava seu novo endereço à Rua Henrique Martins, 427, e divulgava a matrícula para o Jardim de Infância, mas não citava a existência de Parque Infantil no novo endereço.

Todavia, logo retomava suas atividades, informando no mês seguinte a existência de um serviço de “Educação Infantil pela Recreação” no Centro SESC SENAC, situado à Rua Saldanha Marinho, n. 644 que estava ofertando vagas para o movimento das “Fadinhas”, destinados às meninas “sadias” com idades entre 7 e 11 anos, que se realizaria às segundas-feiras de 15 às 17h30, e “Recreação para Grupos Mistos”: duas vezes na semana, das 14 às 17 horas, com idades de 4 até 6 anos e de 7 a 11 anos (JORNAL DO COMÉRCIO, 01 de março de 1959, p. 3).

Ainda em 1959, foi encontrada a evidência de uma atividade de escotismo voltada para meninos: o registro de uma cerimônia de passagem de “lobinho” para escoteiro de “um dos grupos escoteiros do SESC em Manaus.” A publicação, intitulada “Vida escoteira”, registra em imagens 4 momentos da cerimônia. No 1º momento, observa-se a figura de um menino em evidência, a frente de outros três garotos, posicionados ao lado direito da imagem, vestidos com camisas de manga curta escura, com um lenço escoteiro de cor claro em volta do pescoço, bermudas até a altura dos joelhos, e um dos garotos está usando um boné. Ao lado esquerdo da imagem, observa-se um jovem rapaz, o chefe, trajando um uniforme semelhante aos dos meninos, diferenciando apenas a sua camisa de cor clara. Ao fundo é possível observar uma estrutura armada com, provavelmente o que seriam galhos ou pequenos troncos de árvores.

A fotografia (FIGURA 51, p. 171) apresenta a seguinte descrição: “1- O lobinho atingiu 11 anos de idade. É o momento de deixar a Alcatéia e Ingressar no ramo escoteiro. O lobinho despede-se, um por um, de seus companheiros de alcatéia.” (CORREIO DA MANHÃ, 21 de junho de 1959, p. 8).

Na 2ª imagem (FIGURA 52, p. 171), aparecem em evidência o menino uniformizado, cumprimentando o seu chefe, enquanto prestava continência com a sua mão direita a ele, abaixo a legenda informa: “2-Depois de renovar seu compromisso, o lobinho despede-se de seu chefe, a aquela.” (CORREIO DA MANHÃ, 21 de junho de 1959, p. 8).

A 3ª imagem (FIGURA 53, p. 172) retrata o menino subindo uma armação feita com galhos de árvore, sendo auxiliado por alguém enquanto o seu novo chefe o aguarda em frente à armação. A legenda informa: “3-auxiliado pela aquela, o lobinho pula a cerca que, simbolicamente, separa a cidade dos lóbos (alcatéia) da cidade dos homens (a tropa escoteira). O chefe recebe o teu novo escoteiro.” (CORREIO DA MANHÃ, 21 de junho de 1959, p. 8).

Na 4ª imagem (FIGURA 54, p. 172), observa-se 5 meninos ao fundo com uniforme claro, e o menino, recém graduado, em evidência, ainda com uniforme escuro, cumprimentando um dos garotos: “4-O lobinho, já na ‘Cidade dos Homens’, cumprimenta os seus novos companheiros escoteiros. Nova vida para êle começa neste dia.” (CORREIO DA MANHÃ, 21 de junho de 1959, p. 8).

Em 1949 o Jornal do Comércio divulga uma iniciativa do Instituto Pestalozzi, do Rio de Janeiro, em oferecer um curso de recreação infantil para professores, alertando sobre a importância da Recreação infantil e da escassez de parques infantis no Amazonas:

[...] somos uma cidade escassa em parques infantis, quando comparadas a outras do estrangeiro, de população muito menor que a nossa, e que os possuem em quantidade suficiente; os poucos que temos, não oferecem condições favoráveis a uma recreação com o sentido a que o curso em apreço pretende atingir, dada a falta de sua aparelhagem.

A recreação infantil, hoje em dia, não é apenas uma folga, uma liberdade que se dá às crianças, um recreio físico; juntando uma pequena multidão infantil, num parque ou num descampado, o intuito pedagógico é despertar na criança sentimentos de solidariedade, até porque as diversões requerem o concurso de dois ou mais desses entes em formação. Para esse tipo de recreação, as coisas são mais

fáceis de arranjar; mas para o outro tipo, isto é, a recreação como meio de recuperação o mesmo não acontece.

O Instituto Pestalozzi já representa um esforço admirável. Cabe-lhe uma grande responsabilidade na educação dos pequenos anormais e muito tem feito nesse vasto campo da moderna pedagogia.

O Departamento de Educação e Cultura do Amazonas, à frente do qual se encontra um moço inteligente e cheio de vontade, precisa olhar com atenção para a obra que ali se realiza, e da qual também poderá colher suculentos frutos (JORNAL DO COMÉRCIO, 11 de fevereiro de 1949, p. 2).

Observa-se nessa publicação, um apelo para que a recreação infantil no sentido pedagógico seja mais valorizada no Amazonas, para isso seria necessário o investimento público na formação de profissionais capacitados e na construção de espaços adequados.

A partir do final da década de 1950, observam-se divulgações de eventos promovidos pelo SESC-SENAC, onde é possível perceber as atividades recreativas que se realizavam e a que faixa etária eram destinadas. A exemplo temos o “festival de encerramento do Centro SESC-SENAC” cuja programação foi composta por apresentações artísticas:

Encerramento do Festival Infantil do SESC-SENAC

No próximo sábado, as 16 horas, no teatro da Escola Técnica de Manaus

Será realizado no próximo sábado, às 16 horas no Teatro da Escola Técnica de Manaus, o festival de encerramento da Recreação Infantil do Centro SESC-SENAC. O programa compreende duas partes: na primeira, apresentação dos seguintes números de danças: <ás de ouro>, <dança escandinava>, <o caranguejo> e a <dança gaúcha> que contará com a colaboração dos Lobinhos e Fadinhas.

Na segunda parte do programa será encenada a peça <o circo>, cujos papéis e a elaboração do enredo são inteiramente de crianças, numa técnica de educação de singular importância para os meninos.

Para essa festividade o Centro SESC-SENAC não fez distribuição de convites, convidando a sua direção, por nosso intermédio, a família comerciária para esse espetáculo.” (JORNAL DO COMÉRCIO, 24 de dezembro de 1959, p. 8).

A divulgação de cursos para formação de recreadores infantis começa a ter destaque na imprensa, e o SENAC oferece bolsas de estudo para a realização do curso na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1961 e 1966, sendo que em 1961 as inscrições eram destinadas ao público feminino, com idade entre 18 e 30 anos e conclusão do curso secundário, preferencialmente com formação pedagógica:

Inscrições abertas para o Curso de Recreação: SENAC

Valor da bolsa é de 15 mil cruzeiros mensais

Acham-se abertas no Serviço de Seleção e Orientação Educacional e Profissional do SENAC na rua Saldanha Marinho, 632, no horário das 7 às 10 horas até o próximo dia 3 de outubro as inscrições para candidatas à bolsa de estudo para o Curso de Recreação Infantil, a se realizar no Rio de Janeiro, de 15 de outubro a 20 de dezembro do corrente ano, pelo Departamento Nacional da Criança.

É necessário para candidatar-se, a interessada apresentar as seguintes provas:

– De possuir curso secundário completo, de preferência, formação pedagógica;

– idade de 18 a 30 anos; e

– atestado de saúde e idoneidade moral.

Levar-se-á em conta, também, como elemento de qualificação da candidata, o conhecimento de música para a execução.

O valor da bolsa é de 15 mil cruzeiros mensais, acrescidos das passagens aéreas de ida e volta.

A bolsista aprovada será contratada, em caráter efetivo, para o quadro de funcionários do SESC regional.

As pessoas inscritos serão submetidas a exame psicotécnico no dia 5 de outubro, às 13 horas na rua Marcílio Dias, 228, (Administração do SESC).” (JORNAL DO COMÉRCIO, 28 de setembro de 1961, p. 1).

Em dezembro do mesmo ano, é citada uma recreadora à frente das atividades de recreação infantil do SESC-SENAC: Maria Cecília França Guedes, provavelmente contratada após realizar o curso de Recreação Infantil oferecido em setembro do mesmo ano, no Rio de Janeiro:

CENTRO SESC-SENAC – TARDE RECREATIVA

Dando prosseguimento a semana de festejos em comemoração a recente inauguração da nova sede social do CENTRO SESC-SENAC, haverá no próximo dia 16 do corrente; uma Tarde Recreativa oferecida aos filhos de comerciantes; cuja programação está sob a responsabilidade da Recreação Infantil; Lobinhos e Fadinhas, grupos mantidos por aquela Instituição Educacional.

O programa se desenvolverá dentro de um ambiente de alegria e entusiasmo, contando o mesmo de apresentações sobre Teatro de Fantoques, números de danças folclóricas e diversos jogos, sob as direções das Assistentes Sociais Cleonice Freitas e Natalia de Mendonça e a Recreadora Maria Cecília França Guedes. [...] (JORNAL DO COMÉRCIO, 15 de dezembro de 1961, p. 2).

Em 1966, outra bolsa de estudos é oferecida, desta vez a divulgação aparece redigida no masculino e com exigência de formação mais específica, além de pedagógica, o candidato poderia ter formação científica ou técnica em contabilidade:

No SESC, na rua Henrique Martins, 427, aceita-se inscrição para uma Bôlsa de Estudo, a fim de, no Rio de Janeiro, no Centro de Preparação Pessoal – C.P.P. do SESC, uma pessoa fazer o Curso de Recriador Infantil. O referido curso se estenderá nos meses de maio a julho do corrente ano, e o candidato deverá ter de 18 a 35 anos de idade, bem como instruções média completa (Curso, Pedagógico Clássico, Científico ou Técnico em Contabilidade) (JORNAL DO COMÉRCIO, 06 de abril de 1966, p. 3).

No entanto, nas publicações posteriores ao ano de 1966, não foi observada a presença de recriadores infantis homens, e sim de mulheres, aqui descritas como “professoras” que atendiam diariamente, durante 4 horas/dia, crianças em uma turma de pré-escolar e três vezes por semana, 1 hora/dia crianças e adolescentes:

Recreação infantil é uma das atividades mais dinâmicas do SESC regional, que se desenvolve sob orientação das professoras Ivone Castro Me- Dulcinéia Hosannah de Araújo e Laura Takahash, atendendo uma turma de pré-escolares (30 crianças, diariamente, das 14 às 17 horas), uma turma de escolares (24 crianças, 3 vezes por semana, das 17 às 18 horas) e uma turma de adolescentes, em horário correspondente às necessidades de cada um. É mais um importante serviço que o Serviço Social do Comércio presta a comunidade comerciária de Manaus, com excelente proveito. Nossa reportagem constatou o trabalho desse setor em plena atividade ontem. Ali é cumprido o objetivo básico da Recreação: promover, através de atividades recreativas, o desenvolvimento físico, emocional, mental e social da criança e do adolescente. Os métodos de trabalho são aqueles que permitem a criatividade espontânea de cada um, sendo empregados, por exemplo, no particular as crianças jogos, pintura, modelagem, recorte, dramatização, teatro de fantoches, biblioteca, estórias, etc. Naturalmente que para os adolescentes os métodos são bem outros. Mas todos, ao fim terão a plena consciência de que são úteis a si, e a sociedade. No flagrante acima, de J. Batista, hora de recreação de pré-escolares com a professora Dulcinéia Hosannah de Araújo (JORNAL DO COMÉRCIO, 15 de abril de 1969, p. 8).

Na imagem (FIGURA 55, p. 173) observamos uma menina usando um vestido claro, sem mangas, de comprimento acima dos joelhos. A criança está em pé, de costas para a turma, realizando uma atividade em um quadro, neles existem figuras de aves: galinhas e pintinhos e a menina parece ter algo em sua mão direita para afixar no quadro. A professora encontra-se ao lado direito da imagem, trajando um vestido semelhante ao da menina, com os cabelos presos, posicionada de frente para a turma, apontando com o dedo indicador esquerdo para uma parte do quadro,

enquanto um grupo de 14 crianças observa, todos sentados em cadeiras organizadas em forma de semicírculo. Ao fundo existe uma estante com três prateleiras visíveis, cheias de livros, lembrando o ambiente de uma sala de aula.

No final da década de 1960 e início da década 1970, eram divulgadas atividades de Recreação de férias para crianças entre 7 e 14 anos (JORNAL DO COMÉRCIO, 03 de janeiro de 1969, p. 4), e a ampliação das atividades de recreação, verificando-se, além do escotismo, o bandeirantismo, atividades na biblioteca infantil e a prática de esportes como: dança, ginástica e futebol de salão nos grupos de recreação infantil:

Escotismo, com o Grupo Escoteiro <<Murilo Braga>>, funcionando com 1 clã de Pioneiros (10 elementos de 10 a 24 anos), uma tropa de Escoteiros Seniors (13 elementos de 11 a 18 anos), duas tropas de escoteiros (60 elementos de 11 a 15 anos) e duas alcatéias de Lobinhos (48 elementos de 7 a 10 anos). Promoveram excursões, acampamentos, colaboração à Campanha de Trânsito, acantonamento, colaboração nos desfiles da Semana da Pátria, visitas de cordialidade a outros grupos de escoteiros de Manaus e formação de uma Tropa Escoteira no Conjunto Castello Branco.

Bandeirantismo no Distrito Bandeirante do SESC, com o clãs de Guias (40 elementos de 17 a 24 anos), duas Companhias de Bandeirantes (64 elementos, de 11 a 16 anos) e uma Cirandinha de Fadinhas com 29 integrantes de 6 a 10 anos. As principais tarefas consistiram de serviço comunitário no bairro da Chapada (Saneamento), Excursões, Acampamentos, acantonamentos, Curso de Relações Humanas e visitas.

Recreação Infantil, atendendo duas faixas etárias: pré-escolar, de 5 a 6 anos, com 33 crianças, atendendo de 2ª a 6ª feira, e escolar, de 7 a 13 anos, com 32 crianças, atendendo às terças, quartas e quintas-feiras. Levou-se a efeito, dentre outras coisas, pintura, trabalhos manuais, hora do conto, bandinha rítmica, dança moderna, biblioteca infantil, ginástica desportiva generalizada, jogos ativos, jogos de atenção, futebol de salão, excursões, [...], visitas ao zoológico.

Biblioteca Infantil atendendo crianças da Recreação Infantil, Lobinhos e Fadinhas e crianças da comunidade com leitura na sede e empréstimos a domicílio. Atividades: dois concursos literários, um sobre o Dia do Soldado e o outro sobre “O que Você Acha de sua Biblioteca” (JORNAL DO COMÉRCIO, 04 de janeiro de 1970, p. 8).

A Recreação Infantil também passa a integrar o currículo na reforma curricular do Curso de Formação de professor do Instituto de Educação do Amazonas (IEA), como item optativo no 3.º pedagógico e como objetivo de número 5: “Aquisição de instrumentos de trabalho”, juntamente com desenho e canto:

Instituto de Educação programa os itens para reforma dos currículos Sugere-se o seguinte currículo para o Curso de Formação de professor: 1.º Pedagógico – Português, Matemática, Ciências, Didática Geral e Psicologia Geral (Obrigatórias), História do Amazonas ou Geografia do Amazonas (Optativas) e Canto (complementar); 2.º Pedagógico – Português, Matemática, Didática Especial, Biologia Educacional e Psicologia Geral (obrigatórias), Filosofia e História da Educação ou Sociologia Educacional (optativas) e Desenho (complementar); 3.º Pedagógico – Português, Didática Especial, Psicologia Educacional, Higiene e Puericultura e Noções de Administração Escolar (obrigatórias), Recreação Infantil ou Estágio (optativas) e Desenho (complementar).

O Curso de Formação de Professores será constituído de disciplina que irão atingir os seguintes objetivos: 1) Conceito e Evolução da Educação (Filosofia e História da Educação); 2) Conhecimento Bio-Psíquico da Criança (Psicologia, Biologia e Anatomia Fisiologica); 3) Conhecimento dos Fenômenos Sociais da Educação (Sociologia, História do Amazonas e Noções de Administração Escolar; 4) Conhecimento das Técnicas de Trabalho (Didática Geral, Didática Especial e Estágio); 5) Aquisição de Instrumentos de Trabalho (Desenho, Canto e Recreação Infantil); 6) Área das Matérias Obrigatórias (JORNAL DO COMÉRCIO, 16 de janeiro de 1968, p. 8).

Em 1969 eram oferecidos cursos em Manaus, promovidos pelo MEC e pela SEC: Curso Básico de Atualização em Educação Física, que iria ser ministrado por cinco professores, e o Curso de Recreação Infantil para professores primários, ministrado pelo professor Félix d'Ávila, chefe da Seção de Estudos e Aperfeiçoamento da Divisão de Educação Física do Ministério de Educação e Cultura:

MEC e SEC vão promover Curso de Educação Física

Para tratar da realização em Manaus, em julho próximo, de um Curso Básico de Atualização em Educação Física, sob convênio com a Divisão de Educação Física do Ministério de Educação e Cultura, chegou ontem a Manaus o professor Félix d'Ávila, chefe da Seção de Estudos e Aperfeiçoamento da mencionada Divisão, que ontem mesmo tratou do assunto com o Secretário de Educação em exercício poeta Elson Farias.

NO GENERAL OSORIO

O curso em apreço será ministrado por cinco professores especializados do MEC em caráter intensivo na Praça General Osório, destinando-se principalmente aos professores de nível médio que ministram educação física, sendo inscritos "ex-officio" os que lecionam nos estabelecimentos públicos.

Paralelamente, o professor Félix d'Ávila realizará em Manaus um Curso de Recreação Infantil, para professores primários. E em ambos os casos os interessados deverão dirigir-se à Seção de Desportos da SEC (JORNAL DO COMÉRCIO, 02 de abril de 1969, p. 3).

Em 1978 outro curso de Recreação Infantil, com carga horária de 44 horas, foi realizado em Manaus, ministrado pelo SESC a 24 alunos do IEA para habilitá-los a atuar no SESC e nas comunidades, em centros comunitários da SETRASS, FUNABEM, Hospital Infantil e CRIJ, onde foram ministrados diferentes assuntos sobre o comportamento do menor nas comunidades (JORNAL DO COMÉRCIO, 5 de março de 1978, p. 2).

Após esta data, observa-se que a oferta de cursos de recreação para as crianças começa a se dá em Centros Sociais, muito provavelmente por profissionais recém habilitados nos cursos anteriores: “No Centro Social ‘André Araújo’, no bairro da Raiz, se constata uma intensa atividade. No horário matutino, por exemplo, ali funciona um curso de recreação infantil, atendendo a 80 crianças, na faixa de 3 a 6 anos.” (JORNAL DO COMÉRCIO, 31 de março de 1978, p. 3).

O SESC também amplia o atendimento em um Jardim de Infância “Jardim de Infância Nossa Senhora de Lordez- JINOSEL, localizado no Parque Dez de Novembro, oferecendo 11 vagas para o horário matutino, sendo 8 para crianças de 3 e 4 anos e 3 vagas para crianças de 5 e 6 anos. Para o horário vespertino foram oferecidas 16 vagas para “menores de 3 a 4 anos” e 2 vagas para “os de 5 e 6 anos”, totalizando 26 vagas para as atividades diárias (de segunda a sexta) (JORNAL DO COMÉRCIO, 03 de maio de 1979, p. 4).

3.2.2 Os PIs em Manaus: inaugurações, reformas e reinaugurações

Em 19 de maio de 1955, foi divulgada a emenda nº 14 apresentada pelo deputado federal Manuel Barbuda, em notícia com o seguinte título: “Manoel Barbuda propõe: novas verbas para as entidades de assistência social, do Amazonas”. Tratava-se de verbas da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia solicitando a inclusão de:

600.000 para manutenção e ampliação do Parque Infantil e Jardim de Infância <Dr. Salomão Levi> e para construção das Escolas Técnicas Profissionais Nossa Senhora das Graças (Bêco do Macedo) e São Francisco (Bairro de São Francisco) e Colégio em Maués, a cargo do Pontifício Instituto das Missões do Amazonas, sendo Cr\$ 300.000.00 para Maués (JORNAL DO COMÉRCIO, 19 de maio 1955, p. 3).

Apesar da oferta de educação infantil ser tida como exclusivamente particular, observa-se o investimento do estado em instituições privadas, a exemplo da proposta acima, onde é possível que se tenha investido em um Parque Infantil no Jardim de Infância identificado como Dr. Salomão Levi, no entanto, esta foi a única ocorrência mencionando este local.

Na gestão do prefeito Gilberto Mestrinho⁷⁵, houve uma série de inaugurações de PIs, a primeira observada em 11 de outubro de 1957, dia anterior ao Dia da Criança, quando um Parque Infantil no Bairro São Raimundo⁷⁶ era inaugurado:

Inauguração à tarde de hoje de mais um Parque Infantil
O prefeito Gilberto Mestrinho entregará às crianças do bairro de São Raimundo um Parque Infantil, que possui, inclusive, roda gigante.
O trabalho do Chefe do Executivo municipal faz parte do seu programa à frente da Prefeitura e revela os seus propósitos de bem servir à população de sua terra.
Podemos informar que comparecerão a inauguração do Parque Infantil de São Raimundo, autoridades, jornalistas e habitantes do populoso bairro.”
Em 1957, na gestão do prefeito Gilberto Mestrinho (JORNAL DO COMÉRCIO, 11 de outubro de 1957, p. 6).

Ainda na década de 1950, outro PI era inaugurado em Manaus pelo prefeito Gilberto Mestrinho, trata-se do Parque Infantil Janguinho⁷⁷ inaugurado no Beco do Macedo⁷⁸:

A´s 17,30 horas de hoje, o prefeito Gilberto Mestrinho, com a presença do governador Plínio Coelho, inaugurará mais um parque infantil <Janguinho> (6.0), no Bêco do Macedo.
Trata-se de mais uma realidade do Chefe do Executivo Municipal, e, por certo, os habitantes do Bêco do Macêdo não negarão a sua solidariedade ao trabalho do sr. Gilberto Mestrinho, realmente

⁷⁵ Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, conhecido como “boto tucuxi” ou “boto navegador”, lema de suas campanhas eleitorais, foi prefeito de Manaus de 1956 a 1958, ano em que foi eleito governador do Amazonas, exercendo a função entre 1959 a 1963. Foi governador do estado por mais duas vezes: 1983 a 1987 e 1991 a 1995 e senador do Amazonas entre 1999 a 2007, falecendo em 2009.

⁷⁶ Bairro surgido em 1849, localizado na zona oeste, próximo ao Centro de Manaus. Em 1953 muitas pessoas vindas do interior, em decorrência de uma grande enchente, passaram a residir no bairro, quando este passa a ter um significativo aumento populacional.

⁷⁷ Provavelmente em homenagem a João Goulart, conhecido como Jango. Nesta época João Goulart era vice-presidente do Brasil (entre 1956 a 1961), e em 1961 foi eleito para presidente do Brasil, com mandato até 1964.

⁷⁸ Fundado em 1940, conhecido pelo nome por conta de um morador do beco (Alfredo Coelho Macedo), o beco localizava-se perto do hipódromo que, posteriormente, transformou-se em estádio de futebol (Parque Amazonense). Em 1970, o bairro teve seu nome alterado para Nossa Senhora das Graças.

interessado em cumprir um plano notável em favor de nossa capital (JORNAL DO COMÉRCIO, 13 de abril de 1957, p. 1).

Na edição de 31 de janeiro de 1958 o periódico “O Jornal”⁷⁹ apresenta uma fotografia, provavelmente deste PI, acompanhada da seguinte legenda: “A bonita praça do bairro da Bandeira Branca e um Parque Infantil “Janguinho” (FIGURA 56, p. 173). Apesar de não se referir ao local como Beco do Macedo, infere-se de que se trata da praça Bandeira Branca, situada no bairro Nossa Senhora das Graças.

A fotografia retrata a praça vazia, em evidência um escorregador localizado na área central da pequena praça, sob ele há uma placa, provavelmente de identificação do parque. Ao lado esquerdo do escorregador há uma gangorra, e ao lado direito, ao que parece, um balanço. A praça localiza-se entre a rua das Flores, à esquerda, e a rua Bandeira Branca, à direita (FIGURA 57, p. 173).

A inauguração do PI Janguinho também é citada em Mensagem oficial à Assembleia Legislativa de 1958, realizada pelo governador Plínio Ramos Coêlho, como a ação de número 75, entre as 99 ações realizadas pela prefeitura de Manaus, na administração de Gilberto Mestrinho.⁸⁰ A localização do parque é descrita como “Boulevard Amazonas” (AMAZONAS- Mensagem, 1958, p.45). Além disto, Duarte (2009) afirma que esta mesma praça foi chamada de “Praça primeiro de Maio” (1926), e praça “Comandante Ventura (1961), no governo de “[...] Plínio Ramos Coelho (1955-1958) este logradouro foi reformado e recebeu a instalação de um parque infantil denominado Janguinho”.

⁷⁹ “‘O Jornal’ foi o primeiro matutino a defender a ‘Imprensa Glebária’, tendência do jornalismo amazonense entre 1930 a 1950, em que o veículo primava pelo patrocínio das causas intimamente vinculadas ao bem-estar da família regional, difusão e valorização da cultura e educação como também do equilíbrio e prestígio do Estado na ambiência externa.” Sua criação foi patrocinada pela Revolução de 1930, nascido como diário vespertino, tendo como redator-chefe o jornalista Huascar de Figueiredo, contendo de 4 a 6 páginas e com correspondentes em praticamente todo o Estado (BAZE, 2018, p. 29). Este jornal, fundado por Henrique Archer Pinto, que teve por diretores Aginaldo Archer Pinto, Aluizio Archer Pinto e Maria de Lourdes Freitas Archer Pinto. O jornal apresentava-se como o *Matutino de maior circulação em todo o estado do Amazonas*. Não havia uma regularidade na quantidade de páginas. Encontram-se disponíveis para download 4 edições do periódico no site <http://bv.cultura.am.gov.br/>. No ano de 1941 o jornal custava 300 réis, em 1965 custava CR\$ 100 (CEM CRUZEIROS), promovendo as ações dos governos, entre algumas notícias policiais, divulgação de eventos e anúncios. A edição em questão (31/01/1958), trata-se exclusivamente de um “documentário dos três anos do governo trabalhista”, sem propaganda de anunciantes, nem valor da publicação, apenas a divulgação das ações dos governos nas 32 páginas que compuseram a edição.

⁸⁰ O documento informa que estiveram à frente da prefeitura inicialmente o vereador Walter Rayol esteve, depois o Sr. Estênio Neves e, naquele momento o prefeito Gilberto Mestrinho. Ainda segundo o documento, o trabalho da prefeitura havia conseguido realizar em três anos o trabalho que não havia sido feito em 20 (AMAZONAS, 1958).

Além disto, na Mensagem oficial à Assembleia Legislativa de 1958, confirmamos nossa hipótese quanto à localização do Parque, na ação de número 89: “Pavimentação da linha de ônibus do bairro de N. S. das Graças (Bêco do Macêdo), do Boulevard Amazonas à rua Belém.”

O documento traz ainda indícios de que foram inaugurados outros dez parques infantis em bairros, ainda naquela gestão (ação n.º 95), no entanto não especifica o nome dos parques, tampouco os bairros ou locais onde teriam sido inaugurados.

Na mensagem de 1958, encontramos uma imagem de um outro PI Janguinho (FIGURA 58, p. 174). A fotografia apresenta visão parcial da praça, ao lado direito da imagem observamos dois meninos trajando bermudas e camisas de manga, utilizando um escorregador construído em madeira. Sobre o escorregador há uma placa similar à do outro Parque instalado no Bêco do Macedo, contendo as seguintes informações: “Parque Infantil Janguinho, Governo Estadual de Plínio Ramos Coelho, Administração Gilberto Mestrinho.” Ao centro da imagem, há um policial de uniforme branco e ao fundo a fachada do Colégio Estadual. Abaixo a legenda informa: “Colégio Estadual do Amazonas, também bastante beneficiado pelo Governo Trabalhista; e, em primeiro plano, crianças brincando no Parque Infantil “Janguinho”, do popularmente conhecido Jardim da Polícia.” Infere-se que um destes parques tenha sido o localizado na Praça Heliodoro Balbi, popularmente conhecida como “Praça da Polícia” (FIGURA 59, p. 174)⁸¹, este PI também identificado como “Janguinho” e de estrutura similar ao instalado no Beco do Macedo.

Na publicação do periódico “O Jornal” (31/01/1958), também há esta informação sobre as inaugurações de dez Parques Infantis nos Bairros como ação nº 95 de um total de 98 ações realizadas pela Prefeitura Municipal de Manaus, sendo que as últimas ações de número 72 a 98, foram discriminadas como “Realizações da prefeitura na administração Gilberto Mestrinho” (p. 29).

Essas inaugurações são divulgadas no Jornal do Comércio, em 29 de junho de 1958 (p. 3), a notícia ocupa metade da página e traz uma fotografia de Gilberto Mestrinho com a seguinte legenda: “Para Govêrno: - Gilberto Mestrinho.”

⁸¹ Atualmente Praça Heliodoro Balbi, mais conhecida como Praça da Polícia, devido à existência de um quartel na polícia no local (atual Palacete Provincial), localiza-se “entre as avenidas Sete de Setembro e Floriano Peixoto e a rua José Paranaguá, no Centro, esse logradouro, em formato triangular” tendo sua origem a partir de 1870 (MESQUITA, 2006; DUARTE, 2009, p. 39).

A publicação intitulada “Cruzada de execuções trabalhistas” apresenta 61 ações realizadas pela prefeitura de Manaus, interessando-nos aqui as seguintes:

- 1- Construção da moderna “praça N. S. de Nazaré”, em Adrianópolis, com dois parques infantis;
 - 3 - Construção da “praça da bandeira Branca”, com parque infantil. [...]”
 - 9 – Recuperação das praças “Heliodoro Balbi” (antiga João Pessoa) e “Roosevelt”, com a instalação de um parque infantil.
- “Além dessas obras a Prefeitura de Manaus construiu grande número de galerias de águas pluviais e esgotos, instalou 13 parques infantis, tem mantido a conservação de ruas, praças, colaborou com o brilhantismo das festas populares e cívicas e está com o funcionalismo em dia (JORNAL DO COMÉRCIO, 29 de junho de 1958, p. 3).

É provável que um destes parques tenha sido o da Colônia Antônio Aleixo, um bairro afastado da cidade, onde ficavam as pessoas que portavam o mal de Hansen:

O Prefeito Gilberto Mestrinho, no intuito de dotar as crianças que habitam a “Colônia Antônio Aleixo”, de um divertimento sadio que lhes venha minora o sofrimento, fará instalar, dentro de poucos dias, naquela Colônia um Parque Infantil, exemplo do que tem feito nos bairros da cidade entre os aplausos gerais do nosso povo.

A atitude do chefe comunal de Manaus é das mais simpáticas, e cala profundamente entre as pessoas dotadas de bom coração, por isso que vem ao encontro dos anseios de dezenas de crianças filhas de pais hansenianos, afastadas do convívio da sociedade (JORNAL DO COMÉRCIO, 22 de janeiro de 1958, p. 6).

Observamos então que na década de 1950 os PIs ocupam as praças, propagando-se pela cidade em espaços públicos menores. Ao contrário dos primeiros PIs inaugurados em espaços amplos na década anterior: Parque Dez de Novembro e Parque Infantil Ribeiro Júnior.

O Parque Dez de Novembro (FIGURA 60, p. 175), passa pela sua 1ª Reforma em 1955, após um período de mais de dois anos “abandonado”, sendo depredado por vândalos e ocupado por prostitutas, o que fez com que muitas famílias deixassem de frequentar o local durante os primeiros anos da década de 1950:

Comprovando o seu trabalho construtivo, o sr. Walter Raiol, Prefeito da capital, entregará, novamente, ao público de Manaus, hoje, pela manhã, o balneário “Parque 10 de Novembro”, ponto preferido para repouso e folgedos da sociedade local, aos domingos.

O “Parque 10” estava abandonado há mais de dois anos por uma simples razão: displicência criminosa de outros administradores, que fecharam os olhos aos grupos de vândalos que ali entraram, quebrando e destruindo o seu patrimônio. Do mesmo modo, mulheres de vida fácil que até então ali não apareciam – e as que o frequentavam usavam sempre de pudor e decência – tomaram conta das suas dependências, usando-as para atos indecorosos. Por esse e outros fatores, as famílias respeitáveis de Manaus deixaram de frequentar aquele “banho”, e, de ponto preferido que era para os turistas que nos visitavam e ainda nos visitam, passou, rapidamente, para um antro de escândalos e imoralidades.

Atentando para essa irregularidade o sr. Walter Raiol conseguiu reabilitar moral e materialmente o ansião igarapé do Mindú.

Hoje, entretanto, tornado em realidade o seu desejo – e maior ainda era o da nossa população – a Prefeitura Municipal procederá a reabertura do Parque 10.

Segundo afirmações do Prefeito ontem, haverá um “dancing” para os frequentadores do balneário e, também, um policiamento rigoroso a fim de manter boa ordem e cordialidade entre os presentes. Não haverá cerceamento para essa ou aquela classe social, porém, a que se desviar da norma agora imposta, receberá advertência severa (JORNAL DO COMÉRCIO, 14 de agosto de 1955 p. 8).

As atividades realizadas no local entre os anos de 1956 a 1966 foram: baile de carnaval, piqueniques escolares, confraternizações políticas e uma partida de futebol. Em 1963 há uma ocorrência de exibição de filmes como parte da programação intitulada “Cinema para o povo” promovida pelo Departamento de Imprensa, Turismo e Propaganda do Estado do Amazonas, (DITPEA) do governo de Plínio Ramos Coelho (JORNAL DO COMÉRCIO, 03 de setembro de 1963, p. 1).

Em 1966 o Parque Dez passou por reformas e ampliações. Uma matéria alertava sobre o estado no qual se encontravam os animais do zoológico recém construído no local:

[...] O Parque é realmente um local aprasível e atraente, principalmente para as crianças, com seu ensaio de Jardim Zoológico já bem adiantado. Entretanto a julgar pela atitude dos animais e pelo estado de magreza de vários deles, ditos animais passando fome e para o fato pedimos atenção do ilustre Prefeito da Cidade. Também se impõe uma maior vigilância, para evitar que certas pessoas maltratem os animais, como foi o caso de darem cigarro aceso a um macaco que se queimou e demonstrou aflição (JORNAL DO COMÉRCIO, 27 de janeiro de 1966 p. 8).

Com a implantação da Zona Franca de Manaus houve um crescimento demográfico na capital e em 1968 iniciam-se construções de Conjuntos Habitacionais⁸² e instituições nas mediações do Parque Dez, quando aquela área, até então considerada “Bairro do Mindu”, passa a ser descrita como bairro Parque Dez: “várias centenas de almas, que mourejam no local que, em breve, será denominado de Bairro do Parque Dez” (JORNAL DO COMÉRCIO, 24 de outubro de 1968, p. 3).

Ainda na década de 1960, no ano de 1962, era divulgada outra notícia sobre um PI construído pela prefeitura de Manaus, em uma praça situada em frente ao Sindicato da Estiva, cujos aparelhos teriam sido confeccionados em Manaus e a instalação estaria em fase de conclusão (JORNAL DO COMÉRCIO, 23 de dezembro de 1962, p. 8).

Além da evidência desta inauguração, encontramos este indício a respeito de outro PI na notícia de que a firma Braga & Cia. realizaria doações de berços para a Maternidade Balbina Mestrinho, um Parque Infantil ao Grupo Escolar da Raiz, e ainda, uma bicicleta para premiar o vencedor de um concurso intitulado “Quem é o maior amiguinho de Gilberto”:

Berços, Parque Infantil e Bicicleta foram ofertados pela firma Braga & Cia. Na semana de aniversário do Govêrno GM a firma Braga & Cia., tradicional no comércio amazonense no desejo de colaborar com a administração estadual, acaba de ofertar 6 berços à Maternidade Balbina Mestrinho, obra filantrópica levada efeito pelo Governador Gilberto Mestrinho.

Aproveitando a inauguração do Grupo Escolar da Raiz, um dos mais modernos estabelecimentos de ensino primário, a referida firma colocou à sua disposição um bonito Parque Infantil, destinado aos seus futuros alunos.

A Rádio Rio Mar, segundo noticiário de nossa imprensa, instituiu o Concurso <<Quem é o maior amiguinho de Gilberto?>>, destinado às crianças amazonenses, grandes amigos, na realidade, do nosso jovem Governador. A firma Braga & Cia., colaborando com o referido concurso, ofertará ao vencedor uma bonita bicicleta (JORNAL DO COMÉRCIO, 27 de janeiro de 1961, p. 1).

⁸² Com a implantação da Zona Franca de Manaus (ZFM), a cidade de Manaus recebe um grande fluxo de migração, há uma inchação populacional da cidade, onde as camadas pobres se instalam nas periferias e invasões, e são criadas políticas habitacionais financiadas pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), construídas casas populares da Sociedade de Habitação do Amazonas (SHAM), que na prática beneficiam a classe média e alta da sociedade (SCHERER, 2016).

Contudo, não encontramos evidências da realização dessas ações nos documentos posteriores pesquisados. É interessante observar essa forte relação entre a imprensa, o governo Gilberto Mestrinho e o patrocínio de empresas privadas para esses eventos. Mantêm-se as ações políticas em “comemoração” ou “alusivas” em “homenagem” aos governantes e a política direcionada às crianças por meio de ações como concursos: na década de 1940 verificamos a divulgação de um concurso infantil de beleza e robustez promovido pela Revista Sintonia e na década de 1960 vemos ser anunciado o concurso do maior amiguinho de Gilberto, realizado pela Rádio Rio Mar.

A escassez de registros fotográficos destes espaços também é corrente, apesar de mencionadas as presenças de jornalistas registrando estes eventos, como podemos observar na citação anterior.

Outra característica interessante a respeito das notícias sobre os Pls estava na apresentação, geralmente na mesma página em que se avizinhavam notas sobre as ações realizadas por um determinado prefeito em cumprimento de agenda composta por eventos alusivos às datas comemorativas: Semana da Pátria, Dia das Crianças e Natal.

3.2.3 Parque Infantil Dom João de Souza Lima/ Dom Basílio Pereira

Outra instituição que aparece vinculada aos Pls no final da década de 1950 é a Igreja Católica, como se observa na publicação do Jornal do Comércio de 24/06/1958, em pequena coluna intitulada “Vida Católica”, que anuncia a intencionalidade de construção de um Parque Infantil em frente à Arquidiocese de Manaus (FIGURA 61, p. 175)⁸³, situada no Centro da Cidade:

DOADO A ARQUIDIOCESE DE MANAUS – Foi ontem aprovado unanimemente um projeto de autoria do Vereador Walter Rayol que doa à Catedral Metropolitana de Manaus onde funcionou o Aviaquário Municipal até a pouco tempo. Amanhã, o Prefeito Gilberto Mestrinho sancionará a lei referente a esta doação concretizando-se deste modo uma velha aspiração dos vigários da Catedral que sempre almejavam obter a referida área para um parque infantil das crianças da redondeza. Como homenagem merecida passamos a citar os nomes

⁸³ A Catedral Nossa Senhora da Imaculada Conceição foi construída em condições muito simples em 1695 pelos missionários Carmelitas. Após um incêndio que a destruiu em 1850, tem seu novo prédio inaugurado no ano de 1878, como a primeira obra arquitetônica de grande porte da cidade de Manaus.

dos edis que resolveram esse caso que trará grande alegria ao povo católico da terra. São eles: Walter Rayol (autor do projeto), Jorge Abrahim (PSP), Rodolfo Vale (PSD), Geraldo Costa (PTB), Jacinto Vasconcelos (UDN), Alfredo Dias (PST), João dos Santos (PTB), Júlio Gomes (PTB), e Peres Moral (PTB). Em conversa com o Cônego Walter Nogueira, atual vigário da Catedral, obtivemos a informação segundo a qual, ainda durante o ano centenário da nossa principal igreja, tenciona inaugurar um parque infantil contando para tanto com a compreensão dos paroquianos e ajuda do Departamento Nacional da Criança. (JORNAL DO COMÉRCIO, 24 de junho de 1958, p. 3).

Desde 1958 havia a indicação da construção do Parque, no entanto, apenas em 1960 é publicada a averbação da escritura de doação do terreno à Arquidiocese para a Construção do Parque Infantil, como relata a publicação na coluna “Vida Católica”. Uma observação a respeito do erro no ano da impressão nesta edição, que apesar de constar 1959, trata-se na verdade do ano 1960:

SERÁ UM PARQUE INFANTIL – Depois dos tramites legais foi averbada ontem na Prefeitura de Manaus a escritura de doação à Arquidiocese de Manaus do terreno onde funcionou o Aviaquário Municipal que será transformado num parque infantil conforme intenção do vigário da Catedral. Esse terreno, assim como os jardins laterais da Catedral constituíam outrora propriedade da Igreja. Com o advento da República e conseqüentemente separação da Igreja do Estado passaram a formar patrimônio do Município de Manaus. Defendido brilhantemente o direito da igreja pelo Imortal Rui Barbosa⁸⁴ em memorável peça jurídica perante os poderes republicanos houve, na época, benigna anuencia quanto a devolução dos bens chamados de “mão morta” às autoridades eclesiásticas. Ao que parece. Aqui no caso, tudo permaneceu apenas na benignidade e palavras nada de concreto e por escrito. Agora porém se atende à defesa da Águia de Háia⁸⁵ devolvendo a prefeitura a Arquidiocese parte do terreno que lhe pertenceu em outros tempos. Só aplausos merecem o vereador Walter Rayol, autor do projeto de doação e demais vereadores que, ao aprovarem por unanimidade e o prefeito de então, Prof. Gilberto Mestrinho Medeiros que o sancionou (JORNAL DO COMÉRCIO, 03 de janeiro de 1960 p. 3).

⁸⁴ Ruy Barbosa de Oliveira (1849-1923), foi um grande intelectual, exercendo inúmeras profissões ao longo da carreira, destacando-se as de jornalista, escritor e político, sendo membro fundador da Academia Brasileira de Letras, deputado, ministro e senador, um dos organizadores da República e co-autor da Constituição da 1ª República e senador da República.

⁸⁵ Referência à Rui Barbosa, pela sua participação na II Conferência da Paz, realizada em 1907 em Haia (Holanda), como delegado do Brasil, na qual defendeu o princípio da igualdade entre os estados.

Em 1963, na capa do Jornal, o anúncio de que finalmente as obras do Parque Infantil seriam iniciadas, contendo duas piscinas, *playground* e outros aparelhos para o entretenimento das crianças:

Parque Infantil será construído

O velho aviaquario municipal, desaparecerá totalmente, para dar lugar a um magnifico Parque Infantil que terá piscinas, “play-ground” e demais aparelhos indispensáveis ao entretenimento das crianças. Segundo informou a nossa reportagem o Prefeito Josué Claudio de Souza, as obras de construção do Parque Infantil serão iniciadas hoje (JORNAL DO COMÉRCIO, 23 de julho de 1963, p. 1).

Meses depois, outra publicação apresenta ainda a instalação de um bar para refrescos, bombons e sorvetes com profissionais educados e treinados para atender as crianças. Os interessados em alugar o bar deveriam procurar o gabinete do prefeito para apresentar suas propostas. A matéria informa ainda que as instalações do PI “atendem a moderna pedagogia de recreação infantil”:

PREFEITURA VAI INAUGURAR ÊSTE MÊS O MODERNO PARQUE INFANTIL ONDE FOI O ANTIGO AVIAQUÁRIO

Brinquedos e piscinas para o mundo infantil

Deverá ser inaugurado ainda no decorrer do corrente mês, o Parque Infantil “Dom João de Souza Lima”, que a Prefeitura Municipal está construindo no local onde por vários anos funcionou o Aviaquário Municipal, encontrando-se em fase final os trabalhos de decoração.

O Parque Infantil contará com uma variedade de brinquedos além de duas piscinas, bar para refrescos, bombons e sorvetes, e outras instalações, tudo com vista a proporcionar um ambiente alegre, as crianças que ali comparecerem, ressaltando-se que as instalações atendem a moderna pedagogia de recreação infantil.

O bar que o Chefe comunal deseja instalar, será o mais moderno possível, com pessoal educado e capacitado a lidar com crianças, e será arrendado a particular em troca de uma contribuição da municipalidade. Os interessados no arrendamento do bar, poderão dirigir suas propostas ao Gabinete do Prefeito para as devidas apreciações (JORNAL DO COMÉRCIO, 6 de novembro de 1963, p. 6).

Mantendo-se a política das inaugurações comemorativas, o PI D. João de Souza Lima é inaugurado no Natal de 1963, o local era um paraíso para as crianças, um verdadeiro “reino da gurilândia amazonense” com segurança e fácil acesso pela sua proximidade com o ponto de linhas de ônibus:

“Papai Noel” vai Inaugurar Parque Infantil no dia 22

O Prefeito Josué Claudio de Souza⁸⁶ logo que reassumiu suas funções mandou que se ativassem as obras do Parque Infantil “D. João de Souza Lima” que como todos sabem vai funcionar no local onde durante muitos anos existiu o Aviaquário Municipal e que agora está transformado num paraíso para a petizada de Manaus, com uma quantidade enorme de brinquedos, duas piscinas, um barzinho mirim, tudo dentro do recanto mais bem situado da cidade perto das linhas iniciais de todos os ônibus e livre de qualquer perigo para a meninada. Para maior realce dessa inauguração quer o chefe do Executivo municipal inaugurar o Parque no próximo domingo, dia 22 e, com a presença do Papai Noel que já foi convidado e garantiu a presença. O velhinho querido chegará a Manaus, naquele dia e depois de dar umas voltas pela cidade, em carro aberto, para que todas as crianças o vejam. Logo depois se dirigirá a Praça Osvaldo Cruz e para a inauguração do reino da gurilândia manauense.

Após estará pronto a receber as homenagens de seus milhares de fãs de Manaus que lhe querem tanto bem quanto as crianças do mundo inteiro (JORNAL DO COMÉRCIO, 19 de dezembro de 1963, p. 2).

O Parque Infantil era divulgado como local apropriado para as crianças passarem seus momentos de folga, com inauguração prevista para às 17 horas do dia 22 de dezembro de 1963, contando com as presenças do prefeito Josué Cláudio de Souza, do homenageado Arcebispo Dom João de Souza Lima e do Papai Noel, a grande atração do evento:

Prefeitura inaugurará hoje, o Parque Infantil

Será inaugurado hoje o Parque Infantil Dom João de Souza Lima, construído pela Prefeitura Municipal de Manaus, no local onde funcionou por vários anos o Aviaquário Municipal, que em épocas passadas era um dos mais frequentados logradouros públicos.

Ato inauguratório marcado para as 17 horas (horário de verão), contará com a presença do Prefeito Josué Cláudio de Souza, bem como de auxiliares da administração municipal, além do homenageado Arcebispo Dom João de Souza Lima.

Para maior alegria da criança, estará presente o querido Papai Noel, que em nome do prefeito da capital, entregará as crianças amazonenses esse presente de Natal e que por certo irá se constituir num ponto de atração preferido da garotada, que passará a ter assim, um ponto adequado para suas horas de folguedos (JORNAL DO COMÉRCIO, 22 de dezembro de 1963, p. 1).

⁸⁶ Josué Cláudio de Souza: primeiro prefeito eleito de Manaus após a ditadura de Getúlio Vargas, no ano de 1962 a renunciando em 1964. Advogado, radialista, fundador da Rádio Difusora do Amazonas, deputado federal, senador e conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

O periódico “O Jornal” também divulgava a inauguração e apresentava uma imagem (FIGURA 62, p. 176), onde se observa alguns aparelhos instalados na parte interna do parque. Na figura 63 (p. 176) observa-se uma montagem de duas imagens, apresentadas na capa do Jornal, divulgando a inauguração. A imagem superior retrata o Arcebispo proferindo seu discurso, e a imagem inferior a vista parcial de uma das piscinas onde há muitas pessoas na borda olhando para algumas crianças que estão se banhando no interior da piscina:

PARQUE INFANTIL INAUGURADO

Nas fotos, em cima, um aspecto do ato inauguratório do Parque Infantil da Prefeitura “Dom João de Souza Lima”, no antigo Aviaquário Municipal. O Arcebispo Metropolitano falava enaltecendo a obra do Prefeito Josué Cláudio de Souza, que também aparece no clichê. Em baixo, a garotada de Manaus banhando-se na piscina do Parque Infantil recém inaugurado (JORNAL DO COMÉRCIO, 24 de dezembro de 1963, p. 1).

Esta informação converge com a pesquisa realizada por Duarte (2009) quando ele apresenta um breve histórico a respeito do Aviaquário Municipal relatando que:

Em 1936, por meio do Decreto Municipal 39, de 7 de abril, o prefeito Antônio Maia criou um Parque Zoológico, constituído de um aviário-aquário municipal. Nesse mesmo ano, ainda em construção, recebeu o parque duas denominações: a primeira, Jardim Zoológico do Amazonas, e a segunda, e definitiva, Aviário-Aquário Municipal. A inauguração do Aviaquário ocorreu em 21 de abril de 1937, com um conjunto de variadas espécies de animais amazônicos, e manteve seu funcionamento normal até meados da década de 40. Ao final da década seguinte, pela Lei Municipal 647, de 30 de junho de 1958, seu terreno foi transferido para a Arquidiocese de Manaus. Em 1963, a prefeitura ali construiu um parque infantil, denominado Dom João de Souza Lima (DUARTE, 2009, p. 25).

No natal do ano seguinte, quando a cidade já era administrada pelo prefeito Zany dos Reis, houve outra comemoração natalina no Parque Infantil, patrocinada pela empresa Colombo, cuja programação contou novamente com a presença do Papai Noel :

As Super-Cestas de Natal “Colombo” promoverão no próximo domingo a chegada simbólica de Papai Noel a Manaus, já havendo o seu Departamento de Relações Públicas tomado providencias para o

grandioso acontecimento. Papai Noel chegará às 8,30 horas do dia 6, realizando-se às 10 horas, no Parque Infantil “D. João de Souza Lima”, a cerimônia de recepção oficial, durante a qual o prefeito Zany dos Reis lhe entregará a chave simbólica da cidade. Nessa oportunidade, o “velhinho bondoso” – distribuindo bem-bons e balões às crianças desta capital – sorteará uma Super-Cesta de Natal “Colombo” entre todas as pessoas presentes ao acontecimento.

Desfile

Antes de dirigir-se ao Parque Infantil “D. João de Souza Lima”, Papai Noel, em carro aberto fará um desfile pelas ruas do centro e do subúrbio e anunciando, com a sua, a chegada também das Super-Cestas de Natal “Colombo”, que neste ano foram adquiridas por milhares de pessoas.

Chave

Às 10 horas, Papai Noel encerrará o seu desfile pelas ruas de Manaus e entrará no Parque Infantil “D. João de Souza Lima”, onde o prefeito Zany dos Reis, após saudá-lo, fará a sua saudação às crianças amazonenses e em seguida realizará o sorteio de uma Super-Cesta de Natal “Colombo”.

Sorteio

O sorteio da Super-Cesta de Natal “Colombo” ocorrerá desta maneira: cada pessoa que for ao Parque Infantil receberá ao entrar, um cartão numerado. Após a cerimônia de recepção oficial, Papai Noel tirará a sorte, entregando a pessoa que portar o número sorteado o “carnet” de uma Cesta. A Cesta [...] será entregue até o dia 20 de dezembro (JORNAL DO COMÉRCIO, 29 de novembro de 1964, p. 8).

Em 1969 o PI recebe uma exposição de Arte Indígena Peruana, de iniciativa do jornalista Andino Jorge Ruiz, e patrocinada pelo então prefeito Paulo Pinto Nery (JORNAL DO COMÉRCIO, 30 de março de 1969).

Em dezembro do mesmo ano o Parque passa por uma recuperação e ampliação, onde foi construído um aquário: “– reconstituição do que, há tempos, tornou famoso o local – vem sendo instalado, e um perfeito jogo de luzes completa a beleza do ambiente.” (JORNAL DO COMÉRCIO, 24 de dezembro de 1969, p. 9).⁸⁷

Em 1971, parece que o parque já não estaria mais em funcionamento, pois o local aparece nas notícias como “antigo parque infantil”, onde ocorreria a inauguração da Galeria de Arte de Manaus no local:

À tarde de ontem, no prédio central do antigo Parque Infantil da Prefeitura (Praça da Matriz), foi solenemente inaugurada a Galeria de

⁸⁷ O que diverge da informação encontrada no livro Manaus: entre o passado e o presente (DUARTE, 2009), uma vez que, de acordo com o autor, “a reinstalação do Aviaquário Municipal aconteceria em 1979” e que a partir de “1980, a área passa a ser mencionada, em documentos oficiais, como Parque Dom Basílio Ferreira” (p. 25), contudo infere-se que a reinstalação do aviaquário teria sido em 1969 e que o PI no local tenha sido reinstalado com o nome de “Dom Basílio Pereira” em 1971, não sendo mais encontrado, nesta pesquisa em edições do Jornal do Comércio, com esta nomenclatura na década de 1980.

Arte de Manaus, que manterá exposições permanentes de obras de artistas amazonenses. Telas, escrituras, xilogravuras e outros trabalhos de autores locais são apresentados pela Galeria, que ainda promoverá mostras individuais. Administrada pelo pintor Afrânio de Castro [...] a Galeria é uma realização da Fundação Cultural, em convênio com a Prefeitura (JORNAL DO COMÉRCIO, 11 de março de 1971, p. 3).

Todavia, em setembro do mesmo ano são divulgadas atividades alusivas ao Dia da Criança no espaço, agora denominado do Parque Infantil D. Basílio Pereira, noticiando-se ainda a realização de festividades esportivas no Parque Dez de Novembro:

SEMANA DA CRIANÇA

A programação da Semana da Criança, que a Divisão de Promoções da Prefeitura de Manaus cumprirá está em fase final de elaboração, encontrando-se o diretor Antístenes Pinto dando os últimos retoques. Haverá uma variedade de atrações para a meninada durante a semana que lhes é dedicada. A programação será iniciada no Parque Infantil D. Basílio, destacando-se ainda festividades esportivas que serão realizadas no Parque Dez de Novembro, onde se inaugurará, no último dia da Semana, o trenzinho que levará a garotada aos diversos recantos daquele logradouro (JORNAL DO COMÉRCIO, 22 de setembro de 1971, p. 3).

Em outubro de 1971 era divulgada uma programação no Parque que previa apresentações infantis de diversas instituições em comemoração ao aniversário de 302 anos da cidade de Manaus:

Show para crianças no Parque Infantil

Um bonito espetáculo para crianças, carinhosamente organizado por uma equipe da Secretaria de Desenvolvimento Comunitário da Prefeitura, sob orientação da senhora Josefa – professora dedicada a promoções infantis – vai ser realizado à tarde de amanhã, domingo, à partir das 16 horas, prolongando-se até às 18, no Parque Infantil Dom Basílio Pereira.

Diversos números bem interessantes serão desenvolvidos, por grupos do Ida Nelson, da Casa da Criança, do Nilo Peçanha e do Benjamin Constant.

Pretende-se a repetição todos os domingos, dessa feliz iniciativa, que visa oferecer aos frequentadores do Parque Infantil bonitas atrações, tornando mais alegres as tardes domingueiras naquele logradouro.

Convém frisar que amanhã Manaus, conforme os historiadores, estará completando 302 anos de fundação (JORNAL DO COMÉRCIO, 23 de outubro de 1971, p. 5).

Na figura 64 (p. 177), verifica-se o registro de uma destas reformas, onde se observa operários trabalhando no local, enquanto que na figura 65 datada de 1976 (p. 177), o espaço já estaria em funcionamento, notando um movimento de pessoas em frente ao portão principal do parque, contornado pelas escadarias que dão acesso à entrada da igreja.

No entanto, ainda no final da década de 1970, voltaria a ser reconstruído um “viaquário” no local, onde se menciona a existência de bibliotecas infantis e um espaço para as crianças com todos os brinquedos confeccionados em madeira da região:

Um parque natural no centro da cidade, com pássaros livres, viveiros para peixes-bois, pirarucus, lontras, botos, quelônios, além de árvores aquáticas e todas as espécies de peixes da região amazônica, é o que será quando o novo Viaquário que a prefeitura está construindo no largo da Matriz, no lugar do Parque Infantil.

Segundo informou o Sr. Albuquerque Cavalcanti, o novo Viaquário estará concluído, possivelmente, em novembro próximo com capacidade para cerca de 200 pessoas.

VIAQUARIO

Um grupo de operários está plantando em toda a área onde futuramente será o Viaquário, árvores naturais da região, como é o caso de palmeiras, punpunheiras, açazeiros, etc. Quando estiver pronto, o Viaquário estará dotado de bibliotecas infantis, museus indígenas, animais empalhados, piscinas para peixes e árvores aquáticas da região, como é o caso da vitória-régia e do murirú.

Uma ampla área reservada para as crianças brincarem, com todos os brinquedos feitos em madeira regional está sendo providenciada. Apenas as araras, os periquitos e os papagaios não ficarão soltos porque eles cortarão facilmente, a cobertura do Viaquário, que será uma inovação no parque de lazer. Todos os demais pássaros, entretanto, serão soltos.

As crianças e adultos poderão se divertir com os esquilos, também soltos no Viaquário e outros animais. Francisco Cavalcanti, responsável pelas obras, disse que um peixe-boi de mais de 200 quilos que atualmente está sendo cuidado pelo INPA, será removido para um de seus viveiros. Três pirarucus que se encontram no Parque 10 são peixes bastante grandes que certamente se constituem numa grande atração turística a parte.

O Viaquário preencherá uma das mais sérias lacunas no tocante ao lazer da cidade, servindo para abrigar famílias durante todos os dias que desejam entrar em contato direto com a natureza e oferecer a seus filhos um diálogo com nossas coisas regionais e naturais (JORNAL DO COMÉRCIO, 15 de agosto de 1978, p. 2).

As crianças são sempre mencionadas nas publicações que buscam enfatizar a importância do local, como oportunidade para a criança entrar em contato com os animais do Amazonas:

[...] Dentro do novo aviaquário, a criança amazonense e até os mais velhos terão um mundo amazônico e natural, desde a onça ao peixe-boi, até pássaros regionais aos caititus.

A prefeitura Municipal de Manaus já marcou a abertura dos portões do ex-Parquinho Infantil, com a realização de uma festa bonita, com as crianças amazonenses. A inauguração do Aviaquário marca o retorno das crianças aos centros de diversões da cidade, como definiu o Assessor de Imprensa da Municipalidade, Sr. Augusto Banega (JORNAL DO COMÉRCIO, 6 de fevereiro de 1979, p. 5).

Contudo, não foi encontrada a divulgação da inauguração, ou reinauguração deste espaço, nem de atividades realizadas no local após esta data. O que nos permite cogitar que sua função enquanto espaço para recreação infantil encerrou-se juntamente com a década de 1970.

3.3 Os Parques Infantis no Amazonas: 1960 a 1996.

Após a criação do Serviço de Parques Infantis em Manaus e as construções dos Parques Dez de Novembro e Ribeiro Júnior na década de 1940, também foram verificadas outras inaugurações de espaços também denominados como “Parques Infantis” em outros municípios do Amazonas.

A primeira ocorrência de PI no interior do Amazonas foi no município de Parintins em 20 de junho de 1946, única ocorrência da década, onde seria uma obra que iria ser realizada pelo então prefeito Dr. José Henrique de Souza Filho, no governo do Interventor Federal do Amazonas, Júlio Neri. Em discurso, muito parecido com o proferido pelo prefeito Antônio Maia, quando informa que os aparelhos do PIs do Parque Dez foram encomendados dos Estados Unidos, e que a juventude carecia do espaço para finalidades recreativas e eugênicas:

O Parque Infantil, sem receio de contestação, não ficará a desejar de qualquer parque dos que existem nas capitais dos Estados do Brasil. Com aparelhos de ginastica, tobogans, trapézios, balouços e etc., reúnem-se o que uma juventude carece para o seu completo recreio e eugenia da raça. O material deste Parque já deve estar em caminho de Parintins, vindo da America do Norte onde foi encomendado. Como homenagem póstuma [...] a administração achou por bem denominá-lo “Acadêmico Hipólito Corrêa”, revelação inculgar de talento aprimorado, primogênito inesquecível e saudoso do Excmo. Srr. João Rebelo Correa, atual Juiz da Capital, e que como Prefeito daquele

município procurou sempre bem servir ao povo, com acendrado amor, honestidade, proficiência e trabalho realizador (JORNAL DO COMÉRCIO, 20 de jun. de 1946, p. 5).

Na década de 1950 não foram encontradas ocorrências de inaugurações em municípios, apenas na cidade de Manaus, ao contrário da década de 1960, quando ocorreu uma explosão inaugurações de Parques Infantis pelo Amazonas em 8 municípios, divulgados como realização do Governador do Estado Arthur César Ferreira Reis: Maués, Manacapuru, Boca do Acre, Humaitá, Uarini, Itacoatiara, Canutama, entre os anos de 1965 a 1966 (JORNAL DO COMÉRCIO, 14/12/1965; 01/05/1966; 24/03/1966; 07/06/1966; 26/08/1966).

Uma curiosidade a respeito do PI existente em Maués é que sua localização, em frente a uma igreja, estaria perturbando “os ofícios religiosos”, que solicitaram a mudança do Parque para outro local (JORNAL DO COMÉRCIO, 20 de dezembro de 1963, p. 8)

No Governo de Danilo Areosa foram inaugurados, no ano de 1968, PIs nos municípios de Codajás, Urucará e no Distrito de Iranduba, sendo este último, obra realizada pela prefeitura de Manaus, na administração de Paulo Pinto Nery. Também foi inaugurado pelo governador, um Parque Infantil no município de São Gabriel da Cachoeira, em 1971, e uma previsão de um PI em Coari, ocorrida em 1975 (JORNAL DO COMÉRCIO, 05/04/1968; 20/08/1968; 23/11/1968; 12/03/1971; 13/08/1975).

No município de Itacoatiara, a matéria intitulada “Arthur levou a Itacoatiara a Mensagem da Revolução”, apresenta a notícia de obras inauguradas pelo governador, na presença do prefeito do município Galdino Alencar. Na ocasião foram inaugurados estabelecimentos de ensino e foi entregue um parque infantil “à garotada”. Além disto, foi transmitido “ao povo itacoatiarense, a mensagem da Revolução de 31 de março de 1964, ao desejo da passagem do seu segundo aniversário” (JORNAL DO COMÉRCIO, 31 de março de 1966, p. 1).

A mensagem traduziria o “trabalho concreto em realizações palpáveis, em maiores benefícios para uma população”. Esta notícia também foi composta por uma sobreposição de dois registros fotográficos do evento (FIGURA 66, p. 178) apresentando a primeira dama Graziela da Silva Reis cortando a faixa de inauguração daquele Parque, acima da imagem das dependências do PI, observando-se uma aglomeração de adultos e de crianças no local. Abaixo da imagem, lê-se a seguinte

descrição: “A garotada itacoatiarense, vibrou de alegria com a inauguração do parque infantil, doado pelo Governo do Estado, cuja fita simbólica (foto) foi cortada pela sra. Graziela da Silva Reis. [...] (JORNAL DO COMÉRCIO, 31 de março de 1966, p. 1).

Na década de 1970 também houve um expressivo número de PIs inaugurados: Careiro da Várzea, Urucurituba, Manicoré, além de outro PI em Manacapuru (JORNAL DO COMÉRCIO, 13/10/1970; 27/09/1970; 03/04/1971; 12/02/1976).

O Parque do Careiro da Várzea foi realização do prefeito do município, Manoel Sales dos Santos, tendo suas obras destacadas pela coluna intitulada “De Camarote”, de autoria de Lucio Cavalcante:

Fazia mais de doze anos que não íamos à Vila do Careiro – hoje sede do Município do mesmo nome. E a última vês que lá estivemos, foi de passagem; não chegamos mesmo a saltar da embarcação em que viajávamos. Para se ter uma visão da pequena povoação do Cambixe, não havia necessidade de ir a terra, porque a bordo, via-se tudo o que tinha de ver, na cidadela, administrada, então por um preposto do Prefeito do Município de Manaus. (Nada mais existia, praticamente, do que aquêlo retângulo constituído da Praça da Igrejinha de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro – um velho Grupo Escolar aos fundos e as casas que ainda lá estão, situadas de ambos os lados do aludido retângulo, fechado pelo rio, cá em baixo, onde hoje está um velho flutuante retirado da frente de Manaus – antigamente um barracão, a cujo bordo atracavam canoas e motores que se dirigiam ao lugarejo. Domingo último, demos uma vista d’olhos na velha vila, que, agora, sob a administração de um prefeito nordestino, do Ceará, o senhor Manoel Sales dos Santos, vestiu roupa nova, e já oferece algo que se possa ver. Realmente, o Grupo velho está pintado e o atual governante fêz instalar, em local muito bem escolhido, um parque infantil que é a delícia da meninada. [...] (JORNAL DO COMÉRCIO, 13 de outubro de 1970, p. 6).

Outro Parque construído pela prefeitura foi no município de Urucurituba. A notícia sobre este PI fazia parte da capa do caderno nº 2 do Jornal do Comércio, distribuído em um domingo com o título “Arão Tundis trabalha pelo progresso de Urucurituba”. A matéria, ocupava a página inteira, ilustradas por 5 imagens: a primeira do prefeito, a segunda do grupo escolar, a terceira da praça onde foi instalado o Parque, a quarta de outra praça e a última da visita do cônsul japonês à cidade. O documento apresentava notícias sobre: educação, construções, saúde e energia, indústria, ajuda ao japonês, religião e satisfação da população.” (JORNAL DO COMÉRCIO, 27 de setembro de 1970, p. 9).

A notícia sobre o PI foi encontrada junto às informações sobre saúde e energia, informando que “um moderno Parque Infantil na vila do Itapeassu” estaria para ser inaugurado. Na figura 67 (p. 178), há um registro imagético do PI, descrito como “aspecto de uma praça da cidade em que se vê um bem montado Parque Infantil, onde as crianças passam grande parte do tempo divertindo-se” (JORNAL DO COMÉRCIO, 27 de setembro de 1970, p. 9).

No entanto, o Parque não permaneceu muito tempo no local, em virtude da enchente de 1971 que teria destruído praticamente toda a produção agrícola de Urucurituba, “A cidade – que tem uma grande extensão de terra – de um momento para outro ficou reduzida a um pequeno ‘bolão de terra’. As partes baixas estão todas alagadas, destacando a rua principal e um moderno parque infantil.” (JORNAL DO COMÉRCIO, 23 de junho de 1971, p. 3).

No município de Manicoré, em uma publicação que apresentava a relação de bens da prefeitura, divulgação do valor de 2. 500 Cruzeiros, referente ao “início de obras de Parque Infantil na praça da Matriz”, descritos juntamente com outros serviços do setor de educação, no governo da prefeita Flávia Brandt de Oliveira (JORNAL DO COMÉRCIO, 30 de abril de 1971, p. 6).

Em Manacapuru também foi noticiada outra inauguração de Parque Infantil, desta vez pelo governador Henocho Reis, em notícia intitulada: “Henocho inaugura água tratada e outras obras em Manacapuru”, o Parque Infantil “‘Alberto Ventura’ na praça do mesmo nome, que foi totalmente reconstruída, aparecendo na cidade como um dos pontos mais atraentes.” (JORNAL DO COMÉRCIO, 12 de fevereiro de 1976, p. 4).

Ainda na década de 1970, também foram encontradas ocorrências de inaugurações de PIs em Manaus: no Aleixo, (doação feita por um casal da sociedade em 1971) no Beco do Macedo em 1971, na Ceasa em 1975, no bairro Praça 14, na administração municipal de Frank Lima, em Flores em 1976, na Ponta Negra em 1976, e no Tarumã em 1979, além da previsão de Parques na Cidade Nova em 1976 (JORNAL DO COMÉRCIO, 12/12/71; 26/09/75; 15/12/75; 06/08/76; 29/12/76 e 30/10/79).

Em comemoração à Semana da Criança, era divulgada a programação que iniciaria dia 5, na Praça Heliodoro Balbi e iria até o dia 12 de outubro de 1971, no

Parque Dez de Novembro, com a inauguração do trenzinho⁸⁸, pelo prefeito Paulo Pinto Nery:

Às 17 horas de hoje na Praça Heliodoro Balbi, (Polícia Militar) a Prefeitura Municipal de Manaus iniciará uma programação dedicada especialmente à criança.

A cerimônia de abertura contará com a presença do Prefeito Paulo Pinto Nery e de outras autoridades.

Após os discursos haverá um espetáculo de variedades, destacando-se cenas mudas alusivas a Charles Chaplin.

A noite, a partir das 19 horas terá prosseguimento a festa, com diversas atrações, dentre as quais, “Dança das Rosas”, com coreografia por um grupo de alunos do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, “Os músicos de Bresmem”, comédia em três atos; dança “Os Árabes e os Pescadores”; e a apresentação especial do “DS-8”, o conjunto mais jovem da cidade.

...Em continuação a programação, ainda na Praça da Polícia Militar, a Prefeitura Municipal de Manaus realizará uma programação especial, apresentando calouros.

Até o dia 12 – Dia da Criança – será cumprido o seguinte roteiro de programação: dia 7, às 17 horas, exposição de artes plásticas por artistas mirins, tendo como local o Parque Infantil; Dia 8, Às 17 horas, exibição de uma banda rítmica; Dia 9 às 9 horas, no Parque 10 de Novembro, inauguração do trenzinho, pelo sr. Paulo Pinto Nery, Prefeito da Capital. A seguir, teatrinho infantil, entrega de prêmios do concurso “A Saúde dos Dentes” e futebol infantil. No dia 12, encerrando as atividades, as crianças, em condução especial farão excursão ao balneário Parque 10 de Novembro (JORNAL DO COMÉRCIO, 05 de outubro de 1971, p. 1).

Ainda no mês da criança daquele ano, foi divulgada a inauguração de um PI no Beco do Macedo, que teria sido construído pela paróquia com o auxílio da FUNABEM. A notícia tinha como título “Crianças do Bêco do Macedo batizam seu próprio parque”, anunciando um concurso para a escolha do nome do parque:

São as próprias crianças do Bairro Nossa Senhora das Graças (Beco do Macêdo) que escolherão o nome para o Parque Infantil construído ao lado da Igreja de Nossa Senhora das Graças, padroeira daquele bairro.

O Centro Social, a fim de incentivar e homenagear as crianças, instituiu um concurso para que elas escolham o nome que quiserem para o Parque, construído pela Paróquia com material doado pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, no centro Social, nossa

⁸⁸ Foram encontradas ocorrências referentes ao Trenzinho ou bonde da Alegria em 1965, na administração do prefeito Vinícius Conrado, tratava-se de um trator composto por três carretas, que tinha capacidade para 30 crianças, que percorria vários bairros de Manaus, saindo do Parque Dez (JORNAL DO COMÉRCIO, 10 de outubro de 1965).

comissão escolherá entre centenas, um nome para o Parque, e a criança vencedora ganhará valioso prêmio.

O Parque está pronto e sua inauguração deverá ocorrer no próximo dia 9, com a presença do Arcebispo Metropolitano de Manaus, D. João de Souza Lima.

ENTRE AS ÁRVORES

O Parque Infantil do Bairro Nossa Senhora das Graças foi construído num local realmente estratégico, protegido durante todo o dia do sol.

Entre as árvores, a criança poderá brincar, ao mesmo tempo em que se beneficiará com o ar puro e o aroma do verde. Protegido por um pequeno muro, o Parque Infantil do Bêco do Macêdo será um dos pontos positivos das realizações religiosas, dando à criança diversão sadia e dentro dos princípios cristãos, aliando o útil ao agradável (JORNAL DO COMÉRCIO, 06 de outubro de 1971, p. 3).

Também era divulgada uma exposição de trabalhos realizados pela Escola de Artesanato na Paróquia, onde também era ensinado o ofício da carpintaria. A escola, que já estava em atividade há 9 meses, funcionando em três turnos, recebia o valor 500 cruzeiros da Prefeitura, por meio da Secretaria do Desenvolvimento Comunitário, para ajudar com o pagamento dos professores (JORNAL DO COMÉRCIO, 06 de outubro de 1971).

A notícia apresentava uma figura do parque (FIGURA 68, p. 179), onde vê-se uma área com: 3 balanços ao lado direito da imagem, 1 escorregador ao fundo, ao lado esquerdo um aparelho não identificado e 2 bancos de madeira. Em primeiro plano, observa-se um amontoado de pedaços de madeira no chão, que pode ser entulho ou material para a oficina de carpintaria. O espaço assemelha-se a um quintal, arborizado e cercado por um muro de alvenaria.

Na década de 1980 foram encontradas mais 4 inaugurações ou previsões de PIs em municípios: Barcelos, Carauari, Guajará e Itamarati, e quatro na capital: Alvorada, Centro, Adrianópolis e na praça Dulcinéia Borges no Bairro Parque Dez (JORNAL DO COMÉRCIO, 07/05/1980; 25/05/1980; 24/03/1986; 29/03/1988).

Em Manaus, no final da década de 80, próximo aos festejos natalinos, aconteceu a reinauguração da Praça Nossa Senhora de Nazaré, realizada pelo prefeito Manoel Ribeiro, como execução de um projeto que objetivava reformar as praças de Manaus e que o evento teria a apresentação do artista nacional Ronnie Von:

A cerimônia estarão presentes autoridades governamentais, líderes políticos e a comunidade convidada, num evento que, segundo o

prefeito Manoel Ribeiro é um novo marco na sua administração, pois essa obra a ser entregue representa mais uma área de lazer para os manauaras, ressaltando: “Estamos levando à frente esse projeto de recuperação das praças e, o exemplo aí está na Praça da Polícia e na Praça da Saudade, que voltaram a ser pontos de atrações, principalmente nos finais de semana, onde crianças e adultos para ali se dirigem em busca de diversão e lazer”.

RONNIE VON

Além de verificar “in loco” o trabalho realizado na Praça N. S. de Nazaré, com jardins, bancos, calçadões, parque infantil e um moderno sistema de iluminação, dando-lhe um traçado especial, o povo terá a oportunidade de assistir a um show do cantor Ronnie Von e sua banda, um dos famosos integrantes da Jovem Guarda nos anos 60 (JORNAL DO COMÉRCIO, 19 de dezembro de 1986, p. 11).

Na década de 1990, foi observado um declínio de inaugurações, com três ocorrências de inaugurações na capital: Vila Sassá, Amazonino Mendes e Alvorada, sendo este último dentro de uma Creche Municipal denominada Graziela Ribeiro no bairro Alvorada. Não foram encontradas ocorrências de inaugurações de PI no interior nesta década (JORNAL DO COMÉRCIO, 14/06/1990; 29/11/1990; 17/05/1996).

Quanto ao balneário do Parque Dez de Novembro, na década de 1970, começam a ser veiculadas notícias sobre a poluição das águas, outrora cristalinas, do local.

Ainda assim, houve uma reforma iniciada em 1974, que durou anos. De acordo com esta notícia de 1979, haviam sido construídas 4 piscinas com água tratada, mas que já não existia o zoológico no local:

Por falta de recursos, o balneário do Parque Dez de Novembro ainda não foi concluído, embora ele esteja fechado para reformas desde 1974, quando o coronel Jorge Teixeira assumiu a administração do município. Entretanto, a Prefeitura de Manaus anunciou ontem que as quatro piscinas com água tratada já foram terminadas. Para a reabertura do balneário ao público, só falta mesmo o asfaltamento de duas ruas.

As obras de recuperação do balneário já vêm se estendendo ao longo dos últimos anos. Na saída do prefeito Jorge Teixeira da Prefeitura de Manaus, ele chegou inclusive a inaugurar algumas obras já concluídas no Parque 10, mas somente agora na administração do prefeito José Fernandes, é que os serviços tomaram um ritmo mais acelerado.

O zoológico que atraía tantas pessoas para a comunhão com a natureza não mais existe. Em contrapartida, a arborização das piscinas já não representarão mais um perigo de contaminação como antes. Até o final do ano a Prefeitura Municipal espera dar concluídas as obras do balneário onde o povo costumava a tomar o tradicional

“banho de igarapé” (JORNAL DO COMÉRCIO, 31 de julho de 1979, p. 3).

Em 1984, após uma reforma de dez anos, o local foi reaberto ao público nos governos de Gilberto Mestrinho e Amazonino Mendes, governador do Amazonas e prefeito de Manaus, respectivamente:

Foi aberta domingo a programação de lazer do balneário Parque Dez de Novembro, pelo governador Gilberto Mestrinho e prefeito Amazonino Mendes. A programação elaborada pela Secretaria Municipal de Educação, foi dedicada às mães, na passagem do seu dia. A festa foi também dedicada às crianças e contou com a participação de palhaços e animada pelo conjunto Robertinho e seu Acordeon.

O governador e o prefeito, foram recebidos com calorosa manifestação do público, conversando e abraçando todas as crianças. O secretário municipal de Educação, João Félix de Carvalho, disse que o dia 13 de maio marcou uma nova opção de lazer para crianças e adultos no balneário Parque Dez. [...].

(JORNAL DO COMÉRCIO, 15 de maio de 1984, p. 4).

No registro fotográfico deste evento (FIGURA 69, p. 179), observa-se o prefeito Amazonino Mendes sendo abraçado por várias crianças, acima da figura o título da matéria informa “Balneário Parque Dez foi reaberto domingo”, e abaixo a legenda “As crianças voltam a brincar no Parque Dez” (JORNAL DO COMÉRCIO, 15 de maio de 1984, p. 4).

Contudo, em 7 de setembro do mesmo ano, o local começa a ser descrito como Sede da Secretaria Municipal de Educação e Cultura- SEMEC seguido da expressão “antigo balneário” entre parênteses.

Em 1986 uma matéria denuncia a contaminação de crianças que, devido às águas das piscinas abandonadas no local, havia se transformado em criadouro de mosquitos, causando a proliferação de doenças, principalmente entre as crianças:

A grande incidência de mosquitos carapanãs e moscas, provindos das águas empoçadas na piscina abandonada do antigo balneário do Parque 10, na Vila Amazonas, está provocando doença nos moradores do bairro. As crianças são as mais prejudicadas, inclusive já houve casos graves de febre por picadas de mosquitos (JORNAL DO COMÉRCIO, 08 de maio de 1986, p. 12).

Outro problema noticiado pela matéria era a quantidade de lixo que estava sendo despejado no local pelos próprios moradores. As figuras retratam a piscina abandonada e uma criança identificada como “Renato”, que está trajando apenas um calção claro, com a perna direita levantada, apontando com o dedo indicador para a marca da picada que havia em seu joelho (FIGURA 70, p. 180).

O local onde existiu o balneário do Parque Dez, atualmente em ruínas e poluído (FIGURA 71, p. 180), permanece abandonado até os dias atuais, onde pairam os resquícios de sua existência, provocando saudosismo naqueles que o conheceram e curiosidade aos que desejariam ter conhecido.

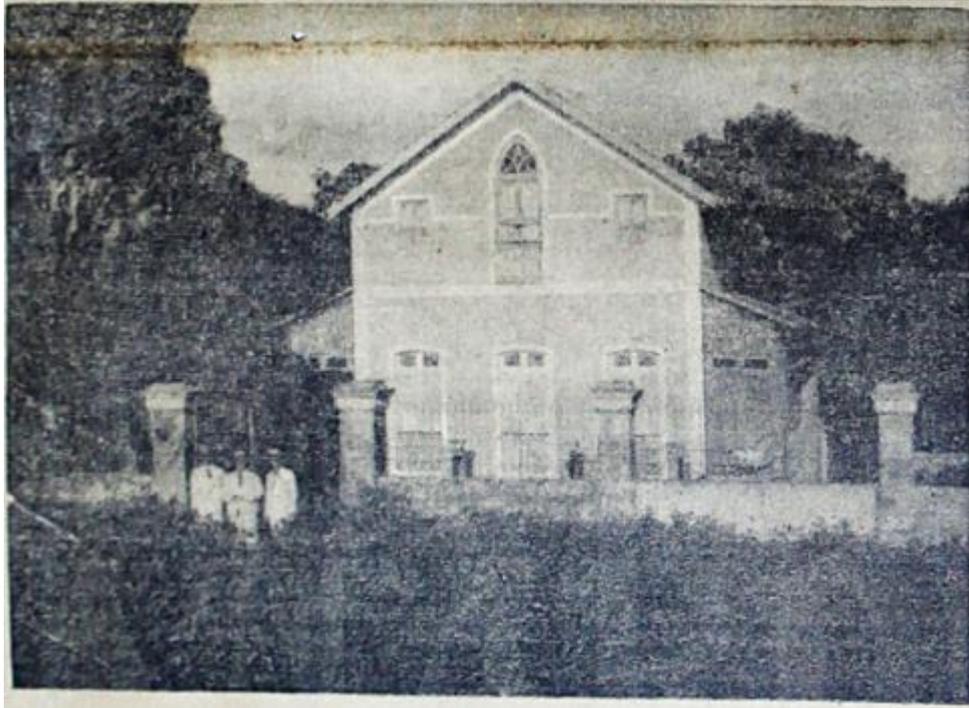


Figura 28. Prédio da Escola Premonitória Bom Pastor.

Fonte: A Tarde. Manaus, 30 de maio de 1940, p. 1 Acervo: IDD. Disponível em: <https://blogdodurango.com.br/fatos-e-datas-historicas/anuncio-da-inauguracao-da-escola-premonitoria-do-bom-pastor-em-manaus/>.



Figura 29. Penitenciária de Manaus.

Fonte: Blog do Rocha. 30 de novembro de 2010. Disponível em: [//jmartinsrocha.blogspot.com/2010/11/](http://jmartinsrocha.blogspot.com/2010/11/). Acesso em: 01/09/2018.

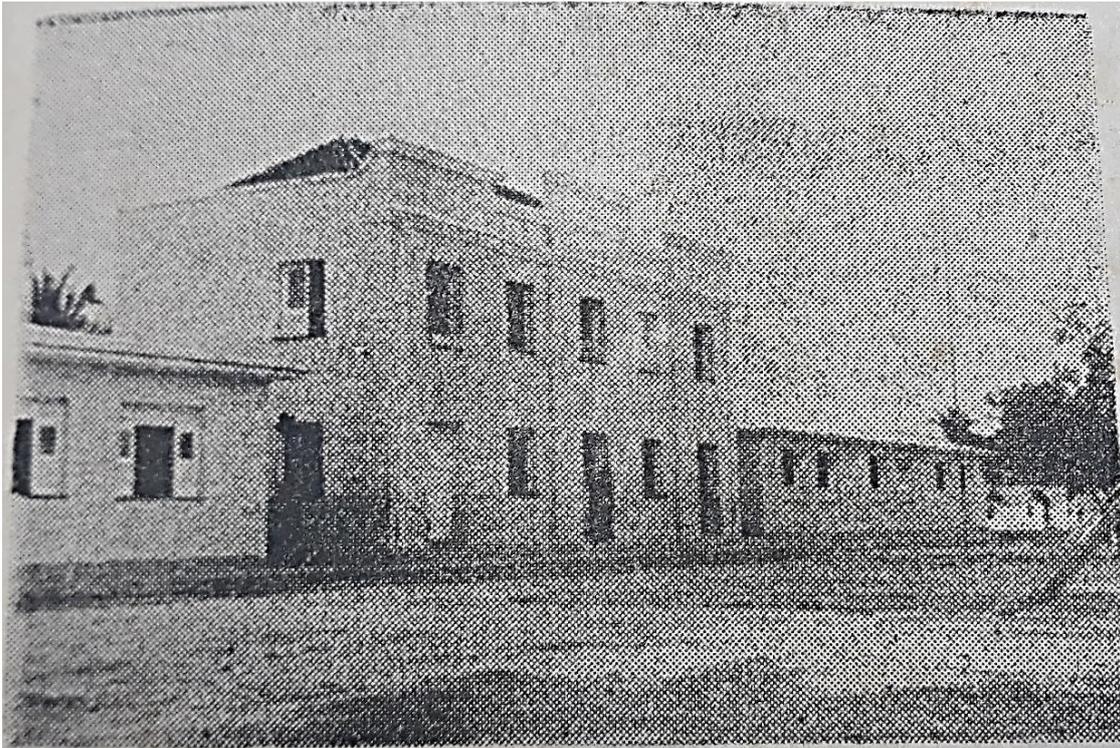


Figura 30. "Colônia Agro-Escolar Melo Matos".

Fonte: O Jornal. Manaus, 15 de novembro de 1966, p. 1. Acervo: Biblioteca Pública do Amazonas; Blog do Coronel Roberto. 26 de maio de 2018. Disponível em: <http://catadordepapeis.blogspot.com/search?q=maria+madalena>

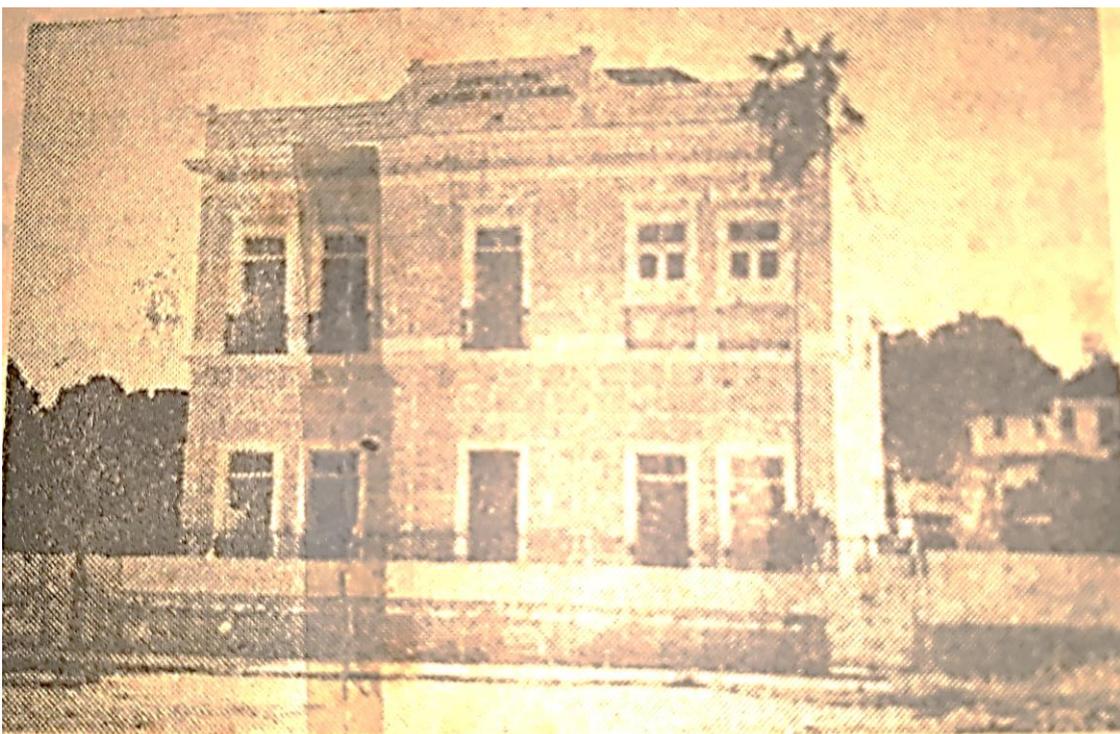


Figura 31. Prédio do Instituto Maria Madalena.

Fonte: O Jornal. Manaus, 30 de outubro de 1966, p. 1. Acervo: Biblioteca Pública do Amazonas; Blog do Coronel Roberto. 26 de maio de 2018. Disponível em: <http://catadordepapeis.blogspot.com/search?q=maria+madalena>

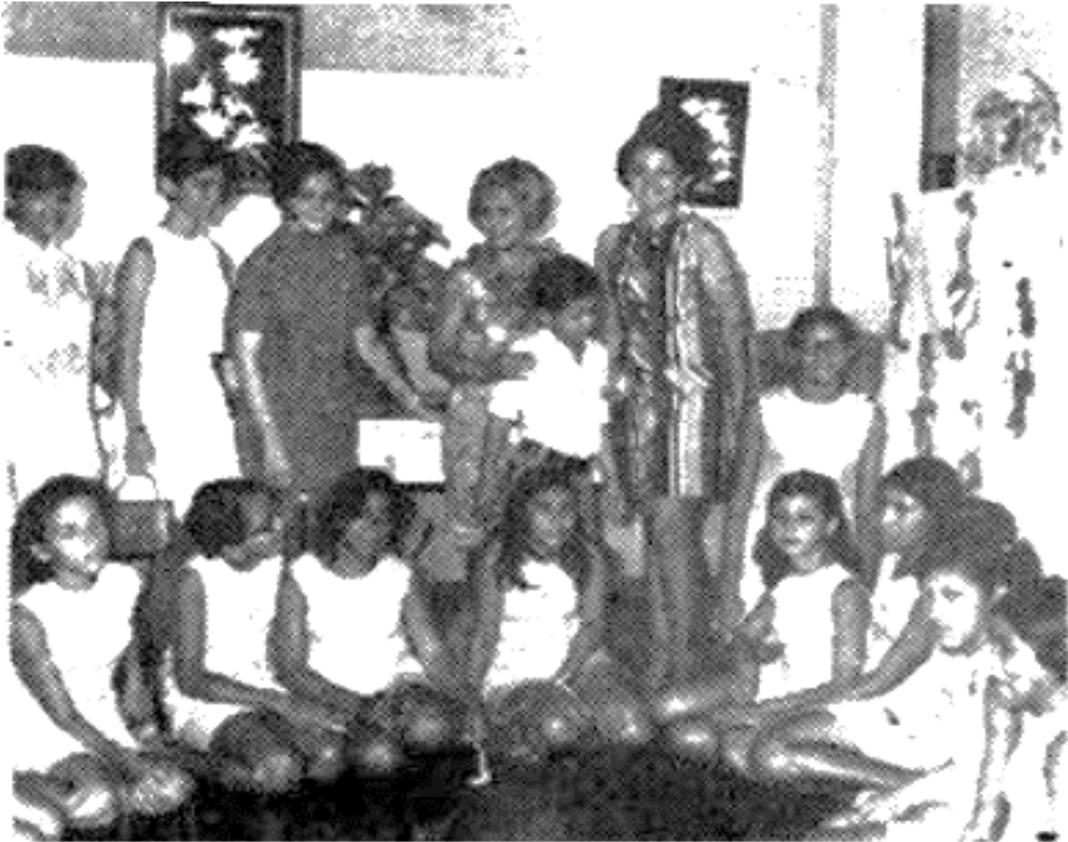


Figura 32. Artes de Maria Madalena.
Fonte: Jornal do Comércio. Manaus, 19 de dezembro de 1968, p. 1.



As internas do Instituto Maria Madalena mostram sua arte.

Figura 33. Mostra de Arte- Instituto Maria Madalena.
Fonte: Jornal do Comércio. Manaus, 18 de dezembro de 1971, p. 2.



Figura 34. Prédio onde funcionou o Instituto Maria Madalena. Fonte: Própria (2018).



Figura 35. Internos da Escola Melo Matos.
Fonte: Jornal do Comércio. Manaus, 30 de junho de 1978, p. 2.



Figura 36. Demonstração de exercícios físicos pelos internos do Educandário Gustavo Capanema. Fonte: Jornal do Comércio. Manaus, 15 de outubro de 1950, p. 5.



Figura 37. Exposição de trabalhos das crianças do Educandário Gustavo Capanema. Fonte: Jornal do Comércio. Manaus, 15 de outubro de 1950, p. 5.

Educandario Gustavo Capanema

Vem desenvolvendo relevante acção social, ininterruptamente, desde a instalação a 25 de Março, de 1942, este Estabelecimento, entregue ao patrocínio da Sociedade Amazônica de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra

te todas as anomalias maxilares e cuidada a prevenção da cárie. Tudo resulta que, como está ali estabelecido o conforto e a higiene, a criança goza de excelente saúde que demonstra pelo aspecto físico e alegria estampa

cultura. Observa-se um acentuado desenvolvimento, no exercício da criação de aves e no trato hortícola, com excelentes resultados. Consignando a conveniência do ensino técnico-profissional, ali em comprovada execução, é nos dado



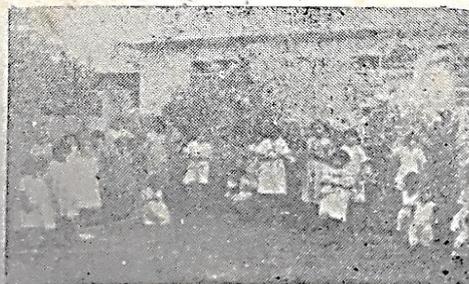
Festa por ocasião de diversos casamentos

Uma pose especial para nossa reportagem de um harmonioso grupo de garotos

a Leprosia. Dizer da importância desta obra é reviver as palavras mais sentidas e emocionais proferidas pelas mais insignes e geniais cerebros humanas. Há invocação divina nessa sublimidade de recuperação aos saos dos filhos recém-nascidos de casais de hansenianos recolhidos às "cidades isoladas". E esta obra, no decurso destes nove anos, vem se acentuando numa prática meritória sob a supervisão do anjo da guarda da redenção de tantas crianças que ali têm acolhida desde o nascimento aos 16 anos, D. Isabel Soares Nogueira, digna presidente da Sociedade. Perfaz o número de 716 o das crianças até ao presente ali recebidas. De pais paupérrimos, ali encontram o lar e recebem educação esdigna. Actualmente, estão abrigadas 218 crianças de ambos os sexos e de todas idades. Para dar assistência a este pequeno exército alacre dispõe o Preventório dos cuidados de duas amas, quatro guardiãs, doze professoras e dois técnicos. Facultativos especializados em pediatria, otorino-laringologia e oftalmia acompanham o desenvolvimento dos internados. Sendo o cuidado contínuo imprescindível é constante ali a observação bucal, sendo atendidas prontamen

ta nos rostos juvenis, dando agradável impressão aos visitantes. Delineado sob os auspícios do anjo tutelar dos enfermos do mal de Hansen, que estende o manto de sua acção benfiteira por todo o país, D. Eunice Weaver, é este nome ali reverenciado também entre aquelas luminosas paredes com unção pelo brilho que irradia seu espírito excelso. Os colegas desconhecem a ociosidade. Logo iniciada a vida de escolar frequentam o Jardim da Infância e após vem o curso

verificar a efetiva produção, no Estabelecimento, de farinha de mandioca, preparada na própria "Casa de Farinha" e os diversos modelos de calçados que saem da "Sapataria". As meninas, além dos labores agrícolas, são ensinadas prendas domésticas e trabalhos de agulha. Nas periódicas exposições, são mostrados os diversos labores que saem das mãos dos pequenos artifices e de onde se pode ajuizar de vista a dignificação que constitui esta obra mantida na unção do Sumo Bem.



Um grupo de inteligentes garotos, na hora do recreio

primário. Pela utilidade de entregar as crianças à sociedade, aptas a uma vida sã e produtiva, ali se ministram conhecimentos de jardinagem, pequena agricultura, criação de animais domésticos e a avir

Ressaltamos, entretanto, as dificuldades que as acriscladas damas que congregam a Sociedade Amazônica de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Leprosia (Conclue página adiante)

Figura 38. Publicação sobre o Educandário Gustavo Capanema. Fonte: SINTONIA, nº 51. Manaus, out. 1951, p.11.



Figura 39. Folder sobre o Educandário Gustavo Capanema. (1988-1989).
 Fonte: Rotary Club de Manaus – Sul. Acervo: Educandário Gustavo Capanema.



Figura 40. Crianças do Gustavo Capanema. A Crítica, Manaus, 11 de dezembro de 1992, p. 5.
 Acervo: Educandário Gustavo Capanema.



Figura 41. Educandário Gustavo Capanema atualmente. Fonte: Própria (2018).



Figura 42. Ruínas do Educandário Gustavo Capanema. Fonte: Própria (2018).



Figura 43. Fachada da Casa da Criança. Década de 1950. Fonte: Casa da Criança. Acervo: Museu da Rede Amazônica.



Figura 44. Aparelhos do Parque Infantil. Década de 1950. Fonte: Casa da Criança. Acervo: Museu da Rede Amazônica.



Figura 45. Recreação na Casa da Criança. Década de 1950. Fonte: Casa da Criança. Acervo: Museu da Rede Amazônica.



Figura 46. Apresentações na Casa da Criança. Década de 1950. Fonte: Casa da Criança. Acervo: Museu da Rede Amazônica.



Figura 47. Eventos cívicos e religiosos. Década de 1950. Fonte: Casa da Criança. Acervo: Museu da Rede Amazônica.



Figura 48. Oficinas. Década de 1950. Fonte: Casa da Criança. Acervo: Museu da Rede Amazônica.



Figura 49. Aspectos da rotina da Casa da Criança. Década de 1950. Fonte: Casa da Criança. Acervo: Museu da Rede Amazônica.



Figura 50. Casa da Criança atualmente. Fonte: Própria (2018).



Figura 51. Grupo de escoteiros do Sesc-Manaus- Aos 11 anos o lobinho se despede dos seus colegas de Alcateia.

Fonte: CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 21 de junho de 1959, p. 8.



Figura 52. Lobinho despedindo-se de seu chefe.

Fonte: CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 21 de junho de 1959, p. 8.

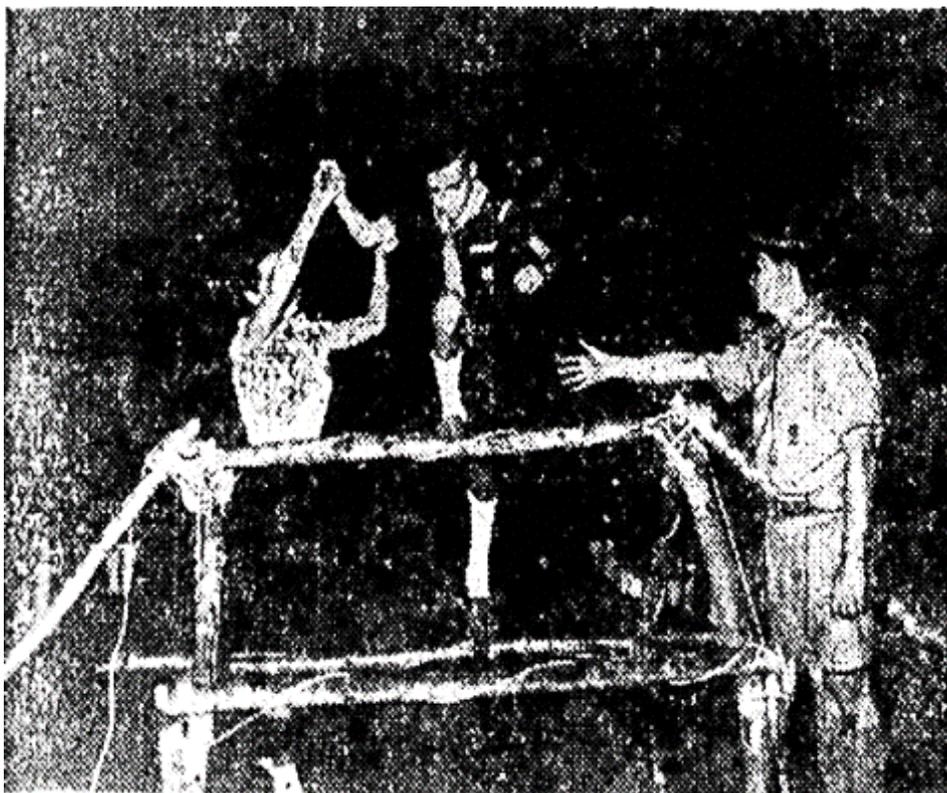


Figura 53. O lobinho salta a cerca que divide a alcateia e a tropa escoteira.
Fonte: CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 21 de junho de 1959, p. 8.

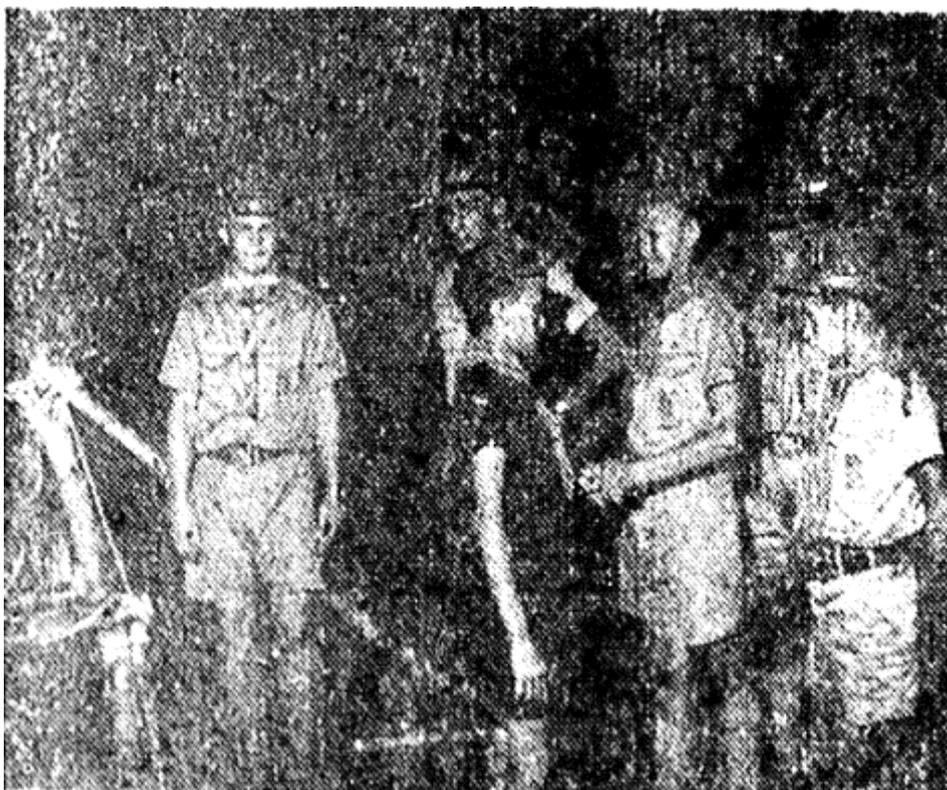


Figura 54. O novo escoteiro cumprimenta seus companheiros de tropa.
Fonte: CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 21 de junho de 1959, p. 8.

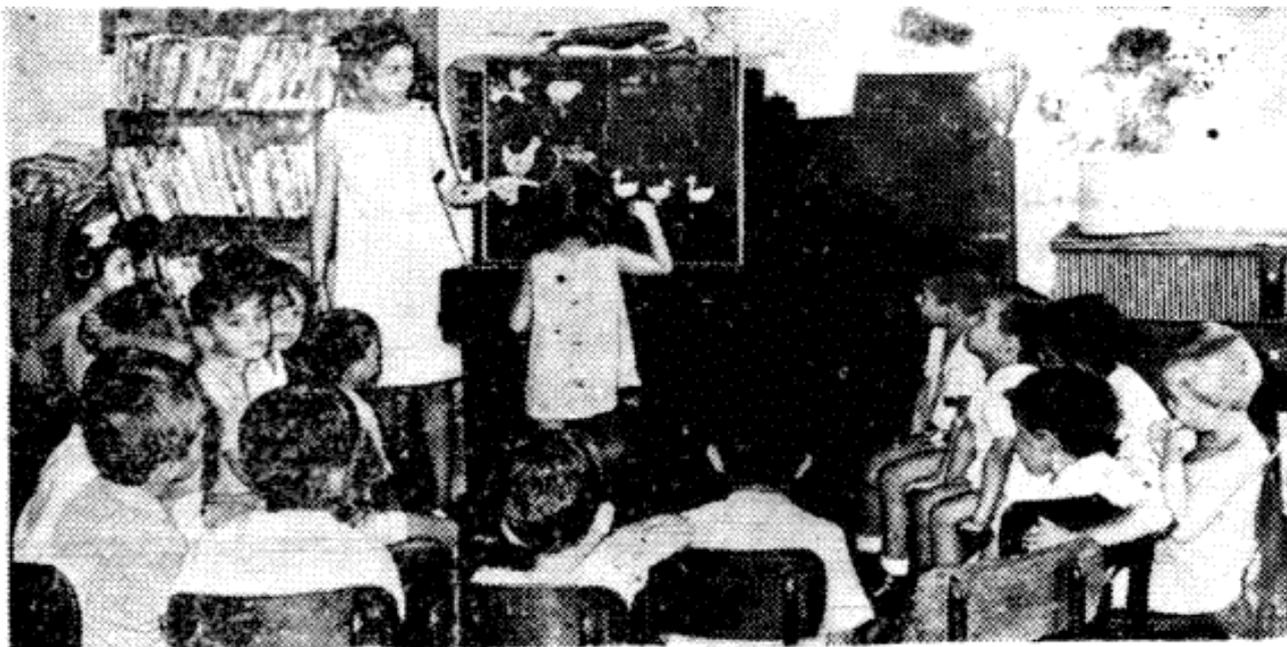


Figura 55. Atividade de Recreação Infantil no SESC da cidade de Manaus, em 1969.
Fonte: JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 15 de abril de 1969, p. 8.

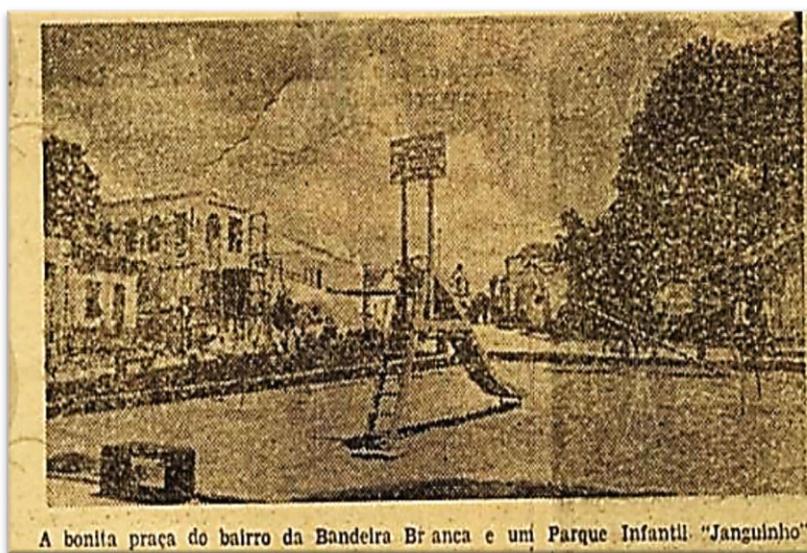


Figura 56. Parque Infantil Janguinho. Fonte: O Jornal. Manaus, 31 de janeiro de 1958, p. 30. Disponível em: <http://bv.cultura.am.gov.br/>.



Figura 57. Atual Praça da Bandeira Branca, Bairro N. Sr.ª das Graças. Fonte: Própria (2018).

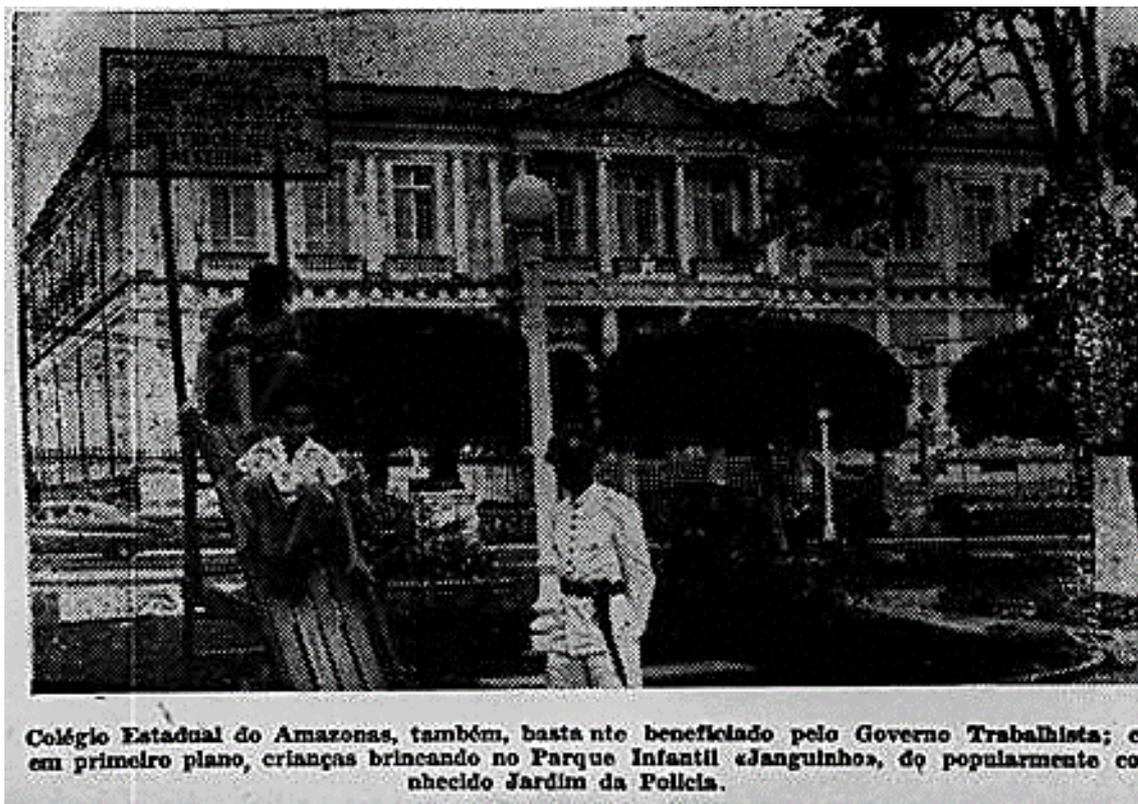


Figura 58. Parque Infantil Janguinho, Praça Heliodoro Balbi.
Fonte: AMAZONAS- Mensagem, 1958, p. 45.



Figura 59. Praça Heliodoro Balbi atualmente. Fonte: Própria. 2018.

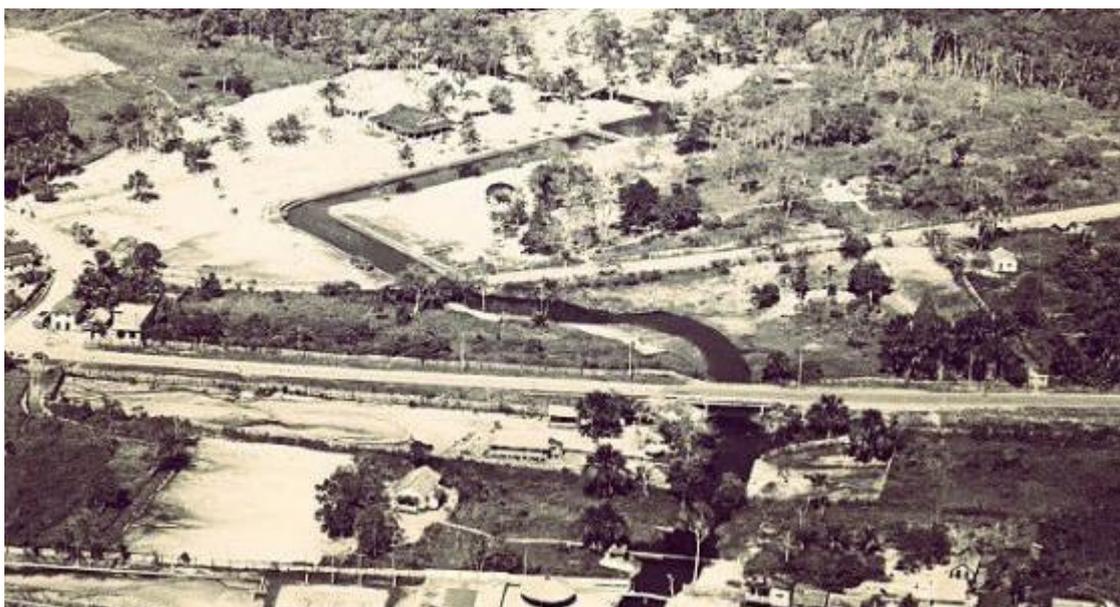


Figura 60. Vista aérea do Parque Dez de Novembro: 1950.

Fonte: Manaus de Antigamente. 2012. Foto: Correa Lima. 1950. Disponível em:

<https://www.facebook.com/Manausdeantigamente/photos/a.455602454503218/462263047170492/?type=1&theater>



Figura 61. Vista aérea da Paróquia Nossa Senhora da Conceição e seus jardins e uma parte da Praça Oswaldo Cruz: 1920. Acervo: Moacir Andrade.

Fonte: DUARTE, Durango. Manaus: entre o passado e o presente. 2009. p. 124.

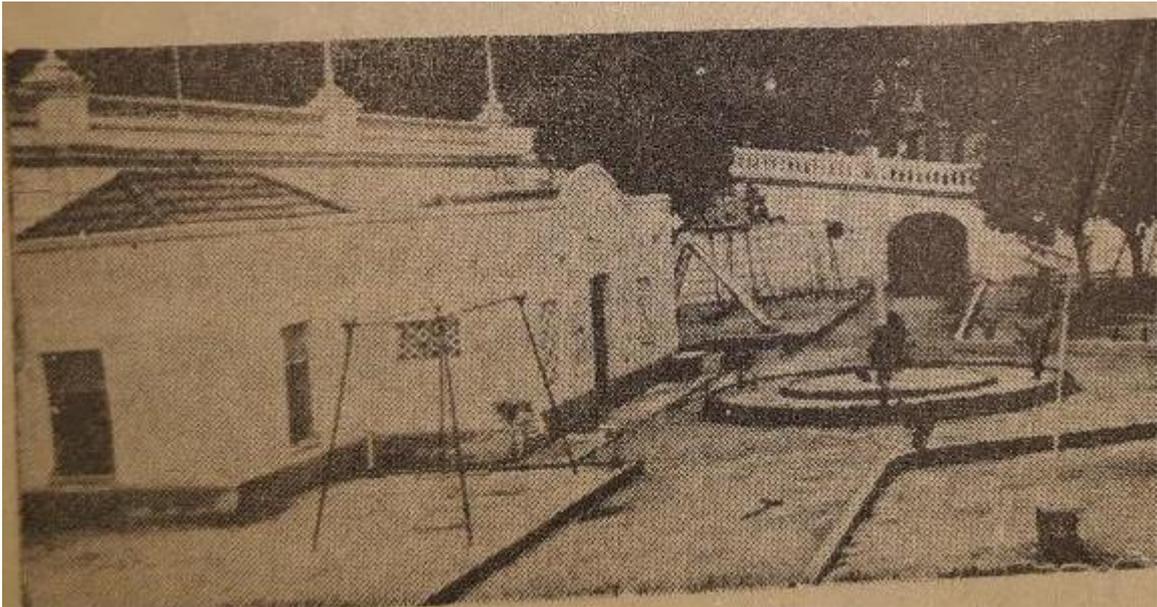


Figura 62. Aparelhos do Parque Infantil D. João de Souza Lima
Fonte: O JORNAL. Manaus, 22 de dezembro de 1963, p. 1.



Figura 63. Inauguração do Parque Infantil D. João de Souza Lima
Fonte: Jornal do Comércio. Manaus, 24 de dezembro de 1963, p. 1.



Figura 64. Reforma do Parque no final da década de 70.

Fonte: Instituto Durango Duarte. 2018. Foto: Moacir Andrade. Disponível em: <http://idd.org.br/acervo/aviuario-municipal-3/>



Figura 65. Vista da entrada do Parque Infantil Dom Basílio Pereira. Foto: Cartão Postal. 1976.

Fonte: Manaus Sorriso. 2013. Disponível em:

<https://www.facebook.com/318107561622534/photos/a.1130508320382450/417464011686888/?type=3&theater>



Figura 66. Inauguração do Parque Infantil de Itacoatiara. Fonte: Jornal do Comércio. Manaus, 31 de março de 1966, p. 1.

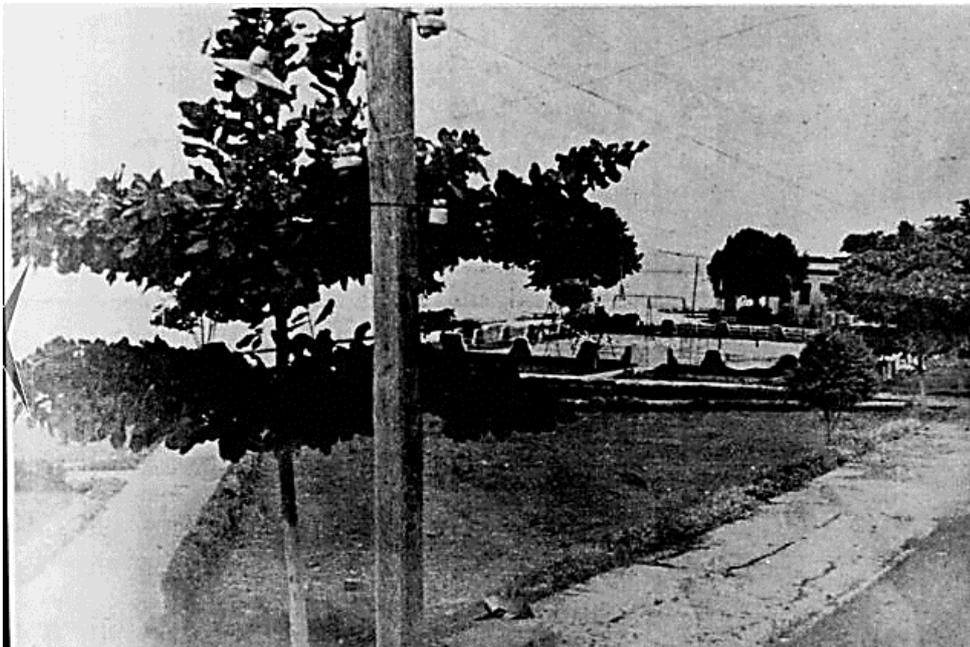


Figura 67. Parque Infantil de Urucurituba. Fonte: Jornal do Comércio. Manaus, 27 de setembro de 1970, p. 9.

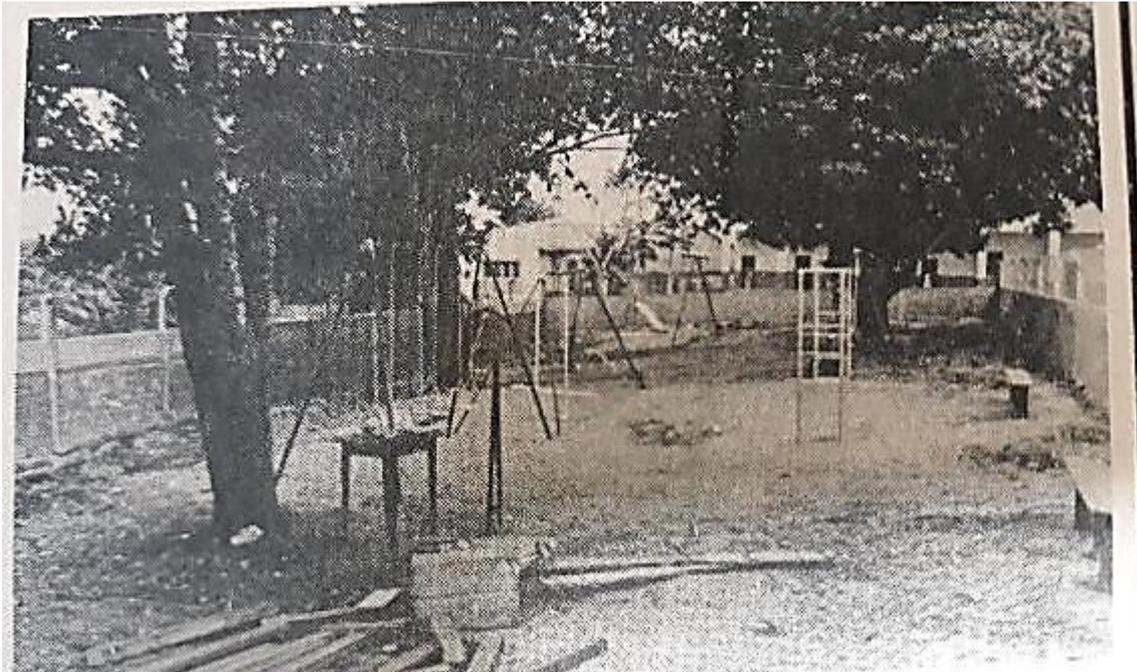


Figura 68. Parque Infantil Amizade. Jornal do Comércio. Manaus, 03 de outubro de 1971. p. 3.



Figura 69. Reabertura do Parque Dez. Fonte: Jornal do Comércio. Manaus, 15 de maio de 1984, p. 4.



A velha piscina, hoje criadouro de mosquitos



Renata mostra o local onde foi picado

Figura 70. Piscina do balneário é criadouro de mosquitos. Fonte: Jornal do Comércio. Manaus, 15 de maio de 1984, p. 4. Foto: Eurico Alencar (JC).



Figura 71. Ruínas do antigo Balneário do Parque Dez. Fonte: Própria (2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inquietações que motivaram a busca por respostas para a possível existência de Parques Infantis no Amazonas constituíram o elemento propulsor para a realização desta densa trajetória iniciada em novembro de 2016 até a sua conclusão em setembro de 2018.

Apesar de nos últimos anos a quantidade de pesquisas sobre a história da educação infantil no Brasil ter crescido, na região Norte e no Amazonas, o interesse pelo tema ainda é muito raro, havendo poucas iniciativas de pesquisadores que se debruçam a dissertar sobre.

Diversos foram os obstáculos a vencer ao longo do caminho: o encontro das fontes, a ampliação do período pesquisado: de 1940 a 1996, a problematização das fontes e a construção da narrativa, uma vez que os documentos, além de se encontrarem espalhados, apresentavam lacunas em seus discursos e, na maioria das vezes, descontinuidade nas informações, dificultando a compreensão da realidade estudada.

Com base nas produções historiográficas estudadas, conclui-se que a singularidade desta política de inserção dos PIs no Amazonas deve-se a um conjunto de fatores que corroboraram para que os PIs chegassem ao estado, que vão desde as experiências preexistentes em outros países, inicialmente em Berlim, na Alemanha e em Boston, nos EUA com a PAA, e no início do século XX no Brasil, em São Paulo.

No entanto, ao realizar uma análise entre as configurações de Parques Infantis existentes no Amazonas com as demais produções de outras cidades do país, verificamos o caráter peculiar dos PIs no estado, uma vez que não podemos afirmar a existência neste período de um único modelo de Parque Infantil no Amazonas, enquanto instituições não-formais específicas para atendimento a uma determinada faixa etária de crianças e adolescentes, com a frequência controlada ou com atividades promovidas por profissionais capacitados, tal qual previa o Ato de Criação original do prefeito Antônio Botelho Maia.

Apesar desta constatação não corresponder às nossas expectativas iniciais da pesquisa, concluímos que a influência das políticas de controle do tempo livre da criança pobre no Estado Novo, a execução do projeto de nacionalização da Era Vargas pela Campanha Patriótica Nacional, intensificados após a crise de 1929, em

meio às tensões sociais e revoluções, foram os elementos propulsores para que os PIs chegassem ao Amazonas.

Estas políticas higienistas e educacionais agiram no domínio de todas as regiões brasileiras, controle da massa operária, no combate às doenças e na redução das altas taxas de analfabetismo e mortalidade infantil, que dificultavam os acordos internacionais, especialmente entre Brasil e Estados Unidos. O projeto para o Amazonas era a “colonização racial”, por meio da migração, a redução da mortalidade infantil e a educação, principalmente agrícola, para a garantia de mão-de-obra suficiente.

O 1º Juiz de Menores do Amazonas, André Vidal de Araújo, foi um grande incentivador e divulgador para que os PIs chegassem ao Amazonas. Isto pôde ser verificado nos documentos produzidos por ele (livros, relatórios, periódicos), onde frequentemente defendia a bandeira dos PIs como locais preventivos, onde os menores poderiam ser “vigiados” e “assistidos moral e materialmente”, vivenciando uma recreação sadia.

Inferese-se que, para André Araújo, os PIs seriam a solução para os problemas enfrentados pelo juizado como a grande quantidade de menores recolhidos nas ruas por motivo de “vadiagem”, por estarem realizando atividades consideradas “impróprias”, como: brincando de papagaio de papel (pipa), fichas de pincho, bolinhas, futebol, jogos de azar, portando livros tidos como “imorais”, objetos cortantes ou pontiagudos, ou em lugares como bares ou prostíbulos.

Estes menores, quando não eram devolvidos aos responsáveis, eram encaminhados para internação onde iriam ser “reformados” por meio de uma educação profissional, preferencialmente agrícola.

A falta de investimento suficiente em saúde e educação no Amazonas já era um problema preexistente e as iniciativas governamentais pensadas para resolver esta situação, em curto prazo, se deram em tentativas frustradas de adaptar ideias inspiradas em modelos europeus, experimentadas previamente por outros estados brasileiros e que eram “adaptadas” para o Amazonas, de modo que não causasse ônus aos cofres públicos.

Outra característica presente na existência dos PIs no Amazonas foram as datas comemorativas nos atos inauguratórios eventos cívicos realizados nestes espaços ao longo do período estudado, ressaltando as figuras dos seus governantes

como grandes benfeitores, comprometidos em proporcionar momentos de lazer para a sua população.

Havia ainda, um grande movimento na divulgação de orientações às mães quanto à educação de seus filhos, que iam desde os cuidados quanto à alimentação, vestimenta, costumes até a proibição de determinadas literaturas e filmes para as crianças.

Os Pls no Amazonas são criados em sua capital, Manaus, durante a administração municipal de Antônio Botelho Maia, com o ato de criação de n.º 135, de 19/02/1940, do Serviço Municipal de Parques Infantis, no entanto não haveria remuneração para os profissionais que viessem a trabalhar no local.

O Parque Dez de Novembro, inaugurado em 19/04/1943, no dia do aniversário do presidente Getúlio Vargas, foi construído nos moldes similares aos Pls de outros estados, em área ampla, onde as crianças poderiam realizar atividades recreativas em contato com a natureza, nos moldes higienistas, cujo *playground* teria sido importado de Nova York.

Ainda em 1940, iniciavam os trabalhos para a construção do Parque Infantil Ribeiro Júnior no bairro Cachoeirinha, que seria administrado pelo Juizado de Menores, dentro do Parque Infantil existiu um velódromo denominado “Álvaro Maia”, inaugurado em comemorações da Semana da Pátria, e que foi administrado pelo engenheiro e esportista Deodoro Freire, tornando-se grande atrativo do local por um curtíssimo período de tempo: até 1947, onde eram realizados grandes festivais ciclísticos e desportivos.

Outra configuração de Pls no Amazonas foi a existência nos Internatos: no Instituto Melo Matos, destinado a menores infratores do sexo masculino; no Instituto Maria Madalena, para onde iam menores do sexo feminino, cujos parques foram inaugurados em 1966, no governo de Arthur Reis; na Casa da Criança, que amparava crianças de famílias pobres de 0 a 7 anos, com parque inaugurado em 1956; e o Educandário Gustavo Capanema para onde iam os filhos de hansenianos separados da família ao nascer, cuja inauguração do parque se deu em 06/10/1948 em comemoração à Semana da Criança, no governo de Júlio de Carvalho Filho.

Nos Pls destas instituições eram realizadas atividades recreativas, apresentações culturais, piqueniques, eventos comemorativos, principalmente no

Natal, Dia das Crianças e Dia das Mães, ou exposições após uma oficina ou curso de trabalhos manuais realizados pelos internos.

Apesar da breve existência de um PI no SESC, o serviço de recreação oferecido na Instituição foi se aperfeiçoando ao longo do tempo, chegando a promover cursos de recreador infantil para o estado do Amazonas e formando recreadores públicos para atuarem em parques, escolas e centros sociais.

A grande proliferação de Parques infantis em Manaus ocorreu a partir de 1957, na administração de Gilberto Mestrinho onde começam a surgir PIs inaugurados em praças de vários bairros da cidade. No interior do Amazonas, foram encontrados 4 PIs construídos por iniciativa de suas administrações municipais: Parintins (1946), Careiro da Várzea (1970), Urucurituba (1970) e Manicoré (1971). No entanto a propagação em vários municípios teve seu início na administração do Governador Arthur Reis na década de 1960, e continuação no governo de Danilo Areosa.

Na década de 1980, após passar por várias reformas, o Parque Dez chega ao seu triste fim, largado em completo abandono e descaso pelo poder público, característica esta que talvez seja a única em comum entre o primeiro parque inaugurado e os demais parques que existiram em praças públicas e em preventórios: a falta de investimento na manutenção, na preservação e na educação não formal, prevista na proposta de origem do Serviço de Parques Infantis no Amazonas.

Por isto, conclui-se que não houve apenas uma modalidade de PIs no Amazonas, e as políticas públicas de educação e saúde governamentais fizeram-se mais presentes na década de 1940 em relação as ações dos PIs no estado.

De diferentes formas, entre os anos de 1950 a 1996, os PIs se configuraram como espaços de recreação e lazer para a criança com extensão aos jovens e adultos, no qual eram instalados aparelhos semelhantes aos *playgrounds* norte-americanos, com frequência livre em espaços abertos como as praças públicas. Outra modalidade foi a existência em espaços fechados como os internatos, instituições educacionais e comerciais.

Portanto, os Pis no Amazonas foram utilizados ao longo de todo o período estudado para dar visibilidade política aos governantes de cada época, por meio da imprensa, cujas inaugurações eram cuidadosamente pensadas para acontecerem em datas comemorativas, reforçando o sentimento de nacionalidade na população Amazonense.

FONTES

AMAZONAS- *Exposição do Interventor Federal*. 10/1939 – 05/1940.

AMAZONAS- *Exposição do Interventor Federal*. 05/1940 – 05/1941.

AMAZONAS- *Exposição do Interventor Federal*. 05/1942 – 05/1943.

AMAZONAS- *Exposição do Interventor Federal*. 05/1943-07/1944)

AMAZONAS- *Exposição do Interventor Federal*. 1944, p.101.

AMAZONAS, Governo do Estado do. **Imprensa Oficial do Estado do Amazonas**.

Disponível em: <<http://www.imprensaoficial.am.gov.br/a-imprensa-oficial/historia/>>.

Acesso em: 10 dez. 2017.

AMAZONAS, Juízo Privativo de Menores. **Proteção à Infância e à Juventude no Amazonas de hoje**: cinco anos de atividade em prol da infância desvalida. Imprensa pública: Manaus, 1940, p. 45.

AMAZONAS, Governo do Estado do. **Organização de Assistência e Serviço Social do Amazonas**. Manaus: Imprensa Pública, 1941.

AMAZONAS. Governo do Estado do. **Relatório**. Manaus: Liv. Normalista. 1945 p.35.

Anexo.

AMAZONAS- Mensagem, 1929, p. 93.

AMAZONAS- Mensagem, 1958, p. 45.

AMAZONAS- Mensagem, 1948, p. 100.

AMAZONAS- Mensagem-1955, p. 31-32.

AMAZONAS- Mensagem, 1966, p. 71.

AMAZONAS, Procuradoria da República no. **MPF/AM: União e Estado devem identificar famílias separadas compulsoriamente em razão da hanseníase**. 2017.

Assessoria de Comunicação. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/noticias-am/mpf-am-uniao-e-estado-devem-identificar-familias-separadas-compulsoriamente-em-razao-da-hanseniose>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

AMAZONAS, Secretaria de Estado de Comunicação Social/Coordenadoria de Relações Públicas. **Cachoeirinha**. Manaus, 1987. (Bairros de Manaus-4).

CARACTERIZAÇÃO DA OBRA ‘CASA DA CRIANÇA’ – HOJE. Manaus. Casa da Criança. 2014, p. 3.

CASA da Criança. Direção de Abraham Baze. Produção de Adailton Santos; Samuel Dorcey. Manaus: Amazon Sat, 2016. (38:15 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JJP2a4s7FA>>. Acesso em: 28 set. 2016.

CRIANÇA esperança 2018 vai ajudar uma instituição em Manaus. Manaus: Rede Amazônica, 2017. (5:16 min.), son., color. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/bom-dia-amazonia/videos/v/crianca-esperanca-2018-vai-ajudar-instituicao-em-manaus/6087083/>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

Manaus foi a primeira cidade do Brasil a ter velódromo, mas perdeu espaço. **Bom dia Amazônia.** Rede Amazônica, 19/03/15. 03:36. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/bom-dia-amazonia/videos/v/manaus-foi-primeira-cidade-do-brasil-a-ter-velodromo-mas-perdeu-espaco/4046611/>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Serviço de Documentação. Folheto N.5. **1.ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E 1.ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE.** 1941. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_1.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. **Informações sobre a educação física nas escolas primárias das unidades federais.** Julho de 1943. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/ARQ_GC_G/1030>. Acesso em: 05 jan. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. **Situação dos Estados segundo a resposta ao Questionário do Ministério, em 1941.** Julho de 1943. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/ARQ_GC_G/1036>. Acesso em: 28 fev. 2018.

Prefeitura de Manaus. **Diário Oficial.** Quinta-feira, 4 de dezembro de 2008, ano IX, número 2098. p. 2. Disponível em: <http://dom.manaus.am.gov.br/pdf/2008/dezembro/dom20082098cad1.pdf/at_download/file>. Acesso em: 28 fev. 2018.

AMAZONAS- Relatório, 19/02/44 a 31/03/45, p. 8.

ROTARY CLUB DE MANAUS –SUL. Manaus. 1988-1989. (Panfleto).

SAIBA mais sobre ações de caridade no projeto do educandário Gustavo Capanema. Manaus: Rede Amazônica, 2015. (2 min.), son., color. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/4467970/>>. Acesso em: 15 set. 2015.

PERIÓDICOS

A BATALHA. Rio de Janeiro, 12 de julho de 1936, p. 1.

A TARDE. Manaus, 30 de maio de 1940, p. 1.

A CRÍTICA. Manaus, 11 de dezembro de 1992, p. 5.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Segunda-feira, 19 de abril de 1937, ano VLIV, número 12543. Estado Federal do Amazonas, p. 4.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Segunda-feira, 03 de maio de 1937, ano VLIV, número 12553. Estado Federal do Amazonas.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Segunda-feira, 19 de fevereiro de 1940, ano XLVII, número 13365. Estado Federal do Amazonas, p. 3.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Quinta-feira, 12 de dezembro de 1940, ano XLVIII, número 13608. Estado Federal do Amazonas, p. 3.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Sexta-feira, 31 de maio de 1940, ano XLVII, número 13447. Estado Federal do Amazonas, p. 4.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Sexta-feira, 07 de novembro de 1941, ano XLVIII, número 13880. Estado Federal do Amazonas, p. 2-3.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Sábado, 29 de novembro de 1941, ano XLIX, número 14169. Estado Federal do Amazonas, p. 3, 36, 40.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Sexta-feira, 23 de janeiro de 1942, ano XLIX, número 13934. Estado Federal do Amazonas, p. 5.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Sábado, 24 de janeiro de 1942, ano XLIX, número 13935. Estado Federal do Amazonas, p. 2.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Quinta-feira, 29 de janeiro de 1942, ano XLIX, número 13.940. Estado Federal do Amazonas, p. 4.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Sábado, 26 de setembro de 1942, ano XLIX, número 14132. Estado Federal do Amazonas, p. 4.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Terça-feira, 10 de novembro de 1942, ano XLIX, número 14169. Estado Federal do Amazonas, p. 8, 10-11.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Terça-feira, 20 de abril de 1943, ano L, número 14304. Estado Federal do Amazonas, p. 1-2.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Terça-feira, 31 de agosto de 1943, ano L, número 14413. Estado Federal do Amazonas, p. 1.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Quinta-feira, 17 de agosto de 1944, ano LI, número 14696. Estado Federal do Amazonas.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Sábado, 2 de setembro de 1944, ano IJ, número 14709. Estado Federal do Amazonas, p. 7.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Segunda-feira, 17 de março de 1952, ano LVIII, número 16809.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Sexta-feira, 15 de março de 1957, ano LXIII, N. 18264, p. 26.

AMAZONAS, Juizado Privativo de Menores. **Conselho de Assistência e Proteção aos Menores**. Segunda-feira, 10 de jun. de 1940, ANO III, número 79. Estado Federal do Amazonas, p. 1.

AMAZONAS, Juizado Privativo de Menores. **Conselho de Assistência e Proteção aos Menores**. Segunda-feira, 24 de jun. de 1940, ANO III, número 81. Estado Federal do Amazonas, p. 1.

AMAZONAS, Juizado Privativo de Menores. **Conselho de Assistência e Proteção aos Menores**. Segunda-feira, 30 de set. de 1940, ANO III, número 91. Estado Federal do Amazonas, p. 1.

AMAZONAS, Juizado Privativo de Menores. **Conselho de Assistência e Proteção aos Menores**. Segunda-feira, 04 de nov. de 1940, ANO III, número 95. Estado Federal do Amazonas, p. 1.

AMAZONAS, Juizado Privativo de Menores. **Conselho de Assistência e Proteção aos Menores**. Segunda-feira, 18 de nov. de 1940, ANO III, Nº 97. Estado Federal do Amazonas, p. 1.

AMAZONAS, Juizado Privativo dos Menores. **Conselho de Assistência e Proteção aos Menores**. Terça-feira, 18 de fev. de 1941, ANO III, número 105. Estado Federal do Amazonas, p. 1.

AMAZONAS, Juizado Privativo de Menores. **Conselho de Assistência e Proteção aos Menores**. Terça-feira, 2 de set. de 1941, ANO III, número 119. Estado Federal do Amazonas, p. 1.

AMAZONAS, Juizado Privativo de Menores. **Conselho de Assistência e Proteção aos Menores**. Terça-feira, 17 de mar. de 1942, ANO III, número 136. Estado Federal do Amazonas, p. 1.

AMAZONAS, Juizado Privativo de Menores. **Conselho de Assistência e Proteção aos Menores**. Terça-feira, 9 de jun. de 1942, ANO III, número 141. Estado Federal do Amazonas, p. 1.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 13 de março de 1949, p. 19.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 16 de março de 1949, p. 11.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 21 de junho de 1959, p. 8.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 06 de março de 1952.

DIÁRIO DO AMAZONAS. Manaus, 21 de abril de 1986, p. 6.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1959, p. 59.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 03 de março de 1911.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 10 de dezembro de 1932.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 1 de outubro de 1937.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 31 de agosto de 1940, p. 1.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 05 de setembro de 1941, p. 1.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 31 de dezembro de 1941 p. 1.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 18 de abril de 1943, p. 7.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 19 de abril de 1943, p. 4.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 06 de setembro de 1944, p. 4.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 06 de setembro de 1945, p. 4.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 18 de outubro de 1945, p. 1.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 13 de maio de 1947, p. 6.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 14 de junho de 1946, p. 4.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 20 de junho de 1946, p. 5.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 29 de junho de 1947, p. 10.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 08 de julho de 1947, p. 4.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 22 de agosto de 1947, p. 4.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 22 de agosto de 1947, p. 4.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 30 de novembro de 1947, p. 3.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 14 de junho de 1946, p. 4.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 11 de novembro de 1947 p. 3.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 14 de abril de 1948, p. 8.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 9 de junho de 1948.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 6 de outubro de 1948, p. 2.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 19 de dezembro de 1948, p. 8.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 11 de fevereiro de 1949, p. 2.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 15 de outubro de 1950, p. 5.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 13 de agosto de 1954, p. 4.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 13 de outubro de 1954, p. 4.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 14 de outubro de 1954, p. 3.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 30 de janeiro de 1955, p. 2.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 19 de maio 1955, p. 3.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 14 de julho de 1955 p. 2.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 14 de agosto de 1955 p. 8.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 27 de agosto de 1955, p. 2.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 22 de janeiro de 1956, p. 3.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 21 de fevereiro de 1956.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 24 de fevereiro de 1956.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 13 de abril de 1957, p. 1.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 11 de outubro de 1957, p. 6.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 11 de dezembro de 1957, p. 6.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 22 de janeiro de 1958, p. 6.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 4 de fevereiro de 1958, p. 4.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 24 de junho de 1958, p. 3.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 29 de junho de 1958, p.3.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 01 de março de 1959, p. 3.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 24 de dezembro de 1959, p. 8.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 03 de janeiro de 1960, p. 3.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 27 de janeiro 1961, p. 1.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 28 de setembro de 1961, p. 1.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 15 de dezembro de 1961, p. 2.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 23 de dezembro de 1962, p. 8.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 23 de julho de 1963, p. 1.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 06 de agosto de 1963.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 03 de setembro de 1963, p. 1.
JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 6 de novembro de 1963, p. 6.
JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 19 de dezembro de 1963, p. 2.
JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 20 de dezembro de 1963, p. 8
JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 22 de dezembro de 1963, p. 1.
JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 24 de dezembro de 1963, p. 1.
JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 29 de novembro de 1964, p. 8.
JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 23 de setembro de 1965, p. 3.
JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 10 de outubro de 1965.
JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 14 de dezembro de 1965.
JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 29 de dezembro de 1965, p. 1.
JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 30 de dezembro de 1965.
JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 21 de janeiro de 1966, p. 8.
JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 27 de janeiro de 1966 p. 8.
JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 24 de março de 1966.
JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 31 de março de 1966, p. 1.
JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 01 de maio de 1966.
JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 1 de abril de 1966, p. 1.
JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 06 de abril de 1966, p. 3.
JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 1 de maio de 1966, p. 8.
JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 11 de maio de 1968, p. 1.
JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 7 de junho de 1966, p. 5.
JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 26 de agosto de 1966, p. 8.
JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 28 de agosto de 1966.
JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 24 de setembro de 1966, p. 8.
JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 02 de novembro de 1966, p. 8.
JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 16 de janeiro de 1968, p. 8.
JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 05 de abril de 1968, p. 8.
JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 20 de agosto de 1968, p. 8.
JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 24 de outubro de 1968, p. 3.
JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 23 de novembro de 1968.
JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 24 de novembro de 1968, p. 1.
JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 03 de janeiro de 1969, p. 4.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 30 de março de 1969.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 02 de abril de 1969, p. 3.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 15 de abril de 1969, p. 8.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 24 de dezembro de 1969, p. 9.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 04 de janeiro de 1970, p. 8.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 28 de abril de 1970, p. 2.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 13 de agosto de 1970, p. 6.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 27 de setembro de 1970, p. 9.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 13 de outubro de 1970, p. 6.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 11 de março de 1971, p. 3.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 12 de março de 1971, p. 2.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 30 de abril de 1971, p. 6.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 23 de junho de 1971, p. 3.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 22 de setembro de 1971, p. 3.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 05 de outubro de 1971, p. 1.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 06 de outubro de 1971, p. 2-3.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 23 de outubro de 1971, p. 5.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 12 de dezembro de 1971;

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 18 de dezembro de 1971, p. 2.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 08 de novembro de 1972, p. 2.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 15 de dezembro de 1973, p. 3.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 13 de agosto de 1975.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 26 de setembro de 1975.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 15 de dezembro de 1975.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 12 de fevereiro de 1976, p. 4.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 7 de setembro de 1976, p. 3.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 06 de agosto de 1976.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 29 de dezembro de 1976.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 05 de março de 1977, p. 3.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 5 de março de 1978, p. 2.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 31 de março de 1978, p. 3.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 30 de junho de 1978, p. 5.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 15 de agosto de 1978, p. 2.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 6 de fevereiro de 1979, p. 5.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 03 de maio de 1979, p. 4.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 30 de outubro de 1979.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 30 de outubro de 1979, p. 3.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 14 de janeiro de 1979, p. 5.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 31 de julho de 1979, p. 3.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 07 de maio de 1980, p. 5.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 25 de maio de 1980, p. 3.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 16 de junho de 1981, p. 4.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 15 de maio de 1984, p. 4.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 08 de maio de 1986, p. 12.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 24 de março de 1986, p. 10.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 19 de dezembro de 1986, p.11.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 24 de março de 1987, p.10

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 29 de março de 1988, p.10.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 14 de junho de 1990.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 29 de novembro de 1990.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 17 de maio de 1996.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 29 de novembro de 1990, p. 6.

JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 17 de maio de 1996, p. 1 e 7.

O JORNAL. Manaus, 31 de janeiro de 1958, p. 29.

O JORNAL. Manaus, 30 de outubro de 1966, p. 1.

O JORNAL. Manaus, 15 de novembro de 1966, p. 1.

O RADICAL. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1935, p. 4.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: Ibge, abr. 1942. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1942_v4_n2.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

REVISTA DA SEMANA. Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1938. Anno XXXIX, n.37.p. 37.

SINTONIA. Manaus: Ano I, n.º 5, Julho de 1940.

SINTONIA. Manaus: Ano II, n.º 11, Janeiro de 1941.

SINTONIA. Manaus: Ano IV, n.º 35, Abril de 1943.

SINTONIA. Manaus: Ano 5, nº 51, Outubro de 1951.

REFERÊNCIAS

- ABDANUR, Elizabeth. **Parques infantis de Mario de Andrade**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. SP, 36: 263-270, 1994.
- ANDRADE, Moacir. **Manaus: ruas, fachadas e varandas**. Manaus: Umberto Calderaro, 1985. 276p.
- ARANTES, A.C. **Mário de Andrade: o precursor dos Parques Infantis em São Paulo**. Pesquisa histórica. Fundação Biblioteca Nacional - MEC n. de Registro: 363.097 Livro: 671 Folha: 257. 2005.
- AREND, Silvia Maria Fávero. De exposto a menor abandonado: uma trajetória jurídico-social. In: (ORG.), Renato Pinto Venancio. **Uma história social do abandono de crianças: De Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX**. São Paulo: Alameda/ Editora Puc Minas, 2010. p. 339-359.
- AZEVEDO, Crislane Barbosa de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Historiografia, processo ensino-aprendizagem e ensino de história. In: Revista metáfora educacional (ISSN 1809-2705) – versão on-line, n. 9., dez./2010. p. 70-89. Semestral. Disponível em:
<http://www.valdeci.bio.br/pdf/azevedo_stamatto_historiografia_processo_ensino.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2018.
- BALSERA, Dávila P. **El Lugar la representación de la infancia em la Historia de la Educacion**. Espacio, Tiempo y Educacion. 2 (1), p. 7-16, 2015.
- BARBOSA, Marialva. **Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro- 1880-1920**. Tese de Doutorado em História. Niterói: UFF, 1996.
- BAZE, Abrahim. **Nas curvas do tempo**. Manaus: Academia Amazonense de Letras, 2011. 112 p. (André Araújo).
- _____. O Jornal: Uma história a ser contada. In: BAZE, Abrahim. **Phelippe Daou: O Jornalista**. Manaus: Reggc, 2018. p. 29.
- BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias: Vultos do passado**. Rio de Janeiro: Conquista, 1973. 520p.
- BONFIM, Paulo Ricardo. **Educar, Higienizar e Regenerar: Uma História da Eugenia no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. 228 p.

BORDA, Orlando Fals e outros. **Causa popular. Ciência popular. Uma metodologia do conhecimento científico através de ação.** Publicação de La Rosca: Bogotá, 1972.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989):** a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

_____. **O que é história cultural.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CASSIANO, Luiz de Carvalho. **Marcha para Oeste: um itinerário para o Estado Novo (1937- 1945).** 2002. Dissertação (Mestrado em História) UnB, Brasília, 2002.

CASTELO, Rodrigo. **O social liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CARVALHO, C.H.; ARAÚJO, J.C.S.; GONÇALVES NETO, W. Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia-MG, 1930-1950). In: GATTI JÚNIOR, Décio; ARAUJO, José Carlos Souza (Orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira: Instituições escolares e educação na imprensa.** Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002, (Coleção memória da educação).

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **A invenção do cotidiano.** 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: DIFEL, 1990.

CRUZ, Heloisa de Faria; Peixoto, Maria do Rosário Cunha. **Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa.** Projeto História, São Paulo, n.35, p.253-270, dez. 2007. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

DALBEN, André. **Educação do corpo e vida ao ar livre: natureza e educação física em São Paulo (1930 – 1945).** 2009. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Física, Universidade Federal de Campinas, Campinas, 2009. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/274792/1/Dalben_Andre_M.pdf>. Acesso em: 26 set. 2017

_____. Notas sobre a cidade de São Paulo e a natureza de seus parques urbanos. **Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, [s.l.], v. 8, n. 2, p.3-27, 11 dez. 2016. Trimestral. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/urbana.v8i2.8643241>. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/download/8643241/pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

DE LUCA, Tania Regina. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

DIAS, Edineia Mascarenhas. **A ilusão do Fausto**: Manaus - 1890- 1920. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2007. 170 p.

DUARTE, Adriano Luiz. Moralidade pública e cidadania: A educação nos anos 30 e 40. **Educação & Sociedade**, [s.l.], v. 21, n. 73, p.165-181, dez. 2000. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302000000400011>. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/es/V21n73/4212.pdf>. Acesso em: 03 out. 17.

DUARTE, Durango. **Manaus entre o passado e o presente**. Editora mídia ponto comm, v.1, p.57. 2009.

FARIA, Ana Lúcia Goulart. A contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil. **IV Simpósio Latino-Americano de Atenção à Criança de 0 a 6 anos e no II Simpósio Nacional de Educação Infantil**. Brasília, novembro de 1996.

_____. **Educação pré-escolar e cultura**. São Paulo: Cortez, 1999.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. 2.ed. Lisboa: Editorial Presença, Lda. 1985.

FENELON, Dea. Pesquisa em História: Perspectivas e abordagens. IN:

FILLIZZOLA, A. C. B. **Na rua, a “troça”, no parque, a troca**: os parques infantis da cidade de São Paulo na década de 1930. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FREIRE, José Ribamar Bessa (Org.). **Cem anos de imprensa no Amazonas (1851-1950)**. Manaus: Umberto Calderaro Ltda, 1990.

GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 29, n. 57, p.19-65, mar. 2009. Disponível em:

<file:///C:/Users/STIVENWSKY/Desktop/Acordo%20de%20washington.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

_____. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOBBI, M. A. **Desenhos de outrora, desenhos de agora: o desenho das crianças pequenas no acervo Mário de Andrade**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

GOMES, Christianne Luce. **Significados de recreação e lazer o Brasil: Reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)**. 2003. 322 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

GUEDES, L. **Novas velhas formas de dominação: os parques infantis e o novo projeto de dominação social**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006

GUIMARÃES, Eriane de Souza. **A CASA DA CRIANÇA DA CIDADE DE MANAUS: história de uma instituição educativa**. 2012. 83 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2012. Disponível em: <http://educacao.uniso.br/prod_cientifica/alunos/2012/erilane_guimaraes.pdf>.

Acesso em: 22 out. 2017.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: Leituras**. São Paulo : Cengage Learning, 2011.

HOBBSAWM, Eric. "Retour au récit? Réponde à L. Stone". In: **Le Debat**, nº 23. Paris: Galiimard, Janvier, 1983.

_____. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Tempos fraturados**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HSIUNG, Ping-Chen. **A Tender Voyage: Children and Childhood in Late Imperial China**. Califórnia: Stanford University; Chian Ching-kuo Foundation for International Scholarly Exchange, 2005.

KOSSOY, Boris. Fotografia e História. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés; FERNANDES, Fabiana Silva. Educação, cultura e infância no Parque Infantil paulistano (1947-1957). **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 43, p.693-716, set. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/STIVENWSKY/Downloads/dialogo-14719.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2017.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés; LEONARDI, Paula. História da Educação no quadro das relações sociais. **História da Educação**, [s.l.], v. 21, n. 51, p.207-227, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/66163>.

KUHLMANN JR., Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 14, p.05-18, maio 2000. Trimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a02>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

_____. A circulação das ideias sobre a educação das crianças; Brasil, início do século XX. In: KUHLMANN JR., M.; FREITAS, M.C.de. (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **História da educação (1820-1950)**: Comparação e classificação. 2006. Disponível em: <http://www3.usf.edu.br/galeria/getImage/252/124961825188310.pdf>. Acesso: 18 de janeiro de 2017.

_____. Infância, história e educação. In: **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. 5 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

_____. PROCESSOS DE DIFUSÃO DO PARQUE INFANTIL E INSTITUIÇÕES CONGÊNERES NO BRASIL. **IX Congresso Brasileiro de História da Educação**, João Pessoa, p.165-176, ago. 2017. Disponível em: <<http://www.ixcbhe.com/arquivos/anais/eixo1/coordenada/165-176.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

KUHLTHAU, C. C. Inside the search process: information seeking from the user's perspective. **Journal of the American Society for Information Science**, Washington, v.42, n. 5, p. 361-71, 1991.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LINS, Michele Bahia. **Produção televisiva da identidade cultural amazônica através do Canal Amazon Sat: programa Documentos da Amazônia**. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016. Disponível em:

<<https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/5286/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Michele%20Bahia%20Lins.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.

MAGALHÃES, J. P. D. **Tecendo Nexos: História das Instituições Educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco-EDUSF, 2004.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MAUAD, Ana Maria. USOS E FUNÇÕES DA FOTOGRAFIA PÚBLICA NO CONHECIMENTO HISTÓRICO ESCOLAR. **História da Educação**, [s.l.], v. 19, n. 47, p.81-108, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/47244>. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-34592015000300081&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 14 abr. 2018.

MENDONÇA, Reginaldo Simões. **Revista Sintonia: Imprensa e Poder Político no Amazonas (1939-1943)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015, 143, p.

MESQUITA, Otoni Moreira de. **La Belle Vitrine: o mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890-1900)**. Tese de Doutorado em História. Niterói. Universidade Federal Fluminense, 2005.

MIKI, Pérsida da Silva Ribeiro, GUIMARÃES, Maria de Fátima, FREITAS, Marilene Corrêa da Silva. Possibilidades metodológicas para a pesquisa em história da educação. In. BRITO, Rosa Mendonça de (org). **Caminhos metodológicos do processo de pesquisa e de construção de conhecimento**. Manaus: EDUA, 2016. p. 143-176.

MIKI, Pérsida da Silva Ribeiro, KUHLMANN Jr, Moysés. **Aspectos históricos da educação infantil amazonense**. Anpedinha, UFRJ, 2011. Disponível em: http://www.fe.ufrj.br/anpedinha2011/trabalhos/POSEDUCACAO_SAOFRANCISCO_321.297.182-72_trabalho.pdf.

MIKI, Pérsida da Silva Ribeiro. **Aspectos da Educação Infantil no Estado do Amazonas: O curso infantil Froebel no Instituto Benjamin Constant e outros jardins de infância**. Tese de Doutorado. Itatiba, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, da Universidade São Francisco, 2014.

MIRANDA, Nicanor. **Origem e propagação dos parques infantis, e parques de jogos**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1941.

MOTA, Wanderlan Santos. **Espaços Públicos de Lazer em Manaus: O Papel das Políticas Públicas.** Manaus: Editora Valer, 2008.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, José Eduardo Costa de. Basquetebol. Aspectos históricos e funcionais. **Efdeportes.com, Revista Digital.**, Buenos Aires, v. 174, p.1-12, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.arearestritiva.com.br/wp-content/uploads/2016/04/OLIVEIRA-Basquetebol.-Aspectos-históricos-e-funcionais.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

REIS, J. C. **Escola dos Anales- a inovação em história.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REIS. Andréa Cardoso. A institucionalização da infância no Brasil Republicano. In. (ORG.) VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. **Educação na Infância: história e política.** 2. ed. Niterói: Editora da UFF, 2001. p. 85 - 106.

RIBEIRO, Chaves Raimundo. **Álbun da Cidade de Manaus: 1848-1948** Cruz e Souza (org.). Manaus, Edições do Estado do Amazonas, 1948. (Livro produzido em comemoração ao 1º Centenário da Cidade de Manaus).

RIBEIRO, J. da S. e ALVES, T. F. **Invadindo o cenário escolar: conhecendo a relação entre Estado e sociedade no Brasil de 1945- 1955.** Anais do XV Encontro Regional de História. Ofício do historiador. Ensino e pesquisa. ANPUH. São Gonçalo. Rio de Janeiro. 2012.

RIBEIRO, Maria de Nazaré Souza. **Do leprosário a bairro: reprodução social em espaços de segregação na Colônia Antonio Aleixo (Manaus-AM).** 2011. 285 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-27102011-091535/publico/2011_MariadeNazaredeSouzaRibeiro.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2017.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco, (orgs.). **A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RODRIGUES, Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil.** Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.

SANTOS, M. W. dos. **Educadora dos parques infantis de São Paulo: aspectos de sua formação e prática entre os anos de 1935 e 1955.** 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SCHIMITT, Jean-claude. A História dos Marginais. In: GOFF, Jacques Le. **A História Nova.** 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 352-383.

SCHUCH, Patrice. **Práticas de Justiça:** Uma etnografia do “Campo de Atenção ao Adolescente Infrator” no Rio Grande do Sul, depois do Estatuto da Criança e do Adolescente. Porto Alegre, 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SCHWEICKARDT, Julio Cesar; XEREZ, Luena Matheus de. A hanseníase no Amazonas: política e institucionalização de uma doença. **História, Ciências, Saúde-manguinhos**, [s.l.], v. 22, n. 4, p.1141-1156, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702015000400003>. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386142813003>>. Acesso em: 01 set. 2018.

SHERER, Elenise Faria. **A trajetória da assistência social aos desassistidos manauenses.** Manaus: EDUA, 2016. 201p.

SILVA, C. C. **O álbum “Parques Infantis” como objeto cultural (São Paulo, 1937).** 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Isabel Saraiva. **MULHERES IMPRESSAS: AMOR, HONRA E VIOLÊNCIA NO COTIDIANO DAS MULHERES EM MANAUS, 1932-1962.** 2016. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/6023/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Isabel%20Silva.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2018.

SOUZA, Eliza Salgado de. **PANORAMA DO ESPORTE EM MANAUS: 1897 a 1911.** 2017. 93 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos do Lazer, Programa de Pós Graduação em Estudos do Lazer, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <<http://www.eeffto.ufmg.br/eeffto/DATA/UserFiles/files/Eliza%20Salgado.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

SOUZA, Leno José Barata. Cultura Impressa no Amazonas e a trajetória de um jornal centenário. **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 14, n. 2, p.106-133, dez. 2010. Semestral. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/4861>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VALENTIM, Marta. **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

VERÍSSIMO, José. **A Educação Nacional**. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas escolares: estudo sobre as práticas de leitura e escrita na escola pública primária**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SITES E BLOGS

<http://www.biblioteca.ufam.edu.br>;

<http://www.catadordepapeis.blogspot.com>;

<http://www.escholar.google.com.br>;

<http://www.fcc.org.br/pesquisa/jsp/educacaoInfancia/index.jsp>;

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>;

<https://www.google.com.br/maps>;

<http://www.historialivre.com>;

<https://www.idd.org.br>;

<https://jmartinsrocha.blogspot.com>;

<http://www.memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>;

<http://www.manausdeantigamente.blogspot.com>.

APÊNDICES

APÊNDICE A- ÍNDICES DOS DIÁRIOS OFICIAIS DO AMAZONAS

ANO	NOME/PASTA	FONTES/DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
1937	1ª	a 8	Movimento de juízo de menores até o final de 1936
1937	1ª	a 9	Causas que levaram a juízo
1937	1ª	a 19	Secção de Menores
1937	1ª	a 24	Dados quantitativos de matrículas e frequência das escolas existentes
1937	1ª	a 31	Despesas com escolas
1937	1ª	a 35	Descrições de atividades no Ginásio do Colégio Pedro II
1937	1ª	a 38	Assistência social
1937	1ª	a 41	Ações do Juizado de menores
1937	1ª	a 59	Índice de conclusão dos cursos do Amazonas é assustadoramente baixo
1939	2ª	b 1	O recreio da criança/ fadiga escolar
1939	2ª	b2	obrigatoriedade da educação física em todas as escolas
1939	2ª	b 5	Mais assistência às nossas crianças/ os brinquedos das crianças/ passeios ao ar livre
1939	2ª	b 9; 10;12 e 12	Organização ao ensino primário de todo o país
1939	2ª	b 13	A infância delinquente/ Infância e maternidade/ o cinema e os menores
1939	2ª	b 14	O discurso do presidente/ erros disciplinares por ocasião das doenças
1939	2ª	b 15	Machado de Assis e a Criança/ nomeação de cargos de comissários de vigilância
1939	2ª	b 16	Dez normas de educação
1939	2ª	b 17	Regulamento da escola brasileira de Manaus
1940	2ª	b 20	Interventor Álvaro Maia
1940	2ª	b 23	ATO DE CRIAÇÃO DO SERVIÇO MUNICIPAL DE PARQUES INFANTIS
1940	2ª	b 29	INSTITUIDO PELA PREFEITURA DE MANAUS O SERVIÇO DE PARQUES INFANTIS
1940	2ª	B 30	Antônio Maia já havia criado o maravilhoso Parque 10 de Novembro e baixado um ato regulando a

			instalação de um Parque Infantil/ A antiga creche Alice de Sales servirá de um abrigo de menores.
1940	2ª	b 31	Aprovação do decreto que criou os serviços de Parques Infantis pelo Departamento Administrativo do Estado./ Departamento nacional da criança.
1940	2ª	b 33	Ensino para menores reeducáveis, Dia da criança, Departamento nacional da criança, foot-ball nas ruas.
1940	2ª	b 36	A infância das ruas/ dia da criança 25 de março/ juizado de menores
1940	2ª	b 37	Escola premonitória
1940	2ª	b 38	Premonitório do Bom Pastor/ menores abandonados
1940	2ª	b 40	Imagem de Getúlio Vargas
1940	2ª	b 43	A infância abandonada/ meninos que fumam
1940	2ª	b 44	O Estado Nacional
1940	2ª	b 45	Conselhos salutarés às mulheres e às moças/ a infância das ruas
1940	2ª	b 46	Dotes da Sra. Vargas/ Premonitório do Bom Pastor na antiga Creche Alice de Sales.
1940	2ª	b 47	Procure o ar puro dos campos
1940	2ª	b 48	Da Educação Moral e cívica
1940	2ª	b 50	Em torno da vadiagem de menores
1940	2ª	b 51	Apesar das dificuldades
1940	2ª	b 53	Fica aberto o crédito especial para ocorrer às despesas com a construção do PARQUE INFANTIL.
1940	2ª	b 54	Demonstração do caixa da escola premonitória Bom Pastor
1940	2ª	b 55	Inauguração da escola Bom Pastor
1940	2ª	b 58	Movimento estatístico do juízo de menores até 31 de maio de 1940.
1940	2ª	b 60	Dos menores abandonados .../o poder da observação

1940	2ª	b 62	UM PARQUE PARA MENORES POBRES (INSTITUTO MELO MATOS)
1940	3º DIA	c 5	Nova organização judiciária no Estado do Amazonas
1940	3º DIA	c 9	Exoneração do Prefeito Antônio Botelho Maia em 8 de julho de 1940. Nomeação de Paulo de La Cruce de Grana Marinho para cargo de prefeito.
1940	3ª	c 10 a 14	Exposição feita por Antônio Botelho Maia ao Álvaro Botelho Maia.
1940	3ª	c 15	Erros disciplinares e educativos/ um lugar ao sol para as crianças
1940	3ª	c 16	O ensino e a família
1940	3ª	c 17	O estado nacional
1940	3ª	c 18 a c 21	Situação financeira do Amazonas e suas prefeituras
1940	3ª	c 21	O Parque Dez de novembro logradouro primordial à eugenia de nossa infância
1940	3ª	c 22	A infância abandonada
1940	3ª	c 23	Anjos de cara suja/ dez normas de educação
1940	3ª	c 24	Amparo à maternidade e infância/ acautelando os interesses da infância (não permitir trabalhos noturnos dos menores)
1940	3ª	c 25	Assistência e proteção a infância
1940	3ª	c 26	Escola Bom Pastor
1940	3ª	c 29	Menores desfilam na semana da Pátria/ cinema comprometendo a saúde moral da juventude brasileira
1940	3ª	c 30	Amparemos a criança/ merendas escolares
1940	3ª	c 31	UM PARQUE PARA MENORES POBRES (INSTITUTO MELO MATOS)/ UM GESTO HUMANITÁRIO/ mão de obra dos internos para a construção do PI Ribeiro Junior
1940	3ª	c 32	Programa das homenagens a serem prestadas ao Presidente Getúlio por ocasião de chegada a esta capital
1940	3ª	c 33	Será CREADO UM PARQUE INFANTIL NO ANTIGO VELÓDROMO DE MANAUS

1940	3ª	c 34	Imagem de Álvaro Maia
1940	3ª	c 35 A 38	GETÚLIO VARGAS NO AMAZONAS
1940	3ª	C 39 a 42	Declarações do Getúlio Vargas em relação ao Amazonas
1940	3ª	c 43	O Amazonas: seus primitivos construtores
1940	3ª	c 45	O presidente Getúlio e o Juizado de Menores
1940	3ª	c 46	Criação da Juventude brasileira, destinada a promover dentro ou fora das escolas a educação cívica, moral e física, assim como da infância em idade escolar.
1940	3ª	c 47	Escola Bom Pastor/ o Natal da criança
1940	3ª	c 49	Estado Novo
1940	3ª	c 50	Sobre seção Melo Matos e escola Bom Pastor
1940	3ª	c 51	A palavra do Amazonas
1940	3ª	c 52	A vitória de uma Instituição
1940	3ª	c 54	Nacionalizar e povoar
1940	3ª	c 55	Verba para construção do Parque 10 de novembro.
1940	3ª	c 56	O Natal da criança pobre
1940	3ª	c 57	A ressurreição do Norte
1940	3ª	c 58 a 60	O novo código penal
1940	3ª	c 60	Considera a utilidade pública da Escola de Serviço Social.
1940	3ª	c 61	Inauguração da Luz elétrica em Manaus
1940	3ª	c 63	Mensagem do Natal (criança pobre)
1940	3ª	c 64	O Natal da criança pobre
1940	3ª	c 67	Um quadro do Juízo de Menores/ Diretrizes para o Serviço Social

1941	3ª	c 68	Remuneração condigna para os professores
1941	3ª	c 70	Aumenta a irreligião e consequentemente.../ Prestação de contas
1941	3ª	c 71	Convocadas as primeiras Conferências Nacionais de Educação e Saúde
1941	3ª	c 72	O esporte feminino: Crítica a um grupo de senhorinhas que jogavam futebol no Parque Amazonense "a mulher não foi constituída para esforço físico".
1941	3ª	c 73	PARQUE INFANTIL RIBEIRO JÚNIOR
1941	3ª	C 74 a 78	Dr.º Álvaro Maia
1941	3ª	c 79 a 83	Departamento das municipalidades (aspectos econômicos)
1941	3ª	c 84	A data natalícia do Presidente
1941	3ª	c 87	1 Conferência Nacional de Educação e 1 Conferência Nacional de Saúde
1941	4ª	d 1	Verba para construção do Parque 10 de novembro.
1941	4ª	d 7	O interesse de industriais norte-americanos na borracha do Amazonas
1941	4ª	d 9	Não falteis o óbolo para o Natal da criança pobre
1941	4ª	d 10	Código penal
1941	4ª	d 11	Agora o Brasil
1941	4ª	d12	Curso de estudos da Amazônia
1941	4ª	d 18	Vai ser padronizada a borracha brasileira
1941	4ª	d 20	Registro de estrangeiros
1941	4ª	d 21	Natal da criança pobre/ escola de Serviço Social
1941	4ª	d 23	Saudações de Álvaro Maia
1941	4ª	d 25	O saneamento da Amazônia

1941	4ª	d 26	Nota oficial
1941	4ª	d 32 e 33	Regulamento da Escola de Serviço Social de Manaus
1941	4ª	d 34	Prefeitos agrônomos
1941	4ª	d 35	Direitos da criança brasileira
1941	4ª	d 44	Função do Juízo Tutelar de Menores é mais protetora do que punitiva
1941	4ª	d 45	Juízo de menores
1941	4ª	d 48	Lei de organização e proteção da família
1941	4ª	d 49	Programação da Semana da Pátria
1941	4ª	d 51	SOCIEDADE RECREATIVA DE MENINOS
1941	4ª	D 52	Lei de proteção à família
1941	4ª	D 54 a 56	Relatório do prefeito interno de Manaus, o agrônomo Admar Thury ao Interventor Álvaro Maia.
1941	4ª	D 57	A família e a educação dos menores/ Secção Melo Matos
1941	4ª	d 58 e 59	Lei que dispõe da proteção do trabalho do menor
1941	4ª	d 61	Mudança de Juízo privativo para juízo tutelar de menores
1941	4ª	d 62	Assistência Social
1941	4ª	d 68	No Parque 10 de novembro existe o serviço de proteção aos menores que realiza rigoroso controle entre os jovens frequentadores daquele logradouro; Construção do PARQUE INFANTIL RIBEIRO JUNIOR, parque de diversões para a petizada ali realizar seus exercícios físicos e concentrações.
1941	4ª	d 71	A profissão da mulher e seus efeitos sobre o matrimônio
1941	4ª	d 76	Mudança na denominação Secção Melo Matos para Instituto Melo Matos.
1941	4ª	d 79	Prece da recém-esposada/ serviço social
1941	4ª	d 80 a 83	Lei das contravenções penais

1941	4ª	d 84	A Amazônia e seu futuro
1941	4ª	d 86	O Estado e assistência à Infância
1941	4ª	d 93 a d 94	Criação do Serviço de Assistência Social
1941	4ª	d 95 a 100	O quarto aniversário do Estado Novo
1941	4ª	d 101	Agrônomos administrando os Municípios Amazonenses
1941	4ª	d 109	Organização do Departamento Nacional da Criança
1941	4ª	d 110	Problemas de educação e saúde
1941	4ª	d 113	As dificuldades amazônicas
1941	4ª	d 117	Princípios fundamentais do 1º Congresso de brasilidade
1941	4ª	d 120	Para a execução do plano de saneamento da Amazônia
1941	4ª	d 127	DESPESAS COM PARQUE INFANTIL RIBEIRO JÚNIOR
1942	5ª	e 10	Término das obras do Parque Dez de Novembro.
1942	5ª	e 14	O Brasil na imprensa estrangeira: Amazonas terra do futuro
1942	5ª	e 26	Inauguração de oficinas no Instituto Melo Matos
1942	5ª	e 29	A EDUCAÇÃO POPULAR
1942	5ª	e 30	Menores que passaram pelo Juizado no mês de janeiro de 1942
1942	5ª	e 31	Inauguração do Preventório Gustavo Capanema
1942	5ª	e 38	O diagnóstico dos males sociais/ bailes infantis
1942	5ª	e 42	O serviço social com pais solteiros e seus filhos
1942	5ª	e 43	Os menores no Instituto Melo Matos que tentarem fugir...
1942	5ª	e 46 a 48	Instituto Melo Matos e Escola Premonitória Bom Pastor/ Menores que passaram pelo juizado
1942	5ª	e 50	Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázarus e defesa contra a lepra.
1942	5ª	e 55	Movimento estatístico do juízo tutelar de menores do mês de março
1942	5ª	e 57	Instituto Mello Matos

1942	5ª	e 58	Ociosidade; Literatura Infantil
1942	5ª	e 59	O Amazonas e a sua economia
1942	5ª	e 60	Levantamento estatístico juízo tutelar de menores
1942	5ª	e 61	Recenseamento de 1940
1942	5ª	e 62	O Recreio e a criança/ Movimento estatístico...
1942	5ª	e 63	Inauguração do Parque Infantil Municipal
1942	5ª	e70	Despesas com o PARQUE INFANTIL RIBEIRO JÚNIOR
1942	5ª	E72	A educação; Movimento Estatístico...junho
1942	6ª	f 7	A infância
1942	6ª	f 13...	Obras realizadas no Amazonas- Estado Novo (PARQUE 10)
1942	6ª	F 29	Indústria extrativa (municípios)
1942	6ª	f 31...	Assistência Social (Fotografia das realizações)
1942	6ª	f 41	Imagens do Leprosário
1942	6ª	f 42	Imagens de saneamento
1942	6ª	f 43	Fotografias Educação e Cultura
1942	6ª	f 44	Exortação do presidente
1942	6ª	f 48	Quando a educação da criança começa
1943	6ª	f 50	Natal da criança pobre/ escola de Serviço Social
1943	6ª	f 51	Movimento estatístico...
1943	6ª	f 53	Não dormirás com teu filhinho
1943	6ª	54	Adesão do Brasil à carta do Atlântico
1943	6ª	f 55	Como os antigos viam as crianças; Menores-vadios; não dormirás com teu filhinho
1943	6ª	f 61	Movimento estatístico...
1943	6ª	f 64	A criança

1943	6ª	f65	A criança deve viver cantando
1943	6ª	f 67	Estatutos do Instituto de Proteção aos menores
1943	6ª	f 70	2º Congresso de brasilidade
1943	6ª	f 71	A Guerra e a Criança
1943	6ª	f 77	Movimento do Juízo de menores... Agosto
1943	7ª	G2	Natal da criança pobre/ noções de higiene infantil
1943	7ª	g5	Movimento estatístico/ o enigma da criança
1943	7ª	g7	A TERRA E O CABOCLIO
1943	7ª	g9	Não dormirás com teu filhinho/ um brinquedo para cada idade
1943	7ª	g10	Operário- anfíbio
1943	7ª	g 13	Como os antigos viam as crianças; Menores-vadios; não dormirás com teu filhinho
1943	8ª	h1	Círculo de seringueiros
1943	8ª	h2	O problema do teto operário
1943	8ª	h4	Menores vadios
1943	8ª	h7	Investimento para instituições
1943	8ª	h9	Regula o uso da ortografia em todo o país
1943	8ª	h11	Conselho regional de desportos
1943	8ª	h12	Conselho Nacional de Educação
1943	8ª	h13	Ministério da educação e saúde
1943	8ª	h 15	Proteção da criança
1943	8ª	h17	A criança
1943	8ª	h19	Frequência Biblioteca pública
1943	8ª	h23	Mapa de consulta biblioteca pública
1943	8ª	h25	A criança deve viver cantando/ importância dos livros/ filhos não são bonecos
1943	8ª	h 27	Criação do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda
1943	8ª	h 29	Escolas de emergência
1943	8ª	h 30	Movimento juizado de menores
1943	8ª	h32	Instituto de Proteção aos Menores
1943	8ª	h 37	Ministério da educação e saúde
1943	8ª	h 38	Sociedade Abrigo Redentor

1943	8ª	h 40	Faça o seu filhinho feliz deixando-o trabalhar
1943	8ª	h 44	Divisão de carga horária e disciplinas
1943	8ª	h 47	A educação dos sentimentos
1943	8ª	h 49	Programa de solenidades- INAUGURAÇÃO PARQUE 10 DE NOVEMBRO
1943	8ª	H 50	Imagem de Getúlio Vargas
1943	8ª	h 51	Criação de Escolas de Emergência
1943	8ª	h 52	Serviço de Profilaxia da Lepra
1943	8ª	h 54	Inauguração Parque 10
1943	8ª	h 59	Inauguração Parque 10
1943	8ª	h 61	1º Congresso de estudantes da Amazônia
1943	8ª	h 62	Contadoria
1943	8ª	h 64	O amor fraterno
1943	8ª	h 66	Instrução nos seringais
1943	8ª	h 69	Construção do aeroporto de Manaus
1943	8ª	h 70	Alimentação e idade escolar
1943	8ª	h 75	Ministério da educação e saúde
1943	8ª	h 77	Movimento juizado de menores
1943	8ª	h 79	Como a criança aprende/ conselhos gerais para a criação do nenê

Fonte: Elaboração própria. 2017.

APÊNDICE B – ÍNDICES DO JORNAL DO COMÉRCIO

ANO	NOME/PASTA	LOCALIZAÇÃO	FONTES/DOCUMENTO	INAUGURADO/DOADO /REALIZADO POR	INFORMAÇÕES RELEVANTES
1940	PREVISÃO DE PARQUES INFANTIS	Manaus bairro Parque 10	JC 09/07/40	Prefeito Antônio Botelho Maia	O prefeito informa que o aparelhamento encomendado para o Parque Infantil já deve ter sido embarcado em Nova York.
1940	Instituto Mello Mattos		jc 22/09/40	Dr. André Araújo	Previsão de construção de um Parque Infantil, onde os menores pobres possam gozar das diversões necessárias a uma formação sadia.
1940	PREVISÃO DE PARQUES INFANTIS		JC 26/09/40		"Iniciaram-se os primeiros trabalhos no antigo Velódromo cedido pelo Dr.º Deodoro Freire ao juizado, para ser transformado aquele velho parque de ciclismo num pequeno parque infantil."
1940	PREVISÃO DE PARQUES INFANTIS	Manaus	29/09/1940		Contribuição de cinco contos de reis dos senhores Filadelfo de Moraes e Carlos Mesquita em nome da comissão promonumento a Ribeiro Junior, entregues ao juizado de menores da capital.
1944	Parque Infantil Ribeiro Júnior	Manaus	JC 06/09/44	INTERVENTOR DO ESTADO ÁLVARO MAIA	Inauguração do velódromo no Parque Infantil Ribeiro Junior, construído pelo engenheiro Deodoro Freire.
1946	Municípios	Parintins	JC 20/06/46	Prefeito DR. SOUZA FILHO	Irá ser inaugurado o Parque Infantil Acadêmico Hipólito Correa.

1947	Parque Infantil Ribeiro Júnior	MANAUS	JC 09/02/47		Festa ciclística destinada ao tenente-coronel Syzeno Sarmento. Os convidados são o povo de Manaus e as autoridades e associações desportistas.
1947	Parque Infantil Ribeiro Júnior		JC 11/09/47	GOVERNO DO ESTADO (Leopoldo da Silva Amorim Neves)	noitada ciclística popular oferecida ao povo da capital na grandiosa praça de esporte do parque, um comício esportivo da Independência.
1947	Parque Infantil Ribeiro Júnior	Manaus	JC 22/08/47		Comício Ciclista no Parque Infantil Ribeiro Junior na Rua Santa Isabel
1948	Parque Infantil Walter Rayol	Educandário Gustavo Capanema, Manaus	JC 06/10/48		Inauguração de Parque Infantil em frente ao Jardim de Infância, no Programa da Semana da Criança
1949	Parque Infantil Ribeiro Júnior	Manaus	JC 14/07/49		Festival ciclístico no velódromo "Álvaro Maia" no recinto do Parque Infantil Ribeiro Junior, em homenagem à data máxima da constitucionalização do Estado.
1949	Previsão DE PARQUES INFANTIS		JC 23/02/49	Sr. Arthur Langbeck	Será realizada no Parque Amazonense uma parada amistosa em favor da construção de um parque infantil para os filhos dos lázaros internados no Aleixo.
1949	PREVISÃO DE PARQUES INFANTIS		JC 24/02/49	Festival promovido pelo Sr. Artur Langbeck funcionário da Delegacia local do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	A renda do evento (partida de futebol) realizado no Parque Amazonense será revestida em favor da construção de um parque infantil para os filhos dos hansenianos da Colônia Antônio Aleixo.

1955	Parque Infantil e Jardim e Infância Dr. Salomão Levi	Manaus	JC 19/05/55	Manuel Barbosa	600.000 de verba para manutenção e ampliação do Parque Infantil e Jardim de Infância, dentre outras construções de instituições.
1956	Casa da Criança	Manaus	JC 22/01/56	Assistência social da Arquidiocese	Inauguração de um Parque Infantil na Casa da Criança em benefício das crianças pobres de nossa terra.
1957	Parque Infantil no Bairro São Raimundo	Bairro São Raimundo, Manaus	JC 11/10/57	Prefeito Gilberto Mestrinho	Inauguração de um Parque Infantil, que possui, inclusive, roda gigante, para bem servir a população de sua terra.
1957	Parque Infantil Janguinho	Beco do Macêdo, Bairro Nossa Senhora das Graças, Manaus	JC 13/04/57	Prefeito Gilberto Mestrinho	Inauguração de parque infantil.
1958	Parque Infantil Walter Rayol	Educandário Gustavo Capanema, Manaus	JC 04/02/58		Inauguração realizada pela Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázarus e Defesa contra a Lepra, destinado para as crianças filhos de hansenianos, retirados dos pais ao nascer.
1958	PREVISÃO DE PARQUES INFANTIS	Em frente à Catedral Metropolitana: MANAUS	JC 24/06/58	Prefeito Gilberto Mestrinho	Vereador Walter Rayol tem seu projeto aprovado o local onde funcionou o Aviaquário municipal para a arquidiocese de Manaus, para a construção de um parque Infantil para as crianças da redondeza.
1958	Praças	Manaus	JC 29/06/58	Prefeito Gilberto Mestrinho	3- Construção da praça da Bandeira Branca com Parque Infantil; 9- Recuperação das praças Heliodoro Balbi e Roosevelt

					com a instalação de um parque infantil; Além dessas obras, instalou 12 parques infantis.
1959		Terreno onde funcionou o Aviaquário municipal	JC 03/01/60	Prefeito Plínio Ramos Coelho	Terreno doado pela prefeitura à Arquidiocese de Manaus para a construção de um parque infantil.
1961	Grupo Escolar da Raiz	Bairro Raiz: Manaus	JC 27/01/61	Firma Braga & Compainha	Aproveitando a inauguração do Grupo Escolar da Raiz, um dos mais modernos estabelecimentos de ensino primário, a referida firma colocou à sua disposição um bonito Parque Infantil, destinado aos seus futuros alunos.
1962	PREVISÃO DE PARQUES INFANTIS	Praça situada em frente ao Sindicato da Estiva	JC 23/12/62		Praticamente concluída está a montagem do Parque Infantil instalado pela prefeitura municipal. O material que compõe aquele "playground" construído em Manaus.
1963	Parque Infantil Dom João de Souza Lima	Onde foi o antigo aviaquário, Manaus	JC 06/11/63	Prefeito Josué Claudio de Souza	Em construção, instalações atendem a moderna pedagogia da recreação infantil.
1963	Parque Infantil D. Joao de Sousa Lima	Manaus	JC 19/12/63	Prefeito Josué Claudio de Souza	Papai Noel Inaugura Parque com brinquedos, duas piscinas, livre de qualquer perigo para a meninada.
1963	Municípios	Maués	JC 20/12/63		Um parque infantil localizado em frente a uma igreja constituía perturbação aos ofícios religiosos. Foi então, atendendo aos reclamos da própria igreja e com autorização da

					câmara, mudado para outro local.
1963	Parque Infantil Dom João de Souza Lima		JC 22/12/63	Prefeito Josué Claudio de Souza	Construído no local onde funcionou por anos o Aviaquário Municipal que em épocas passadas era um dos mais frequentados logradouros públicos. Contará com a presença do Papai Noel e passará a ser assim, um ponto de atração preferido pela garotada adequado para suas horas de folguedo.
1963	PREVISÃO DE PARQUES INFANTIS	Manaus	JC 23/07/63	Prefeito Josué Claudio de Souza	No velho aviaquário municipal será construído um magnifico Parque Infantil que terá piscinas, "playground" e demais aparelhos indispensáveis ao entretenimento das crianças.
1963	Dom João de Souza Lima	Antigo Aviaquário Municipal	JC 24/12/63	Prefeito Josué Claudio de Souza	Inauguração do Parque Infantil da Prefeitura, na foto a garotada de Manaus banhando-se na piscina do Parque recém inaugurado.
1963	Parque Infantil D. João de Souza Lima	Manaus	JC 25/12/63	Prefeito Josué Claudio de Souza	Promoção de festa de Natal para filhos de servidores municipais. O Parque ficará interditado para o público das 17 às 23 horas.
1964	Parque Infantil D. Joao de Sousa Lima		JC 01;2/12/64		Chegada do Papai Noel realizada pelo Departamento de Relações públicas da Colombo. Presença do prefeito Zany dos Reis. <i>OBS. O nome do Parque é o nome do Arcebispo</i>

					<i>Metropolitano de Manaus (jc3.10.71)</i>
1964	Parque Infantil Dom João de Souza Lima		Jc 08/12/64		Solenidade de entrega da chave ao papai Noel pelo prefeito Zany dos Reis.
1964	Parque Infantil D. João de Souza Lima		JC 29/11/64	Prefeito Zany dos Reis	Papai Noel chegará no Parque Infantil, a cerimônia de recepção oficial, durante a qual o prefeito lhe entregará a chave simbólica da cidade. Haverá distribuição de bombons e balões às crianças desta capital- sorteará uma Super Cesta de Natal Colombo entre todas as pessoas presentes.
1965	PREVISÃO DE PARQUES INFANTIS	Manaus	JC 03/12/65	GOVERNADOR ARTHUR REIS	Constituição de grupo de trabalho para adquirir 9 parques infantis em vários bairros om verba do Governo do Estado.
1965	Municípios: Manacapuru	Manacapuru	JC 14/12/65	GOVERNADOR	Ato inauguratório das obras de recuperação do Grupo Escolar, início das obras de construção de uma maternidade, o Fórum e a delegacia, e inauguração de um parque infantil, presente do governo do estado às crianças de Manacapuru.
1965	Municípios	Manacapuru	JC 22/12/65	GOVERNADOR ARTHUR REIS	O seu Grupo Escolar em ruínas está em fase de conclusão e restauração, inclusive do mobiliário e um parque infantil será ali inaugurado.

1965	Parque Infantil em Santo Antônio	Bairro Santo Antônio Manaus	JC 23/09/1965	Prefeito Vinícius Conrado	Deu a Santo Antônio a condição de bairro, alinhando suas ruas e abrindo outras e até construindo um Parque Infantil. O documento também trata da recuperação do bairro Parque 10.
1965	Parque Infantil D. João de Souza Lima		JC 23/12/65		Expediente das 14 às 17 horas: Diaristas do Parque Infantil.
1965	Município	Manacapuru	JC 28/12/65		Inauguração da Rodovia Cacaupereira/Manacapuru. Ressaltou ainda que já seguiu para aquele município todo o material para a instalação de um parque infantil bem como novo mobiliário para o Grupo Escolar "Carlos Pinho".
1965	Municípios	Manacapuru	JC 29/12/65	Governo	Inauguração do parque infantil, entrega aos estudantes do Grupo Escolar Carlos Pinho totalmente restaurado e com mobiliário novo.
1966	Municípios	Manacapuru	JC 4/1/66	GOVERNADOR ARTHUR REIS	Inaugurado o Grupo Escolar Carlos Pinho e iniciada a construção do Grupo Escolar Matias Fernandes.
1966	Parque Infantil	No Instituto Melo Matos	JC 01/04/66	INAUGURADO POR GOVERNADOR ARTHUR REIS	Instituto destinado a internos (desamparados)
1966	Municípios	Município Boca do Acre	JC 1/05/66	DOADO POR GOVERNADOR ARTHUR REIS	Prefeito Eduardo Dias da Costa assina termo de responsabilidade comprometendo-se a zelarem e conservarem os Parques Infantis.

					(Especificação de aparelhos)
1966	Municípios	Município Humaitá	JC 1/05/66	DOADO POR GOVERNADOR ARTHUR REIS	Prefeito Tito Botelho assina termo de responsabilidade comprometendo-se a zelarem e conservarem os Parques Infantis. (Especificação de aparelhos)
1966	Parque Infantil D. Basílio Pereira	Manaus	JC 7/09/66	PAULO PINTO NERY	Recuperação do Parque Infantil
1966	Parque Infantil D. Basílio Pereira	Praça da Matriz, Centro de Manaus	JC 2/11/66	Prefeito Paulo Nery	Reinauguração do aquário municipal no Parque
1966	PREVISÃO DE PARQUES INFANTIS	Previsão de instalação: Morro da Liberdade, São Francisco, Petrópolis, Instituto Melo Matos e cidades de Maués e Parintins	JC 4/2/66	Adquiridos pelo Governo do estado	
1966	Municípios	Maués	JC 21/01/66	Governador Arthur Reis	O prefeito de Maués Carlos José Esteves através de telegrama agradece o governador a doação de um Parque Infantil em nome das crianças.
1966	Municípios	Itacoatiara	JC 24/03/1966	Governador Arthur Reis	Serão inaugurados o Grupo Escolar Mendonça Furtado, um Parque Infantil, doado pelo governo, Prefeitura, o prédio e as instalações do Ginásio Vital de Mendonça.

1966	Dom João de Souza Lima	Jardim da Catedral	JC 24/12/66	PAULO PINTO NERY	Com o objetivo de oferecer mais atração para as crianças de Manaus, o prefeito está recuperando e ampliando o Parque Infantil. Um aquário vem sendo instalada e um perfeito jogo de luzes completa a beleza do ambiente.
1966	Municípios	Canutama	JC 26/08/66	Governo do Estado.	Foi doado um parque infantil para uso público das crianças daquela cidade. O Prefeito Antônio Fonseca recebeu o referido material na Secretaria de Imprensa e Divulgação.
1966	Município	Itacoatiara	JC 27/03/66	GOVERNO DO ESTADO	Inauguração de um Parque Infantil doado às crianças de Itacoatiara pelo Governo do Estado do Amazonas.
1966	Municípios	Itacoatiara	JC 30/03/66	Governo	Inauguração do Grupo Escolar Mendonça Furtado, Inauguração de um Parque Infantil doado às crianças de Itacoatiara pelo Governo do Estado do Amazonas.
1968	Parque Infantil D. Basílio Pereira (Antigo aviaquário)	Manaus	JC 05/09/68	Prefeito Paulo Nery	Inauguração de mine-cine municipal especialmente para as crianças de Manaus
1968	Municípios	Município de Codajás	JC 5/04/68	GOVERNADOR DANILLO AREOSA	O prefeito de Codajás Ophir Sobreira agradece o governador pelo recebimento do Parque Infantil.
1968	Municípios	Urucará	JC 20/08/68	Gov. Daniela Areosa	Entrega de novas instalações do Mercado, da Prefeitura e da Câmara, de uma escadaria e de um Parque Infantil.

1968	Municípios	Distrito de Iranduba	JC 23/11/68	Prefeito Paulo Pinto Nery	Inauguração de Parque Infantil juntamente com outros "melhoramentos".
1968	Municípios	Iranduba	JC 24/11/68	Prefeito Amazonino Mendes	Inauguração dos seguintes "melhoramentos", dentre outros, de um Parque Infantil.
1969	Praça 14 de janeiro	Manaus	JC 17/04/69		A construção de um Parque Infantil na praça 14 de Janeiro, em frente à igreja N. S. de Fátima, foi pleito formulado ontem na Câmara Municipal de Manaus pelo vereador José Aquino.
1969	Parque Infantil D. Basílio Pereira	Praça da Matriz, Centro de Manaus	JC 30/03/69		Arte indígena Peruana em área do Parque Infantil, foi inaugurada uma exposição, apadrinhada pelo prefeito Paulo Nery.
1970	Município Careiro da Várzea	Parque Infantil	JC 13/08/70	Prefeito (nordestino do Ceará) Manoel Sales dos Santos	Fez instalar, em um local muito bem escolhido, um parque infantil que é a delícia da meninada.
1970	Município	Urucurituba	JC 27/09/70	Prefeito Arão Tundis	Legenda de foto: "Aspecto de uma praça da cidade em que se vê um bem montado Parque Infantil, onde as crianças passam grande parte do tempo divertindo-se.
1970	Heliodoro Balbi	Provavelmente em praça com jardim fronteiro ao quartel	JC 28/04/70		Informa colaboração da polícia com a Prefeitura Municipal povoando aquela praça com árvores que vieram embelezá-la e mantendo um parque infantil para a criançada alegre.

1971	PARQUE INFANTIL DOM BASÍLIO PEREIRA	Praça da Matriz, Centro de Manaus	JC 11/03/71	Representante do prefeito sr. Wanderley Pinho.	Inauguração da Galeria de Arte de Manaus que manterá exposições de artistas amazonenses.
1971	Municípios	Município de Iranduba	JC 06/06/71	Administrador Elias Brasil	Mostrou os feitos da prefeitura em benefício dos ribeirinhos: grupo escolar, reservatório, posto médico, casa de força de luz, parque infantil, posto policial, almoxarifado e número razoável de bonitas casas.
1971	PREVISÃO DE PARQUES INFANTIS	Conjunto Castelo Branco	JC 4/08/71		Previsão de parque infantil anunciada pela prefeitura.
1971	Parque Infantil	Praça Heliodoro Balbi (Praça da Polícia Manaus)	JC 05/10/71		Programação da Semana da Criança realizada pelo prefeito Paulo Pinto Nery.
1971	Parque Infantil Amizade	Beco do Macêdo, Bairro Nossa Senhora das Graças, Manaus	JC03;06/10/71	Construído pela Paróquia com material doado pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.	Protegido por um pequeno muro, destina-se a diversão sadia dentro dos princípios cristãos.
1971	municípios	Município São Gabriel da Cachoeira	JC 12/03/71	GOVERNADOR DANILO AREOSA	Inauguração da Praça Rodoviária, seguindo-se a do Parque Infantil, Serviço de abastecimento de água da cidade, Almoxarifado e Garagem do Serviço Rodoviário Municipal, e 23ª usina de luz instalada pela Celetramazon no interior do Estado.
1971	Parque Infantil no Bairro Aleixo	Parque Infantil na Escola primária Emanuel Morais.	JC 12/12/71		Escola fechada, Instalada pela Companhia Brasileira de Plantações cerca de 12 anos para atender as crianças residentes nas

					proximidades da estrada do Aleixo, quilômetros 10 a 16 da área da Lages, cujo parque foi oferecido por um casal residente em São Paulo(vide nome do doc.) Motivo: Falta de transporte para a professora(nome no doc.).
1971	Parque Infantil D. Basílio		JC 22/09/1971		Programação da Semana da Criança destacando-se ainda festividades esportivas que serão realizadas no Parque Dez de Novembro.
1971	Município	Urucurituba	JC 23/06/71		Enchente que atingiu a cidade. As partes baixas estão todas alagadas, destacando-se a rua principal e um moderno parque Infantil.
1971	PARQUE INFANTIL DOM BASÍLIO PEREIRA		JC 23/10/71	Equipe da Secretaria de Desenvolvimento Comunitário da Prefeitura	Grupos de crianças do Ida Nelson, da Casa da Criança, do Nilo Peçanha e do Benjamin Constant apresentaram-se no local. Pretende-se a repetição todos os domingos dessa feliz iniciativa que visa oferecer aos frequentadores bonitas atrações as tardes domingueiras naquele logradouro.
1971	Municípios	Manicoré	JC 30/04/71	Prefeita Flávia Brandt de Oliveira	Torna público a relação dos bens incorporados ao patrimônio municipal. Setor de Educação: Início de obras de parque Infantil na Praça da Matriz.

1972	Parque 10 de novembro	Bairro Parque 10. Manaus	JC 11/04/72	Prefeitura (Frank Abraham Lima)	No local do antigo zoológico vem sendo montado um Parque Infantil, que contará inclusive com rodas gigantes, que certamente proporcionarão a gurizada, maior alegria.
1972	Praça 14 de janeiro	Manaus	JC 17/03/72		O Sr. José Costa de Aquino, em reunião na Câmara Municipal, indagou por que o Parque Infantil da Praça 14 de Janeiro não está funcionando.
1973	Parque Infantil	Instituto de Pesquisa da Amazônia(INPA), Bairro Aleixo, Manaus	JC 4/01/73		O INPA foi idealizado por Severiano Porto. Diretor: Paulo Machado de Almeida.
1973	Praça quatorze	Manaus	JC 15/12/73	Prefeito Frank Lima	Nessa praça será instalado um Parque Infantil, já em fase de montagem, terá uma quadra oficial de esportes e um bar que não poderá vender bebidas alcoólicas, com exceção do Chopp.
1973	D. João de Souza Lima	Manaus	JC 28/12/63	Prefeitura	Natal dos filhos dos servidores municipais no Parque.
1974	Municípios	Urucurituba	JC 24/07/74		Legenda de foto: "As águas do Amazonas banharam a cidade de Urucurituba, chegando a inundar o Parque Infantil onde a gurizada se divertia".
1975	Município: Coari	Coari	JC 13/08/75	Coordenadoria regional do Projeto Rondon em parceria com o Governo do Estado	Levantamento de uma área em frente ao Colégio Kennedy que poderá ser aproveitada para a construção de um Parque Infantil, haja vista não possuir a região nenhum

					parque de diversão para a faixa mais jovem da população.
1975	CEASA	CEASA MANAUS	JC 26/09/75	Cobal e Ceasa	Ceasa procura melhorar o abastecimento com o mercado e inaugura um Horto Mercado contendo, dentre outras coisas, um parque infantil.
1976	Parque Infantil Herculano de Castro e Costa	Bairro Flores, Manaus	JC 07/09/76	GOVERNADOR HENOCH REIS	Baby Rizatto descerra a placa simbólica do parque infantil, com área ampla para recreação e diversos brinquedos para crianças.
1976	Municípios/ Parque Infantil Alberto Ventura	Manacapuru	JC 12/02/76	GOVERNADOR HENOCH REIS	Inaugurado na Praça Alberto Ventura, que foi totalmente reconstruída, aparecendo na cidade como um dos pontos mais atraentes.
1976	Previsão de construção	Cidade Nova	JC 29/12/76		BNH aprova 1 bilhão e 100 milhões para nova cidade. O serviço escolar será atendido por uma rede de 13 escolas para atender a população de 0 a 6 anos. Haverá ainda, dentre outros, 13 parques infantis.
1978	Ex parque Infantil	Praça da Matriz, Centro de Manaus	JC 15/08/1978		O novo aviaquário está sendo construído no lugar do Parque Infantil
1979	Aviaquário	Ex-Parquinho Infantil: Manaus, Praça da Matriz, Centro.	JC 6/2/79	Prefeito	"A inauguração marca o retorno das crianças aos centros de diversões da cidade". Augusto Banega, Assessor de imprensa da municipalidade.

1979	Ponta Negra	Ponta Negra: Manaus	JC 14.01.79		Cita a existência de um parque infantil no balneário da Ponta Negra
1979	PREVISÃO DE PARQUES INFANTIS	Novo aviaquário	JC 28/01/79	Prefeitura	O novo aviaquário que a prefeitura está reformando e que será entregue à população em fevereiro.
1980	Municípios	Município de Barcelos	JC 0705/80		Pretensão de construção de um Parque Infantil após o início do funcionamento do Centro Social Antônio Leite da Silva, pela titular da SETRAS Terezinha Nunes.
1980	Municípios	Carauari	JC 25/05/1980		O colunista Waldomiro Rodrigues Correa fala sobre os feitos do coronel Alfredo Marques da Silveira, que dentre outras construiu uma das mais lindas praças, que fazia inveja as da capital. A praça era arborizada, jardins florido, tinha um parque infantil dotado de brinquedos para as crianças brincarem depois da aula.
1981	Alvorada	Manaus	JC 16/06/81	Prefeito José Fernandes	Inauguração do CSU do bairro Alvorada, com quadra de esportes, Parque Infantil, Clube de Mães, salas para cursos profissionalizantes, etc.
1984	PREVISÃO DE PARQUES INFANTIS	Seringal Miri, Manaus	JC 05/4/84		Apelo do Vereador Antônio Carioca, através de indicação do prefeito para construção de praça ou parque infantil para atender crianças que

					estudam no colégio Arthur Araújo.
1984	Parque Infantil da Casa da Criança	Manaus	JC 02/10/84	GOVERNADOR GILBERTO MESTRINHO	Programação da Semana da Criança.
1984	Parque 10 de novembro	Bairro Parque 10. Manaus	JC 2/03/84		Vereador Ademir Carioca pleiteia ao prefeito Amazonino Mendes imediata recuperação do parque infantil.
1984	PREVISÃO DE PARQUES INFANTIS	Bairro Tarumãzinho: Manaus	JC 23/09/1984	Prefeito Amazonino Mendes	Trata de um parque infantil e uma parte bosqueada completando uma grande área de lazer de um balneário público, que estaria sendo ampliado pela prefeitura.
1986	Praça de Nazaré	Praça N. S. de Nazaré: Manaus	JC 19/12/86	Prefeito Manoel Ribeiro	Reinauguração da Praça N. S. de Nazaré com jardins, bancos, calçadas, parque infantil e um moderno sistema de iluminação, presença do cantor da Jovem Guarda Ronnie Von.
1986	Municípios	Município de Guajará Município de Itamarati	JC 24/03/186	GOVERNADOR AMAZONINO MENDES	Guajará: Inauguração da escola de 1º grau "José Carlos Mestrinho", da usina de força, da ponte de madeira, do Parque Infantil "Veraniilde Godin", dentre outros. Itamarati: Dentre outros, ampliação da creche Santa Luzia, da usina de arroz, do Parque Infantil, etc.
1988	Municípios	Município Itamarati	JC 05/04/88	GOVERNADOR AMAZONINO MENDES	Inauguração da Creche Santa Luzia, marcenaria, serraria, usina de arroz, parque infantil, residência médica,

					ampliação da escola Padre Guilherme, quatro novas escolas rurais.
1988	Previsão DE PARQUES INFANTIS	Av. Darcy Vargas, Parque 10.	JC 20/02/88	Prefeito Manoel Ribeiro	Pretende construir a Manecolândia, espécie de Disneylândia versão amazonense ao lado dos nove módulos do Centro Educacional José Carlos Mestrinho e será feita por um grupo de empresários.
1988	Parque 10 de novembro	Praça Dulcinéia Borges, rua 20 do Conjunto Castelo Branco	JC 29/03/88	Prefeito Manuel Ribeiro	Nela está instalado um palco para apresentação de show, um parque infantil com diversos brinquedos, pia para tacacazeira, uma pétala central com quatro modernas luminárias, além de iluminação sob os dez grandes bancos de concreto existentes.
1988	Previsão de construção	Conjunto D. Pedro I	JC 30/03/88		A nova praça será dotada de um moderno sistema de iluminação, bancos em forma de arcos e um parque infantil com diversos brinquedos, além da arborização a exemplo das demais existentes.
1990	Vila Sassá: Manaus	Manaus	JC 14/06/90	Vereador Antônio Carioca apoiado pelo empresário Pauderney Avelino	Trata-se da divulgação do projeto Sementinha, informando que uma escola com três salas, área de lazer com parque infantil, cozinha, refeitório e até uma pequena piscina estaria quase pronta para atender crianças carentes de Manaus. Inaugurando uma nova forma de fazer

					política no estado, segundo Pauderney.
1990	Bairro Amazonino Mendes		JC 29/11/90	Governador Vivaldo Frota	Projeto Arar, construído pela Secretaria de Transportes e obras, oferecendo a população serviços básicos de lazer, segurança, saúde e qualificação comunitária através de cursos e treinamentos. Contendo um parque infantil para recepção de crianças.
1993	PREVISÃO DE PARQUES INFANTIS	Centro	JC 23/05/93	Prefeito Eduardo Braga	Além de resolver o problema de alagação o prefeito pretende construir uma praça de lazer, com quadras esportivas, pista de skate e parque infantil.
1995	Ponta Negra	Manaus	JC 29/04/90		Festa na Ponta Negra no Dia das Mães, Para garantir a manutenção da praia a Fumtur mobilizou uma equipe formada por uma coordenadora e oito assistentes para esclarecer aos frequentadores a importância da higiene e não destruir os brinquedos do parque infantil.
1996	Alvorada	Manaus	JC 17/05/96	Prefeito Eduardo Braga	Inauguração da Creche Graziella Ribeiro no bairro Alvorada, contendo um parque infantil.

1998	Previsão DE PARQUES INFANTIS	Compensa: Manaus	JC 17/09/98	Prefeito Alfredo Nascimento	Em campanha eleitoral para o candidato a governado do Estado Amazonino Mendes, Alfredo informa que será construído, dentre outras coisas, um parque infantil no bairro.
1998	Previsão DE PARQUES INFANTIS	Compensa: Manaus	JC 17/09/98	Prefeito Alfredo Nascimento	Em campanha eleitoral para o candidato a governado do Estado Amazonino Mendes, Alfredo informa que será construído, dentre outras coisas, um parque infantil no bairro.
1977	Tarumã	Manaus	JC 30/10/79		O CETUR (Centro Turístico do Amazonas) com recursos propriamente amazonenses, inaugurou seu parque aquático e parque infantil.
1966	5 Parques inaugurados em 1 dia	Manaus/ Itacoatiara	JC 31/03/66	GOVERNADOR ARTHUR REIS	Legenda de foto: Inauguração de Parque Infantil em Itacoatiara. Inauguração do Grupo Escolar Vicente Telles de Sousa no bairro São Geraldo e entrega do Parque Infantil do bairro; Inauguração do Parque Infantil do Instituto Melo Matos; Inauguração de casas populares e parque infantil no bairro da Raiz; Entrega de Parque Infantil no Instituto Maria Madalena às internadas; Entrega de Parque Infantil na praça 14;

1971	Parque D. João de Souza Lima	Manaus	JC 31/08/71	ÚNICO PARQUE INFANTIL DA CIDADE APRESENTA ABANDONO PARCIAL
1987	Previsão de construção	Manaus	JC 31/12/87	Prefeito anuncia seu principal projeto para 88: construir a Manecolândia, um parque infantil.

Fonte: elaboração própria (2017).